

MICHAËLLE DESROSIERS

TRABALHO, MULHERES NEGRAS E ZONAS FRANCAS NO HAITI CONTEMPORÂNEO: O "EMPRESARIADO HUMANITÁRIO" NEOCOLONIAL EM MOVIMENTO

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Sociologia

Programa de Pós-graduação em Sociologia

MICHAËLLE DESROSIERS

TRABALHO, MULHERES NEGRAS E ZONAS FRANCAS NO HAITI CONTEMPORÂNEO: O "EMPRESARIADO HUMANITÁRIO" NEOCOLONIAL EM MOVIMENTO

Orientador: Prof. Dr Ricardo Luiz Coltro Antunes

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciencias humanas, para obtenção do titulo de doutora em sociologia

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

D47z

Desrosiers, Michaëlle, 1980-
Zonas francas, mulheres "negras" e trabalho no Haiti contemporâneo o "empresariado humanitário" neocolonial em movimento / Michaëlle Desrosiers. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Portos e zonas francas - Haíti . 2. Divisão internacional do trabalho. 3. Negras - Haíti. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Salários . 6. Trabalho. I. Antunes, Ricardo,1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Free zones, "black women" and labour in the contemporary Haiti the neo-colonial"humanitarian entrepreneurship" in movement
Palavras-chave em inglês:
Free zones - Haiti
Internacional division of labor
Black women - Haiti
Economic development
Wages
Work
Área de concentração: Sociologia
Titulação: Doutora em Sociologia
Banca examinadora:
Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]
Fernando Antonio Lourenço
Eurenice Oliveira de Lima
Aparecida Neri de Souza
Renata Cristina Gonçalves dos Santos
Data de defesa: 05-05-2014
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 5 de maio de 2014, considerou a candidata MICHAËLLE DESROSIERS aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes _____

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço _____

Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza _____

Profa. Dra. Eurenice Oliveira de Lima _____

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos _____

Resumo

Através deste trabalho, procuramos analizar o significado ideo-politico e economico do "empresariado humanitario" em movimento no "desenvolvimento-reconstrução", atualizado em 2004 e em 2010 apos o terremoto, para as mulheres "negras" operárias na zona franca CODEVI na contemporaneidade. Essa busca nos conduz à analisar as condições historicas de produção da dependencia neocolonial haitiana e de pauperização das mulheres "negras", ou seja, de sua transformação em forca de trabalho subremunerada para as necessidades da reprodução do capital. Assim, analisamos a função social real das zonas francas industriais de exportação (ZFE) vista por muitos como obra "humanitária" para um país em constante estado de emergencia como o Haiti. Destarte, defendemos as seguintes hipoteses: as ZFE, pelas suas caracteristicas fundamentais, incluindo as ZEI (Zonas Economicas Integradas)-extraterritorialidade, liberdade total de produção e de repatriamento dos lucros-, desempenham na contemporaneidade a função de **neoplantações,** constituindo-se como obstaculos à **soberania popular, alimentar e territorial** do Haiti e, portanto, ao fim da sua dependencia neocolonial ou "subdesenvolvimento". O carater "humanitário" da obra capitalista realizada na zona franca CODEVI traduz-se no real em um processo hierarquico de exploração segundo o sexo, a "etnia", a nacionalidade e, potencialmente destruidor da saúde fisica e sexual das/dos operárias/os. O trabalho de pesquisa é realizado primariamente em base de relatos dos próprios e das proprias trabalhadoras bem como de representantes da CODEVI e dos orgãos oficiais haitianos de apoio ao desenvolvimento das zonas francas.

Abstract

Through this work, we seek to unravel the ideo- political and economic meaning of the "humanitarian entrepreneurship" in motion in Haiti‘s "development-reconstruction" plan, updated in 2004 and in 2010 after the earthquake, for “black" women workers in free zone CODEVI in contemporary times. This search leads us to analyze the historical conditions of production of the Haitian neocolonial dependence and pauperization of "black” women, i.e. its transformation into underpaid labour force for the needs of the reproduction of capital. Thus, we analyze the social function of export processing zones (EPZ) seen by many as "humanitarian" work for a country in a constant state of emergency as Haiti. Thus, we support the following hypothesis: the EPZ, for its fundamental characteristics, including the ZEI (Integrated Economic Zones)-extraterritoriality, total freedom of repatriation of profits and production-play in contemporary times the function of neo-plantation, constituting themselves as obstacles to popular, political and territorial sovereignty of Haiti and, therefore, to the end of its colonial dependence or "underdevelopment". The "humanitarian" character of the work carried out in the capitalist free zone CODEVI translates at real in a hierarchical process of exploitation according to the sex, " ethnicity”, nationality and potentially destructive for physical and sexual health of the workers. The research work is carried out primarily on the basis of reports of the workers themselves as well as representatives of the CODEVI and the Haitian officers in support of the development of free zones.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....31
Universo do estudo.....31
A CODEVI- organização e produção.....35
A força de trabalho da CODEVI.....38
Metodologia da pesquisa de campo.....41
Positionamento onto-metodologica da pesquisa 41
O processo de entrevista das/dos participantes à pesquisa de campo 42
Objetivos do estudo 47
Divisão do trabalho 50
Recorte do estudo 51
Limites do trabalho 51

CAPITULO I-ZONAS FRANCAS E MULHERES NEGRAS: DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA SUBREMUNERADA HAITIANA 53
1.1 Zonas francas: função economico-politica no terceiro-mundo.....60
1.2 As mulheres "negras" trabalhadoras e a zona franca industrial de exportação 71
1.3 A centralidade da força de trabalho "barateada" das mulheres Negras do Haiti para o seu "desenvolvimento-reconstrução.....77
1.3.1 O processo de pauperização da força de trabalho feminina haitiana 82
a) A "dívida da independência" como precursor da pauperização crescente das mulheres do campo 88
b) O papel da ocupação americana 95
c) A era neoliberal e a produção da força de trabalho feminina das fábricas têxtis.....100
1.4 Do processo de legitimação da exploração-opressão das operárias "negras" haitianas nas ZFE 107

CAPITULO II- O TRABALHO NA CODEVI: "EMPRESARIADO HUMANITARIO" OU DO CONTROLE TOTAL DAS OPERARIAS NEGRAS 119
2.1 Da exploração do trabalho e do corpo das mulheres na CODEVI.....120
2.1 Da exploração do trabalho na "neoplantação" CODEVI: o salário por peça como mediação do controle total.....133
2.2 O salário por tempo e a ilusão dos postos intermediários.....….....….152
2.3 Reforçando os nós do controle: a delegitimação das formas de solidariedade tradicional .....……..159

2.4 - Intermediação e subarrendamento: a hierarquização do trabalho como submediação do controle total 166

CAPITULO III- A HIERARQUIZAÇÃO ETNO-NACIONAL E SEXUAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO MEDIAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO 187
3.1 - A hierarquização sexual-nacional-racial do trabalho: sub-mediação do controle total 188
3.2 - Divisão sexual do trabalho e precarização do trabalho 200
3.3 Hierarquização etno-nacional esexual do trabalho na CODEVI 224
3.3.1 - Esboço do fundo etno-racial historico das relações de trabalho na CODEVI 230
3.4 - Precarização do trabalho, saùde e reprodução da força de trabalho: outro paradoxo do "empresariado humanitário" 237

CAPITULO IV- ZONAS FRANCAS E "EMPRESARIADO HUMANITÁRIO": DA COLONIALIDADE DO INTERVENCIONISMO DESENVOLVIMENTISTA NO HAITI CONTEMPORANEO. .....:.....265
4.1 - O "desenvolvimento/reconstrução" no Haiti contemporâneo: produto do projeto colonial original 266
4.2 - O Desenvolvimento/reconstrução pelas zonas francas 272
4.3 - As zonas francas de exportação: instrumentos de desenvolvimento dos países do Sul 284
4.3.1 O Liberalismo e a abertura dos mercados: novo padrão de desenvolvimento na América Latina e no Caribe "democratizados" 288
4.3.2 Contexto histórico de redemocratização da região 290
4.4 - Neoliberalismo, livre comércio e zonas Francas de exportação na América Latina e no Caribe 297
4.5- Da colonialidade do empresariado humanitário 303
4.5.1 Da crise ecologica haitiana como produto da colonização de exploração 311
4.5.2 O "empresariado humanitário" neocolonial em contexto de intervencionismo militaro-desenvolvimentista 318

CONCLUSÃO.....327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 333
APENDICE 341
ANNEXOS 349
A-MAPA DO HAITI.....349
B-CHAMADA PLANO DE POUPANÇA-CODEVI.....350
C-CODE DU TRAVAIL HAITIEN-TRECHO I 351

D-CODE DU TRAVAIL HAITIEN-TRECHO II 352
E-RELATÓRIO DA UMHA- TRECHOS 353
F-SETTING UP A PLANT OFFSHORE: LOW WAGES AND NO CULTURE ….363

Dedicatória

Dedico este trabalho as
minhas filhas Lorèn e Helèn:
Vocês iluminam a minha vida!!!!

Agradecimentos

Neste espaço, quero agradecer todas as pessoas que me acolheram aqui na Unicamp em 2010. A professora Mari Ligia Quartim de Moraes, o meu orientador Ricardo Antunes. Ele, ao longo desses quatro anos, se mostrou um ser humano que tem empatia com os/as seus/suas alunos/alunas, além do seu papel de orientador. Sou agradecida também ao pró-reitor da pós-graduação da UNICAMP e o Sr. Mohamed Habib do gabinete da pró-reitora da Pós-Graduação em 2010. Agradeço também a minha antiga orientadora: Maria de Fátima de Lucena e Mauricio e Ana Cristina, a minha mãe brasileira de coração Iracema e Hildete pelo seu apoio, entre outros, emocional nos primeiros dias depois do terremoto.

Ao chegar aqui, fomos recebidos por uma equipe incrível da Secretaria da pós: a Cristina e a Maria Rita. Elas foram mais do que funcionárias, mas, sim amigas. Um agradecimento enorme para as duas. Quero aproveitar este espaço para agradecer às pessoas que nos acolheram em sua casa em Campinas e se mostraram solidários até o fim: Luciana e Renato. Aos outros amigos e as amigas que me apoiaram pela sua amizade, e/ou solidariedade em momentos difíceis que passei aqui na cidade de Campinas como mulher "negra". Entre estas pessoas maravilhosas encontram-se: Sandra Fortes, Wiliam Felippe - estes, entre outros atos de solidariedade, me abriram as portas da sua casa para finalizar este trabalho - Cristiane que me ajudou na formatação das fotos, Aneci, Denis, Jacqueline, Clécia, Josemeire, pela ajuda na revisão de dois capitulos do texto, Abel e Rose que me reconfortaram ao me incentivar a não desanimar e me tranquilizar ao final, quando estava bastante ansiosa com a finalização desta tese.

Agradeço profundamente aos colegas do grupo "**Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses** ", do professor Ricardo Antunes, que nos acolheram e ouviram minhas leituras diferentes, às vezes provocativas da realidade com respeito e maturidade. As suas leituras do projeto de tese contribuíram na realização deste trabalho também. Vários deles se destacaram tanto pela sua gentileza como pela ajuda que me deram para a revisão deste texto. Começo por Igor, Felipe, Tábata, Lívia, Juliana, Patrícia,

Ricardo Festi, Sávio e, por ultimo, e não menos importante, Mariana e o seu companheiro - externo ao grupo de estudo - Antônio (muito obrigada a vocês pela sua paciência com o meu português).

Agradeço aos operários e às operárias que me deram o seu tempo para falar a respeito do seu trabalho na Zona Franca e da sua vida fora dela, os responsáveis da DZF em especial o seu vice-diretor que facilitou o processo de coleta de informação, o vice-diretor de operações da zona franca que me ajudou ao me conceder uma rica entrevista com muita cordialidade e me deu acesso à zona franca e me forneceu dados importantes para o meu trabalho. A pesquisa de campo foi possível pela ajuda do meu ex-aluno da graduação em serviço social da Université d'État d'Haiti, Aristide Simbert, originário de Ouanaminthe que foi meu guia, me acompanhou em algumas entrevistas, na visita dos espaços disponibilizando a sua câmera para as fotografias, e me introduziu nas casas das operárias. Portanto, um grande agradecimento ao meu colaborador de campo, por sua ajuda, pelo seu respeito e profissionalismo. Agradeço também a Batay Ouvriye/Batalha Operária especialmente Yannick Etienne e a SOKOWA (Sindicato dos operários de CODEVI Ouanaminthe) pelo seu apoio na realização da pesquisa de campo.

Agradeço a minha querida amiga Mona Bernadel, amiga de longa data, que me ajudou a encontrar os textos de lei digitalizados que precisava para este trabalho. À minha amiga Sabine Lamour sou agradecida pelo seu suporte contínuo e que, quando falei aos prantos atrás do meu computador : "Estou no ponto de desistir, não aguento mais, não vou conseguir", me disse: "Não, você pela sua garra e força é um modelo para mim, para outras. Não brinque comigo, vai adiante!!!!!" As nossas conversas feministas e antirracistas enriqueceram meu trabalho. A minha lista de agradecimentos não é completa, mas não posso terminar sem mencionar meu querido irmão Michel-Ange pelo seu apoio e força e admiração pela irmãzinha, meu pai e minha carinhosa irmã Michele. Seus apoios tranquilos e no momento certo tiveram um grande efeito.

Nesta passagem difícil em Campinas, onde descobri os frios preconceitos raciais na experiência, as pessoas carinhosas e gentis que consegui encontrar ocupam um lugar de destaque no meu coração. Entre estas pessoas- fora os/as já mencionados/as tais como a Sandra Fortes que durante muito tempo me deu ouvido e manifestou uma grande

empatia e solidariedade comigo- se encontram a Cláudia Mazzei, o Euclides, a Luciana Ramirez. Em final, agradeço o pessoal do Xerox do IFCH, a Marli, faxineira do IFCH, pelo seu sorriso e carinho costumeiro. E, por último, reitero meus agradecimentos à reitoria da UNICAMP que auxiliou a nossa vinda aqui e a CAPES, mas, sobretudo, aos contribuintes brasileiros pelo financiamento da minha bolsa de doutorado. Quero aproveitar este espaço para agradecer ao professor Fernando Lourenço pela sua participação na minha qualificação de tese, pelos seus encorajamentos, sua apreciação do meu trabalho. Os quais me fizeram avançar com otimismo neste trabalho durante o longuíssimo 2013. Devo cumprimentar os outros membros da banca, a professora Renata Gonçalves, a professora Neri Souza, e a Professora Eurinece de Oliveira pelas suas leituras e apreciação do meu trabalho.

Enfim, não deu para mencionar todos os nomes aqui, de qualquer modo, agradeço a todos e todas que duma maneira e outra contribuíram na minha formação, a minha vinda aqui no Brasil no ano 2008. Penso neste momento, particularmente ao meu padrinho e amigo, friamente assassinado no Haiti no dia 12 de Janeiro de 2010: o Jn Anil Louis-Juste que deixou um vazio enorme na universidade pública do Haiti, na vida dos amigos e familiares e, sobretudo, na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras haitianas!

Agradecimentos particulares e especiais para meu amado companheiro e marido, Franck Seguy, pelo seu apoio emocional e original durante este processo e as minhas queridas filhas que me ajudaram, sem saber, me dando tantos beijos e abraços em momentos particularmente difíceis: “meninas espertas”!!!!!!!

"Bom, o que faço para poder sobreviver.
Se, por exemplo, como de manhã, estou obrigado a sofrer a tarde,
na hora de ir dormir.
De modo à poder ameliorar, poder comprar uma calça
ou se preciso duma camisa, para poder
compra-lá para me vestir, simples assim"

Simon, operário têxtil,
Fábrica de calça, CODEVI
Dezembro de 2011

« Acreditamos que a política sexual, sob o Patriarcado,
desempenha um papel tão importante na vida das mulheres negras quanto as políticas de classe e raça.
Muitas vezes também, achamos difícil separar
a opressão de raça, classe e sexo, porque muitas vezes, em nossas vidas,
estamos fazendo a experiência simultânea delas».
Combahee River Collective

Lista de abreviaturas e siglas

ACDI: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

AQOCI : Association Québécoise d´Organisations de Coopération Internationale

APD: Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ATV: Acordo sobre o Textil e o Vestuário

AZOLCA: Associacion de Zonas Francas de Latino America y el Caribe

BID: Banco Inter-americano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM: Banco Mundial

BIT: Bureau International du Travail

CBI: Caribbean Bassin Initiative

CBERA: Caribbean Basin Economic Recovery Act (CBERA)

CCI: Cadre de Coopération Interimaire/ Quadro de Cooperação Provisorio

CEPODE: Centre d'Études en Population et Développement

CISL : Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

CODEVI : Compagnie de Développement Industriel

CONAP : Coordination nationale de Plaidoyer pour les Droits des Femmes

CNUCED : Conférence des Nations-Unies sur le Commerce et le Développement

CPFO : Centre de Promotion de la Femme Ouvrière/ Centro de Promoção da Mulher Operaria

DIAL : Développement et Insertion Internationale

DSNCRP : Document de Stratégie Intérimaire pour la Réduction de la Pauvreté

DZF : Direction des Zones Franches

ENFOFAM : Enfòsmasyon sou Fanm

EUA: Estados-Unidos da América

FITTHC: Fédération Internationale des Travailleurs du Textile, de l'Habillement et du Cuir/Federação Internacional dos Trabalhadores do textil, do Vestuario e do Couro

FMI: Fundo Monetário Internacional

GATT: General Agreement on Tariffs and Trade/Acordo geral de tarifas e comercio

Grupo M: Gigante textil dominicano tendo atuaçao no Caribe e na America Central

HELP: Haiti Economic Lift Program act of 2010

HOPE I: Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act of 2006

HOPE II: Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act of 2007

IFI: Instituições Financeiras Internacionais

IHSI: Institut Haitien de Statistiques et d'Informations/Instituto Haitiano de Estatisticas e de Informações

MEF: Ministère de l'Économie et des Finances/MInistério da Economia e das Finanças

MINUSTAH: Mission des Nations-Unies pour la Stabilisation d'Haïti

ONU: Organização das Nações Unidas

OEA: Organização dos Estados Americanos

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização Não-Governamental

ONUDI: Organização das Nações-Unidas Para o Desevolvimento Industrial

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OXFAM: Oxford Committee for Famine Relief

PARDN : Plan d'Action pour le Relèvement National d'Haïti

PDNA : Post Disaster Needs Assessment

PEPPADEP: Projeto de Eradicação da Peste Suína Africana e de Desenvolvimento de Pecuária Suína)

PIB: Produto Interior Bruto

PIC: Parque Indutrial de Caracol

PNH: Police Nationale d'Haïti /Policia Nacional do Haiti

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PURE I: Programme d'Urgence et de Réhabilitation Économique (1994)

PURE II: Programme d'Urgence et de Réhabilitation Économique (2004)

SEN	Sociedade Nacional dos Equipamentos
SFI:	Société Financière Internationale/Sociedade Financeira Internacional
SOFA:	Solidarite Fanm Ayisyèn
SONAPI:	Sociedade Nacional dos Parques Industriais
UMHA:	Union des Médecins Haitiens/União dos Medicos Haitianos
USA:	United States of America
USAID:	United States Agency for International Development
ZEE	Zonas Economicas Especiais
ZEI:	Zone Économique Intégrée
ZFE:	Zone Franche d'Exportation

Lista de quadros

Quadro 1. Multinacionais estabelecidas na CODEVI 36
Quadro 2. Força de trabalho por fábrica e por produtos 37
Quadro 3. Força de trabalho em equipes por fábrica e por produtos 38
Quadro 4. Força de trabalho por sexo 40
Quadro 5. Faixa etária da força de trabalho 40
Quadro 6. Nível de estudo da força de trabalho 41
Quadro7.Criação das primeiras zonas francas América Latina e Caribe.....56
Quadro 8.Taxas Anuais de Crescimento (em porcentagem).....292

Lista de figuras

Figura 01.Vista satelica da CODEVI 31
Figura 02. Produção de camisas: mulheres em destaque 39
Figura 03. Placa de bem vindos da fábrica de jeans Levi´s 119
Figura 04. Fardos de tecidos (calça-jeans/ dockers [Levi's]) para a montagem 128
Figura 05. Áreas do setor adminitrativos: Escola de treinamento de aprendizes.....197
Figura 06. Montagem das calças: homens e mulheres na costura das peças. Destaque para presença maior de homens em pé nos postos de trabalho considerados mais pesados. 201
Figura 07. Chegada dos/das operários/operárias antes das 6:30 da manhã 211
Figura 08. Saída após um dia de trabalho 211
Figura 09. Homens no processo de controle da qualidade 214
Figura 10.Postura corporal nos postos de trabalho.....241
Figura 11. Refeição nas imediações da zona franca 254
Figura 12. Contraste entre as barracas-restaurantes e a cafeteria CODEVI 256
Figura 13. Assentos onde os operários e as operárias fazem as suas refeições 258
Figura 14.Vista latera: barracas-restaurantes fora e cafeteria dentro da zona franca.....259
Figura 15. Sexta-feira: dia das contas entre vendedores de refeição e operários 260
Figura 16. Placa da CODEVI localizada acima da clinica CODEVI.....266
Figura 17. Fábrica de roupas intimas: posto de Controle de qualidade 276
Figura 18- A ex-secretária de estado dos E-U na inauguração do Parque Industrial de Caracol.....300
Figura 19. Áreas do setor adminitrativos: prédio administrativo e patio interno da CODEVI.....310
Figura 20. Área externa imediata da CODEVI: acúmulo de lixo não degradável em espaços cultiváveis 312
Figura 21. Entrada haitiana vista do interior.....312
Figura 22. Cultivos no entorno da área da zona franca.....318

INTRODUÇÃO

Figura 01.Vista satelica da CODEVI



Fonte: **Folheto promocional da CODEVI**. Trabalho de campo, dezembro de 2011.

Universo do estudo

Enquanto no centro do capital iniciava-se, no contexto da restruturação produtiva do grande capital no final de década de 70, o processo de toyotização da produção industrial, sobretudo automobilística, base da acumulação flexível própria a esse processo, no Terceiro-mundo implantavam-se as zonas francas. Estas, na sua maioria, produziam segundo o modelo fordista ou neofordista. Desafiando deste modo, as teses de destaylorização da produção mundial e de dominação universal da produção flexível. Como analisa Helena Hirata (1995):

> A análise da divisão sexual do trabalho entre os sexos nos países fortemente industrializados (cf. por exemplo, D. Kergat [1992 c]) assim como a comparação internacional da divisão sexual do trabalho, mostram que esses modelos teóricos analisam a partir dum determinado arquétipo do trabalhador: hábil, versátil, pronto a integrar-se à lógica da "ação comunicativa". O operário industrial masculino dos países industrializados continua a ser, portanto, a figura emblemática deste novo paradigma de produção. No entanto, a ideia da "morte do fordismo" registrada na afirmação do surgimento de tal paradigma é fortemente

> questionada quando se leva em conta a divisão sexual e a divisão internacional do trabalho. A especialização flexível ou a organização do trabalho em pequenas ilhas ou módulos não se realiza de maneira indiferenciada quando se trata de ramo com mão de obra feminina ou masculina, de países altamente industrializados ou ditos "subdesenvolvidos" (HIRATA[1],1995:86)

Apesar da autora não levar em conta o racismo da divisão internacional sexual do trabalho para analisar a questão da morte ou não do modelo fordista de produção, a prática tem demonstrado que a maioria destas zonas francas especializadas na indústria têxtil, dita leve, a menos sofisticada da produção em zonas francas, requerendo, portanto, quase nenhum tipo de "qualificação" tecnica e/ou profissional especializada. Estas em geral pagam por produção, ou seja, por peça, e encontram-se, em geral, nos países do Terceiro-mundo e concentram uma força de trabalho feminino considerada desqualificada (Cling and Letilly, 2001; BOST, 2010), Isto é, Nos locais onde são localizadas geopoliticamente as mulheres racializadas como "negras[2]", "indígenas" e "latinas" ou "árabes". Aparece deste

[1] [Tradução livre]L'analyse de la division sexuelle du travail entre les sexes dans les pays industrialisés (cf, par exemple, D. Kergoat [1992c]) ainsi que la comparaison internationale et de la division sexuelle du travail, montrent que ces modèles théoriques partent d'un certain archétype de travailleur: qualifié, polyvalent, prêt à s'intégrer à la logique de "L'agir communicationnel". L'ouvrier industriel mâle des pays industrialisés reste ainsi la figure emblématique de ce nouveau paradigme de production. Or, l'idée de la « mort du fordisme », inscrite dans l'affirmation de l'émergence d'un tel paradigme est fortement questionnée quand on fait intervenir la division sexuelle et la division internationale du travail. La spécialisation flexible ou l'organisation du travail en îlots ou en modules ne se réalise pas de façon indifférenciée selon qu'il s'agit de branches à main d'œuvre masculine ou féminine, de pays hautement industrialisés ou de pays dits « sous-développés ». (HIRATA, 1995:86)

[2] Neste trabalho, nos usamos todas as referências à "cor" da pele ou "raça" entre aspas. Nós nos apoiamos para isso as análises de Annibal Quijano sobre a questão da "raça" ou "cor" no seu artigo:" "race" et colonialité du pouvoir" in mouvements, 2007/3 N° 51 p 11-118. O autor, discutindo a relação entre a "raça" e a colonialidade, ressalta a historicidade do conceito de "raça" mostrando deste modo a politização desta noção e a sua falta de conteúdo ontológico real. Adotamos essa escrita por partilharmos da especifica leitura do autor sobre a historicidade e instrumentalidade da "raça" tanto para a introdução como para a reprodução da colonialidade nas antigas colônias "europeias". Referimo-nos mais particularmente a seguinte citação do artigo em questão para justificar a nossa escolha: "*É essencial, para entender isso, examinar de perto o uso do termo "cor", quando ele se refere às características das pessoas. A própria ideia de 'cor' nesta relação é uma construção mental. Quando falamos de 'cores' políticas ('vermelho', 'verde', etc.), todos estão dispostos a ver a cor como uma metáfora, mas, estranhamente, não é assim quando dizemos que alguém é "branco" ou "preto" ou "amarelo" ou "vermelho". Mais curiosamente ainda, muito poucas pessoas pensam espontaneamente que é preciso duma distorção total da visão para admitir que "branco" ou "amarelo" ou "vermelho" pode ser a cor de uma pele saudável. Ou que é uma forma de estupidez. No máximo, os mais exigentes vão pensar que se trata dum preconceito. A história da construção da "cor" nas relações sociais certamente fica para ser feito. Não obstante, há indicações suficientes para indicar que a associação entre 'raça' e 'cor' ocorre tarde e de modo tortuoso. A ideia de 'raça' é anterior e, originalmente, a noção de 'cor' não tinha nenhuma conotação racial. A primeira 'raça', são os 'Índios' e não há nenhuma documentação que indica uma combinação da categoria 'Índio' com a de 'cor'. A ideia de 'raça' nasceu com a América e refere-*

modo que o fordismo, conforme a renovada divisão social, internacional, sexual e racial do trabalho encontra-se altamente ativo na periferia do centro do capitalismo especialmente nas zonas francas têxtis. Mas, concretamente, a categoria zonas francas, de modo geral, diz respeito a qual realidade?

O conceito de zonas francas é muito amplo. O seu estudo, assim como o seu desenvolvimento, doravante mundial, no decorrer dos últimos trinta anos, tem dado lugar a vários conceitos: "Zona Franca comercial", "Zona Franca", "Zona industrial de exportação", "zonas de livre comércio", "Zonas econômicas Especiais" (caso da China), "Parques tecnológicos e científicos", "portos francos", "ilhas francas", *duty-free shop*, *off-shore bank*, Zona Franca de Exportação e uma das recém-chegadas: as Zonas Econômicas Integradas (ZEI) (CLING e LETILLY,2001; Bost, 2007; SFI, 2011).

As variantes mais "sofisticadas" e lucrativas de zonas francas, para os países de acolhimento e também, embora de modo relativo, para os/as trabalhadoras, encontram-se nos países emergentes ou "desenvolvidos", tais como a China, o Japão, a Correia do Sul e Taiwan. Nestes últimos, aliás, o vestuário tornou-se secundário, enquanto continua sendo predominante na produção industrial da maioria dos países ditos em desenvolvimento. O modelo básico de zonas francas industriais de exportação onde são empregadas muito mais mulheres do que homens, e localizados na sua quase totalidade no Terceiro-mundo, tem os seguintes objetivos:

- Fornecer divisas estrangeiras através da promoção de exportações não tradicionais.
- Fornecer trabalhos para aliviar os problemas de desemprego ou subemprego no país de acolhimento; auxiliar na criação de renda.
- Atrair investimento estrangeiro direto (IED) para o país de acolhimento.
- No caso de uma ZFE bem sucedida, o investimento estrangeiro direto seria acompanhado por transferência de tecnologia, conhecimento, repercussões e

---

se ao original, presume-se, as diferenças fenotípicas entre 'Índios' e 'conquistadores', principalmente "castelhanos". No entanto, os primeiros povos dominados, aos quais os europeus (futuros) aplicam a ideia de 'cor' não eram "Índios", mas de preferencia os escravos raptados e que se tornam objetos de comércio na costa do que é agora chamado de África, e que serão chamados os 'negros'. Embora possa parecer estranho hoje, não é a eles que se aplica originalmente a ideia de 'raça', mesmo que os futuros europeus os conheceram muito tempo antes que eles cheguem às margens da futura América "racial"". (Quijano, 2007 : 114-115)

> demonstração de efeitos que agiria como catalisadores para os empresários nacionais envolverem-se na produção de produtos não tradicionais. (MADANI, 1999: 14-15)

A CODEVI (Companhia de Desenvolvimento Industrial) faz parte desta categoria de zona franca. Ela foi construída no Haiti a partir de 2002 e, começou a funcionar a partir de 2003 no quadro de um processo de recuperação da produtividade da produção têxtil dominicana ameaçada pelas medidas da OMC (Organização Mundial do Comércio) contidas no Acordo sobre o Textil e o Vestuáario (ATV) tomadas em 1994[3]. Enquanto instrumento de desenvolvimento para o Haiti operado por dominicanos, como, na realidade, operacionaliza-se o processo de atração de investidores e de diversificação da CODEVI? Em que sentido a CODEVI pode ser considerada como um instrumento de ruptura com a dependência neocolonial quando ela é posta em operação no contexto de uma ocupação militar?

A CODEVI, portanto, ou seja, as relações de trabalho nesta zona franca entre patrões e trabalhadores e trabalhadoras formam o que convém chamar do universo do nosso estudo. Escolhemos trabalhar com a CODEVI por ela ser, juridica e tecnicamente, a primeira e única zona franca estabelecida no Haiti no momento da realização da nossa pesquisa de campo no ano 2011. Ela é localizada na zona occidental da fronteira haitiano-dominicana, na parte haitiana da ilha Haiti.

A CODEVI (Companhia de Desenvolvimento Industrial) classifica-se entre as ZFE (Zonas Francas de Exportação) "autorizadas a vender uma parte da sua produção no mercado local" que, segundo a definição do BIT (Bureau International du Travail), são: "zonas industriais, oferecendo incentivos especiais para atrair investidores estrangeiros e nas quais os produtos importados passam por uma transformação antes de serem exportados ou reexportados"[4] (BIT, 2002: 1-2). Essa definição fornece uma visão substancial da zona franca, no entanto, ela precisa ser completada. Para isso, recorremos a uma definição mais

[3] No primeiro capitulo adentramos na relação entre a celebração deste acordo e a instalação da CODEVI no Haiti.

[4] [Tradução livre] «*des zones industrielles offrant des avantages spéciaux, ayant pour vocation d'attirer des investisseurs étrangers et dans lesquelles des produits importés subissent une transformation avant d'être exportés ou réexportés*» (BIT, 2002 :1-2).

antiga das zonas francas de exportação da CNUCED (Conferencia das nações-Unidas para o Comercio e o Desenvolvimento) datando do ano 1975:

> Uma zona franca é um enclave num território aduaneiro nacional, geralmente situada a proximidade de um porto ou de um aeroporto internacional, e na qual entram, sem formalidades aduaneiras, os bens de equipamento, elementos e materiais estrangeiros. Estes produtos importados são transformados na zona, depois exportados no exterior, sem a intervenção das autoridades aduaneiras do país hospede. (Apud Bost, 2010: 16)[5]

As duas definições descrevem o que geralmente é encontrado nos países mais pauperizados da periferia capitalista na contemporaneidade, onde as zonas francas mais "precárias", isto é, mais rudimentares, como as de produção têxtil, são localizadas. A CODEVI constitui um modelo no qual se encaixam as duas definições tanto pela sua administração como pela sua produção. Nas páginas seguintes, nos propomos a descrever a organização do trabalho, apresentar dados sobre a "população operária", a produção da zona franca, as multinacionais representadas e os objetivos dos administradores. Trata-se de apresentar um retrato da zona franca, no ano da nossa pesquisa de campo (2011), espaço onde se desenvolvem as relações de trabalho estudadas nesta tese.

A CODEVI- ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO[6]

A zona franca aloja, segundo informações obtidas com a DZF (Direction Nationale des Zones Franches/ Direção Nacional das Zonas Francas), nove (9) multinacionais especializadas, de modo geral, na produção têxtil. Segundo o diretor adjunto da DZF: "a produção da CODEVI é têxtil (Camisas, roupas intimas, uniformes para trabalhadores de hospitais, e contém também usinas de sapatos (Timberland/Suiça). O sistema de produção é a produção em linha, um tipo de produção solidária com um objetivo

[5] [Tradução livre] « *Une zone franche est une enclave dans un territoire douanier national, généralement située à proximité d'un port ou d'un aéroport international, et dans laquelle entrent sans frais de douane, des biens d'équipement, des éléments et des matériaux étrangers. Ces produits importés sont transformés dans la zone, puis exportés ailleurs, sans qu'interviennent les autorités douanières du pays hôte* » (Bost 2003 :16)

[6] As informações tratadas aqui foram coletadas no final do ano de 2011

de produção coletiva[7] (2011)". A solidariedade aqui referida traduz-se, no processo produtivo real na pressão exercida por cada trabalhador ou trabalhadora, um/uma sobre outro/outra, para poder alcançar as metas diárias individuais. Um conceito de solidariedade que, como veremos ao longo deste trabalho, associado às metas de produção contribui para aumentar a produtividade em detrimento da saúde integral do/da trabalhador/trabalhadora da zona franca. Durante a nossa investigação não pudemos comprovar a presença efetiva de todas as empresas ou, mais precisamente, da produção das suas mercadorias. Contudo, a seguir, apresentamos um quadro com a lista das multinacionais presentes na CODEVI e suas respetivas especialidades. Isso, baseando-nos nos dados fornecidos pela DZF e completados durante nossa investigação na zona franca.

Quadro 1. Multinacionais estabelecidas na CODEVI

Multinacionais	Produção
Sara Lee	Têxtil
Dominican Knits	Têxtil
American Eagles Outfitters	Têxtil
Levi Strauss & Co.	Têxtil (calça-jeans, dockers).
Grupo M	Têxtil
Fishman & Tobin, nc	Têxtil
Hanes Brands	Têxtil
Timberland	Sapatos
Vanity Fair	Têxtil (Roupas íntimas)
Iron Free	Têxtil
Banana Republic	Têxtil
BKI	Têxtil (uniformes exercito americano/dominicano)

Fonte: Direction des Zones Franches (DZF), 2011/ pesquisa de campo, 2011·.

[7] [Tradução livre] « *La production de la CODEVI est textile (T-shirts, sous-vêtements, uniformes (travailleurs d'hôpitaux) et comprend aussi des usines de chaussures (Timberland /suisse). Le système de production est la production en ligne, un type de production solidaire avec un objectif de production collectif* ».

No período da nossa pesquisa de campo, sete (7) fábricas ou indústrias funcionavam efetivamente. Entre elas, 6 fabricando produtos têxteis e uma de sapatos. Cada fábrica é dividida por equipes de 10 a 12 operárias/os em média renumeradas/os por peça. Seguimos apresentando dois quadros com a repartição da população operária da CODEVI por fábrica respetivamente conforme os dados da DZF e do sindicato (SOKOWA). Os dados da SOKOWA[8] foram coletados depois dos da DZF, eles não são diferenciados segundo o sexo.

Quadro 2. Força de trabalho por fábrica e por produtos

Fábricas	Produtos	Número de Operários
AM1	Calças	1850
AMII	Calças	1094
MD	Camisetas	1572
Fabrik Wanament	Roupas íntimas	1182
BKI	Uniformes	140
Timberland	Sapatos	135
Total		5973

Fonte combinada: DZF, SOKOWA (2011).

Em dois casos (Timberland, BKI), a nominação das fábricas coincide com o nome das marcas/multinacionais, mas, em geral, são códigos associados às fábricas. Nós não nos interessamos pelos motivos de tais escolhas durante a nossa investigação. A nossa preocupação era a captação do retrato da "amostra" da classe trabalhadora presente na zona franca, e é este retrato que tentamos apresentar ao longo desta primeira parte bastante descritiva da tese. Continuamos esse processo apresentando a seguir o quadro da repartição dos/das operárias/os em equipes por fábrica e por produto conforme os dados coletados com o sindicato das trabalhadoras/res, a SOKOWA em complemento a dados anteriormente coletados com a DZF.

[8] Sendika Ouvriye CODEVI Wanament (em creole) Sindicat des Ouvriers de CODEVI, Ouanaminthe (em francês).

Quadro 3. Força de trabalho em equipes por fábrica e por produtos

Fábricas	Produtos	Número de equipes
AM1	Calças	35
AMII	Calças	56
MD	Camisetas	67
OMI[9]	Roupas íntimas	56
OMII	Roupas íntimas/jaquetas	3
BKI	Uniformes	7
Timberland	Calçados	NI[10]

Fonte combinada: DZF, SOKOWA

Apesar do risco de levar o leitor à confusão, a apresentação desses dados, em aparência contraditória aos da CODEVI[11], traz informações importantes, para a análise das relações do trabalho remunerado por peça. A margem de erro ou de distancia entre os dados sobre a quantidade de operária/os entre os da DZF, os da SOKOWA e os da CODEVI se deve à instabilidade relativa dos trabalhadores/trabalhadoras no emprego na zona franca, um elemento que sera esclarecido pelas nossas análises posteriores..

A força de trabalho da CODEVI

Na CODEVI, encontra-se uma população operária majoritariamente feminina. Um fato que comprove as análises sobre zonas francas implantadas em países do terceiro-mundo publicadas pela própria OIT em 1998:

> a maioria, particularmente nos setores do vestuário e dos eletrônicos. A tabela 2.7, construída por um assessor da ILO sobre questões da mulher na América Central, ilustra a predominância de mulheres trabalhadoras na força de trabalho

[9] A *fabrik Wanament* foi dividida em duas fabricas, uma continuando com os mesmo produtos e a outra especializada na produção de jaqueta e de roupas intimas. Existe outra fábrica chamada OMIII encarregada do corte dos tecidos.
[10] Não informado
[11] Quadro 4.

das zonas e a elevada percentagem de plantas têxteis e do vestuário que possuem mão-de-obra feminina. (ILO, 1998: 20)[12]

Figura 2. Produção de camisas: mulheres em destaque



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

O quadro a seguir, bem como a figura acima (2) ilustra muito bem a predominância das mulheres na força de trabalho da CODEVI. As informações nele contidas nos foram fornecidas pela DZF e confirmadas pela CODEVI.

[12][Tradução livre]. Zone workers are a very significant component of formal employment in zone-operating countries, and women are usually in the majority, particularly in the garment and electronics sectors. Table 2.7, constructed by an ILO advisor on women's issues in Central America, illustrates the predominance of women workers in the zone workforce and the high percentage of textile and garment plants which are female labour-intensive (ILO, 1998:20)

Quadro 4. Força de trabalho por sexo

Sexo	Quantidade	percentagem
Mulheres	3332	54
Homens	2768	46
Total	6100	100

Fonte combinada: DZF/ CODEVI, 2011

As informações da própria CODEVI mostram, de modo geral, que a maioria das/os trabalhadoras/res possui um baixo nível de educação. Também, a maior parte deles está em idade produtiva, numa fase onde possuem a sua plena força de trabalho propriamente dita e, a priori, não têm responsabilidades (família, aluguel, etc...). No entanto, como a nossa pesquisa o mostrou, muitas mulheres jovens empregadas na zona franca estão a cargo de filhos pequenos. A baixa escolaridade dos/das operários/operárias os prepara ao trabalho subpago e precário enquanto a juventude lhes permite manter-se firmes, relativamente aos postos de trabalho por penosos que estes sejam. Este quadro não é típico do Haiti ou do trabalho nas zonas francas, mas sim do trabalho precário, terceirizado, temporário onde os jovens, as mulheres, os homossexuais ou transexuais são empregados e relativamente bem acolhidos tais como o setor do *telemarketing, do call center,* da educação infantil, dos vendedores dos *shoppings center* etc... Os dois quadros a seguir ilustram este estado de fatos que tentamos analisar brevemente neste parágrafo.

Quadro 5. Faixa etária da força de trabalho

Faixa etária	Quantidade	Percentagem
18-29	4354	71.7
30-39	1531	25.1
40-49	192	3.1
50 o mais	23	0.36
Total	6100	100%

Fonte: CODEVI, 2011

Quadro 6. Nível de estudo da força de trabalho

Nível de estudo	Quantidade	Percentagem
Elementar e/ou intermediário (1-8)	3709	60.80%
Bacharel e/ou universidade	2306	37.5%
Graduação ou profissional	85	1.4%
Total	6100	100%

Fonte: CODEVI, 2011

Uma análise aprofundada tanto da composição da força de trabalho como do seu significado para a sua exploração no contexto haitiano será exposta no capítulo que trata da divisão hierárquica do trabalha na zona franca. Portanto, apresentamos no próximo subitem a metodologia da nossa pesquisa de campo com o propósito de dar uma visão mais ampla do processo de realização desta tese.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Posicionamento ontometodológico da pesquisa

É de fundamental importância assumir que essa pesquisa é realizada e exposta com o ponto de vista situado, isto é, a partir de uma clara consciência da pesquisadora da sua "subjetividade objetiva" como mulher, "negra", trabalhadora, haitiana, ou seja, cidadã de um país dito "subdesenvolvido" ou "à regressão rápida", implicado em relações neocoloniais logo depois da conquista da sua independência. Portanto, mesmo procurando ser objetiva, não posso ser neutra no sentido positivista do termo, nem tenho essa pretensão.

Este estudo é, portanto, realizado a partir da localização epistêmica de uma mulher, trabalhadora, heterossexual, racializada como "negra", haitiana e temporariamente imigrante em um país dito do Sul, o Brasil, onde pudemos descobrir o pleno sentido político e emocional do conceito de racialização durante nossos estudos de mestrado e atualmente de doutorado. Esta localização epistemológica e ontológica nos obriga a sempre

tentar analisar a realidade nas suas múltiplas determinações: 'raça', classe, gênero, idade, geopolítica, cultural. Concordando, deste modo, com as feministas afro-americanas do coletivo Combahee River quando declaram:

> Acreditamos que a política sexual, sob o Patriarcado, desempenha um papel tão importante na vida das mulheres negras quanto as políticas de classe e raça. Muitas vezes também, achamos difícil separar a opressão de raça, classe e sexo, porque muitas vezes, em nossas vidas, estamos fazendo a experiência simultânea delas[13].

Nossas várias situações de opressão-exploração nos obrigam a estudar a realidade como uma totalidade atravessada por múltiplas contradições, onde ocupamos, muitas vezes, o lugar da "Outra". Esta localização onto-epistêmica nos levou a priorizar, como indica o próprio título deste trabalho, as mulheres operárias, aliás, a maioria da força de trabalho da zona franca. Assim, no próximo subitem, apresentamos o processo de realização das entrevistas e de modo global, os-as que se deram tempo para conversar conosco. Isso, no intuito de dar-lhes "vida" e não tão somente usá-los. Esse passo responde a um pressuposto da pesquisa feminista que pressupõe o relacionamento entre sujeitos na pesquisa e não entre pesquisadora e "objetos de pesquisa". Embora o próprio processo acadêmico de investigação científica impeça a real implicação dos "sujeitos", do inicio até o fim da pesquisa.

O processo de entrevista das/dos participantes na pesquisa de campo

A apresentação deste processo fora da própria análise das relações de trabalho responde a preocupação de exposição dos resultados, da realização da pesquisa de um modo que facilite a compreensão do/da leitor/leitora. Nesta parte do trabalho, fornecemos tão somente uma visão global dos nossos/das nossas entrevistados/entrevistadas. Antes,

[13] [Tradução livre] *Nous pensons que la politique sexuelle, sous le patriarcat, joue un rôle aussi important dans la vie des femmes Noires que les politiques de classe et de race. Souvent aussi, nous avons du mal à séparer les oppressions de race, de classe et de sexe, parce que fréquemment, dans nos vies, nous en faisons l'expérience simultanée*. Combahee River Collective in Black Feminism : Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000, 2008 :64.

porém, cabe por algumas reservas tanto sobre a pesquisa como o seu aproveitamento neste trabalho.

Em primeiro lugar, queremos destacar que nem todos/todas os/as entrevistados/entrevistadas fazem parte do nosso universo de estudo. Por motivo de espaço e de tempo, pois, foi uma pesquisa de campo muito rica. O seu tratamento eficaz e completo levaria muito mais do que os dois anos que se passaram entre a sua realização e a finalização da tese.

Em segundo lugar, apesar do fato de não mencionar os operários no titulo da tese, desde o início pensamos entrevistar alguns operários também, no intuito de comparar o significado e a realidade do trabalho na zona franca para eles e para as mulheres. A entrevista com eles, mais objetivamente, permitiu identificar, para toda a força de trabalho haitiana, a presença dos marcos da hierarquização das relações de trabalho segundo o sexo, a etnia-nacionalidade e a sua funcionalidade para a exploração do trabalho na CODEVI.

O processo de entrevista das/os operárias/os foi realizado em quatro espaços: dentro da própria zona franca, nos locais de descanso ou na cafeteria; nos locais onde costumam comer os trabalhadores depois do trabalho ou na hora do almoço nos redores da CODEVI; nas casas dos/das operárias e no nosso próprio alojamento. Geralmente iniciava-se a entrevista na hora do almoço e terminava-se depois do trabalho. As entrevistas realizadas nas casas das/os operárias/os ou no nosso alojamento foram as mais ricas em informações e, portanto, orientaram por completo as nossas analises. Foi um processo bastante rico onde se juntava a desconfiança no inicio, ou a euforia de falar do que faz e de externalização das suas angústias frente a um trabalho explorador e, às vezes, humilhante. Ao longo das entrevistas, o processo foi se tornando mais familiar para nós, mais empolgante. Como se pode ver ao longo da análise das relações de trabalho, crescemos junto com a produção da tese. Com efeito, passamos a conhecer o nosso objeto o estudando na própria zona franca, bem antes da apreensão da literatura sobre as zonas francas, por exemplo. Assim, no fim do processo, sentia-se a saudade destes momentos onde demos ouvidos à pessoas frustradas, esgotadas e revoltadas com as suas condições de trabalho e, sobretudo, frente à hierarquização nacional-racial-sexual das relações de trabalho. Mas, quem são essas mulheres e homens que entrevistamos no quadro desta pesquisa?

As/os nossas/os entrevistadas/os e como evidenciam os quadros acima e conforme o nosso objeto de estudo, são, na sua maioria, mulheres. No entanto, as suas características tais como ser jovem com nível baixo de educação formal, responsável ou mãe de filhos se mostraram ao longo da pesquisa. Assim, por ordem de aparição na tese, apresentamos as/os trabalhadoras/os entrevistadas/os:

1. Marie, 28 anos, operária na fábrica de camisas OM2, mãe de dois filhos pequenos, sendo um a carga exclusiva do ex-marido e o mais novo a carga conjunta do atual conjugue.
2. Simon, 25 anos, aluno do ensino médio à noite, morando na casa dos pais, e operador numa fábrica de calças.
3. Evelyne, 29 anos, em união consensual, e com o ensino médio incompleto, mãe biológica de cinco filhos e responsável por mais dois, e operária da zona franca desde 2003.
4. Annette, 32 anos, em união consensual, com o ensino médio incompleto, mãe biológica de três filhos, responsável por mais cinco irmãos e irmãs, e operária da zona franca desde quatro anos.
5. Jacques 32 anos, encanador de profissão e contratado na zona franca sete meses atrás.
6. Jeannette, operária na fábrica de anáguas, mãe de um filho de quatro anos, separada do pai e contratada na zona franca 3 anos atrás
7. Françoise, 25 anos, antiga comerciante, sem estudo, casada e mãe corresponsável de 2 filhos
8. Barbara, 34 anos, casada, mãe de quatro filhos e corresponsável de três filhos.
9. Carla, encarregada de dois filhos biológicos, solteira com ensino médio incompleto.
10. Denise, 20 anos, em união consensual, mãe biológica de um filho e responsável por mais um filho.
11. Jeanne, 20 anos, aluna do ensino médio, contratada como operária na zona franca um ano antes da nossa entrevista.

12. André, 25 anos, jovem operário, aluno do ensino médio à tarde depois da fábrica costureiro de profissão.
13. Henri, mecânico de profissão, pai separado e morando com um tio nos redores da zona franca e operário da fábrica de sapatos da marca Timberland há menos de um ano.
14. Guerda, 25 anos, casada, mãe e corresponsável com o marido de dois filhos.
15. Sylvie tem 24 anos, com ensino médio incompleto e mãe de um filho e também sofre de doenças do trabalho.
16. Antoine auditor, 28 anos, fez estudos superiores, é técnico em *coupe-couture*. Não tem filho biológico, mas é responsável de duas crianças.
17. Jean, mecânico industrial, de 31 anos é estudante de uma universidade estadual. Parou de estudar para trabalhar. É pai de um filho e separado da mãe
18. Joël, supervisor de produção de anáguas.
19. François, supervisor de duas equipes de produção de "calcinhas".

Rapidamente, podemos ressaltar que além das mulheres operárias serem na sua maioria mães, somente aquelas que moram com o pai de seus filhos e, geralmente, formalmente casadas, têm realmente o cargo dos filhos compartilhado com o seu marido. O que rapidamente mostra a carga pesada dessas mulheres em geral com guarda exclusiva de filhos. Este é um elemento importante que não pode ser analisado isoladamente. Portanto, será analisado posteriormente no primeiro capítulo ao tratar do processo de pauperização das mulheres trabalhadoras haitianas. Cabe também assinalar que essas/os entrevistadas/os foram abordadas de modo aleatório. No caso dos intermediários, utilizamos o mesmo roteiro utilizado com as/os operárias/os, pois, foi ao realizar a entrevista que descobrimos que eles não eram operadores. Dai, improvisamos fazendo perguntas diretamente ligadas com as suas respetivas funções no processo de trabalho.

Fora os operários, entrevistamos formalmente[14] também um executivo da CODEVI, o diretor adjunto da DZF, na época e o representante da DZF no local da zona

[14] O roteiro de todas as entrevistas semiestruturadas realizadas com os operários e intermediários, oficiais da zona franca o diretor das operações encontra-se em anexo desta tese.

franca. Vários responsáveis dos recursos humanos nos locais nas fábricas, o principal responsável desse setor, um treinador e um engenheiro haitiano respondeu a algumas perguntas nossas durante nossa visita à zona franca. O nosso primeiro entrevistado foi um vigilante da zona franca. Ele ficou muito prudente e reticente a nos deixar entrar na zona franca até receber a devida autorização para nos deixar circular "livremente" no espaço durante o nosso período de estadia em Ouanaminthe. Esta mesma reticencia foi observada com o representante da DZF que hesitou antes de nos apresentar aos responsáveis da zona franca até receber a autorização de Porto-Príncipe. Isso pode dar uma ideia de quão restrita é a entrada da zona franca e a sua visita mesmo depois de ter a permissão de penetrar nela. De forma geral, pudemos ver nas entrevistas com esses dois grupos em relação, como o lugar na produção determina a consciência e como um mesmo fato pode ter duas interpretações contraditórias num mesmo local de trabalho quando ele é analisado por pessoas localizadas nos pontos antagônicos da relação capital-trabalho.

Fora os patrões, seus quadros técnicos e os operários e as operárias, ouvimos os representantes da associação dos vendedores de refeições AMMC (Asosiyasyon Machann Manje CODEVI/Associação de vendedores de comida de CODEVI), os representantes do sindicato, dois dirigentes da intersindical Batay Ouvriye, os quais têm uma presença notável na CODEVI. Tivemos uma entrevista com uma líder importante do movimento feminista hegemônico haitiano no intuito de descobrir a visão da exploração-opressão das operárias para tal movimento, além da leitura da monografia da CONAP que traz à tona o seu ideário ideopolítico e as tomadas de posições mais importantes sobre o trabalho das mulheres em geral no Haiti.

Algumas das entrevistas realizadas durante todo o processo de pesquisa de campo durante o período 2011-2012 não são reproduzidas ou citadas neste trabalho textualmente. No entanto, nos foram muito úteis para ter uma ampla compreensão na prática do que é uma zona franca e de como se mantém vivos e dignos trabalhadores e trabalhadoras cuja saúde integral é atacada diariamente nas fábricas. Isso nós permitiu compreender a instrumentalidade do aparente conflito haitiano-dominicano para a exploração do trabalho e opressão das operárias haitianas. Pudemos ver concretamente o que é ser uma operária pauperizada no Haiti. Descobrimos também que um patrão e um

diretor de um organismo público de apoio técnico, institucional aos industriais, como a DZF, podem dar prova da maior cortesia apoiando assim a realização de uma pesquisa de campo numa zona franca, fechada em tempos normais para "agentes externos" que não fazem parte de organizações internacionais creditadas pelos Clientes ou Multinacionais. Para que estudamos o trabalho nesta zona franca? Em outros termos, quais foram os nossos objetivos e o objeto deste estudo? Portanto, após apresentação do nosso universo de estudo, apresentamos os objetivos que procuramos alcançar através deste estudo.

Objetivos do estudo

O objeto desse estudo encontra-se na problemática das zonas francas vistas no quadro do presente trabalho como "neoplantações" baseadas no emprego "livre" e formal, principalmente de mulheres "negras" pauperizadas como operárias, base do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, em contradição antagônica com a emancipação do Haiti da dependência neocolonial. A nossa compreensão desse objeto de estudo articula-se em torno das relações contraditórias capital/trabalho, raça/gênero/classe, neocolônia/neometrópole, Norte/Sul, divisão internacional do trabalho/dependência neocolonial. Portanto, estudamos a produção histórica da dependência neocolonial haitiana articulada com a pauperização das descendentes "negras" das-dos antigas-antigos escravizadas-escravizados.

Assim, tratou-se de analisar as relações de trabalho na CODEVI, universo do nosso estudo, e, visto a organicidade da relação-capital, a acuidade da dupla opressão/exploração para as mulheres "negras" haitianas que compõem a maioria da força de trabalho barateada do Haiti. Além do mais, trata-se de compreender o projeto que coloca as mulheres "negras" haitianas como pilares do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti na contemporaneidade. Daí, a necessidade de analisar a categoria zona franca tal como experimentada no Haiti enquanto novo modelo de plantações, base da antiga economia colonial escravagista. Um modelo revisitado onde as mulheres têm o lugar central. O que implica na análise da crise do capital cujos rebatimentos foram, entre outros, o processo de reestruturação produtiva do capital e a globalização neoliberal. Sendo que o

desenvolvimento significativo das zonas francas na década de 80 foi uma das suas mediações fundamentais.

O objetivo geral desse estudo é, portanto, estudar a luta frontal entre o capital e o trabalho, expressa através da luta pelo controle político e econômico de antigas colônias por antigas ou neometrópoles através das zonas francas. Estas sendo, em geral, bastiões da superexploração de força de trabalho feminino, que formam o que Brunet (1987) chama de "Cinto dourado do mundo". Isso pela mediação da divisão internacional, regional, técnica, racial, sexual e social do trabalho. No entanto, de modo especifico, pretendemos:

1- Estudar o processo histórico de produção da dependência neocolonial do Haiti, articulada com a análise da pauperização histórica das mulheres Negras haitianas.

2- Analisar as relações de trabalho na zona franca de CODEVI e, visto a organicidade da relação-capital, os rebatimentos da imbricação da exploração e da opressão racista-sexista na vida das operárias da zona franca no processo de exploração do trabalho pelo capital.

3- Desvendar o significado da centralidade das zonas francas e das mulheres "negras" no processo de exploração-dominação neocolonial contemporânea do Haiti, materializado no seu plano de "desenvolvimento-reconstrução" e, portanto, a instrumentalidade da ONU e do Banco Mundial, ou seja, da "Internacional Comunitária", para tal processo.

4- Estudar as contradições entre os propósitos formais das zonas francas que visam prioritariamente o aumento e a diversificação das exportações respondendo assim às demandas de consumo dos países centrais- menos os custos altos da produção para as multinacionais - e as necessidades reais dos seus países de acolhimento tais como o Haiti.

Neste estudo, será necessário trabalhar a questão do gênero articulado às discussões das categorias trabalho e "raça". Olharemos a formação social haitiana no intuito de procurar as raízes do lugar contemporâneo do Haiti na atual divisão técnica,

internacional, sexual e racial do trabalho. O que nos permitirá entender o processo de barateamento da força de trabalho haitiana e, nisso, o processo de pauperização das mulheres haitianas. Isso, dando destaque ao processo bicentenário (precursor ideopolítico e econômico) do atual plano de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, ou seja, a colonização-civilização-modernização do Haiti conforme a denominação dos pensadores latino-americanos tais como o Walter MIGNOLO, o Ramon GROSFOGUEL.

Os aportes teóricos a esse estudo se encontram em textos da fonte marxiana, marxista e feminista tradicional e não tradicional tais como as teóricas do "*Black feminism*" como Hazel CARBY, Audre LORDE, Angela DAVIS, Patricia Hill COLLINS e outras, nas discussões sobre o gênero, com a peculiaridade da questão do gênero articulada com a classe social e a "raça" no Haiti. Também, contaremos com contribuições de Walter MIGNOLO, Ramon GROSFOGUEL, Annibal QUIJANO e outros para discutir da colonização/modernização para as nossas discussões sobre a gênese e reprodução da divisão internacional, técnica, sexual e racial do trabalho. As análises marxistas de autoras e autores tais como Ricardo ANTUNES, Karl MARX, Istvan MESZÁROS, vão iluminar as nossas discussões a respeito das categorias: "relação-capital", trabalho, reestruturação produtiva do capital. Também estes irão ajudar na compreensão da Cooperação Internacional como mediação das relações neocoloniais no bojo do Segundo Pós-Guerra e do neoliberalismo. Bem como iluminarão a decodificação das imbricações estruturais entre restauração do Capital, redemocratização do Haiti e globalização neoliberal e Zonas Francas na América Central autores como Jean-Claude ST-ONGE, Fred DOURA, Edmilson COSTA e Jn Anil LOUIS-JUSTE.

A análise da produção da pauperização das mulheres "negras" na formação social haitiana tomará em conta as análises de autores-autoras haitianos-haitianas pertinentes como Mireille NEPTUNE-ANGLADE, Myrtha GILBERT, Jean FOUCHARD, Gérard PIERRE-CHARLES, Jean-Jacques DOUBOUT, Benoit JOACHIM, Jn Anil LOUIS-JUSTE.

Divisão do trabalho

Para as necessidades da exposição dos resultados da nossa pesquisa, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. No entanto, concretamente os mesmos elementos de análise encontram-se em todos os capítulos. Contudo, um ou outro aspecto da totalidade que representa a tese é aprofundado segundo "a ordem" estabelecida na presente divisão desta nos seus respectivos capítulos.

Na introdução, encontram-se: os objetivos do trabalho e o universo do estudo. No primeiro capitulo, procuramos problematizar as zonas francas e suas funções e lugar no "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti assim como a centralidade das mulheres Negras operárias chamadas a ser a maioria da população operária nas ZFE bem como a instrumentalidade da Internacional comunitária através da ONU e do Banco Mundial. Pela centralidade das mulheres Negras no projeto de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti "protagonizado" pelas IFIs destaca-se a importância, nesta tese, da análise da relação contraditoriamente antagônica entre capital e trabalho, entre a colonização/neocolonização e a divisão internacional, regional racial, sexual, técnica e social do trabalho na contemporaneidade assim com os seus rebatimentos nos países antigamente colonizados, os contemporâneos países ditos subdesenvolvidos como o Haiti e, de modo particular, na vida das trabalhadoras racializadas.

Assim, no segundo e terceiro capitulo, estudamos o trabalho na CODEVI e a tríplice alienação das trabalhadoras "negras'. Portanto, nos dois primeiros capítulos analisamos as relações de trabalho na zona franca de CODEVI a partir da própria experiência e compreensão das operárias do seu trabalho na zona franca. Trata-se de dar conta das expressões do conflito capital-trabalho-"raça"-gênero no cotidiano das operárias da CODEVI. Com uma ênfase no terceiro capitulo, à hierarquização nacional-racial-sexual do trabalho na zona franca. Hierarquização do trabalho vista como sub-mediação do controle total das operárias realizado através do salário por peça.

No quarto capitulo, estudamos as zonas francas, seu papel econômico-político e a sua localização no projeto de neocolonização imperial do Haiti na contemporaneidade. Assim, desvendamos as imbricações entre o atual desenvolvimento de zonas francas no

contexto de “reconstrução” do Haiti hoje e o projeto neocolonial em vigor no mesmo desde dois séculos atrás. Tratou-se de compreender a necessidade social e econômica das zonas francas no Haiti para o grande capital em geral e, particularmente para o capital periférico. Daí, o “surgimento” de uma categoria de analise tal com a de subdivisão internacional do trabalho. Assim, discutimos as zonas francas na região, a saber, na dita América latina, quer dizer o projeto global de sua implantação na região bem como o contexto internacional de tal acontecimento no Haiti. Por ultimo, apresentamos as nossas considerações finais.

Recorte do estudo

Este estudo cobre o período entre 1980 e 2010, porém, com o foco nos últimos dez anos. Período de promoção intensa das zonas francas e de sua instalação no Haiti. No entanto, enfocaremos muito nos últimos anos, pois, foi a partir de 2004 que a promoção das zonas francas intensificou-se no Haiti no quadro do desenvolvimento do dito “empresariado humanitário” concebido no plano global de “desenvolvimento-reconstrução” do país.

Limites do trabalho

Através deste estudo, não conseguimos explorar todas as pistas de análise interpostas pelas entrevistas, e que, talvez, teriam deixado a tese mais rica. Com efeito, por um princípio de economia de tempo, tivemos que limitar as nossas análises. Outro elemento importante a ser assinalado é a falta de referência a autores brasileiros sobre a questão da superexploração do trabalho e da própria análise das relações de trabalho na zona franca de Manaus. Frente à quantidade significativa de documentos e, sobretudo, de depoimentos a analisar, optamos estudar preferencialmente o trabalho na zona franca da CODEVI e lesar, talvez ao custo da qualidade deste trabalho, o estudo dos teóricos do trabalho em contexto latino-americano. Decerto esses autores teriam enriquecido as nossas análises as fornecendo um suporte teórico e empírico importante. Contudo, os limites de tempo e outros elementos não acadêmicos terminaram por influenciar o desempenho deste trabalho,

e nos impediram dar a devida atenção a estes analistas importantes da questão da exploração especifica do trabalho nos países periféricos.

Portanto, este trabalho está longe de ser exaustivo e pode e deve ser considerado com uma introdução a uma sociologia marxista e feminista do trabalho no Haiti, de modo específico, onde este tipo de pesquisa é, até onde sabemos fraco ou simplesmente inexistente. Assim, este trabalho pode ser considerado como pioneiro no estudo do trabalho e, sobretudo, nas zonas francas no Haiti onde a pesquisa de campo se desenvolveu. Pelo caráter recente da CODEVI e das zonas francas no Haiti, os estudos sobre o trabalho no Haiti geralmente são realizados sobre o parque industrial nacional SONAPI e, fora do quadro acadêmico, de modo geral. Com efeito, são realizados ou por organizações internacionais ou por organizações militantes nacionais de esquerda. Portanto, a realização desta tese se revela de uma fundamental importância tanto para o avanço da sociologia do trabalho no Haiti, ainda mais numa perspectiva feminista e marxista, e especificamente para o estudo das zonas francas, na universidade pública haitiana.

Este trabalho só iniciou para o Haiti o estudo marxista num contexto acadêmico do fenômeno das zonas francas e do mundo do trabalho a partir de uma perspectiva de classe, "raça" e sexo. Pois bem, de um ponto de vista teórico-político, o processo de realização desta tese, incluindo a pesquisa de campo, tem indagado em nós a necessidade de levar em conta, nas pesquisas envolvendo pessoas, trabalhadoras/os racializadasvivendo empaisesantigamente colonizados, o solo "racial", político, tanto local como internacional, isto é neocolonial de produção dos fenômenos em estudo. Isso para não correr o risco de perenizar a lógica de universalização de realidades localizadas, em geral, no centro do capital ou no centro da periferia, as tornando espelhos inquebráveis para realidades "paralelas" localizadas na *borderline* do sistema, as *outsider* do modo dominante de pensar o mundo e mesmo o do trabalho.

CAPITULO I- ZONAS FRANCAS E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA SUA FORÇA DE TRABALHO FEMININA SUBREMUNERADA NO HAITI

No dia 02 de Agosto de 2002, foi publicada no jornal oficial do Haiti, "Le Moniteur", uma lei intitulada: "Loi portant sur les zones franches/Ato acerca das zonas francas". O decreto-lei adotado pelo poder executivo no dia 9 de julho de 2002 criou um quadro jurídico para o estabelecimento e gestão da primeira zona franca haitiana: a CODEVI (Companhia de Desenvolvimento Industrial) e das outras a serem implantadas no futuro. A primeira pedra para a construção da CODEVI foi colocada no dia 7 de abril de 2003. Ao que tudo indica, o Haiti tem uma história bastante recente de zonas francas. No entanto, segundo Roger Brunet (1986: 25) no seu livro "*Zones franches et paradis fiscaux*": "Há oficialmente uma zona franca comercial nos armazéns do porto da capital; "Porto Príncipe também tem uma zona franca industrial de exportação dublada de um 'Parque Industrial' com 'derrogações' perto do aeroporto".

Contudo, as nossas leituras e consultas realizadas na legislação haitiana além de entrevistas com oficiais da DZF (Direção das Zonas Francas) nos permitem afirmar que, ao contrário do que afirma Brunet não existiam "**oficialmente**" zonas francas, pelo menos, industriais, no Haiti antes do ano 2003 (ano de início das atividades da zona franca de CODEVI). Aliás, a legislação a respeito das zonas francas foi elaborada no ano 2002. Porém, existiam sim parques industriais com derrogações ou empresas francas na capital do Haiti cuja gestão é realizada pela SONAPI (Sociedade Nacional dos Parques Industriais). A SONAPI foi criada por decreto presidencial, sob a ditadura, no ano 1981[15], em substituição da SEN (Sociedade Nacional dos Equipamentos), encarregada da gestão dos parques industriais por decreto do dia 16 de outubro de 1969. Os parques industriais foram instituídos no Haiti por decreto presidencial no ano 1969 (8 de outubro). As funções ou finalidades dos parques industriais e das zonas francas industriais são aproximadamente as mesmas. A esse respeito, vejamos:

[15] Décret du 22 octobre 1981 créant un Organisme Autonome de droit public, à caractère industriel et commercial dénommé "Société Nationale des Parcs Industriels (SONAPI)". Publicado pelo Journal Oficiel de la République: Le Moniteur # 82, em quinta-feira 22 de outubro de 1981. Disponível em www.sonapi.ht acesso em 25/02/2013

O artigo 5 do decreto do dia 8 de outubro de 1969:[16]

> As indústrias qualificadas para entrar nos parques industriais são em prioridade aquelas cujas produções são destinadas em sua forte maioria aos mercados estrangeiros, que estas usam materiais de origem estrangeira ou local. Estas são, portanto, as indústrias de exportação ou de reexportação referidas como: "INDÚSTRIAS PRIORITÁRIAS".

O artigo 28[17] do decreto a respeito das zonas francas estipula:

> As mercadorias produzidas ou montadas nas zonas francas podem ser importadas no Haiti até concorrência de 30% da produção total mediante pagamento das tarifas aduaneiras e taxas associadas.

O artigo 31 define:

> Os artigos produzidos ou montados no Haiti e os de origem estrangeira em trânsito nas zonas francas se prestem a quatro (4) destinações:
>
> - Exportação
> - Importação nas proporções prescritas por esta lei
> - Trânsito a destinação de outras zonas francas
> - Destruição sob supervisão aduaneira (resíduos ou desperdícios da produção)

Esses artigos extraídos de decretos-leis promulgados em eras diferentes (ditadura/democracia) expressam o carácter extrovertido da produção industrial tanto dos parques industriais bem como das zonas francas. No entanto, elas são diferentes, pelo menos na sua configuração ou administração. Os primeiros permitem a intervenção do Estado na sua gestão indiretamente ou na sua construção, as zonas francas não a permitem ou não a exigem, no segundo caso. Na própria legislação haitiana, é óbvia a diferença administrativa entre as duas. Os parques industriais não são zonas francas – neste tipo de

[16]Décret du 8 octobre 1869 instituant dans le pays et à proximité des Ports et aéroports des zones de travail cloturées dotées de facilitées propres à leur fonctionnement dans les meilleures conditions, dénommées, PARCS INDUSTRIELS in Journal Officiel de la République d'Haïti Le Moniteur s/d Port-au-Prince Disponível em www.sonapi.ht. Acesso em 25/02/2013

[17]Décret du 22 octobre 1981 créant un Organisme Autonome de droit public, à caractère industriel et commercial dénommé "Société Nationale des Parcs Industriels (SONAPI)". in Journal Officiel de la République d'Haïti: Le Moniteur # 82, no quinta-eira 22 de outubro de 1981. Disponível em www.sonapi.ht acesso em 25/02/2013

empreendimento, as vantagens são maiores, assim como as exigências. Existem condições específicas a serem cumpridas para um parque industrial ou uma empresa franca virar ou integrar uma zona franca. Assim, o artigo 73 da lei sobre as zonas francas do dia 9 de julho de 2002 determina:

> Os parques industriais, as empresas localizadas nela e as empresas francas disseminadas através da República do Haiti têm a possibilidade de obter o estatuto de zona franca mediante a satisfação das condições mínimas:
> - Espaço claramente delimitado e totalmente fechado;
> - Facilitação do controle aduaneiro;
> - Atividades voltadas essencialmente para a exportação ou a reexportação.
>
> Os parques industriais podem se fazer admitir como zonas francas e as empresas francas como sub-zona franca.

Assim, o Haiti, apesar de experimentar, desde o final da década de 60, as empresas montadoras e de produção em substituição às importações, cujas finalidades são quase similares às das zonas francas, implantou uma zona franca no seu território somente no ano 2002. Ora, a América Latina e o Caribe, de modo geral, começaram a receber zonas francas pelo menos a partir dos anos 60. Para demonstrar quão antigas são essas últimas na região, a partir de dados de um estudo da Associación de Zonas Francas de Latino América y el Caribe (AZOLCA) (1990, p. 31), construímos o seguinte quadro com as datas de implantação das primeiras zonas francas:

Quadro 7. Criação das primeiras zonas francas América Latina e Caribe

Países	Data de criação da primeira zona franca
Aruba	1976
Brasil	1957
Colômbia	1958
Curaçao	1975
Chile	1975
El Salvador	1974
Guatemala	1973
Jamaica	1978
México	1939
Porto-Rico	1961
Uruguai	1923
Panamá	1948

Fonte: AZOLCA, 1990, p. 31

Embora o quadro em si não indique a importância das zonas francas, em termo de quantidade nem de seu peso na economia desses países, ele permite afirmar sem reserva que Haiti é um dos últimos países da região a experimentar as zonas francas industriais de exportação enquanto tais. Isso está fora do padrão estabelecido nas últimas três décadas entre os países ditos em "desenvolvimento", como pode ser evidenciado na citação seguinte, a partir de Kusago e Tzannatos (1998) citado por Cling e Letilly (2001), em um documento de trabalho do DIAL (*Développement et Insertion Internationale*):

> As zonas francas floresceram desde a década de 1970, com uma expansão exponencial durante pelo menos três décadas. Em 1975, aproximadamente 25 países hospedaram EPZ[18], empregando cerca de 800.000 pessoas. Em 1986, o número de empregados tinha mais do que duplicado para chegar a 1,9 milhões em 47 países. Entre 1986 e 1997 o emprego mais do que dobrou novamente (para 4,5 milhões) e 93 fora dos 173 países pesquisados hospedaram EPZ. Se limitarmos

[18] Exporting Processing Zones : Zonas Francas de Exportação. Logo, explicaremos o significado dessa categoria.

> nossa análise aos 14 principais países com EPZ estabelecidas (Bangladesh, Coréia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Ilhas Maurício, México, Paquistão, Filipinas, República Dominicana, Sri Lanka, Taiwan, Tailândia e Togo), o número de postos de trabalho foi multiplicado por um fator de cinco em apenas 15 anos - de 210.000 em 1975 para 567.000 em 1986 e 1990 em 986.000 (KUZAGO e TZANNATOS, 1998 *apud* CLING; LETILLY, 2001, p. 10).

Esses dados impõem uma busca do significado da chegada tardia do Haiti em um processo bem estabelecido no Terceiro Mundo em geral. Um processo que segundo François Bost, na introdução de um artigo intitulado: *"Les zones franches, interfaces de la mundialisation"*, expressava com propriedade o rumo econômico e político do seu tempo:

> Expressão por excelência da liberalização acelerada dos intercâmbios desde os anos 1980, da abertura da quase totalidade dos países do planeta à economia de mercado, ou ainda do aumento sem antecedência do comércio internacional e dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), as zonas francas têm se multiplicado consideravelmente nos anos 1980-2000. A esse respeito, elas aparecem como notáveis marcadores da difusão da mundialização, na escala planetária, a tal ponto que não se trata tanto de saber em que países se encontram os espaços destinados a atrair empresas e atividades exportadoras graças às vantagens oferecidas a elas, mas, de preferência de identificar quais são aqueles que ainda não criaram leis a favor delas[19]. (BOST, 2007, p. 563-564)

Assim, como símbolo ou sinal da liberalização do comércio mundial, era quase natural esperar encontrar zonas francas no Haiti. Um país que compartilha a fronteira com o gigante da indústria têxtil caribenha, a República Dominicana – que possui 58 zonas francas sobre sessenta e seis (66), ao todo, na região, em 2007 (Bost, 2007) –, e que como o resto da América Latina, conheceu o processo de redemocratização neoliberal na década de 1980. Ademais, divulgadas como instrumentos de "desenvolvimento" para o Terceiro Mundo, as zonas francas representavam, conforme apresentadas pelas instituições financeiras internacionais – em particular, a ONUDI –, um caminho já desenhado para um país como o Haiti. Com efeito, apesar das zonas francas, de modo geral, estarem presentes no mundo inteiro, as zonas francas industriais de exportação são encontradas, na sua maioria, no Terceiro Mundo particularmente na América Latina e no Caribe:

[19] Tradução livre.

> As EPZ concentram-se hoje principalmente na América Latina e na Ásia. De acordo com Kusago e Tzannatos (1998), a América Latina agrupa 48% da força de trabalho em zonas francas (fora da China) e a Ásia 42%. A África representa apenas 5,5% do total (250.000 trabalhadores em 1997). [...] O desenvolvimento das EPZ na Europa Central e Oriental é um fenômeno recente, datam da década de 1990. (CLING; LETILLY, 2011, p. 10)

A distribuição geográfica e de função das zonas francas no mundo não é aleatória, mas consoante à divisão internacional social, técnica, racial, sexual e neocolonial do trabalho na contemporaneidade. Pois bem, embora presentes em muitos países do mundo, de Norte a sul e de Oeste a Leste, as zonas francas não são homogêneas e não têm, de modo absoluto, as mesmas finalidades segundo a sua localização em relação ao centro capitalista. Conforme a análise do próprio Banco Mundial (1992):

> Muito poucas zonas francas em países industriais são usadas como plataformas para a exportação de manufaturados, embora esta ideia esteja se espalhando. Zonas francas são também comuns em outras partes do mundo; por exemplo, em 1988, arnong [sic] economias em desenvolvimento que não têm um único EPZ orientado para a produção para exportação, a Argentina tinha 18 zonas francas, o Chile mais de uma dúzia, o Paraguai cinco, a Síria seis, a Tanzânia quatro, e dezenas de outras economias tinham um ou dois. (WORLD BANK, 1992, p. 25)

A posição geográfica das zonas francas influenciando ou não o seu desempenho, destaca-se que as mais lucrativas delas – nas quais as condições de trabalho são mais precárias – encontram-se nos países emergentes ou "desenvolvidos". Mais à frente, aprofundaremos melhor essa questão. Por enquanto, é de fundamental importância observar que as principais zonas francas desse sistema (do Terceiro Mundo) formam o que Roger Brunet (1987) chama de "cinto dourado da economia mundial". Um cinto que segura os centros capitalistas, embora controlado por estes últimos em concorrência pelo domínio do mesmo.

Roger Brunet, no seu livro publicado em 1987, um atlas das zonas francas, analisa brevemente o sistema das zonas francas, ainda em desenvolvimento nesse período, tendo em vista a sua extensão nos últimos 30 anos. Ele ressalta o papel de controle das zonas francas sobre o Terceiro Mundo, por fora e por dentro, apesar da configuração delas dar a impressão de um cinto em volta dos centros capitalistas:

> As zonas francas, sendo derrogatórias, são estreitamente monitoradas e regulamentadas: nada é mais estrito e menos 'livre' que uma 'zona livre'. Alarmes eletrônicos, cercas e torres de vigilância, guardas e cães, são parte integrante de sua paisagem e sua publicidade. Ao mesmo tempo como proteção contra roubo e fraude e como um cordão sanitário: as zonas francas devem ser protegidas e não friccionar fora. (BRUNET, 1987, p. 5)

Ao nosso ponto de vista, esse cinto concretiza simbolicamente e materialmente o significado real da mundialização neoliberal. Esse cinto permite a captação do conjunto da economia mundial capitalista materialmente e simbolicamente na contemporaneidade. Nas palavras do Brunet:

> A maioria das zonas francas está sobre um grande cinto que circunda o mundo passando pela América Central e o Caribe, o Mediterrâneo e o Médio Oriente, o Sul e sudeste da Ásia: ou seja, os maiores *isthmuses* dos tráficos e das estratégias mundiais. Aqueles por onde se deve passar para ir de um oceano ao outro, ou de um continente para outro. Aqueles onde as grandes potências mantinham e ainda mantêm contadores, colônias e bases. O mapa das zonas francas é também o dos pontos quentes: o cinto dourado é um cinturão de fogo, e a estratégia das zonas francas, que ainda procura em primeiro lugar a segurança, deve ao mesmo tempo brincar com o fogo, estes lugares sendo tão "bem posicionados". Os outros grandes conjuntos são os "Centros" que mandam e se disputam estes *isthmuses*. (BRUNET, 1987, p. 8)

Um cinto, aliás, datando do comércio triangular colonial, no século XV, primeira expressão da globalização. Na contemporaneidade, além da Europa, os Estados Unidos e o Japão cumprem um papel neocolonial estabelecendo neoplantações nas antigas coloniais com um propósito essencialmente lucrativo no sentido capitalista do termo. A presença geográfica das zonas francas industriais de exportação expressa esse ranço colonial que atravessa esse sistema nos países mais pauperizados da periferia do sistema. Simultaneamente, no seio das próprias potências capitalistas contemporâneas existem zonas francas um tanto similares às do Terceiro Mundo destinadas, seja aos "imigrantes" presentes em "Bairros em dificuldade" – as "Zonas francas urbanas", na Europa, ou as próprias maquiladoras nas fronteiras dos Estados Unidos com o México, sobretudo no próprio México – seja aos contingentes imensos de trabalhadores/trabalhadoras pauperizadas/os, no caso da China. Conforme continua analisando Brunet:

> Por toda parte destas sinapses que são as *isthmuses*, no sentido "Norte-Sul" tanto econômico como geográfico, as divisões são desiguais. É claro que a Europa conta pouco com a África pobre, e almeja de preferência a Ásia, através do Oriente-Médio, ou a América Latina, através do Caribe; mas ali, ela tem rivais muito melhor colocados, com tomada/ligação direta, como se costuma dizer. Enquanto o Japão é muito presente na América Central, a partir da qual ele penetrou tanto nos Estados Unidos, eventualmente por zonas francas interpostas, como na América do Sul.[20]

Contudo, o curso da história das zonas francas demonstrou que a África também implantou zonas francas e muitas no propósito de se "desenvolver": "A África subsaariana é a região que totaliza o maior numero de países dotados de um regime de zonas francas (32 países sobre 48)." (BOST, 2007, p. 573). Para compreender porque o Haiti implantou oficialmente a sua primeira zona franca em 2002, administrada por uma empresa dominicana, voltando assim à nossa preocupação inicial, precisamos compreender o contexto político-econômico no comércio internacional e seus impactos no regime de zonas francas da própria República Dominicana.

1.1 Zonas francas: função econômico-política no "Terceiro Mundo[21]"

Tecnicamente, a noção zonas francas constitui um conceito amplo, porém restrito. Com efeito, o termo tem bastantes variações. Segundo Madani:

> Para discutir as EPZ, uma variedade de terminologias, tais como zonas francas industriais, zonas de livre comércio, zonas econômicas especiais e maquiladoras são usadas de forma intercambiável, na maior parte da literatura. Johansson (1994) suporta a ideia de um agrupamento, argumentando que o conceito geral de todas essas terminologias é basicamente o mesmo. Por outro lado, Rhee, et. Al. (1990, p. 4) argumentam que as zonas de comércio livre (FTZs) incluem zonas francas de exportação, mas que muitas zonas francas de exportação não são zonas de livre comércio. (MADANI, 1999, p. 12)

[20] Ibid., p. 9.

[21] Ao usarmos este conceito, nos referimos ao espaço político-econômico dos países localizados na periferia do Capital. Apesar da dissolução da dicotomia Primeiro-mundo e Segundo-mundo com a queda do muro de Berlim, existem, na geografia do capital, países, em geral antigamente colonizados, que continuem vivendo nas margens do mundo do capital apesar de serem os verdadeiros sustentadores do centro do sistema do capital. Assim, neste trabalho, usamos ou o conceito "Terceiro-mundo" ou o de Países periféricos apesar de aparecer um anacronismo. No entanto, o nosso intuito não é o de naturalizar a localização destes países com o uso do termo "Terceiro-mundo".

Podemos afirmar que o denominador comum das zonas francas é a isenção de tarifas aduaneiras e fiscais. O conceito de zona franca, como explicado nos parágrafos acima, contempla perfeitamente o sentido da globalização neoliberal. Portanto, ele pode, com todo rigor, ser associado, na contemporaneidade com os acordos de livre-comércio que o fornecem, aliás, a sua base legal e sua legitimidade internacional como "instrumentos de desenvolvimento".

Em uma publicação realizada no ano de 1992, o Banco Mundial analisa as zonas francas, o seu papel e/ou funcionalidade para o "desenvolvimento" e fornece um histórico bastante exaustivo do crescimento do uso das zonas francas como parte de/ou simplesmente como estratégias de "desenvolvimento". Através dessa publicação, mais uma vez, é ressaltada a "antiguidade" das zonas francas. Com efeito, os principais autores da literatura de língua inglesa ou francesa aos quais tivemos acesso, tais como MADANI (1999), BRUNET (1987), BOST (2007), CLING, LETILLY (2001), confirmam esse fato. No entanto, é um conceito plural, contudo, dotado de certa homogeneidade.

A história contemporânea das zonas francas faz referência à zona franca de Shannon na Irlanda (1959) como primeira zona franca "moderna", uma EPZ: Export Processing Zone/Zona Franca de Exportação (MADANI, 1999) (BOST, 2007) (WORLD BANK, 1992). Segundo analisa Madani[22], uma EPZ é um conceito mais amplo do que o de zonas francas tal como definido pelo Banco mundial (1992) e a OIT (1988), por estes restringiram a sua definição aos enclaves; excluindo, desse modo, conceitos de zonas francas tais como o que existe no Brasil, que permite a livre circulação da produção da zona franca de Manaus no país, ou na República Dominicana, onde a importação de 20% da produção para o consumo local é autorizada.

Com efeito, segundo o Banco Mundial:

> Uma zona franca de exportação é um industrial *estate*, geralmente uma área fechada de 10 a 300 hectares, especializada na fabricação para exportação. Oferece condições de comércio livre para empresas e um ambiente regulatório liberal. Seu objetivo é atrair investidores estrangeiros, colaboradores e compradores que podem facilitar a entrada no mercado mundial para alguns dos bens industriais da economia, gerando assim emprego e divisas. Uma ZFE

[22] Ibid.

> destina-se a satisfazer as exigências dos investidores estrangeiros para os espaços de fábrica prontamente disponíveis ou sites, serviços de negócios, utilitários e fácil acesso para o ar e transporte marítimo, bem como acesso irrestrito aos insumos importados, equipamentos e peças de reposição (WORLD BANK, 1992: 7).

O conceito de ZFE do Banco Mundial refere–se aos enclaves tais como disseminados na maioria dos países da América Central ou da América do Sul no começo dos anos 60, quando se inicia a instalação de zonas francas e o lançamento de parques industriais, sob controle público, no Terceiro Mundo. É o modelo hegemônico na região que se aplica tanto aos parques industriais do programa de substituição às importações. Contudo, as zonas francas evoluíram. Sua localização e função evoluíram conforme o seu "sucesso" ou não nos diferentes países, o tipo de país e, sobretudo, as flutuações das taxas de lucro no centro capitalista, influenciando assim a terminologia usada a respeito das mesmas. Aliás, a origem dos enclaves econômicos encontra-se na busca de maior lucro versus menos custos de trabalho. Isso, ainda mais com a crise capitalista do final de anos 80 que, obviamente propulsou o dito sucesso das zonas francas nos países do Terceiro Mundo, caracterizada, sobretudo, pela sua generalização nestes últimos.

Com efeito, para Madani:

> Uma zona franca de exportação é um dos muitos instrumentos de política comercial utilizado para promover as exportações não tradicionais [...]. A zona franca de exportação tem adotado características dos conceitos do mais antigo parque industrial e da área do livre comércio e apareceu no final da década de 1950 até o início dos anos 1960 em locais amplamente separados. Desde então se tem propagado em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, mudando para combinar com o ambiente econômico e a agenda política de cada país de acolhimento. (MADANI, 1999, p. 11-12)

Assim, na definição adotada por Madani, que de certa forma encaixa o modelo haitiano, quando ele refere-se à ZFE, existem algumas restrições como temos observado em parágrafos acima:

1) A sua análise, que se quer mais inclusiva do que a da OIT (1988) ou a do Banco Mundial (1992) abrange: "as ZFE tais como aquelas ZFE autorizadas a vender alguma parte da sua produção no mercado local."[23]

2) No entanto, segundo ele:

> A nossa definição de ZFE incluíra: [Ilhas] Maurício, México, República Dominicana, mas, continuaria excluindo as ZEE [Zonas Econômicas Especiais] da China e a zona franca de Manaus (Brasil). Excluiremos também todos os estados socialistas, ex-socialistas e recém-independentes deste estudo, assim como os países desenvolvidos, devido a restrições de espaço ou falta de dados.[24]

Referimo-nos bastante a Madani neste item da nossa problemática por ele ser um dos autores mais citados na literatura, tanto francesa como inglesa, sobre as zonas francas. O modelo haitiano de zonas francas industriais de exportação é, em um certo ponto de vista, compatível com a definição deste autor, no sentido de que uma dada produção industrial da zona franca de exportação pode ser importada no Haiti até os 30% do seu valor total. Neste sentido, é um conceito similar ao da República Dominicana, porém restrito, em comparação ao modelo brasileiro. Contudo, no que diz respeito à definição espacial da zona franca, e às relações concretas com a economia haitiana – veremos isso ao longo das nossas análises –, o modelo haitiano é mais parecido com o dos enclaves. E este, tendo em vista os desdobramentos da SFI no seu serviço de aconselhamento ao Haiti durante o ano 2012, pode ser considerado uma das maiores contradições do projeto de zonas francas no Haiti. Trata-se da sobreposição do conceito mais avançado de zonas francas, nos propósitos e formatos das ZEI a serem implantadas no país com a função mais "atrasada" das zonas francas, a mera produção e acumulação absoluta conforme o modelo dos enclaves econômicos. Mais à frente, deduzimos, com base no real, o significado dessa contradição para a própria formação social haitiana na contemporaneidade.

Cling e Letilly (2001) fazem uma melhor análise dos objetivos das zonas francas, indo além da simples descrição do que seriam os objetivos destas, sendo, em certos

[23] Ibid., p. 14.
[24] Ibid.

momentos, até críticos. Contudo, se referindo a Madani, os autores destacam alguns elementos importantes para compreender o papel atribuído às zonas francas no Terceiro Mundo, assim como a diversificação das funções destas últimas, conforme o nível de industrialização preexistente ou obtido no país ou o nível de desenvolvimento da economia do mesmo.

Um dos elementos importantes sobre os quais vários autores (entre eles pesquisadores do Banco Mundial e do DIAL) se entendem é que as zonas francas não constituem, de modo isolado, motores de "desenvolvimento". Elas fizeram sucesso, de modo geral, em países com um algum tipo de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, as zonas francas (MADANI, CLING e LETILLY, BOST), deveriam fazer parte de uma estratégia ampla da qual elas seriam um elemento entre outros:

> Em primeiro lugar, a decisão por um país de instalar uma ZFE pode ser considerada como parte de uma estratégia mais vasta de reforma econômica. A partir do momento quando o aprimoramento da macroeconômica começa a fazer-se sentir (aumentando o comércio, estabilidade cambial), a ZFE vê seu papel reduzido (sua cota de exportações e de emprego diminui). Nesta ótica, a ZFE é vista como uma ferramenta simples, permitindo a uma economia desenvolver uma base industrial competitiva e diversificar-se. (CLING e LETILLY, 2011, p. 7).

Contudo, na realidade, as zonas francas constituem, para muitos países pauperizados tais como o Haiti, a única estratégia concebida para diminuir o desemprego e diversificar a produção. Isso com o apoio de instituições internacionais tais como a SFI, instância do Banco mundial responsável pelo financiamento da CODEVI no Haiti, no seu início. Ora, a produção da zona franca não influi no consumo local haitiano, a produção industrial da CODEVI fora do alcance do poder aquisitivo da maioria dos haitianos inclusos na classe trabalhadora no país onde todos os serviços básicos tais como a saúde, a educação são pagos. No Estado, este pagamento pode ser menor, no entanto, o conceito de serviço público gratuito é inexistente no Haiti quer seja no que diz respeito à saúde quer seja à educação[25]. Na nossa entrevista com o representante da DZF na CODEVI, em 2011,

[25] No Haiti, têm as escolas públicas que cobram uma taxa anualmente e as escolas particulares. As vagas nas escolas públicas são escassas, assim muitos dos filhos de camponeses e de trabalhadores urbanos frequentam escolas particulares de baixa qualidade, no entanto pagas. Entretanto, as escolas particulares e confessionais

ele ilustrou com propriedade o caráter extrovertido da mesma no país e, desse modo, a sua quase total desconexão com o resto do país, mesmo no nível do consumo, assim como o resto da produção industrial local:

> Bom, não sei se na SONAPI é produzido o que **nos produzimos** aqui. Aqui, **fabricamos** produtos Levi's, TIMBERLAND e... Devo lhe dizer que a produção que sai daqui é de alta qualidade. O que faz que não se trata... fabricam-se uniformes também para o Canadá... Isto é, produtos de alta qualidade são fabricados aqui no parque. Quer dizer que as calças jeans fabricadas aqui não são mercadorias que você vai ouvir pessoas dizerem que os encontraram no Panamá. Isso significa que as calças jeans Levi's fabricadas aqui são entre as melhores calças jeans LEVI'S produzidos no mundo. Você entende que não são calças Jeans Levi's que você vai encontrar na rua, à venda por 500 gurdes[26], 1000 gurdes haitianos, naturalmente. Já nas boutiques estadunidenses, eles são à venda por 70-80 dólares. (W. Felix[27], informação verbal, 2011).

Deste modo, percebe-se que é praticamente impensável a possibilidade dos produtores diretos dos jeans Levi's consumi-los com o seu salário. Assim, o fato da lei permitir o consumo de 30% da produção da zona franca no Haiti, não significa que essa porcentagem volta necessariamente ao país nem diminui o papel de enclave econômico das zonas francas. A liberdade das zonas francas de serem implantadas em vários locais do país com prévia autorização da DZF ou do governo não implica em uma maior inclusão das zonas francas na simples vida econômica do país. O próprio caráter da zona franca que permite o repatriamento total do lucro realizado na zona franca lhe fornece uma liberdade ilimitada para continuar funcionando como um enclave ou como certa neo-plantação onde as vantagens fornecidas excedem o limite das capacidades existentes dos países de acolhimento:

> O desejo de atrair investimento estrangeiro direto explica porque vários países criaram as ZFE. Países em desenvolvimento estão em concorrência entre si para

---

católicas são mais caras e frequentadas em geral pelos filhos da dita classe media e/ou da burguesia haitiana. E mesmo entre as escolas católicas têm umas para os mais pobres e outras para os menos pobres e outras para a classe media alta. De toda forma, a educação considerada no Haiti como uma mercadoria vendida a todos independentemente da sua classe social o que contribui para sobrecarregar as mães trabalhadoras responsáveis quase exclusivamente dos cuidados aos filhos.

[26] 1 dólar americano equivale atualmente (2014) mais ou menos à 45 gurdas

[27] W. Félix, Entrevista III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (43 mn 04 sec.)

> atrair capital estrangeiro, numa espécie de "concurso de beleza". No entanto, o fato de estabelecer as ZFE para reforçar o que pode ser insatisfatória competitividade aos olhos dos investidores, é na melhor das hipóteses ilusória, como demonstrado pelo fato da maioria dos projetos EPZ na África fracassar. (CLING; LETILLY, 2001, p. 8)

O infeliz conceito de "concurso de beleza" utilizado pelos autores não diz nada a respeito do fato de que os preparativos desse tipo de concurso de beleza são realizados às custas dos trabalhadores e das trabalhadoras dos países ditos em desenvolvimento. O sucesso ou fracasso do candidato não cancela o endividamento para com o Banco Mundial ou o FMI, mesmo no caso destes últimos serem os próprios organizadores do mal chamado "concurso de beleza". A intervenção da OMC, além dos acordos bilaterais e regionais nesses "concursos de beleza", bem como a proximidade com os grandes mercados – sobretudo na indústria têxtil tais como a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canada – são de fundamental importância para a sua orientação ou na simples mudança dos candidatos. E é dentro desse quadro que a primeira Zona franca industrial de exportação é implantada no Haiti, somente em 2002. Nas linhas a seguir, procuramos a compreensão desse fenômeno um pouco estranho que representa a instalação tardia da CODEVI neste país.

Os acordos comerciais internacionais tomados pela OMC no meio da década de 90 sobre as cotas bilaterais (Norte/Sul) de exportação na indústria do vestuário em geral, originou uma reorientação da localização geográfica das zonas francas no mundo assim como no Caribe e, particularmente, na República Dominicana, país que compartilha a mesma fronteira do que o Haiti. Com efeito, em seguida do acordo da OMC sobre o têxtil e o vestuário, o ATV, em 1994, a República Dominicana repensou a estratégia de localização de suas zonas francas no intuito de se beneficiar das cotas de exportação de têxtil inutilizados pelo Haiti. O acordo ATV revogou o Acordo Multifibras (1974-1994) que permitia aos países do Norte determinar as cotas de importação de produtos têxteis por país. Isso em conformidade com as suas próprias políticas industriais. Além disso, determinou a

integração progressiva da indústria têxtil no GATT. Segundo o "Organe de supervision des têxtiles[28]" da OMC:

> Até o final da Rodada Uruguai os contingentes relacionados com os têxteis e o vestuário eram negociados bilateralmente e regidos pelo Acordo Multifibras (AMF). Este instrumento estabelecia regras para a imposição de restrições quantitativas seletivas quando surtos repentinos de importações ameaçaram prejudicar ou prejudicavam gravemente o ramo de produção industrial doméstica do país importador. O Acordo Multifibras constituía uma derrogação significativa às regras fundamentais do GATT, incluindo o princípio da não discriminação. Em 1 de janeiro de 1995, ele foi substituído pelo acordo da OMC sobre o têxtil e o vestuário que estabelece um processo de transição para a eliminação final desses contingentes.

Apesar dessa discriminação formal denunciada aqui, o Acordo Mutifibras assegurava a manutenção de muitas zonas francas na periferia capitalista, dependentes das exportações nos grandes centros capitalistas. O seu fim jogou uma sombra de incerteza sobre o "futuro" da indústria têxtil periférica segundo vários analistas. No entanto, na sua essência esses acordos, assim como o comércio que eles regimentavam, não estavam sob controle de nenhum país do Terceiro Mundo – os ditos países subdesenvolvidos. Aliás, a maioria das zonas francas era filial de grandes multinacionais com sede ou pátria nos centros capitalistas. Tanto os acordos de fim da discriminação como a normalização do comércio pela entrada no GATT contribuíam para a reprodução do grande capital aos custos dos/das mais pauperizados/pauperizadas, apesar das saídas esparsas de alguns países do Terceiro Mundo pelo viés das zonas francas, de certa forma, como no caso das Ilhas Maurício. Os roteiros similares, antes dos acordos Multifibras e depois da sua revogação pelo ATV para as multinacionais e indústrias que terceirizam sua produção poder se beneficiar com os mesmos, ilustram eficientemente esse quadro.

Com efeito, até o período de transição que chegava até 2005, vários países solicitaram um prazo para se preparar gradativamente para poder entrar nas normas do GATT sobre as exportações, o que significa se beneficiar de cotas de produção preestabelecidas, "universais", pela OMC. O que levou vários países ou, para ser precisa, várias multinacionais ou empresas localizadas na Ásia, na América Latina a procurar novos

[28] Organe de supervision des textiles: *L'Accord sur les textiles et les vêtements*. Disponível em: <http://www.wto.org/french/tratop_f/texti_f/texintro_f.htm>. Acesso em 11/03/2013.

espaços nos países onde a indústria têxtil é pouco desenvolvida e, portanto, com as cotas de exportação incompletamente atingidas. Isso, no intuito de aproveitar da sobra de cotas de exportação previstas pela OMC por esses países, ou seja, expandir a sua própria produção e, portanto, o seu lucro. Assim, consoante à subdivisão internacional do trabalho entre países emergentes e países ditos subdesenvolvidos ou "em desenvolvimento", vários países pauperizados da África, do Caribe e da América Central tornaram-se sub-colônias de outros países ditos emergentes, através das zonas francas. No entanto, tanto os primeiros como os segundos continuam sob a hegemonia econômica e política dos países do centro capitalista.

A mesma fórmula foi adotada por vários países da Ásia depois da assinatura dos acordos Multifibras para se beneficiarem das cotas dos países do Terceiro Mundo em relação comercial com os países hegemônicos do Norte. Isto gerou uma expansão das zonas francas, como a história tem demonstrado, na década 1980. Conforme um dossiê realizado pelo DREE em 2002 em colaboração com o DIAL:

> Instaurado em 1973, o AMF impôs quotas bilaterais sobre as quantidades exportadas pelos países em desenvolvimento nos mercados dos países industrializados. Desde o estabelecimento do AMF, mudanças importantes afetaram a produção e os intercâmbios na fileira têxtil. Os países asiáticos que já tinham preenchido as quotas atribuídas a eles, investiram em outros países, notadamente nas zonas francas da Ásia do Sudeste (Bangladesh), da América Latina e da África (Ilhas Maurício). Este deslocamento da produção permitiu o desenvolvimento de numerosas zonas francas. (MINEFI-DREE, 2002, p. 14)

Neste quadro, depois do ATV, a República Dominicana procurou ocupar não somente as regiões transfronteiriças, como também, penetrou no próprio território haitiano com a implantação da CODEVI, em Ouanaminthe no ano 2002. Ouanaminthe é uma das cidades baseadas na zona transfronteiriça haitiano-dominicana[29]. A zona franca é construída sobre um conjunto de planícies em Maribahoux, uma das localidades com superfícies das mais férteis do território haitiano. Note-se que Fernando Capellan, dono do Grupo M que administra a CODEVI, exigiu um espaço situado perto da República Dominicana para a implantação da zona franca, a fim de aproveitar da energia elétrica disponível na República Dominicana, já que no Haiti esta fonte de energia constitui quase

[29] Ver o mapa do Haiti em anexo desse projeto.

uma raridade. Contudo, o fato das terras transfronteiriças serem umas das mais férteis não impediu a concessão dessas terras, obtidas por meio da expropriação de pequenos/pequenas camponeses/camponesas em favor do industrial dominicano. Ora, contraditoriamente, as zonas francas são promovidas como sendo respostas à "pobreza" no Haiti. Duzenot (2007) fornece uma pista de análise bastante válida sobre as razões concretas da implantação da zona franca nos planícies de Maribahoux:

> O desmantelamento dos Acordos Multifibras previsto desde 1994 torna o futuro das zonas francas dominicanas um tanto incerto. Neste contexto, a margem de fronteira é vista como uma solução. O espaço fronteiriço torna-se um novo espaço de desenvolvimento nacional, regional e de "cooperação" entre dois Estados antagônicas[30] durante muito tempo. O contraste de densidade e o diferencial de salário (45 euros para os haitianos e 75 euros para os dominicanos) entre as partes explicam a escolha do desenvolvimento da fronteira pelo estado dominicano. Quatro zonas francas foram implantadas: Dajabon, Montecristi, Independência e Pedernale [...]. Elas empregam uma maioria de haitianos. A cidade haitiana Ouanaminthe acolhe a zona industrial privada do grupo M (COLBERT, 2002 *apud* ROGER, 2002).

A adoção do ATV pela OMC em 1994 é uma das razões fundamentais para a instalação da CODEVI em Ouanaminthe – para além do aumento geral dos salários na República Dominicana no início dos anos na década de 90, que levou vários capitalistas do Norte a deixaram este país em busca de outros espaços mais lucrativos. Um dos elementos explicativos da introdução do Haiti no quintal das zonas francas e da sua atual procura por parte de industriais asiáticos é o conjunto de acordos bilaterais assinados com os Estados Unidos, e dos quais o Haiti (os industriais ali presentes) não se beneficiou por completo, pela insuficiência da sua produção local[31]. Esse é um elemento que deve ser compreendido com o conjunto de outros elementos expostos anteriormente que implicaram à própria indústria têxtil dominicana e impulsaram a procura, no Haiti, de um novo espaço para a sua sobrevivência e sua continuada expansão. Um cálculo altamente racional e bem lucrativo

[30]É muito importante frisar nessa altura que, de fato, nem os Estados e, muito menos, as burguesias dos dois países são antagônicos/antagônicas. Contudo, é bom assinalar que o ódio e o racismo dominicanos contra os/as haitianos/haitianas pauperizados é de notoriedade pública. No terceiro capitulo deste trabalho, esboçamos a analise do dito "antagonismo".

[31] Local no sentido formal do termo, pois é controlada por multinacionais do têxtil também.

para os proprietários do grupo M. E, isso se tornou possível mediante um empréstimo de 20 milhões de dólares da SFI à CODEVI em 2002.

De fato, Fernando Capellan, proprietário do Grupo M, fundador da CODEVI, se beneficiou de um empréstimo de 20 bilhões de dólares através da Sociedade Financeira Internacional (SFI), agência do Banco Mundial encarregada dos empréstimos ao setor privado. Isso, conforme estipulado no acordo de reconversão da dívida bilateral do Haiti e da República Dominicana, sobretudo para com os Estados Unidos, sendo tal empréstimo destinado à construção de zonas francas. A zona franca CODEVI, estabelecida em um dos locais mais férteis do Haiti constitui o primeiro passo do projeto de transformação do Haiti num vasto local de zonas francas, ou seja, conforme o modelo das maquiladoras com o apoio direto do Banco Mundial. A construção dessa zona franca, na fronteira haitiano-dominicana, se dá em seguida a um acordo bilateral entre os governos do Haiti e da República Dominicana, no ano 2002.

Contudo, a implantação da CODEVI, e de outras zonas francas ou parques industriais como o de Caracol (situada no noroeste do Haiti tal como a CODEVI), o PIC e outras em construção na capital do país, é apresentada como uma alavanca do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti e um subsídio de fundamental importância para a redução do desemprego e da pobreza. De modo resumido, o processo é visto como certa obra humanitária inédita, ainda mais no ambiente pós-catástrofe quase permanente existindo no Haiti e reforçado com o sismo do dia 12 de janeiro de 2010. Contudo, como se expressa tal "bondade" na vida concreta das produtoras diretas da CODEVI? Tradicionalmente, as zonas francas têxteis são os locais, *par excellence*, de trabalho para mulheres jovens pouco escolarizadas. A CODEVI não é uma exceção a essa regra. Segundo dados fornecidos pela CODEVI, no quadro da nossa pesquisa de campo, mais de 50 % da população operária desta zona franca é feminina. E, esta força de trabalho feminina é totalmente constituída de mulheres "negras" pauperizadas. Mulheres dominicanas mestiças trabalham também na zona franca, porém, elas não fazem parte das operadoras-produtoras diretas da CODEVI. Com efeito, a partir das nossas observações de campo e entrevistas realizadas, percebemos que as dominicanas trabalham na gerência, na administração ou na clínica da zona franca. Como, no cotidiano, se expressa o humanitário nas relações de

trabalho na zona franca? Uma resposta introdutiva a esta questão será fornecida no próximo item através da apresentação da situação das operárias através no inicio do funcionamento da CODEVI.

1.2 As mulheres "negras" trabalhadoras e a zona franca industrial de exportação

Desde a instalação da zona franca na fronteira haitiano-dominicana, o corpo das mulheres trabalhadoras constitui um dos espaços de luta entre o capital-gênero-raça e o trabalho. Em momentos de agitação ou de revolta dos trabalhadores contra os patrões, elas são as primeiras vítimas das repressões dos patrões. Nas ofensivas patronais também, elas sofrem mais do que os seus colegas no seu corpo, como podemos ver nos fatos a seguir. Em 2004, a CODEVI realizou uma campanha de vacinação dos/das operárias da Zona Franca de Ouanaminthe. Isso, num contexto de demissões arbitrárias em repressão à constituição de um sindicato pelas/os operárias/os. Conforme um relatório da União dos Médicos Haitianos (UMHA)[32], depois da formação do sindicato dos operários/das operárias da CODEVI em fevereiro de 2004 e da subsequente organização dos/das operárias/operários, ocorreu uma série de demissões arbitrárias atingindo particularmente os/as sindicalizadas/sindicalizados (UMHA, 2004). Em resposta à resistência destas/es últimas/os, a CODEVI mandou militares dominicanos reprimi-los, violando inclusive o próprio território haitiano. Um fato confirmado durante a nossa entrevista com o vice-diretor da DZF[33] na época:

> **A DZF possui informações sobre o que realmente aconteceu na CODEVI em 2004 durante a campanha de vacinação dos/das operários/operárias?**
>
> Um tumulto bem antes da nomeação dos dirigentes da DZF[34]. Em 2004 houve uma falha das autoridades haitianas, muitas revoltas no país, houve até atos de

[32]Esse relatório é o produto de um inquérito realizado por essa organização em seguida às campanhas de vacinação realizadas sob a iniciativa unilateral da CODEVI, para verificar a relação entre estas últimas e as perturbações psicofísicas apresentadas pelas operárias e pelos operários vacinados e vacinadas.

[33] L. Especa Entrevista não gravada [nov., 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Port-au-Prince, Haiti 2011. A entrevista realizada em dois tempos é reproduzida na sua entrega na sua língua original no Apêndice A desta tese.

[34] A DZF começou a funcionar depois do início do funcionamento da CODEVI.

> vandalismo contra o local da Zona Franca. Capellan tomado de medo após a invasão dos rebeldes, apelou ao exército dominicano. A ausência do Estado levou a uma decisão unilateral do investidor. [...] Existe a possibilidade de abuso ela CODEVI por causa da situação política, mas não havia nenhuma confirmação da campanha de vacinação pela não identificação das vítimas da chamada campanha. (E. LUC, informação verbal, 2011).

Apesar de não confirmar explicitamente o ocorrido, o oficial vai ao sentido da analise da UMHA mostrando o contexto do acontecimento e provando deste modo a plausibilidade do fato. Com efeito, vindo de um oficial governamental responsável pelo diálogo com os investidores, a sua resposta pelos menos confirmou o contexto que poderia propiciar os abusos tais como a campanha de vacinação. Com efeito, o relatório da UMHA destaca que foi neste mesmo contexto que "*a CODEVI realiza a sua campanha de vacinação, entre março e abril de 2004, sem nenhum contato preliminar com as autoridades sanitárias haitianas*" (UMAH, 2004).

Depois dessa campanha, vários operários e várias operárias apresentaram diversas perturbações. Segundo a UMAH, essas perturbações são similares aos efeitos secundários causados pelo uso da Depoprovera. A Depo-provera é um anticoncepcional contraindicado, como qualquer anticoncepcional, durante a gravidez ou para mulheres com suspeita de gravidez. Um dos efeitos colaterais do produto são as irregularidades menstruais. Além disso, ele é conhecido como inibidor sexual e é usado no "tratamento" de "delinquentes sexuais". Contudo, o inquérito não permitiu confirmar a hipótese da injeção dessa substância no lugar do *Tétanos Toxoide*. Assim, forçados/forçadas a aceitar a vacina, supostamente contra o tétano, sob a ameaça de demissão em caso de recuso, os/as operários teriam recebidos a Depoprovera em vez do *Tétanos Toxoïde* – o que não foi confirmado pelo inquérito. Porém, as perturbações apresentadas: sexuais, perturbação da menstruação, ameaças de abortos e abortos, mortes fetais, são sinais claros que alguma coisa não deu certo nos produtos utilizados na campanha. Entre os casos mais graves, estão os das mulheres grávidas (UMHA, 2004). Conforme o relatório da UMHA, a maioria das vítimas da vacinação eram mulheres entre 21 e 33 anos de idade. Esse acontecimento, por sua violência, teve uma grande repercussão no Haiti, sobretudo, porque a CODEVI é uma empresa de propriedade dominicana. A

própria presença da UMHA na Zona Franca para inquerir a respeito do acontecimento destaca o quanto este teve uma grande repercussão no país. Conforme a UMHA:

> Alertada pela organização Batay Ouvriye e outros setores da população, a União dos médicos haitianos decidiu realizar uma pesquisa sobre o estado de saúde dos trabalhadores em zona franca na fronteira haitiano-dominicana de Ouanaminthe devido a campanhas de vacinação realizadas pela clínica da zona franca – "Clínica CODEVI". Como resultado dessas campanhas vários trabalhadores dizem ter apresentado distúrbios da menstruação, distúrbios sexuais e ameaças de aborto e até aborto. Segundo muitos deles, a vacinação contra o tétanos toxóide seria um pretexto para forçá-los a esterilização. (UMAH, 2004: 3)

No entanto, o movimento feminista haitiano não se posicionou sobre esse acontecimento nem no seu principal meio de comunicação, o jornal *Ayitifanm/*Haiti mulheres nem na sua monografia publicada no ano 2008, que retrata do projeto político do movimento e, portanto, das suas principais pautas de luta, assim como das ações mais significativas de sua renovação, depois do fim da ditadura até o ano da publicação da mesma. Numa entrevista realizada com uma dirigente pioneira do movimento feminista contemporâneo, para esta pesquisa, perguntamos a respeito do ocorrido e da postura da CONAP, e tivemos a seguinte resposta:

> Não, nos não tocamos nesse dossiê. Sim, ouvimos a respeito, mas nos não tínhamos realmente, bastantes informações a respeito disso (...). Não tínhamos reagido sobre isso, não me lembro. (...) Certas vezes, têm certos dossiê que chegam até você, mas se você não se apropriou deles para informar-se a seu respeito para reagir sobre ele particularmente. Nem sempre, você faz isso sistematicamente, pois, isso requer também que você trabalhe sobre esse dossiê. (O. Benoit[35], informação verbal, Abril 2012).

Ao que parece, a violência sexo-especifica contra mulheres em locais de trabalho não é objeto de um dossiê específico de trabalho do movimento feminista hegemônico no Haiti, apesar do conhecimento das condições de trabalho das operárias nas fábricas têxteis haitianas. O jornal *Ayiti fanm* ignorou no mesmo ano uma série de violências contra as operárias das fábricas têxteis da CODEVI, por conta da existência do sindicato. Um elemento de explicação da ignorância da violência contra as mulheres no

[35]O. Benoit. Entrevista [Abril, 2012] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Port-au-Prince, Haiti, 2012. 4 arquivos mp3 (2 horas:10 min).

processo de trabalho operário pode ser encontrado no próprio ideário político do movimento que, na nossa análise, baseia-se nas teses pós-modernas de fragmentação da realidade. Isto resulta na leitura fragmentada da realidade e na sua expressão nas lutas sociais nos denominados Novos Movimentos Sociais onde cada setor atribui-se um fragmento da chamada questão social ignorando a totalidade social. Cada fragmento é enfrentado isoladamente não obstante haja alianças conjunturais em ocasiões especiais. Conforme expressado pela mesma dirigente feminista haitiana, em entrevista conosco, a questão operária é enfrentada no "movimento social" haitiano por três organizações distintas: a CPFO (Centro de Promoção da Mulher Operária) e a Batay ouvriye (Batalha Operária) uma central sindical operária e popular haitiana e a Antena Ouvriye (Antena Operária):

> (...) Como eu disse anteriormente, não intervimos diretamente nesse setor, é muito difícil para mim dar-lhe precisões a respeito desse setor. E isso é valido para todas as organizações da CONAP pelo que eu saiba. E é por isso que pouco tempo atrás lhe dei referencias do CPFO, lhe falei também de Batay Ouvriye, Antèn Ouvriye que acabou de publicar uma série de documentos (...). Mas, já sabemos que estão procurando mão de obra barata, e em geral, os trabalhos subpago são para mulheres. Em segundo lugar, lembramos que pequenas indústrias de subcontratação que fabricam pequenas peças, de costura, empregam mulheres. Até dizem – não sei se isso mudou, e duvido que tenha mudado–, que veem as mulheres como pessoas dóceis que não vão se revoltar que vão aceitar as condições de trabalho. Portanto, eles têm uma mão de obra barata. Praticamente é o que sabemos. O tipo de trabalho que fazem, montagem de pequenas peças, que requer muita paciência é com mulheres. E, não sei o que está acontecendo exatamente no Caracol[36], mas observamos que são coisas que não precisam de nenhuma qualificação; é montagem de peças. Por exemplo, uma pessoa pode montar somente mangas, outras fazem somente colarinhos. Não permitem que as pessoas aprendam do seu trabalho para o futuro (...). Não tem nenhuma vantagem social que poderia ajudar como a questão da creche sobre a qual falávamos agora pouco. Portanto, há todas essas situações, mas como falei... os sindicatos, as pessoas que trabalham especificamente com elas, têm mais precisões sobre isso. Mas, sabemos globalmente que é uma exploração acirrada de uma mão de obra barata. *(*(O. Benoit, informação verbal, Abril 2012)

Assim, pelo conhecimento das condições de trabalho e da predominância das mulheres na indústria têxtil no país pelo movimento que transparece no trecho acima, podemos afirmar que se trata de uma ignorância consciente da violação dos direitos

[36]Nova zona Franca construída no quadro da reconstrução do Haiti, após o terremoto com o financiamento da USAID, do BID e do governo haitiano. Voltaremos depois a esse ponto.

sexuais, reprodutivos e trabalhistas das operárias no seu trabalho. Embora, a importância do movimento feminista[37] tanto para o reconhecimento da violência contra as mulheres como violação dos seus direitos, de modo geral, e sua politização, sobretudo, no inicio do seu retorno despois da ditadura e, portanto a sua centralidade nas lutas contra as tendências ditatórias dos governos haitianos pós Duvalier. O que, aliás, faz da CONAP (Coordenação Nacional de Advocacia pelos Diretos das Mulheres)- uma plataforma constituída por organizações feministas haitianas mais visíveis e legitimadas nacional e internacionalmente-como ela mesmo se define: uma defensora da mudança social em geral e dos direitos das mulheres:

> Em suma, a CONAP, como muitas organizações irmãs do Caribe/América Latina, representa um movimento cujos interesses e objetivos são ao mesmo tempo práticos e estratégicos. Ela luta a favor da mudança social, contra a exclusão na esfera política, contra as condições de subordinação, contra a violência, para os direitos das mulheres a decidirem sobre o seu próprio corpo e para a descriminalização do adultério[38](CONAP, 2008, p.24).

Neste contexto, da mesma maneira que a UMHA, uma associação profissional apolítica se deslocou de Porto Príncipe até Ouanaminthe, uma ação similar da CONAP teria sido legítima. Uma organização de defesa dos direitos das mulheres mesmo pelo simples fato das operárias serem mulheres e pela violação dos direitos reprodutivos dos operários em geral, a defesa do controle da sexualidade e do corpo das mulheres pelas mulheres sendo pautas fundamentais do feminismo. Ora, ela é uma organização reconhecida como líder do movimento feminista haitiano, segundo suas próprias palavras:

> Apesar da perpetuação das grandes crises políticas conjunturais perturbando o desenvolvimento das ações tais como planificadas no plano de advocacia, as militantes feministas da CONAP conseguiram manter uma posição política e levar ações que conduziram à estruturação da plataforma e ao reconhecimento nacional e internacional de uma liderança no movimento das mulheres haitianas,

[37] Estudamos o movimento feminista haitiano na nossa dissertação de mestrado em serviço social intitulada: **Restauração do capital, lutas feministas ditas progressistas e projeto de emancipação humana.** Crítica à advocacia enquanto instrumento da "política do possível" assumida pela "sociedade civil organizada" no Haiti, defendida na UFPE em janeiro de 2010.

[38]No Haiti, até o ano de 2003, o adultério era um crime punível com multa e aprisionamento. O adultério feminino, logicamente tinha uma multa maior. Com efeito, os elementos que estabeleciam o crime do adultério eram diferentes segundo o sexo assim como o valor da multa e o tempo de aprisionamento.

> posicionando-as assim enquanto interlocutoras no cenário político. (CONAP, 2008, p. 61)

Não foi a primeira vez que a repressão patronal atingiu operárias-operários na zona franca como também nas outras fábricas de subcontratação de produção têxtil no país. Segundo a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL)[39] (2004), o Grupo M. (empresa dominicana que administra a CODEVI), "famoso por sua brutalidade na repressão anti-sindical" e na violação dos direitos elementares dos/das operários/operárias, e por ser "uma das maiores sociedades de têxtil no Caribe", rompeu o acordo realizado com o sindicato, depois de uma greve no dia 7 de junho de 2004. A greve ocorreu em protesto a uma série de ataques e violências contra os trabalhadores e as trabalhadoras mobilizados/mobilizadas contra o anúncio do fechamento da fábrica. Nesse contexto, mais uma vez, as operárias foram vítimas de violência sexo-específica:

> Segundo as informações recolhidas pela FITHC[40], Fernando Capellan, Presidente Diretor General do grupo M, teria começado a fazer ameaças de demissões desde o dia 3 de junho, sob o pretexto que a fábrica em questão teria registrado perdas de vários bilhões de dólares por conta de uma produtividade deficiente. Também no dia 3 de junho, os gerentes da usina ordenaram a quatro trabalhadoras a comparecerem num local conhecido como "quarto preto". Em seguida, eles bloquearam a entrada do local e postaram quatro vigilantes dominicanos para bloquear o seu acesso. As quatro mulheres foram submetidas a um interrogatório de estilo policial, com armas apontadas na sua direção. Os interrogadores arrancaram seus crachás suas camisas de trabalho expondo os seus seios. Depois de duas horas, inquietas, as suas colegas se aproximaram da porta e começaram a gritar para que eles as deixassem sair. Os vigilantes pediram reforço. Um caminhão cheio de guardas chegou ao local. Os agentes apontaram as suas armas na direção das trabalhadoras e as ordenaram de recuar atrás de uma linha marcada com o fuzil. Uma grávida de quatro meses foi jogada no chão na lama, a sua roupa rasgada. (CISL, 2004)

O argumento referindo à produção deficiente como causa de prejuízo de milhões e, portanto do provável fechamento da CODEVI é muito utilizado pelos patrões e supervisores, tanto para cortar nos salários das/os operárias/os como para simplesmente demiti-los. Os abusos e as violências sexuais são comuns nas fábricas têxteis no Haiti.

[39] CISL; Haiti: L'entreprise vestimentaire Grupo M. poursuit ses pratiques antisyndicales au mépris des investisseurs. Postado no 17/06/2004. In www.cisl.org

[40] FITTHC: Fédération Internationale des Travailleurs du Textile, de l'Habillement et du Cuir (Federação Internacional dos trabalhadores do Têxtil, do vestuário e do Couro).

Porém, nas fábricas situadas em território haitiano no Parque Industrial de Porto Príncipe, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) e as tropas da ONU, a MINUSTAH (Misson des Nations-Unies pour la Stabilisation d'Haiti/Missão das Nações-Unidas para a Estabilização do Haiti) chefiada pelo Brasil, neutralizam as mobilizações, no lugar dos militares dominicanos. Vale lembrar que as zonas francas, por definição, são consideradas como situadas fora do território legal, sobretudo, aduaneiro do Haiti. Embora localizado nos limites da sua fronteira, ou seja, no seu espaço geográfico haitiano. O que, segundo a lógica formal poderia explicar a chamada de forças estrangeiras, no caso, dos militares dominicanos. Porém, a totalidade dos operários e das operárias é haitiana, sem contar com o fato de que a construção da zona franca é resultado de um acordo binacional arbitrado pelo Banco Mundial.

As mulheres, racializadas, constituem "as" principais *pilares* de um sistema de produção baseado na exploração e na opressão, isso ainda mais quando se trata de um país como o Haiti; um país da América Central ou do Caribe definido, ou seja, transformado há tempo como reserva de força de trabalho sub-remunerada para o capitalismo neocolonial ou para o subimperialismo regional. Uma característica que pode explicar, aliás, a sua procura pelos industriais dominicanos entre outros para a implantação de zonas francas, e que é muito elogiada pelos representantes de organizações internacionais tais como a ONU e o Banco Mundial através da SFI. Como se processou a pauperização da força de trabalho feminina no Haiti, majoritária nos empregos sub-remunerados das zonas francas em geral? No próximo subitem, tratamos deste processo fundamental para a criação do exército feminino de reserva – a maior parte da força de trabalho sub-remunerada das fábricas de subcontratação de modo geral no país.

1.3 A centralidade da força de trabalho "barateada" das mulheres Negras do Haiti para o seu "desenvolvimento-reconstrução"

O projeto neocolonial reconceitualizado no projeto de "reconstrução-desenvolvimento" do Haiti começou a ser executado pouco tempo depois da conquista da

independência do país, em 1803[41]. No entanto, o desenvolvimento como produção ideo-política e histórica começou a ser divulgado no segundo pós-guerra. Sobretudo no período historicamente conhecido como os "Trinta Gloriosos". Esse período também é aquele onde o movimento feminista faz um grande avanço real e mediático e onde as lutas sociais também retomam um novo folego, tendo como horizonte a formação de uma sociedade igualitária, respeitosa das diferenças. Na esteira da dita segunda vaga do movimento feminista, a ONU reconhece a luta das mulheres e a oficializa, de certo modo, quando decreta, no final das "Trinta Gloriosas", a década das mulheres entre 1975 e 1985, e o Ano Internacional das mulheres em 1975.

A "Década das Mulheres", em conformidade com os votos do contexto histórico no qual ela foi decretada, tem os temas seguintes: "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Conforme Androbus:

> Muitas vezes ouve-se que os temas da década para as mulheres – igualdade, desenvolvimento e paz – refletem os interesses dos três principais atores na ONU: igualdade foi o maior eixo das democracias ocidentais, o desenvolvimento o dos países do Terceiro Mundo e a paz, o do bloco soviético. No entanto, não devemos esquecer que eles também refletiam o espírito da década de 1970, incluindo o clima internacional de cooperação entre Estados para resolver a questão da equidade no desenvolvimento [...]. A admissão nas Nações Unidas de delegados dos governos dos países da África, da Ásia e do Caribe, que acabavam de adquirir sua independência, aumentou o interesse da comunidade internacional para o desenvolvimento socioeconômico e político. Os debates no seio da ONU e dos seus organismos especializados refletiam a vontade destes governos de melhorar o nível de vida das suas populações – o outro lado da independência – e levou ao lançamentoda primeira década para o desenvolvimento nos anos 1960. (ANDROBUS, 2007, p. 58-59)

Discutindo esta questão em nossa dissertação, destacamos dois elementos de análise:

> O primeiro elemento a destacar da declaração de Antrobus é que para ela, a ONU é homogênea, isto é, isenta de contradições, de relações de força desiguais em favor dos países centrais e que, portanto, os chamados atores atuam com igual importância. O segundo elemento a enfatizar é que os três temas servem, na verdade, a interesses dos países centrais, entre outros, a União Soviética, e que o

[41] A comemoração da independência deste país ocorreu no dia 1 de janeiro de 1804, mas a conquista da ultima batalha contra a metrópole aconteceu no dia 18 de novembro de 1803. Eis o motivo de nos referirmos a 1803 como o ano da independência do Haiti.

> desenvolvimento pressentido como sendo dos interesses dos países do Terceiro Mundo, [sic] representam, de fato, os interesses dos países centrais neocoloniais, consoante à neocolonização sob a bandeira da "Internacional Comunitária" comandada pelos Estados Unidos. (DESROSIERS, 2009: 104)

Decerto, a alienação como modo de operar do capital impregna nem somente o processo produtivo como os modos de pensar das personificações do sistema. Isto permite entender a compreensão da autora desses temas como sendo conforme aos interesses não contraditórios politicamente e ou economicamente tanto do dito terceiro-mundo como dos países centrais. No entanto,

> A incorporação dos antigos impérios coloniais às perspectivas ideológicas do "desenvolvimento" rumo à "universalidade do alto consumo de massa" correspondeu, é claro, à forma distintamente nova de integração e dominação global sob a relação de forças radicalmente modificada que se impôs, no pós-guerra, entre os principais países capitalistas. A ascensão dos Estados Unidos, após a guerra, ao poder hegemônico sem rival no ocidente habilitou este país a tentar a realização de sua antiga aspiração de instituir uma ordem socioeconômica mais dinâmica "através do reajustamento econômico internacional". (Mészáros 2004, p.140-141)

Destarte, entendemos a partir de Mészáros (2004) que um dos pressupostos desse reajustamento econômico pós-guerra sob a hegemonia estadunidense era a descolonização e a seguinte neocolonização do Terceiro Mundo. Isso pela mediação do desenvolvimento ou modernização dos doravante países periféricos

> como uma das garantias da paz mundial e, claro, paralelamente ao alto consumo de massa nos países centrais. De tal maneira, o desenvolvimento constituía uma categoria histórico-política apontada no segundo pós- guerra, sobretudo a partir dos anos dourados, para dar fundamentos ao "capitalismo democrático" dos países centrais[42].

Um desenvolvimento cujas regras e estratégias deviam ser elaboradas pelo Banco Mundial, instituição criada para "refundar a economia do pós-guerra". Nas palavras de Antrobus:

[42]DESROSIERS, idem

> Embora a ONU fornecesse um fórum para o debate internacional sobre estas questões, é o Banco Mundial, que fez o papel de liderança na promoção destas estratégias e, por meio do aumento da ajuda estrangeira, financiou o bom número de programas executados. O Banco Mundial foi criado na segunda metade da década de 1940 entre as instituições financeiras internacionais (IFI), que receberam o mandato na Conferência de Bretton Woods em 1944, de estabelecer as regras e as instituições sobre as quais se basearia a economia pós-guerra. Seu papel principal seria fornecer empréstimos a países em desenvolvimento, para promover o seu desenvolvimento socioeconômico.[43]

O decreto da década das mulheres se deu num período em que o desenvolvimento era a panaceia promovida pela ONU, sob a hegemonia dos Estados-Unidos, para os países ditos subdesenvolvidos, na sua maioria, recentemente descolonizados. Depois da segunda guerra mundial decretaram "a substituição do anacrônico sistema, prevalecente antes da guerra, de domínio político-militar direto nas colônias pelas práticas exploradoras muito mais sofisticadas e eficientes do neocolonialismo" (Mészáros, 2004, p. 141). Esse desenvolvimento pensado pelo Norte para o Sul acompanhava o que alguns autores como o Louis-Juste (2007) denominava "privatização da ajuda ao desenvolvimento", em que as ONGs, agentes de seus governos, obrigados a contribuir na altura de 7% ao máximo do seu PIB para o crescimento socioeconômico dos países do Terceiro Mundo, trabalham na administração de carências:

> O elemento-chave da Internacional Comunitária chama-se ONG, na era do desenvolvimento via aplicação indiscriminada de tecnologia ou teologismo, com fins abertamente privados. Essa instituição se constitui a partir do serviço desenvolvimentista representado pela funcionalidade da ajuda ao desenvolvimento. Entre a Internacional Comunitária e as ONGs estabelece-se uma relação de complementaridade traduzida em termos de divisão de trabalho: a primeira define as áreas de intervenção prioritárias em conformidade com os interesses do capital; as segundas processam carências a partir desse direcionamento". (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 163)

A Ajuda ao Desenvolvimento começou a concretizar-se no Haiti em 1948, com o projeto de *Cochons Gras* a *Marbial* sob o auspício da UNESCO. O sismo do dia 12 de janeiro de 2012 propiciou a intensificação desse processo, como, aliás, o ilustra a centralidade da APD para a reconstrução no PDNA, conforme citado neste capítulo. Entretanto, as estratégias pensadas pelo Banco Mundial no pós-guerra acompanharam os

[43] Ibid, p. 59-60.

discursos consensualistas típicos dos Trinta Gloriosos; discursos que os temas da década da mulher (igualdade, paz e desenvolvimento) ilustram perfeitamente. Além domais, conformes a ideologia do consenso divulgada naquele período: *"Ideologia do consenso ou da "anti-ideologia" na linguagem de Mészáros (2004) que justamente, "era sustentada pela expansão econômica universalmente bem recebida*" "[44].

Assim como o projeto de "reconstrução-desenvolvimento" do Haiti, o desenvolvimento "original" concebido para os países do Terceiro Mundo é um projeto completamente estranho aos seus objetos e que reproduz/mantém os laços de colonialidade entre antigas/neometrópoles e antigas/neocolônias. Através destes laços são reproduzidos, entre outros elementos, o machismo, o racismo e, sobretudo, o grande capital. Como o salienta muito bem Jules Falquet (2003):

> O termo desenvolvimento constitui um atalho ou um eufemismo para falar da organização internacional da produção, do comércio e do consumo. De fato, as orientações do desenvolvimento são fruto de uma relação de forças complexa e de uma luta multiforme entre diferentes setores com interesses contraditórios. Uma análise em termos de relações sociais deixa aparecer três grandes oposições, que poderíamos vincular à exploração de classe, racista e sexista. [...]. Simultaneamente, o desenvolvimento é também o produto de um sistema de relações internacionais marcadas pela colonização e o imperialismo, as relações de forças Oeste-Sul e, sobretudo Norte/Sul. Uma terceira perspectiva – frequentemente deixada de lado – mostra finalmente o desenvolvimento como o resultado da evolução das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho.

Na contemporaneidade, acrescentaríamos que o desenvolvimento é também o resultado da evolução das relações sociais de sexo, raça, da divisão sexual e internacional do trabalho que localiza as mulheres "negras" pauperizadas da classe trabalhadora haitiana nas fábricas têxteis controladas pelas multinacionais. Mulheres historicamente pauperizadas e que foram, desse modo, historicamente preparadas para trabalhar em fábricas a baixos salários. A seguir, tentamos analisar o processo de pauperização da força de trabalho feminina haitiana. Para isso, recorremos às ideias centrais da nossa dissertação de mestrado desenvolvidas particularmente no item 2-4: "A "questão feminina" na formação social

[44]Desrosiers, op. cit. :105

haitiana[45]". Com efeito, aqui se trata de apresentar sob outro angulo os mesmo fatos históricos, econômicos e sociais analisados neste trabalho em 2009 a respeito da chamada "condição feminina" haitiana.

1.3.1 O processo de pauperização da força de trabalho feminina haitiana

A mais antiga marca conhecida das mulheres data do início da colonização antes da destruição dos povos nativos do Ayiti, Quisqueya ou Bohio ("terra montanhosa", em língua indígena). Estes costumavam viver em comunidades onde a apropriação das riquezas era realizada coletivamente, porém seguindo a "casta" dos grupos. Na ilha Ayiti, se encontravam quatro castas entre os Tainos. Por ordem "crescente", tinham: os naborias (servos), a massa do povo (trabalhadores e soldados), os tainos (homens livres com direito de voto, guardas do cacique etc..), os caciques e as suas famílias (chefes religiosos e responsáveis de relações exteriores) (SYLVAIN-BOUCHEREAU, 1957, p. 6-7).

Os caciques eram os chefes políticos da ilha. No entanto, reinavam também mulheres. Mulheres que passaram a reinar após a morte do esposo ou do irmão cacique. Portanto, entre os e as indígenas, reinava tanto a mulher como o homem. A esse respeito, até agora, Anacaona, uma cacique do Ayiti antes da invasão espanhola, era muito famosa tanto como guerreira e como poeta indígena. Madeleine Sylvain-Bouchereau narra a esse respeito:

> Isto estava em perfeita harmonia com as leis habituais da sucessão do país. Em alguns casos, um estrangeiro poderia ser nomeado como cacique, ou uma irmã ou esposa do cacique poderia sucedê-lo. Assim, várias mulheres estavam à frente das aldeias e mesmo de caciques, [como] testemunha esta Catalina que, por amor a Diaz, acolheu os espanhóis em sua aldeia na foz do Ozama, revelou a presença de minas de ouro nas proximidades e os leva a fundar a cidade de Santo Domingo. Anacaona, esposa e irmã de caciques e rainha, depois de sua morte, dotada duma grande beleza e duma inteligência superior, poetisa e mulher de estado, desempenhou um papel importante nos primórdios de nossa história. Apesar dos serviços prestados aos invasores, ele não escapou ao triste destino dos chefes indígenas e foi exterminado impiedosamente, bem como uma grande parte de seus súditos.[46]

[45] Discutidas nas paginas 69-79.
[46] Ibid., p. 7-8. (Tradução livre) *Ceci était en parfaite harmonie avec les lois habituelles de succession du pays, dans certains cas, un étranger pouvait être nommé cacique ou bien la sœur ou la femme du cacique*

Isso se deve talvez ao fato de que, apesar de fazer parte duma casta de caciques, entre os indígenas mulheres e homens participavam igualmente tanto na produção como na reprodução social. Viviam da caça e da colheita, mas a principal fonte de subsistência se constituía na agricultura. Nas palavras de Sylvain-Bouchereau:

> Do ponto de vista econômico, parece que as ocupações das mulheres eram tão importantes quanto às dos homens. Segundo Colombo, elas trabalhavam mais do que estes últimos. Las Casas nos informa que elas preparavam *a cassave* que era o alimento principal, cuidavam da criação das aves de capoeira e de outras aves, o transporte de água do rio e a tecelagem de telas e redes. Elas também ajudavam no trabalho agrícola. Os homens se limitavam a preparar o terreno. A cultura da mandioca era feita por homens e mulheres.[47]

Os estudos antropológicos sobre as comunidades primitivas na história da humanidade, sobre os quais se apoiam tanto Engels, como Bebel e Kollontai, nas suas análises sobre o surgimento do gênero[48] na humanidade, nos permitem emitir a hipótese da inexistência da exploração sexista da força de trabalho das mulheres, ou seja, para suprir necessidades estranhas a sua própria reprodução, na comunidade indígena Ayitiana, cuja sobrevivência dependia, sobretudo, da agricultura. No entanto, existiam tarefas

---

pouvait lui succéder. C'est ainsi que plusieurs femmes se trouvaient à la tête de villages, et même de caciques, témoin cette Catalina qui, par amour pour Diaz, accueillit les espagnols dans son village situé à l'embouchure de l'Ozama, leur révéla la présence de mines d'or dans les environs et les porta à fonder la ville de Santo-Domingo. Anacaona, épouse et sœur de caciques et reine elle-même, après leur mort, d'une grande beauté et d'une intelligence supérieure poétesse et femme d'État, joua un rôle important dans les premiers temps de notre histoire. Malgré les services rendus aux envahisseurs, elle n'échappa pas au triste sort réservé aux caciques indiens et fut exterminée, sans pitié, ainsi qu'une grande partie de ses sujets.

[47] Ibid., p. 11. (Tradução livre) *Au point de vue économique, il semble que les occupations des femmes étaient aussi importantes que celles des hommes. D'après Colomb, elles travaillaient plus que ces derniers. Las Casas nous apprend qu'elles préparaient la cassave qui était la nourriture principale, s'occupaient de l'élevage de la volaille et des autrês oiseaux, du transport de l'eau de la rivière et du tissage des étoffes et des hamacs. Elles aidaient aussi aux travaux agricoles, les hommes se contentaient de préparer le terrain. La récolte du manioc se faisait par les hommes et les femmes.*

[48] Cf **1)** ***KOLLONTAÏ, Alexandra. Conférences à l'université Sverdlov sur la libération des femmes,*** *I° conférence : La situation de la femme dans le communisme primitif.* ***Paris : La Brèche, 1978. 2) _____. Conférences à l'université Sverdlov sur la libération des femmes,*** *II° conférence : Le rôle de la femme dans le système économique de l'esclavage.* ***Paris: La Brèche, 1978. 3)*** ENGELS Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br Acesso em: 08/09/08 **4)** DESROSIERS, Michaëlle. - **Restauração do capital, lutas feministas ditas progressistas e projeto de emancipação humana.** Crítica à advocacia enquanto instrumento da "política do possível" assumida pela "sociedade civil organizada" no Haiti. 2009. 218 f. Dissertação (pós-graduação em serviço social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

diferenciadas segundo o sexo e o "livre uso" do corpo das mulheres e concubinas do cacique pelos convidados ou visitantes deste. Além da poligamia feminina, segundo relata Sylvain-Bouchereau[49] ser aceita entre os indígenas.

Porém, "a partir da invasão europeia, sobretudo francesa no Ayiti, e, por conseguinte, da relação de exploração do trabalho escravo no Ayiti, as mulheres trazidas pelo meio do trafico negreiro, se tornaram objetos de estupro e de depravação por parte dos invasores" (DESROSIERS' 2009:70). Por exemplo,

> Uma criança que acabou de andar é posta em serviço, quando não é, ainda bebê, vítima da preguiça das crianças brancas às quais foi entregue como brinquedo ou que ainda pequena, o senhor não lhe havia tirado a virgindade ou não a havia pervertido ou treinado em vítima prematura das piores depravações, no inferno da prostituição. (FOUCHARD, 1988, p. 100)

Na população da colônia de Saint Domingue (nome atribuído ao Haiti pelos colonizadores Franceses) se encontrava por ordem de importância numérica: 1) os/as escravizados/as "negros/as" 2) os mestiços alforriados donos de terras ou não 3) os colonos brancos. Pelo caráter da colonização haitiana, de exploração, os escravizados trazidos da África eram a maioria da população poucos "brancos" moravam na colônia a não ser os donos de plantação e ou funcionários coloniais. A única fonte de miscigenação, portanto, era principalmente esse relacionamento, na sua maioria, forçado entre colonos e escravizadas[50]. Deste modo, "a maioria dos alforriados são filhos de estupros que, conforme seus interesses de classe, de raça e de sexo se identificaram com seus pais colonos e "brancos" e não com suas mães, escravizadas e "negras"" [51].

Com efeito,

> Serem propriedade dos fazendeiros colonizadores, além de serem consideradas como bestas de carga para as massas escravas em geral, teve outro significado para as mulheres negras escravizadas. Com efeito, o seu corpo era violentado sexualmente pelos colonos brancos, daí o nascimento na colônia dos mestiços que, em geral, foram alforriados. No entanto, os seus filhos, quer fossem

[49] Op. cit.
[50] O que não exclui as possibilidades de relacionamento « amoroso » ou interesseira entre colonos "brancos" e « negras » escravizadas. No entanto, o principio é que as escravizadas eram utilizadas, ou seja, estupradas conforme o querer dos senhores de plantações.
[51] DESROSIERS, idem.

> "negros", quer fossem mestiços não lhes pertenciam, pois eram propriedade dos donos das *plantations* que puderam dispor deles segundo a sua vontade, conforme o Código Negro. A esse respeito, os mestiços, seus filhos junto com negros alforriados, pouco a pouco vão se transformando numa elite de donos de plantations situadas em geral nas montanhas e produtores de café – cultivo em crescimento na colônia nos seus últimos dias. Chamados também de antigos livres na historiografia haitiana, o seu projeto político está em posição antagônica[52] com o projeto das massas escravizadas na colônia[53]

O machismo aliado ao racismo introduzido na colônia de Saint Domingue pela colonização atravessou as relações sociais coloniais e neocoloniais. Pois bem, a independência apesar do seu alcance revolucionário não rompeu com a colonialidade. A ruptura como ideal *marron*[54]concretizada dois anos depois da independência pelo assassinato do porta-voz da livre individualidade no Haiti em 17 de outubro de 1806 instaurou o retorno oficial das relações coloniais. O machismo continuou vigorando na

[52]Pois bem, logo depois da conquista da independência do Haiti, estes alforriados reivindicaram a herança dos seus pais, mostrando assim a sua verdadeira postura política neocolonial. Como dizemos na nossa dissertação de mestrado (2009: 47): "*Os alforriados reacionários negros e mestiços – donos de terras e de escravos no tempo da colonização – logo depois da conquista da independência reivindicavam a herança dos seus pais ou o direito de continuar ocupando terras: "Não é um fato constante que depois de ter gozado, há 10, 20 e 30 anos, de um bem, dever-se-ia ser considerado o verdadeiro proprietário desse bem?"(MADIOU, 1989:391). O que demonstra que os alforriados – descendentes diretos dos colonos – na sua maioria, se uniram com os marrons e escravos das plantations, nos últimos momentos das lutas independentistas, não somente para se salvar, mas também no propósito de substituir os antigos colonos brancos, obstáculos à sua emancipação política. No entanto, Dessalines, em nome da livre individualidade de todos e de todas, preconizou a socialização das terras, avisando: "Como é possível que logo depois de ter cascado os brancos, os seus filhos reclamam os seus bens? Os negros cujos pais ficaram na África, não terão, portanto, nada... Cuidados a vós Negros e mulatos, todos nós havíamos combatido os brancos. Os bens que havíamos adquirido derramando nosso sangue pertencem a todos nós. Eu quero que sejam compartilhados com equidade*". (DESSALINES *apud* RENÉ, 2008, p. 80)". Deste modo, entende-se que depois do assassinato de Dessalines, o Boyer, antigo livre, mestiço aceitou pagar a dita dívida da independência para se "reconciliar" com a antiga metrópole preparando assim a entrada do Haiti, completando a própria colonização de exploração, entre os países ditos "subdesenvolvidos".

[53] Idem; 42

[54] Apresentamos da seguinte maneira o ideal marrom na nossa dissertação de mestrado, com apoio em Jean Casimir: "*Os chamados africanos, de fato os marrons, são os africanos traficados para o Haiti, mas que nunca aceitaram a escravatura e que, portanto sempre fugiram para as montanhas onde estabeleciam pequenas comunidades nas quais a apropriação da "riqueza" era coletiva. Portanto, eles/elas se distanciaram historicamente dos chamados creoles, isto é, daqueles que aceitaram e se adaptaram aos costumes da colônia. No entanto, como destaca Jean Casimir (2006, p. 213): "a independência de Haiti se torna possível a partir do momento em que a visão marronne converte-se em uma só e única opção de salvaguarda dos diversos interesses de classe que se emaranham no processo revolucionário". A visão dos marrons é a de recusa de qualquer forma negociação com os escravizadores, a da luta sem fim até a morte ou a liberdade. Se depois da independência, a visão marronne continuou reinando, de certo ponto de vista, o presidente Boyer (1820-1843) rompeu definitivamente com essa visão quando aceitou o pagamento da infame dívida da independência, em 1826*. […]. (DESROSIERS, op.cit.: 50-51)

sociedade pós-colonial. Embora esteja diferenciado no machismo "universal" pela natureza da sociedade colonial onde de homens como chefes só tinham os colonos, pois, os "negros" eram propriedades dos sues mestres, e nem tinham dentro duma casa a propriamente dito o papel atribuído a aos homens em toda sociedade machista "normal".

Deste modo, ele até atravessou os lakou, símbolos de resistência antiescravista e camponesa. Com efeito:

> A necessidade de fugir da brutalidade das *plantations* forçou os *marrons* guerrilheiros a constituir comunidades comunistas, denominadas mais tarde na historiografia haitiana e, por costume de *lakou* nas montanhas haitianas. O lakou seria o equivalente dos Quilombos negros brasileiros. O *lakou* é uma comunidade focalizada em volta do pai, [o patriarca], no entanto as atividades ligadas à sobrevivência [ficam] a cargo das mulheres enquanto cozinheiras, reprodutoras biológicas e sociais, lavandeiras, entre outros. Aliás, o *lakou* constitui um espaço cultural, onde as tradições e o culto do *vudu* são sagrados. Apesar de ter conhecido várias mudanças por conta da pauperização crescente dos pequenos camponeses e/ou camponeses sem terra, da migração interna e externa, o *lakou* constitui uma das mais antigas "instituições" haitianas.

Louis-juste analisa a questão do *lakou* a partir dum ponto de vista feminista ao indicar:

> O *lakou* é a primeira forma de organização da família no Haiti. Constrói-se no *marronage* que antecede e sucede o triunfo da revolução negra. E a família ampliada parece ser uma estratégia de *marrons* para se beneficiar ao máximo do rendimento de numerosas capacidades de trabalho, visto que a ferramenta agrícola é rudimentar. Ademais, a concentração familiar parece também responder à necessidade de defesa em caso de ataque do exército dos *grandons* urbanos, que fazia certas *razzias* nas montanhas para fornecer às *plantations* das planícies mão de obra. De qualquer modo, a instituição do *lakou* não provocou a liberação sexual das mulheres; testemunha a existência das *mulheres-jardins*, encarregadas de cuidar das terras do seu patriarca e de procriar para fornecer a mão de obra necessária à perpetuação da sua dominação. (LOUIS JUSTE[55], 2009) (grifos nossos).

Portanto, "*O lakou, apesar de ser um instrumento de luta tanto contra as plantations como contra a grande propriedade pós-independência, não rejeitou a dominação e a exploração das mulheres*".[56]Com efeito, a questão das mulheres-jardins

[55] In LOUIS-JUSTE, Jn Anil. Famille patriarcale « indépendante » et Société capitaliste dépendante en Haïti : quelles médiations sociales ? Disponível em www.alterpresse.org. Acesso em 10/08/09.
[56] DESROSIERS, idem.

oriunda da própria questão agrária pós-independência traz as marcas da dominação sexual e exploração das mulheres geralmente desprovidas do direito de serem proprietárias principais de terras. Tentamos descrever a sua situação da seguinte maneira no nosso trabalho:

> Morando geralmente longe dos jardins/das suas terras, camponeses médios proprietários, casados legalmente, se uniram com algumas mulheres para explorá-las pela mediação de uma relação de "amor". Nesses casos, a mulher-jardim cuida da alimentação do "marido" quando está de passagem nas suas terras, reproduz a sua mão-de-obra pela procriação, e supervisa o trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras agrícolas empregados e empregadas por ele[57].

De qualquer modo, através desta pratica, o machismo explora duplamente essas mulheres que em geral são subalternizadas em relação à mulher casada legalmente com tal homem, apesar de usufruir dum certo poder sobre essas terras por serem situadas longe do "alcance" da esposa. Este fenômeno encontra a sua explicação na constituição da questão agrária construída em volta do conflito entre grande propriedade e pequena propriedade. Tal conflito oriundo da própria colonização escravocrata -produto da própria divisão internacional do trabalho- pode ser considerado como base local do chamado processo de pauperização das mulheres "negras" haitianas. Em suma:

> a independência haitiana não destruiu a exploração-dominação das mulheres. Aliás, a manutenção do sistema das grandes *plantations* após a independência perpetua a opressão das mulheres antigamente escravizadas. O Código Rural de Boyer, além da constituição da camada de grandes camponeses sob o governo de Soulouque, iniciou a pauperização das antigas escravizadas e provocou, por extensão, a sua dominação-exploração através da prática de mulheres-jardins gerentes docilizadas e não remuneradas, para o lucro de médios proprietários camponeses. A ocupação americana, através das expropriações e do aumento das taxas sobre a produção do álcool no meio rural contribuiu para a migração massiva dos homens. Em geral, deixando as mulheres como principais provedoras das famílias no meio rural. A esse respeito, cabe destacar que as mulheres, além de participar do trabalho na semeadura e nas colheitas, são responsáveis pela venda dos víveres nos mercados, tanto no campo como nas cidades. Desse modo, elas percorrem, muitas vezes, o país inteiro, indo aos principais mercados para a comercialização dos produtos da terra e também para a compra dos produtos importados necessários tanto à produção agrícola como à própria casa.[58]

[57] DESROSIERS, idem: 71
[58] Idem

a) A "dívida da independência" como precursor da pauperização crescente das mulheres do campo

No Haiti, o processo de pauperização das mulheres trabalhadoras, portanto, de preparação da força de trabalho feminina sub-remunerada, iniciou-se com as (contra) reformas agrárias abusivas do presidente Jean-Pierre Boyer[59], no quadro do serviço da dívida cujo Haiti foi um dos primeiros clientes. Com efeito, o Haiti começou a efetuar esse serviço menos de vinte anos após a conquista da sua independência para o pagamento da mal chamada dívida da independência. Os/as camponeses pagaram essa dívida dos seus gêneros, através do controle da pequena propriedade e da cultura de mantimentos pela grande propriedade. Nas palavras de Benoit Joachim:

> E aí está que, vinte dois anos depois da ruptura dos laços coloniais, como se não bastasse que os fundos que deveriam servir à retomada econômica tivessem-se volatilizado por ação dos colonos, apesar de dezenas de milhares de mortos nas filas dos escravos e das ruínas deixadas aos sobreviventes, os dirigentes do jovem Estado consentem não somente em verter uma indenização de 150 milhões de francos-ouros em reparação à perda da posse dos proprietários coloniais vencidos, mas, ainda, a reduzir até a metade os direitos de alfândega em favor do comércio da ex-metrópole (o que representava uma segunda indenização considerável). Deste modo, não somente havia necessidade de recomeçar a acumulação primitiva do capital nacional deixado na estaca zero, a zero, mas ainda este sofria, na sua formação, uma castração. (JOACHIM, 1979, p. 89)

Como analisamos na nossa dissertação de mestrado, ao aceitar este acordo, "a oligarquia mulata", em busca de reconciliação com a antiga metrópole, estrangulou tanto a nova "economia" haitiana, como a soberania e a independência política e econômica do país. "Com efeito, a prescrição real francesa chegava até declarar "conceder" a independência do que continuou a denominar da "parte francesa de *Saint Domingue*"" (DESROSIERS, 2009), sob a condição de respeitar as ordens seguintes:

[59] Jean-Pierre Boyer: presidente do Haiti entre 1818 e 1843. Ele assinou o acordo com a França em 1825, ou seja, vinte e um anos após a independência, episódio no qual ele aceita indenizar os colonos expropriados, pagando à França 150 milhões de francos-ouros e reduzindo até a metade as taxas de alfândega em favor do comércio da ex-metrópole).

> *Artigo 1*:Os portos da parte francesa de Saint-Domingue serão abertos ao comércio de todas as nações. Os direitos percebidos nesses portos, seja sobre os navios, seja sobre as mercadorias, tanto na entrada como na saída, serão iguais e uniformes por todas as bandeiras, excluída a bandeira francesa, em favor da qual esses direitos serão reduzidos pela metade.
> *Artigo 2*: Os moradores atuais da parte francesa de *Saint Domingue* depositarão na Caixa dos Depósitos e Consignações da França, em cinco parcelas iguais, de ano em ano, a primeira a vencer no dia primeiro de dezembro de 1825, a soma de cento cinquenta milhões de francos, destinada a compensar os antigos colonos que reclamarem por uma indenização.[60]

Este acordo deu lugar à exploração acirrada da força de trabalho rural legalizada no dito Código rural de Boyer (1926). Este, um protótipo de (contra) reforma agrária procurou afixar nas plantações, mediante a violência militar, os/as antigos/as escravizados/as como meio-servos pouco tempo depois deles terem lutado contra um sistema similar:

> Certos direitos que tinham sido reconhecidos aos cultivadores sem terra foram anulados pelo código rural de 1826. [...]. Com o código rural publicado sob Boyer, os trabalhadores são, **por contrato,** ligados à [plantação] e não podem deixá-la durante todo o período do contrato. Ademais, a compressão extra econômica é novamente utilizada e o pequeno comércio individual proibido. (DOUBOUT, 1973, p. 9)

A compressão extra econômica diz respeito a uma milícia criada especificamente para obrigar os-as cultivadores-as a ficar nas plantações. A proibição do pequeno comércio individual, na verdade, tentava proibir a pequena produção, apontava para a interdição das pequenas produções domesticas onde o cultivador se sentia dono de si. No entanto:

> as relações entre a grande propriedade e a pequena propriedade são fundamentalmente determinadas pelo mercado exportador. São os grandes proprietários que encaminham os gêneros aos negociantes dos portos. A proibição do pequeno comércio nas regiões rurais, o controle exercido pelos grandes proprietários sobre os meios de transporte, a insegurança e a repressão, tudo isso coloca a pequena propriedade sob a dependência do *grand "don"*, não somente para o escoamento dos seus produtos, mas também para a aquisição de alguns produtos de primeira necessidade que lhes são indispensáveis . O grande proprietário é, ao mesmo tempo, especulador, comerciante, agiota. É, sobretudo,

[60]Ibid. p. 80.

> por esta dependência comercial que a grande propriedade estabelece a sua dominação sobre a pequena.[61]

E nesta altura, estamos adentrando numa questão central na formação social haitiana e na "questão social" haitiana, a saber, a questão agrária herdada da colonização. Com efeito, o conflito grande - pequena propriedade reflita os conflitos sociais entre grandes e pequenos camponeses e entre gêneros e mantimentos. Na nossa leitura: "*A relação contraditória entre grande e pequena propriedade expressa a contradição fundamental através da qual é ilustrada, na formação social haitiana, a relação de exploração entre capital e trabalho*" (DESROSIERS, 2009:54) . O capital representado pelos donos de terras ou de plantações ou habitações e o trabalho pelos pequenos camponeses obrigados a trabalhar nestas grandes plantações. Isso para permitir a manutenção do alto padrão de vida da oligarquia oriunda da classe dos antigos livres através da exploração da produção de gêneros exportáveis cujo preço era arbitrariamente fixado pelos compradores:

> Um dos principais mecanismos de tal exploração se encontra no comércio desigual, ou seja, nas relações desiguais entre os produtos agrícolas (gêneros de exportação e alimentos) e os produtos importados no mercado haitiano. Louis-Juste (1993, p. 54) destaca que "*o preço das outras mercadorias aumentam seis vezes mais rapidamente que o preço dos alimentos cultivados pelos camponeses*". A esse respeito, o café, principal gênero de exportação do Haiti até os anos 1980, sobre o qual se constrói a riqueza dos *grandons-bourgeois* e dos grandes funcionários haitianos e comerciantes estrangeiros, constitui o centro da histórica exploração de pequenos/as camponeses/as. Louis-Juste (idem), nota que Gusti Klara Gaillard, "*demonstra que a produção de café é saqueada pelo Estado, pelos negociantes haitianos e pelos governos estrangeiros, através da questão das taxas indiretas, dos baixos preços, das balanças falsamente reguladas, do endividamento*".[62] Através desta exploração, os/as pequenos/as camponeses/as pagaram, pela força, os custos da "dívida da independência". (DESROSIERS, 2009:54-55)

Gusti Klara Gaillard (1990), no seu livro: "L'expérience haitienne de la dette extérieure", depois de analisar o processo de consolidação do serviço da dívida bilateral entre o Haiti e a França, mostra como o governo francês, na hora de estabelecer o valor da indenização colonial, havia exagerado a estimação das unidades de plantação de gêneros.

[61]Ibid. p. 10.
[62] Ibid. [P.54]

Assim, seguiu-se o processo de reavaliação da dívida, por meio do qual esta foi saldada, num acordo denominado "dupla dívida". Com efeito, o pagamento da indenização colonial e do empréstimo contratado de um banco francês para zerar a dívida formaram, de fato, uma dupla dívida, similarmente ao que ocorreu com o primeiro acordo para pagar a dívida da independência, em 1825. E, conforme a autora, a excessiva taxação do café foi o meio utilizado pelo governo e pela oligarquia local para o pagamento sistemático e regular desta dívida. No seu dizer:

> Portanto, o conjunto das duas obrigações, compensação e empréstimos, designados a partir do acordo concluído em 22 de dezembro de 1870, sob o nome de "dupla dívida" elevou-se a 90 milhões de francos ouro. Apesar da agitação social e diversas guerras civis (1844-46 e 1867-69), **o Estado haitiano deu prova de uma regularidade inegável no serviço da dívida**. **Isto é possível graças à tributação significativa nas receitas de café**. Este imposto é ainda mais rentável que a partir da década de 1850, o aumento das exportações desta mercadoria coincidiu com a melhoria de seus cursos internacionais. O Café haitiano exportado principalmente para o armazém do Havre, portanto, é a chave do cofre do pagamento da "dupla" dívida[63]. (GAILLARD, 1990, p. 22 – grifos nossos).

Na verdade, os/as produtores/ras deste café eram principalmente os as descendentes dos/as escravizados/as. Um elemento de fundamental importância a destacar nesta altura é que entre a cultura de gêneros e de mantimentos tinham as mulheres que eram responsáveis pela comercialização dos mantimentos. Apesar dos gêneros serem mais rentáveis no mercado internacional sobretudo para o governo e os negociantes, a resistência camponesa contra os gêneros, ou seja, contra a grande propriedade se deu principalmente pela recusa da produção de gêneros. Mireille Neptune-Anglade (1986) mostra como esta luta contra os gêneros aliada à tradicional "exclusão" das mulheres tanto da posse como da cultura da terra colocou as mulheres no centro da sobrevivência camponesa:

---

[63] [Tradução Livre] *Des lors, l'ensemble des deux obligations, dédommagement et emprunt, désigné, á partir de l'arrangement conclu le 22 décembre 1870, sous le nom de "double dette", s'élève á 90 millions de francs-or. Malgré les différents troubles sociaux et guerres civiles (en 1844-46 et 1867-69), l'Etathaitien fait preuve d'une indéniable régularité dans le service de la dette. Ceci est possible grâce aux revenus tirés de l'importante fiscalité pesant sur le café. Cette fiscalité est d'autant plus rentable qu'á partir des années 1850, la hausse des exportations de cette denrée coincide avec l'amélioration de ses cours internationaux. Le café haitien essentiellement exporté vers l'entrepôt du Havre est donc la clé de voute du paiement de la « double dette* ». (GAILLARD, 1990, 22)

> O agricultor tenta garantir sua sobrevivência, produzindo mais mantimentos de um lado para seu consumo próprio. (O número de pessoas para alimentar por unidade de produção está aumentando), de outro lado por conta do caráter mais rentável para ele do comércio de mantimentos; a renda do comércio de víveres feito pelas mulheres rurais é integrado parcialmente na economia camponesa. O que incrementa a concorrência mais forte entre mantimentos e comodities para o beneficio dos primeiros. A mulher rural excluída da agricultura integrara-se mais maciçamente no comércio de víveres. A este título, ela é um elemento chave da sobrevivência camponesa. (NEPTUNE-ANGLADE, 1986:131[64])

Uma resistência igualmente política, pois as principais lutas camponesas na historia haitiana se deu em torno da questão da possessão da terra ou não o que torna a questão agrária a questão fundamental da dita questão social haitiana. Com efeito, convém

> [...] observar que nunca os cultivadores e as cultivadoras aceitaram o estatuto de meio-servos imposto pela oligarquia latifundiária. A fuga para as montanhas, à maneira dos *marrons*, e a constituição de pequenas propriedades nas montanhas, assim como as lutas crônicas contra a oligarquia latifundiária, constituem os símbolos dessa resistência permanente de antigos escravizados e antigas escravizadas contra todo sistema conservador dos princípios da colônia de *Saint Domingue*. (DESROSIERS, 2009:50)

Em torno da questão agrária, giravam as principais lutas populares, até a entrada da cultura assistencialista onguista no país em prelúdio ao desenvolvimento da dita indústria haitiana. Além disto, há o fato de que até hoje, a maior contribuição ao PIB haitiano é feita pela agricultura, isto é, a produção camponesa explorada tanto pelo Estado quanto pelos *grandons-bourgeois*. A este respeito, o último inquérito do Instituto Haitiano de Estatísticas e de Informações (IHSI), em 2003[65] sobre as condições de vida no Haiti mostrou a superioridade numérica da Agricultura sobre os outros ramos de ocupação da

[64][Tradução livre] *Le paysan essaie d`assurer sa survie em produisant davantage de vivres d´une part pour son auto-consommation (Le nombre de personnes à nourrir par unité de production s`accroissant), d´autre part em raison du caractere plus rémunérateur pour lui du commerce vivrier; le revenu du commerce des vivres effectué par des femmes rurales est integre em partie à l´économie paysanne. C´est ce qui ajoute à la compétition de plus em plus forte entre vivres et denrées au profit des premiers. La femme rurale écartée de l´agriculture s´intègrera de plus em plus massivement au commerce vivrier. À ce titre, elle demeure um élément clé de La survie paysanne*. (NEPTUNE-ANGLADE, 1986:131)

[65] Os últimos dados sobre o Haiti disponibilizados pelo IHSI datam de 2003 ano do último censo. Acreditamos que o terremoto não mudou o quadro descrito na citação. Embora o número de assalariados e assalariadas tenha aumentado pelas obras de reparos e/ou construção no país e pelo aumento das fábricas tanto em Porto-Príncipe como no Noroeste do país onde foi instalado no ano passado o Parque Industrial de Caracol.

população Haitiana, no capitulo 6 intitulado: "Força de Trabalho e emprego". Ocupação, pois até este período, o assalariado continuava sendo a condição duma minoria:

> 44,6% dos ativos ocupados são inseridos na agricultura e 27,7% trabalham no ramo «comércio e reparos». Cidades provinciais ocupam uma posição intermediária entre o ambiente rural com seus 62,6% dos ativos ocupados na agricultura e na área metropolitana de Port-au-Prince, onde o ramo agricultura é quase inexistente (0,5%). Com efeito, "somente" 20,6% dos ativos ocupados nas outras cidades são inseridas na agricultura. Além disso, os serviços dominam na área metropolitana, onde as atividades de fabricação representam apenas 15,3% dos ativos que residem lá enquanto o comércio emprega por si só 38,4% dos ativos ocupados. (IHSI, 2003: 323)

Portanto, não foi por acaso que:

> As principais reivindicações do movimento popular, que, aliás, conduziram a derrota do governo de Boyer e à nominação do primeiro presidente negro depois de Dessalines em 1848 se [articulavam] em torno "da posse da terra, da obtenção de preços mais vantajosos na venda dos gêneros camponeses e da compra das mercadorias de importação, [...], do acesso de um negro à presidência do país[66]"

As políticas agrárias dos governos que sucederam ao governo de Boyer continuaram com a lógica neocolonial de trancamento dos-das pequenos-as camponeses-as e agricultores-ras nas terras e a excessiva tributação sobre seus produtos. Deste modo, a resistência camponesa contra a diminuição crescente do preço dos seus gêneros, entre eles o café, se deu, entre outros, na produção dos víveres que ao contrário do café era muito mais rentável, lhe permitindo um controle muito maior sobre o processo, da semeadura até a venda. O que o café, entre outros não fornecia. Com efeito,

> Os camponeses haitianos nunca deixarem de lutar, seja de forma aberta isto é, armada, seja dissimulada ou silenciosa. A pesar de ser mantida, de maneira deliberada, no analfabetismo, a massa de cultivadores pobres sempre lutou. Entre a fuga das *plantations*, a preguiça ou a indiferença nos espaços de trabalho, e a recusa de batizar e, portanto de declarar os seus filhos/sua filhas (no cartório de registro civil), no propósito de subtraí-los/las às obrigações dos levantamentos e das *corvées* nos caminhos e estradas públicas, os/as camponeses/camponesas sempre resistirem à dominação do trabalho assalariado em proveito de outros. Também resistiram contra as atividades de meeiros ou ao roubo dos seus produtos pela mediação da especulação, realizada pelos próprios *grandons.*

[66]DESROSIERS, op.cit 55

> Assim, cortaram os pés de café e plantaram bananeiras, cujos frutos não eram cobiçados pelos especuladores de gêneros exportáveis tais como o café (e que aliás rendiam muito mais que o café que demandava mais trabalho. Joachim (1979, p. 229) destaca que, "atuando assim, os camponeses transgrediam as tradicionais recomendações dos poderes públicos e atacavam uma das principais fontes de lucro dos especuladores de gêneros, dos negociantes exportadores e do Estado". Sem contar com a ocupação das terras vagas, intensificada nos momentos de lutas armadas. (DESROSIERS, 2009: 57)

Contudo, em seguida a Boyer, destituído em seguida a uma revolta popular e camponesa, o seu sucessor Pétion, para fortalecer a grande propriedade,

> [...] à diferença da política de arrendamento dos grandes domínios do estado, praticada por Dessalines, [...] favorece a apropriação das terras do Estado pelos proprietários privados. Esta apropriação se realiza em diversos níveis. Em primeiro lugar, é a ruptura com a tendência ao alargamento do setor público da propriedade fundiária. Todas as terras ilegalmente adquiridas e confiscadas por Dessalines serão entregues aos seus pretendidos proprietários. Em seguida, por um sistema de grandes doações, os grandes funcionários civis e militares recebem grandes plantações, duma superfície média de mais de 150 hectares. São os *grands "dons".* (DOUBOUT, 1973, p. 8)

Deste modo se formou a camada dos *grandons* que:

> ao longo dos anos, transformaram-se na "grandonarco-burguesia haitiana". É difícil encontrar um burguês haitiano que não seja ao mesmo tempo, grande proprietário de terras, ou seja, *grandon*. Essas terras, não estão inseridas num processo de produção direta, mas são arrendadas em pequenas partes aos meeiros para a produção de gêneros, cuja metade pertence a esse *grandon*. A prática de meação instituída sob o governo de Pétion, além de enriquecer os *grandons*, contribui para o desaparecimento da cultura manufatureira e, historicamente, constitui uma das mediações fundamentais da pauperização histórica dos novos cultivadores e das novas cultivadoras (DESROSIERS, 2009:50).

Deste modo, ao longo dos anos, durante as primeiras décadas depois da independência, as bases reais de pauperização das/os antigas/os escravizadas/os foram lançadas para as necessidades da reprodução duma oligarquia pós-colonial reprodutora da lógica da produção colonial e de organização social racista. Assim, a prática de meação instituída com os donos de terra absenteístas aprofundou o processo de precarização das condições de reprodução da vida no campo. Visto que

> com a prática de meação, a proprietária não realiza nenhum investimento. "Desde a época da grande partilha das terras..., as culturas se faziam sem o capital-dinheiro, mediante a associação do proprietário com o colono meeiro". Assim é praticamente abandonada toda política exigindo dos grandes proprietários certa responsabilidade no cuidado das terras. A grande cultura manufatureira vai, portanto desaparecer pouco a pouco, e fica somente a grande propriedade.[67]

Tal pratica ao longo dos anos ataca o comércio de víveres realizado pelas mulheres além de ao longo do uso incessante da terra provocar o declínio da fertilidade da terra e, portanto, a redução da renda dessas comerciantes, e, portanto, contribui para incluir as mulheres nas populações migrantes em direção das cidades. Fora esses elementos "internos" entre outros, devemos procurar os determinantes da produção da força de trabalho feminina sub-remunerada da indústria têxtil no Haiti na primeira ocupação militar do país pelos Estados-Unidos.

b) O papel da ocupação americana

A ocupação americana prosseguiu com o processo de expropriação/pauperização dos pequenos produtores para as necessidades da instauração de uma "industrialização" do país, conforme as necessidades dos EUA. Durante este período, as melhores terras de domínio estatal foram entregues às companhias estadunidenses. A ocupação do Haiti respondeu às necessidades de dominação neocolonial estadunidense em plena Guerra Mundial e as da oligarquia haitiana em busca do controle total sobre as classes camponesas em luta contra o regime latifundiário[68]:

> Vivida como a salvação das classes dominantes no Haiti, em plena reação contra um movimento popular camponês que, daquela vez, marchava sobre a capital haitiana. Essa invasão Americana, também vivida como uma segunda colonização se fez em seguida a dois elementos: um de maior importância e o outro de menor importância, mas que de fato, deram início a uma era de domesticação/neocolonização do Haiti independente e de exploração dos seus recursos pelos Estados Unidos. Em primeiro lugar, é notável que essa ocupação chegou como resposta a um movimento popular radical contra a oligarquia latifundiária e dificilmente reprimível. (DESROSIERS, 2009: 58)

[67] Ibid., p. 10.
[68] Aqui retomamos a maior parte duma nota de rodapé do nosso trabalho de mestrado nas paginas 58-59, onde analisamos o significado ideopoltico e econômico da ocupação americana no Haiti para o imperialismo.

Com efeito,

> Ultrapassada e assustada, a classe dominante se dobra para não se romper. Incapaz de reprimir o movimento, ela procura esvaziar seu núcleo e enfraquecê-lo. Os políticos que se declaram colocar-se sobre as posições dos Cacos não têm nenhuma dificuldade em se eleger a Presidência da República, querendo, sobretudo, afastar da capital as massas de insurgidos de pés descalços, vestidos de *colette*, arvorando um lenço vermelho e que não se separavam do seu gafo ou da sua carabina. Contudo, ao observar a *sarabande* dos chefes de Estado (seis de agosto de 1911 até julho de 1915, entre os quais quatro em dois anos), [...] sente-se que, apesar das suas operações, a classe dominante perde pé. (Joachim 1979, p. 236)

Foi neste contexto de lutas internas, influenciadas por intrigas internacionais neocoloniais, contra a exploração da sua força de trabalho pelos/as cultivaodres/as, que se deu a primeira ocupação militar do Haiti:

> [...] Joachim observa que os comerciantes e consulados estrangeiros, entre os quais os alemães e os norte-americanos, financiaram, nesse âmbito, as guerras rivais no propósito de conter a luta dos pés descalços e impedir a revolução agrária por eles preconizada através do "programa de Wanaminthe". Assim, em plena revolta do povo contra um governo despótico, e em seguida à derrota de tal governo, os Americanos iniciaram a primeira ocupação militar-econômica do Haiti, em julho de 1915. (DESROSIERS, 2009: 59)

O segundo motivo desta ocupação, concordando assim com Joachim (idem), foi para:

> Consolidar oficialmente o que se iniciou desde 1914, quando: "*em dezembro 1914, um comando de fuzileiros 'marines' retira em pleno dia, e 'manu militari', o estoque de ouro do Banco que é transportado para Nova Iorque por um navio de guerra dos Estados Unidos.*" [69] Esse saque das reservas de ouro do Estado haitiano se segue ao controle das reservas do Estado haitiano por bancos estadunidenses em contrapartida ao financiamento da dívida internacional do Haiti, em 1910. Portanto, em 1914, o banco recusou o direito ao Haiti de ter controle sobre as suas reservas de ouro e ordenou aos marines estadunidenses guardá-las. Esse acontecimento nos faz perceber que o Haiti, por conta da conquista da sua independência (1804) num mundo colonial, era considerado como um perigo para a ordem "civilizatória/colonial", e, portanto, deveria ser esmagado, no prelúdio do surgimento do sistema capitalista. [70]

[69] Ibid., p. 237.
[70] IBID: p.59

Portanto, as raízes mais antigas do processo neocolonial de barateamento e de precarização da força de trabalho feminina haitiana encontram-se também na ocupação estadunidense. Esta, por sua vez, deve ser considerada como uma sucessão e/ou consequência política e econômica da "dívida da independência" contratada por Boyer para com a antiga metrópole francesa em nome do país. Esta ocupação pode ser avaliada como o precursor da neocolonização do Haiti. Para isso, uma das principais conquistas da ocupação estadunidense do Haiti (1915-1934) foi a revogação de uma lei centenária da legislação haitiana proibindo qualquer estrangeiro de se tornar proprietário no solo haitiano. Ela foi a primeira intervenção militar, neocolonial que o país tem conhecido em nome da segurança dos Estados Unidos e do seu "bem-estar". Ela introduziu as relações capitalistas "reais[71]" no Haiti cuja materialização é certa multiplicação do trabalho assalariado. Conforme Chomsky:

> Outra conquista da ocupação de Wilson foi uma nova Constituição, imposta ao malfadado país após sua Assembleia Nacional ter sido dissolvida pelos Marines para recusar-se a ratificá-la. A constituição desenhada pelos Estados Unidos revogava as leis que impediram a estrangeiros tornarem-se proprietários de terra, o que permitiu às empresas americanas tomar o que elas queriam. F. d. Roosevelt mais tarde atribuiu-se o mérito de ter redigido a constituição, erradamente, parece, mesmo que ele esperasse ser um dos beneficiários, visto que ele tinha a intenção de usar o Haiti "para seu enriquecimento pessoal", observou Schmidt. Dez anos mais tarde, em 1927, o Secretário de estado reconheceu que os Estados Unidos tinham usado "métodos bastante opressivos" para fazer o povo do Haiti adoptar a constituição (99,9% de sim em um referendo organizado pelos Marines, com uma taxa de participação da população inferior a 5%). Mas esses métodos eram inevitáveis: "ficou claro que se a nossa ocupação deve ser benéfica para o Haiti e o seu progresso, era necessário trazer capital estrangeiro ao Haiti" [...] e dificilmente poderia esperar que os americanos colocassem seu dinheiro em plantações e em grandes fazendas no Haiti se eles não poderiam ser os proprietários da terra onde estávamos indo gastar seu dinheiro. Foi em virtude de um desejo sincero de ajudar os pobres haitianos que os Estados Unidos os forçaram a autorizar que os

[71] Colocamos reais entre aspas, pois como tem demonstrado os dados do IHSI, quantitativamente, o assalariado não é a norma geral no Haiti. A agricultura e o pequeno comercio em geral por conta própria prevalecem. No entanto, com esta ocupação foi sistematizado o assalariado nas indústrias agrícolas estabelecidas no país durante a sua vigência. Além domais, a indústria haitiana pelo seu caráter neocolonial evoluiu segundo o ritmo do mercado internacional e respira ao ritmo da segurança ou não do país. O golpe de estado em 1990 provocou a saída de várias multinacionais no país que até hoje não voltaram verdadeiramente com as suas fábricas. Pois bem, a década de 90, ao mesmo tempo em que contribuiu para o aumento do exército de reserva pela sua onda de acontecimentos dramáticos como o embargo contra o país durante o golpe do estado (1991-1994) provocou também diminuição da oferta desempregos nas fábricas.

> investidores dos EUA se apropriassem do país, explicou o Secretário de estado. Esta é a forma usual de benevolência. (CHOMSKY[72], 2006)

Com essas medidas, iniciou-se o processo de expropriação de pequenos camponeses e de concessão de grandes propriedades do domínio público para a construção de instalações industriais. Se, em geral, a expropriação de camponeses para os fins da acumulação capitalista no processo de industrialização, na história geral do capitalismo, é realizada por nacionais, no caso haitiano ela foi feita por estrangeiros para o lucro exclusivo de estrangeiros. E tudo isso, apresentado como sendo do interesse superior do Haiti. A expropriação dos/das camponeses/as abriu espaço para a emigração massiva dos homens provocando assim o aprofundamento do fenômeno, herdado da colonização, de mães "negras" chefes de família como isso já foi apontado no presente item. A ocupação criou uma forte centralização do país assim como provocou uma nítida separação entre cidades e campanhas. Chomsky no livro "*La tragédie d'Haiti*", citado acima, declara a respeito disso:

> "A Ocupação agravou a crise econômica, aumentando a contribuição forçada dos agricultores à manutenção do Estado", escreve o historiador haitiano Michel Rolph Trouillot. "Ela aumentou a crise do poder centralizando o exército haitiano e desarmando [os cidadãos] nas províncias", "ela estabeleceu as estruturas da centralização militar, fiscal e comercial" que deveriam levar a "apoteose sangrenta", sob a dinastia dos Duvalier.[73]

Tal centralização que contribuiu para a contemporânea migração em direção às cidades, em geral, e a Porto Príncipe, em particular. Como analisamos anteriormente, foi:

> Uma centralização administrativa em Porto-Príncipe que consagrou a separação do campo e da cidade, iniciada com o Código Rural de 1826, e o domínio definitivo da grande propriedade em proveito das grandes empresas capitalistas estrangeiras industriais, agrícolas, de serviço, dos *grandons* e dos negociantes dos portos. Assim, a ocupação americana do Haiti constitui a porta de entrada para a constituição de certa classe operária, enquanto se expandia o exército de reserva e se intensificava a formação das primeiras favelas haitianas, consoante, os princípios históricos de desenvolvimento de todo modo de produção capitalista. A expropriação dos camponeses obrigados a trabalhar como operários agrícolas nas companhias americanas estabelecidas sobre o território haitiano, por um

[72] Chomsky, Noam. *La tragédie d'Haiti – "L'an 501, la conquête continue"*. Editions de L'Herne, 2006 – Version électronique. Disponível em: <http://www.chomsky.fr/livres/www.lherne.com>. Acesso em 27/05/2012.
[73] Ibid.

> salário de fome provocou a emigração dos/das haitianos/haitianas tanto para a capital do país como para as outras neocoloniais americanas. (DESROSIERS, 2009: 60)

Deste modo, para além destas políticas, a ocupação estadunidense do Haiti (1915-1934) contribuiu para a pauperização dos-das camponeses-camponesas e a proliferação sistemática de famílias com mulheres "negras e pauperizadas" como chefes de família pelo incentivo da migração masculina para as plantações de cana ou as indústrias dos EUA em Cuba e na República Dominicana também ocupada pelos Estados Unidos no mesmo período.

O fenômeno "famílias monoparentais femininas" no Haiti é parte de um processo histórico oriundo da colonização de exploração conhecida pelo Haiti e vários países do Caribe e da América Latina. Isso, devido à ausência "normal" de homens "negros" escravizados junto com as suas mulheres, pois, nenhum dos dois se deslocava por vontade própria. Daí, a centralidade das mulheres ou da figura feminina negra haitiana na família tradicional haitiana como provedora e trabalhadora. O que até levou certos conservadores a enfrentar as feministas haitianas com o argumento de que no nosso país, as mulheres são o "*poto mitan*" ou pedra fundadora da casa. Portanto, "essa imagem de mulher dominada, submissa vem de fora e não condiz com as nossas mulheres". No entanto, as múltiplas determinações da relação-capital permitem que o machismo se reproduza na ideia da indispensabilidade do homem, sempre em fuga, dentro de casa e, isso, às vezes, a qualquer custo. E esse qualquer custo muitas vezes significa violências físicas, verbais ou simbólicas além do controle do "poder econômico" das mulheres trabalhadoras rurais ou revendedoras de víveres e de pequeno gado ou de produtos industrializados de primeira necessidade. Contudo, de modo geral, as migrações induzidas ou forçadas que, até a década de 1970, eram de homens principalmente contribuíram para intensificar a precariedade das condições de vida de mães ou mulheres com filhos a cargo.

Outro elemento de fundamental importância para o estudo do processo de pauperização das mulheres trabalhadoras haitianas e relacionado com a questão agrária é a questão da gestão tradicional da herança no meio rural. Pois bem, esta participou do processo de barateamento da força de trabalho feminino e contribui também na migração rural feminina. Decerto, no Haiti:

> as práticas costumeiras influenciam desfavoravelmente na aquisição de terras pelas pequenas camponesas e contribuem, de certa maneira, para o êxodo rural das mulheres, além das condições históricas gerais de produção desse fenômeno. A esse respeito, Neptune-Anglade (1986, p. 144) destaca que: "*A ausência de casamento legal, a indivisão jurídica forçada e as costumes relativas à herança em geral constituem elementos da marginalização das mulheres e catalisadores para o êxodo rural feminino*". [...] Em geral, a herança dos bens do pai ou do conjugue, por pequena que fosse, é apropriada por um homem da família. Isso ocorre, em geral, por duas razões: 1) pelo fato da impossibilidade da divisão da terra entre os filhos – por ser esta, muitas vezes, muito pequena, ficando sempre com um homem da família, independente do [acordo] das mulheres; 2) pelo fato da mulher não ser casada legalmente. Nesses casos, se ela não tiver filhos com o conjugue, embora ela tivesse trabalhado para a aquisição dessas terras ou as tenha cultivado, à morte daquele, ela não pode usufruir delas. Ora, somente 15% das uniões são legais no campo (idem, p. 145)[74].

Deste modo, entende-se que as mulheres-jardins são como funcionárias dos seus "maridos" e que à morte destes se a esposa quiser tomar de volta essas terras, e, isso, ainda mais, se elas não tiverem filhos como dono das terras, elas ficaram mais pobres do que eram antes da sua união consensual com os seus "maridos". Como se pode ver, a relação entre a questão agrária pós-colonial e a pauperização das mulheres é forte. No entanto, a ela deve ser acrescentada outros elementos internos provocados por politicas internacionais neocoloniais. Assim, vamos até a década de 80 onde encontramos as mulheres trabalhadoras rurais frente às politicas neoliberais que vão provocar uma mudança de qualidade no sexo da migração maciça até então quase exclusivamente masculina. Década onde eram implantadas muitas *faktori*[75] no Haiti.

c) A era neoliberal e o incremento da pauperização crescente das mulheres do campo

Mais tarde, no início dos anos 1980, as políticas neoliberais e, em particular, a exterminação dos porcos chamados crioulos no quadro do projeto PEPPADEP (Projeto de Erradicação da Peste Porcina Africana e de Desenvolvimento de Rebanho Suíno) mudou o

[74] DESROSIERS, op. cit: 73-74

[75] No Haiti, o trabalho nas fábricas no parque industrial na capital do país é geralmente designado sob o nome de *travay nan faktori/working in factories /trabalhar nas fabricas*. O termo inglês *factory* é diretamente utilizado no Haiti em crioulo para descrever ou fazer referencia as fabricas.

sexo da migração local e aumentou o exército industrial de reserva do Haiti, reforçando as qualidades tão elogiadas pelo Relatório Collier (2009), tais como o preço extremamente reduzido da força de trabalho haitiana constituída na sua maioria por mulheres. As migrações femininas têm particularmente contribuindo para aumentar esta última. Segundo Neptune-Anglade:

> Se a migração não afeta as mulheres, elas são, no entanto, a categoria de sexo mais afetada por esses movimentos; e se as migrações dos homens têm diferentes tendências para assim dizer, clássicas (rural-urbano, urbano-rural, rural/urbano-internacional), as migrações rumo ao urbano, esse tipo de migração contêm duas vezes mais mulheres do que homens. (...) No Haiti, o êxodo rural feminino em direção das cidades e, em proveniência de todas as regiões do país é manifesto, a relação de feminidade é nitidamente mais elevada na população urbana do que na população rural para qualquer departamento[76] considerado. (NEPTUNE-ANGLADE, 1986, p. 149-150)

Destarte, o próprio fluxo da migração feminina é orientado pela escolha pelas mulheres dos locais onde têm mais empregos, nas cidades, isto é, no comercio, nas casas (emprego domestico) e nas indústrias têxteis. Assim, historicamente, as mulheres chamadas a desempenhar um papel de primeiro plano no "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, pelo menos, desde 2004 e, ainda mais, depois do terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 são as que foram pauperizadas pelas políticas exploradoras-opressivas locais combinadas aos planos globais internacionais concebidos para a periferia do sistema em geral. Planos cujas consequências recaíam, em última instância e com mais acuidade, sobre as mulheres dos bairros populares, do campo e da classe trabalhadora haitiana em geral.

Portanto, não é coincidência quando no Haiti, a maioria da população operária no setor têxtil é feminina. Apesar de este fato ser comum as indústrias têxtis na periferia do grande capital onde são contratadas as pessoas ditas sem qualificação. Assim, segundo uma pesquisa publicada pelo IHSI (Instituto Haitiano de Estatísticas e de Informática) em 2000, a indústria têxtil emprega principalmente 62% das mulheres contra 38% dos homens. (IHSI, 2000). Conforme analisa Myrtha Glibert:

[76] O Haiti tem 10 departamentos: Oeste, Centro, Sul, Sul-Leste, *Grand'Anse*, Norte, Norte-Este, Norte-Oeste, Nippes, *Artibonite.* Por exemplo*,* Porto Príncipe é localizado no departamento do Oeste e constitui o "lugar-chefe" do mesmo. Cada departamento tem um lugar-chefe que seria o equivalente de "capital" de um estado brasileiro. Nesse caso, Porto Príncipe pode ser considerado como a capital do que seria o Estado do Oeste.

> As mulheres representam 45% do setor industrial localizado na região metropolitana. Elas são, no entanto, majoritárias nas indústrias de subcontratação (62%) que representa o subsetor com os salários mais baixos para os seus trabalhadores e trabalhadores: 12823 g contra 20000G para o resto da indústria. O ramo que concede os salários mais baixos, o de fabricação de vestuário emprega de longe, muito mais mulheres do que homens 10990 contra 6489, segundo a pesquisa industrial recente do IHSI (1999-2000). (GILBERT, 2001, p. 7-8)

Na CODEVI essa mesma logica é reproduzida com as mulheres formando mais da metade da força de trabalho (54%).

Assim, a migração feminina intensificou-se após a destruição dos porcos crioulos haitianos no início da década de 1980, no quadro do projeto PEPPADEP. Com efeito, no início da década de 1980, no âmbito do projeto PEPPADEP, o governo dos EUA em troca de um empréstimo para o governo haitiano exigiu a eliminação dos porcos haitianos suspeitos de serem os principais portadores da peste suína. Haiti foi considerado como o foco de peste suína. Os/as agricultores/agricultoras deviam trocar seus porcos, cuja criação era relativamente fácil pelos porcos dos EUA. Porcos que exigiam produtos especiais e relativamente caros para sua criação. A exterminação desses porcos tem praticamente destruído o fundo de poupança de pequenas/os agricultoras/os haitianas/os que tinham o costume de usar o dinheiro auferido da venda dos seus porcos para pagar a escolaridade e manutenção de seus filhos nos estudos em Porto Príncipe ou em outra cidade no país. Além do mais, a criação de porcos era uma atividade praticamente feminina, então quando os porcos foram exterminados, os meios de sobrevivência das camponesas também foram quase destruídos. O que explica a mudança de sexo radical da migração, sobretudo urbana em direção de Porto Príncipe na década de 1980 no Haiti propiciando assim a ampliação do exército de reserva para o parque industrial lotado de fábricas recentemente instaladas no bojo do processo de deslocação industrial em resposta à crise dos finais da década de 1970 no centro capitalista.

Além do PEPPADEP, como principal causa de do êxodo rural das mulheres até então escasso, o projeto dos "*barrages hydro-électriques sur le fleuve Artibonite*" cujo objetivo era de "fornecer eletricidade às indústrias da subcontratação na região de Porto Príncipe" irá continuar com o processo de pauperização de camponeses e camponesas

reforçando, desse modo, o exército industrial de reserva cujo tamanho é fundamental para a fixação do preço da força de trabalho. Conforme Neptune-Anglade:

> Do mesmo modo, a orientação do que alguns chamam do plano americano para o Haiti não pode senão contribuir a uma maior dependência e maior desestabilização do mundo camponês, que tornará mais precária a situação da camponesa. [...] Esse novo objetivo como o de outros projetos executados no Haiti (exterminação dos porcos haitianos por medo da contaminação dos porcos americanos, eliminação que reduziu a economia de famílias camponesas e tirou da mulher uma das suas atividades específicas no setor do gado) vai ser desfavorável à população camponesa. Irá tirar dela muitas das terras que ela ocupa, suas possibilidades de sobrevivência e **envolvera em numerosos deslocamentos da população.** (NEPTUNE-ANGLADE, 1986, p. 154-155 – os grifos são nossos).

Conforme a autora:

> Este projeto envolve o alagamento de 3850 hectares de terras, consideradas entre as mais férteis do país e, desse modo, exploradas intensamente. Estas terras agora são cultivadas por pequenos agricultores (proprietários e agricultores) e são plantadas somente com culturas alimentares: milho, *petit mil*, ervilha "Congo", batata doce, arroz, feijão, etc. Além "da falta à produzir agrícola", este projeto resultaria em uma "falta à comer" importante, uma maior pobreza rural, maior pressão sobre a terra; os dois últimos fatores acentuarão o êxodo rural feminino (NEPTUNE-ANGLADE, 1986, p. 154).

De fato,

> A destruição do rebanho suíno respondeu às exigências dos Estados Unidos para a concessão de ajuda internacional ao Haiti, acusado de ser o foco da peste suína. Esse último golpe aos/as camponeses/camponesas pobres e sem terra intensificou a pauperização dos pequenos camponeses e pequenas camponesas e um aumento do êxodo rural nos anos 1980. Além de facilitar a introdução dos porcos estadunidenses no universo camponês, a destruição do rebanho suíno teve como propósito roubar 30 % das terras plantadas em lavouras de subsistência (LOUIS-JUSTE, 2007) pelos camponeses, para incentivar a importação de víveres produzidos nos Estados Unidos. (DESROSIERS, 2009, p. 64-65)

Além de introduzir o Haiti no círculo da importação de víveres produzidos nos Estados Unidos – sobretudo o arroz –, esses acontecimentos realizados no quadro da neoliberalização capitalista do Haiti tiveram consequências diretas sobre as mulheres camponesas provocando a sua pauperização e a sua consequente disponibilização para as poucas fábricas presentes. Decerto, esses fatos provocaram numerosos deslocamentos em

direção às cidades e, sobretudo em direção a Porto Príncipe, primeira destinação das camponesas pauperizadas em busca de melhores condições de vida para sua família. Com efeito, apesar do assalariado não ser dominante da formação social haitiana, os poucos assalariados se concentram nas cidades e, particularmente na área metropolitana de Porto-príncipe. Citando mais uma vez o inquérito do IHSI:

> O assalariado é longe de ser majoritário. Mais de três quartos da população empregada são trabalhadores por conta própria ou empregadores (78,3% no total) e 5,2% são aprendizes não remunerados ou ajudantes familiares. A presença de dos ajudantes familiares ou dos aprendizes é maior nas zonas rurais (6,7%) do que em áreas urbanas (respectivamente, 1,6% e 3,3% na área metropolitana e nas cidades de província). Na verdade, o assalariado é de preferencia um fenômeno urbano: respectivamente 43,3% e 24,1% ativos ocupados da Área e das outras cidades são assalariados contra 6,8% em áreas rurais. (IHSI, 2003:323)

Esta busca de Porto-Príncipe para conseguir o emprego ou outro meio de sobrevivência pode ser considerada como uma das principais causas da superlotação em Porto Príncipe, que, no momento do terremoto, abrigava mais de 3 milhões de pessoas. Essa superlotação do Porto Príncipe, consequência das políticas agrárias repressivas e abusivas, da destruição da agricultura camponesa, além da ausência de planejamento da urbanização da cidade pode ser considerada como uma das principais causas do elevado número de perdas em vidas humanas registrado com o terremoto do dia 12 de janeiro de 2010. O que nos leva a afirmar o que os outros sismos que têm abalado a outros países como Chile (um terremoto de 8,3 na escala Ritcher) no início de 2011 e causando menos de um quarto dos danos causados ao Haiti por um sismo de magnitude 7,3 mostraram: o terremoto não é responsável pelos danos. De fato, o terremoto somente apontou o estado dos prejuízos causados por mais de duzentos anos de neocolonialismo, intervencionismo politico-militar e de dependência alimentar provocada, entre outros.

Dependência alimentar provocada, pois, até a década de 1980, quando da aplicação das políticas neoliberais e de destruição acelerada da economia camponesa haitiana, o Haiti era autossuficiente em alimentos. Chomsky (2006) corrobora isso quando declara:

> Durante a década de 1980, o fundamentalismo do FMI começou a tomar seu pedágio usual: a economia deteriorou-se sob o impacto dos programas de ajustamento estrutural que reduzem a produção agrícola assim como os investimentos, o comércio e o consumo. A pobreza tornou-se ainda mais terrível. No momento em que 'Baby Doc' Duvalier foi deposto em 1986, 60% da população, segundo o Banco Mundial, tinha um rendimento anual de US $ 60 ou menos *per capita*, a desnutrição das crianças tinha aumentado drasticamente, a taxa de mortalidade infantil foi incrivelmente alta e o país tornou-se um desastre ecológico e humano, talvez sem qualquer esperança de recuperação.

No entanto, nesse mesmo contexto, os Estados Unidos elaboram outro plano de recuperação para o Haiti, dessa vez para a América Central de modo geral. No final dos anos 1970, os Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan, elaborou o *Caribean Basin Iniciative Recovery Act,* conhecido como o *Caribean Basin Inciative* (CBI) e promulgado em 1983. Um documento apresentado como um acordo em favor do Caribe para aumentar as exportações da região[77]. A sua adoção propiciou o desenvolvimento das zonas francas na região, assim como a instalação de várias empresas de subcontratação têxtil no Haiti. Na realidade, o *Caribean Basin Iniciative* promovia o Caribe ou a América central como reserva de força de trabalho, ou seja, reserva de fábricas réplicas das maquiladoras implantadas na fronteira mexicano-estadunidense ou de *sweetshop* para as necessidades da reestruturação produtiva do capital. Um processo realizado ao custo da desestruturação de economias desses países, pela destruição da produção e da alimentação da sua dependência econômica e política para com o Norte, em especial os Estados Unidos, e cujas raízes datam do século XX senão no século XV, com o início da primeira ocupação exploradora-opressiva: a colonização europeia da atual América Latina e do Caribe.

No Haiti, a destruição da produção de arroz, bem como a exterminação do rebanho suíno considerado como poupança para os camponeses pauperizados/as camponesas pauperizadas, em razão de o Haiti ser considerado como o foco da peste suína, no início da década de 1980, foram os passos conjunturais[78] de tal processo. O primeiro resultado desse processo foi a criação de uma nova modalidade de dependência: a dependência alimentar. Assim, não surpreendente, Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos durante a década de 90, três meses depois do terremoto do dia 12 de janeiro de

[77]Analisado com mais detalhamento no quarto capítulo desta tese.
[78] Dizemos conjunturais, pois, o Haiti e os Estados Unidos têm uma longa relação de dominação e de exploração.

2010, pediu desculpas publicamente ao Haiti, frente à Comissão dos Assuntos Estrangeiros do senado americano, por ter pessoalmente destruído a produção rizícola do Haiti, na década de 1990.

> "Pode ter sido bom para alguns dos meus agricultores em Arkansas, mas não funcionou. Foi um erro... Tive que viver todos os dias com as consequências da perda de capacidade para produzir uma colheita de arroz no Haiti para alimentar essas pessoas por causa do que fiz; ninguém mais". (CLINTON, 2010)[79]

Isso, para favorecer o agronegócio americano, forçando o governo haitiano a aceitar as exigências neoliberais do FMI e do Banco mundial, consistindo na redução – se não na eliminação – das tarifas aduaneiras sobre a importação do arroz americano no Haiti com garantia para a concessão de empréstimos ao país. Como consequência destas medidas, se ainda em 1972 o Haiti tinha uma autossuficiência alimentar, atualmente o Haiti é o quinto maior importador mundial de arroz americano. Sem mencionar as perdas de emprego para os/as pequenos/as produtores/as locais e dos/as trabalhadores/as rurais, em geral, e a migração ruro-urbana rumo a Porto Príncipe e o incremento de fenômenos tais como o de "crianças de ruas[80]", até então desconhecido no país.

Como destacamos anteriormente (2009:59):

---

[79] CEPR - Bill Clinton Apologizes for Past Rice Policies. Postado em 22/03/2010. Disponível em: <**http://www.cepr.net/index.php/blogs/relief-and-reconstruction-watch/bill-clinton-apologizes-for-past-rice-policies**>. Acesso em: 2 de março de 2014.

[80] "*Às vezes, as mulheres camponesas que deixam o campo indo morar nas cidades, a procura de trabalho, não tendo nenhuma opção viável caem na mendicância. Isso não impede a reprodução sexual das mulheres cujos filhos e filhas vão inflar as filas das crianças de ruas. É importante indicar que o fenômeno de crianças de rua, no Haiti, começou a partir do final dos anos 1970, para se desenvolver depois do massacre dos porcos camponeses, visto que estes constituíam, muitas vezes, as únicas poupanças das camponesas e dos camponeses, e da retirada gradual do estado na subvenção da produção agrícola de víveres conforme os princípios neoliberais. Além disso, o abandono sistemático das mulheres com os filhos, além da deterioração das condições de vida em face dos fatos históricos já analisados neste trabalho, contribuem para o aumento do número de crianças de sexo feminino, na maioria, em condição de domésticas, na capital em troca de alojamento e de alimentação. De modo geral, é também prometida a educação, mas, a quantidade enorme de trabalhos domésticos e a reserva dos responsáveis pelo emprego dessa criança em evitar gastar dinheiro para uma criança que não faz parte da "família" (mesmo que sustentando a sua reprodução), impossibilitam a realização de tal promessa. Geralmente essas crianças são vítimas de abuso sexual, de parte dos homens da família, além de ser regularmente expostas ao chicote como castigo por qualquer falta*". (DESROSIERS, 2009:75-76)

> Tanto o pagamento da "dívida da independência" como os empréstimos necessários a tal pagamento além da exploração dos camponeses pobres e sem terra pela oligarquia latifundiária constituem as causas históricas, tanto da pauperização das classes populares haitianas como da inserção orquestrada do Haiti entre os países mais pobres e endividados do mundo. A esse respeito, cabe assinalar que o Haiti é uma das mais antigas nações do mundo a conhecer as espirais da dívida internacional, portanto da relação de exploração neocolonial norte/sul desde o século XVIII. Tal relação que a "cooperação internacional, bilateral ou multilateral" sob a coordenação da "Internacional Comunitária" perpetua e reproduz, de forma adocicada, de acordo com as necessidades da reprodução ampliada do capital. Apesar de que, conceitos tais como Norte, Sul e Terceiro Mundo, desenvolvidos para denominar o conjunto das neometrópoles e o das neocolônias, serão postos em circulação só no século XX

Deste modo, a criação da força de trabalho feminina para as fábricas de subcontratação é um processo histórico longo e contínuo. A instrumentalidade deste processo para a multiplicação das zonas francas é imprescindível. De resto, o seu produto – a presença da dita "mão de obra barata" neste país – é, atualmente considerado como um dos pontos de referência na avaliação da viabilidade do Haiti para a "Internacional Comunitária". Isto é, aliás, o que o professor Collier, pesquisador da Oxford University, se empenhou a demonstrar, a pedido da ONU, no seu relatório endereçado ao chefe secretário-geral da ONU em 2009, depois de uma missão de quatro dias no Haiti. Este relatório reproduz a lógica do processo neoliberal onusiano, desde a década de 1980 que qualificamos como de legitimação da exploração-opressão das operárias haitianas. E este processo constitui o objeto do próximo subitem.

1.4 Do processo de legitimação da exploração-opressão das operárias "negras" haitianas nas ZFE

O Haiti, reconhecido por sua força de trabalho sub-remunerada apresentada como natural ou inerente a ele, tem, consequentemente as leis trabalhistas mais atrasadas da região. O que representaria uma condição necessária e suficiente para a expansão das zonas francas, devendo propiciar o seu desenvolvimento econômico. Com efeito, conforme o último relatório-plano de reconstrução elaborado a pedido pela ONU, e realizado por Paul Collier, a precariedade da legislação trabalhista no Haiti constitui uma vantagem

comparável com a da China, além do baixíssimo custo da força de trabalho: "No setor do vestuário, o principal custo é o da mão de obra. Haiti é um país pobre, e **o mercado de trabalho sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão de obra mantém a concorrência da China, que constitui a norma de referência**" (COLLIER, 2009, p. 5 – Os grifos são nossos).

Não é repetitivo lembrar que esse relatório foi endereçado ao secretário geral da ONU. No entanto, nele a falta de regulamentação do trabalho é vista como um aspecto positivo para a "reconstrução" do Haiti, em plena ocupação pelas tropas da ONU para ajudar na sua "reconstrução". Qual é o propósito real da reconstrução onusiana, em obra desde o início da década de 2000 – a "reconstrução" do Haiti ou a reconstrução de um leque de neoplantações para o lucro das multinacionais têxteis? O Haiti mantém a norma de referência na superexploração da força de trabalho. Uma sorte "natural" para o Haiti que consegue reunir as básicas condições para um trabalho assimilável à neo-escravidão: a ausência de uma mínima regulamentação de direitos trabalhistas, e a segurança de um exército abundante pronto a aceitar qualquer salário precário em vez de estagnar na miséria. Tudo isso apresentado como sendo inerente e natural ao Haiti. No entanto, o que não diz o senhor Collier no seu relatório é que o modelo chinês é fundamentalmente diferente do que vem sendo realizado no Haiti e na América Central, em geral, com as zonas francas. Visto que:

> As empresas transnacionais que querem instalar-se na China têm que se associar obrigatoriamente com as empresas nacionais. Atualmente, reconhece-se que o sucesso dos investimentos diretos na China é devido em maior parte a essa parceria entre empresas estrangeiras e empresas nacionais, propriedade do Estado na sua maioria. Essa estrutura da propriedade onde as indústrias não estão nas mãos das empresas estrangeiras, mas de empresas mistas é interessante e importante. Porque elas se beneficiam da transferência de tecnologia e da proteção do Estado, essas empresas permitiram aos investidores chineses desenvolver algumas competências, o que eles não poderiam fazer em outras circunstâncias. Nisso, o modelo chinês difere muito no que poderia ser o equivalente latino-americano, onde figuram empresas mistas sem contribuições estrangeiras diretas e um numero maior de empresas de propriedade estrangeira. (DOURA, 2010, p. 143-144)

Assim, o modelo haitiano não adota a China como referência nem pelo poder aquisitivo real dos/das trabalhadores/trabalhadoras nem pela estratégia produtiva ali posta

em obra nem pelos resultados esperados. Aliás, as fábricas, consoante ao caráter do Estado haitiano e ao fato delas produzirem somente para a exportação, nem sequer contribuem para melhorar as infraestruturas haitianas, nem deveriam fazê-lo. Isso, contraditoriamente, para o próprio sucesso da indústria. Segundo Collier:

> Há duas grandes razões para atender às necessidades da indústria do vestuário arranjando várias zonas francas em diversos lugares do país. Uma destas razões, como o vimos, é que o agrupamento das empresas num mesmo lugar permite reduzir os seus custos. A criação de zonas facilita o agrupamento e isto é, de resto, a perspectiva adotada no Leste asiático. A outra razão, é que é muito mais fácil e rápido instaurar as infraestruturas e os serviços dos quais a indústria tem necessidade criando alguns bolsões de excelência em vez de tentar melhorar estas infraestruturas e estes serviços no conjunto do país. (COLLIER, 2009, p. 12)

A leitura deste parágrafo leva a pensar que a viabilidade do plano do desenvolvimento econômico do Haiti equivale à viabilidade de algum projeto de expansão de zonas francas. É possível entender que neste quadro, "expansão de Zonas Francas" significa "reconstrução" do país. Parece que "tentar melhorar estas infraestruturas e estes serviços no conjunto do país" prejudicaria a "criação de empregos" que a "reconstrução da infraestrutura" e as zonas francas deveriam propiciar "dois setores, que estudaremos um depois do outro, poderiam ser uma fonte de criação ***em massa*** de empregos produtivos no Haiti: a reconstrução da infraestrutura e a expansão das zonas francas." [81]

Na realidade, lendo esse relatório, parece óbvio que a chamada reconstrução da infraestrutura é uma legitimação da utilização das terras mais férteis desse país para a implantação das zonas francas. Para estudar a "reconstrução da infraestrutura", o autor do relatório dedicou menos de duas páginas. No entanto, a expansão das Zonas Francas, além das inumeráveis alusões às suas vantagens para a acumulação de lucro ou, para falar nos termos de Collier, "de criação de empregos" e os benefícios da lei HOPE II para tal processo, levou cinco páginas. E neste quadro, a privatização de todo aparelho do Estado, ou a terceirização de serviços públicos susceptíveis de constituir um obstáculo à "criação de empregos" é um imperativo. Um discurso antigo que vem sendo repetido com mais insistência pelas IFIs desde a década de 1980 aos países ditos em desenvolvimento, no

[81] Ibid., p. 9 – grifo nosso.

intuito deles tomarem, enfim, o caminho do "desenvolvimento/modernização". Empregos destinados às milhares de mulheres pauperizadas por décadas de expropriação, roubo e opressão-exploração machista-racista. Um processo legitimado pela ONU e as IFIs em geral por ser portador de "desenvolvimento".

No "Atlas des zones franches", publicado em 2010, sob direção do François Bost, os autores afirmam com força que: "A política das zonas francas é um fracasso cabal no Haiti (3 zonas francas identificadas em 2008)" (BOST, 2010, p. 77). Uma afirmação um tanto precipitada visto a recente instalação da primeira zona franca (2002) no país além do fato que as zonas francas continuam a serem implantadas no Haiti. Até hoje, a maior realização do governo haitiano no quadro da "reconstrução" do país é um grande parque industrial no Norte-Oeste do país – o "Parque industrial do Caracol" (PIC) financiado pela USAID, pelo BID e pelo governo haitiano. Somente os Estados Unidos, através da USAID teriam financiado essa obra na altura de mais de 124.000.000 de dólares sobre um total de 3.000.000.000[82]. Entretanto, outras zonas francas estão em construção na cidade de Carrefour, na região metropolitana do departamento do Oeste; sem contar com outras zonas francas que já obtiveram o estatuto de zonas francas e que estão em processo de construção e cujos proprietários são os coreanos, segundo informações obtidas com a DZF em 2011.

Atualmente, o Haiti com o suporte técnico da SFI está pensando um novo conceito de zonas francas com o apoio da SFI: o de Zonas Econômicas Integradas – um conceito de zonas francas mais amplo do que já existe tanto no Haiti como na República Dominicana e relativamente diferente do modelo dos enclaves. Com efeito, as mudanças na legislação do comércio internacional estão reduzindo sistematicamente o espaço das zonas francas tradicionais com a previsão (para 2015) da universalização dos regimes aduaneiros e fiscais nos países membros da OMC, dando fim às medidas especiais existentes nas zonas francas de exportação. No entanto, a existência dos acordos bilaterais materializadas nas leis HOPE II (2008), HELP (2010) e válidos para dez anos, garantindo a entrada sem taxas dos produtos têxteis montados ou fabricados no Haiti no território estadunidense, faz do

[82] HAITI – *Le gouvernement remplace le directeur général de la Société nationale des parcs industriels*: Insatisfaction par rapport aux résultats obtenus jusqu'à présent au niveau de la zone franche de Caracol? Disponível em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article14338>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

Haiti, fora a insuficiência das suas infraestruturas, uma destinação ideal dentro da subdivisão internacional do trabalho.

A esse respeito, num documento da SFI, publicado em dezembro de 2011 intitulado "*Les zones économiques intégrées en Haiti: Résumé exécutif*", é sistematizado o novo plano de desenvolvimento de zonas francas – ou mais precisamente de Zonas Econômicas Integradas (ZEI). Este documento sintetiza cinco relatórios anteriores sobre o trabalho da SFI a respeito das probabilidades de sucesso e das modalidades de desenvolvimento das ZEI no Haiti, enquanto motores de desenvolvimento econômico do país até o ano 2030. Esse documento mostra que, ao contrário do que afirmam os autores do Atlas, o Haiti é muito procurado pelos investidores. Além do mais, as ZEI, mediante reformas profundas na legislação haitiana, deveriam propiciar o desenvolvimento econômico do Haiti, como tem ocorrido com as zonas francas para vários outros países. Com efeito, segundo a SFI:

> O Haiti levanta um forte interesse por parte dos investidores, que poderiam criar 380.000 empregos até 2030. Devido à sua força de trabalho abundante e barata e à sua proximidade com os Estados Unidos, Haiti poderia em curto prazo atrair novos investimentos nos setores de vestuário, agroalimentar, construção e materiais de construção, logística e turismo, convertendo-se a mais longo prazo a outras indústrias e serviços com maior valor adicionado com meios de produção e competências complementares. Para criar empregos através de novos investimentos, mais de 2000 hectares de terra com todos os serviços serão necessários nos próximos 20 anos nesses setores (600 hectares nos próximos 5 anos). (SFI, 2011, p. 6)

Segundo as evidências, esse "novo" projeto pretende inovar com um tipo de empresa cuja finalidade é o desenvolvimento tanto do mercado interno cômodo mercado externo. Com efeito, as ZEI, ao contrário dos enclaves têm como objetivo diversificar a produção bem como o consumo local do país que as hospedem. E o parágrafo acima dá conta desse objetivo das ZEI. Contudo, o parágrafo seguinte a este demonstra cabalmente que a principal meta das ZEI a serem implantadas no Haiti é o desenvolvimento da indústria têxtil internacional, atacada de frente pelo novo regimento da OMC sobre o comércio internacional, a entrar em efeito em 2015:

> Graças ao acesso preferencial aos mercados do qual os artigos de vestuário são beneficiados no quadro da lei americana *Haiti Economic Lift Program* (HELP), os fabricantes atuais e futuros no Haiti estão bem posicionados para aumentar a sua parcela do mercado dos EUA e vender anualmente até 35 milhões de itens malha (camisetas, tops e bottoms em algodão) e 80 milhões de itens tecidos (calças, jeans e uniformes) a preços competitivos. Tendo em conta as vantagens únicas de que o Haiti está se beneficiando (quota triplas e regras de origem liberalizadas) para suas exportações de vestuário para os Estados Unidos no quadro da lei HELP, os fabricantes de vestuário poderiam estar na vanguarda do investimento no Haiti durante os próximos cinco anos e assim lançar as bases para novos investimentos[83].

Contudo, no intuito de demonstrar que o Haiti também se beneficiará das ZEI, mais à frente no mesmo parágrafo leia-se:

> O agro-alimentário e os materiais de construção são duas outras áreas que irão estimular o investimento nas Zonas Econômicas Integradas devido a recursos agrícolas e às necessidades de reconstrução do Haiti. A melhoria das competências dos trabalhadores e do clima permitirá o aumento dos investimentos e uma transição para outras indústrias com maior valor agregado, tais como a montagem de produtos eletrônicos[84].

Esse plano promete muito, no entanto, a chamada saída pela ascensão do gama precisa de condições encontradas, em geral, nos países ditos emergentes. Entre estas condições, uma força de trabalho com formação superior que pode ser útil para o desenvolvimento de vários "setores" propícios à dita "saída por cima": simultaneamente, "infraestruturas de qualidade", uma forte implicação de empreendedores locais assim como estrangeiros", etc. (BOST, 2010). No entanto, os especialistas da SFI avisam sobre o risco de estender as construções de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das ZEI ao resto do país- isso no contexto da reconstrução do mesmo-em um primeiro momento, referindo-se para isso à frase do relatório Collier sobre o assunto:

> Realizando em primeiro lugar resultados positivos em um plano menor, mas mais gerenciável, o Haiti pode depois efetuar reformas políticas, econômicas, jurídicas e regulamentares necessárias numa base mais ampla no resto do país. Como apontou Paul Collier, "é muito mais fácil e mais rápido fornecer a infraestrutura e os serviços que qualquer indústria precisa criando **alguns bolsões de excelência**" ao invés de tentar melhorar os padrões em todo o país" (SFI, 2011, p. 7 – grifos do autor)

[83] Idem.
[84] Idem.

Ora, a disponibilidade prévia das infraestruturas necessárias à instalação das ZEI parece ser, segundo analisa Bost, por exemplo, um elemento de fundamental importância para o "sucesso" da estratégia de "desenvolvimento" na qual elas são inseridas. Contudo, muitos países têm fracassado nesse processo "promissor" divulgado na década de 1980. Um processo que segundo os especialistas das zonas francas, em geral, com análises técnicas com pretensão de neutralidade – uma neutralidade eurocêntrica e liberal –, dificilmente ocorre, conforme a história tem demonstrado. Segundo Bost:

> Durante os anos 1980-1990, os doadores internacionais encorajaram os outros países do Terceiro Mundo a aderir a esta estratégia de desenvolvimento baseada nas exportações, os maus resultados registrados pelas duas outras estratégias possíveis (industrialização pesada, substituição de importações). Dado seu desenvolvimento inferior, estes se têm confinado principalmente por inércia às únicas atividades com intenso coeficiente de mão de obra, o têxtil em primeiro lugar, (Bangladesh, República Dominicana, Sri Lanka, Tunísia). É o que explica suas dificuldades atuais, desde o levantamento dos acordos sobre os têxteis e o vestuário (ATV) em 1 de janeiro de 2005, que resultou na erupção maciça de produtos asiáticos, chineses, em particular, nos seus tradicionais mercados de exportação. Todos os países não têm meios para embarcar em uma estratégia de saída de cima pela diversificação das suas atividades. (BOST, 2010, p. 39)

Esse trecho de análise – no limite, acusador –, sob a direção do geógrafo e oficial francês, para os países do Terceiro Mundo, tem sua utilidade para mostrar que a promessa de saída de cima não se aplica à maioria dos países do Terceiro Mundo, antigas colônias dos atuais países centrais hegemônicos nas IFIs. Isso não por conta da "inércia" dos países ou pelo seu "natural desenvolvimento inferior", mas por razões histórico-econômicas, além das limitações inerentes às neoplantações representadas, na nossa análise, pelas zonas francas industriais de exportação. Contudo, bem antes desse documento da SFI, o projeto de "reconstrução" do Haiti elaborado depois do terremoto, o PARDN, as zonas francas, como no antepenúltimo documento equivalente, o CCI[85] (*Cadre de Cooperation Interimaire*) de 2004 são promovidas para "desenvolver", ou melhor, salvar o

[85] CCI Quadro de Cooperação Temporária. É um documento redigido em 2004 depois da queda do governo de Aristide e da chegada das tropas da ONU no Haiti. O relatório Collier, elaborado em 2009, segue a mesma lógica do CCI: promoção da expansão de zonas francas e privatização dos serviços públicos.

Haiti. Mediante a utilização preferencial de mulheres como força de trabalha: a chamada "mão-de obra abundante e barata" da SFI.

Ora, a ONU ou o Banco Mundial patrocina esse relatórios ou planos. No entanto, a ONU pode ser considerada, como aliado do movimento das mulheres – e, portanto, das mulheres –; e o Banco Mundial como promotor de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Com efeito, a partir de 1975, a ONU, tornou-se oficialmente um dos mais potentes aliados do movimento mundial das mulheres. Como mencionamos no item anterior referindo a uma noção universal de mulher: "a mulher". Uma noção desprovida de conteúdo ontológico e, mesmo quando é surpreendentemente enunciado pela ONU, organismo mundial muito bem localizado para saber das múltiplas condições das mulheres no planeta. A nosso ver, designar mais da metade do planeta no singular: "a mulher" é bastante mistificador, porque se refere ou sugere a existência de uma mulher universal e a-histórica e, por definição, "branca". Ora, na realidade as mulheres são atravessadas por várias contradições e defendem ou têm interesses, às vezes, antagônicos. A defesa de interesses de classe, de raça e de sexo, a nosso ver, explica essa escolha da ONU. Com efeito, como então se pode referir a mais da metade da população mundial como uma massa homogênea, num mundo:

> **[...] que determina o bem em termos de lucros em vez de necessidades humanas, existe sempre um grupo dado de pessoas que sob o jugo de uma opressão sistemática, pode viver-se como excessos, ocupar o lugar do inferior desumanizado [?]**. [Ora], nessa sociedade, esse grupo é composto das pessoas negras, das do Terceiro Mundo, da classe operária, das pessoas velhas e das mulheres. [?] (LORDE, 1990, p. 2 – grifado pela autora).

Consequentemente, nos últimos planos de reconstrução ou de desenvolvimento elaborados sob seu patrocino, a ONU, assim como o Banco Mundial, promoveram as zonas francas, como saída do Haiti pela "criação massiva de empregos" que elas propiciariam no país. Saída para a "recuperação", ou para falar nos termos usados a partir de 2004, tanto pela "Internacional Comunitária", como pelo governo haitiano, a "reconstrução do Haiti". Jean Anil Louis-Juste (2007), na sua tese de doutorado: "Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti", adotou a

categoria "Internacional Comunitária" para designar a contraofensiva ideo-política capitalista, a partir das ONGs de desenvolvimento até os anos 1980 e as ONGs democratizantes a partir dos anos 1980, no bojo da restauração do capital, contra a "Internacional Comunista". Uma década marcada pelo neoliberalismo e seus corolários, o livre comércio e, claro, a multiplicação das zonas francas no quadro da deslocalização das empresas em luta contra a queda tendencial das taxas de lucro, estrutural do capital, para a perifeira do grande capital – ou seja, as antigas colônias dos atuais países do capitalismo central. É, portanto, uma categoria de análise importante para a compreensão do papel das IFIs no Haiti contemporâneo.

Segundo Louis-juste (2007:164):

> A internacional Comunitária funda-se no projeto de desenvolvimento enquanto forma de substituição de desenvolvimento por escravidão. Hoje em dia, a "globalização" utiliza esse arsenal institucional internacional no processo de desenvolvimento por flexibilização. Enquanto na modernização, o "industrialismo" acopla-se com a estatização ou nacionalização, a globalização promove a especulação financeira pela desregulamentação, a privatização e a des-territorialização. Assim sendo a categoria ONG pertence a duas épocas históricas: a modernização e a globalização, por ser instituída no contexto da privatização do desenvolvimento e de sucateamento do serviço público.

Assim, "a neocolonização tomou o nome de Cooperação Internacional sob o controle estadunidense, e, particularmente no caso haitiano, opera a partir das ONGs internacionais"[86]. E o "industrialismo", o mito em movimento na neocolonização mediada na contemporâneidade pelas zonas francas. Deste modo, as zonas francas se multiplicaram ao serviço da reprodução do grande capital onde mulheres racializadas são as principais operadoras diretas isso, ainda mais, nas zonas francas industriais de exportação especializadas na produção têxtil. Dita indústria revitalizada no contexto haitiano contemporâneo pela implantação das zonas francas industriais de exportação entre as quais a CODEVI no propósito de propiciar, conforme as IFIs e o governo nacional, o "desenvolvimento-reconstrução" desse país. Considerando o contexto ideo-político-econômico de emergência da Cooperação Internacional mediada pelas IFIs e as organizações de desenvolvimento além do significado ideopolítico do desenvolvimento

[86] DESROSIERS, op. cit: 26

para os países periféricos e visto o seu papel de primeira ordem na propagação do discurso ideológico projetando as zonas francas como instrumentos de desenvolvimento, chegamos ao seguinte questionamento:

É possível considerar as zonas francas industriais de exportação fundantes da estratégia de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti concebida pelas IFIs e legitimada pelo governo local, a partir da década de 2000, e tendo nas mulheres Negras pauperizadas haitianas a sua principal força de trabalho como instrumentos da superação da dependência alimentar-econômica e mesmo política do Haiti contemporâneo? Em outros termos, será que um produto da política neocolonial subjacente ao processo de restruturação produtiva do capital, no bojo da mundialização neoliberal capitalista e vulgarizado pela "Internacional Comunitária" para as necessidades da reprodução ampliada do grande capital como as ZFE, ao exemplo da CODEVI apresentado como obra "humanitária", pode emancipar o Haiti das relações neocoloniais de dependência herdadas da colonização/civilização? Daí a seguinte pergunta: Qual é o significado ideopolítico e econômico real do "empresariado humanitário-capitalista" em movimento no plano de "desenvolvimento-reconstrução", atualizado em 2004 e em 2010, após o terremoto, para as mulheres "negras" operárias da CODEVI na contemporaneidade?

A procura de respostas a esse questionamento nos conduziu a rever as condições históricas de produção da dependência neocolonial e de pauperização das mulheres "negras" descendentes diretas das escravizadas e escravizados "negros", transformando-as em forca de trabalho sub-remunerado para as necessidades da reprodução do capital. Temos também o intuito de desvendar a função social real da zona franca – apresentada como certa obra humanitária – para um país em constante estado de emergência como o Haiti. Assim, postulamos que:

- Apesar da sua centralidade na estratégia de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, As ZFE pelas suas características fundamentais, incluindo as ZEI: extraterritorialidade – liberdade total de produção e de repatriamento dos lucros, enclave econômico – desempenham na contemporaneidade a função de

neoplantações constituindo-se como obstáculos ontológicos à **soberania popular-alimentar-política-territorial do Haiti**. Ademais,

- O projeto de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti no qual se destacam as zonas francas industriais de exportação ou as ZEI–instrumentos do "empresariado humanitário"- é a atualização de um projeto neocolonial-moderno, explorador, patriarcal, machista e racista bicentenário com a intermediação da Internacional Comunitária nas suas personificações institucionais tais como a ONU, "aliada das mulheres", e o Banco Mundial promotor do "desenvolvimento" no Terceiro Mundo.
- O caráter humanitário do empresariado em movimento na CODEVI traduz-se em um processo hierárquico de exploração neocolonial segundo o sexo, a "etnia" e a nacionalidade, e destruidor da saúde física e sexual das operárias/dos operários.

Com o objetivo de confrontar essas hipóteses com o real, nos três próximos capítulos, adentramos no estudo das relações de trabalho existentes na Zona Franca industrial de Exportação CODEVI, objeto do nosso estudo, e do significado ideopolítico e econômico das zonas francas no Haiti como no Terceiro-mundo em geral. Para isso, no próximo capítulo, adentramos na análise do trabalho na CODEVI. Este capítulo se fundamenta na análise do salário por peça como mediação do controle total da força de trabalho feminino nas relações de trabalho hierárquicas estabelecidas dentro da zona franca.

Capitulo II-O TRABALHO NA CODEVI: “EMPRESARIADO HUMANITARIO” OU DO CONTROLE TOTAL DAS OPERARIAS “NEGRAS”

Figura 03. Placa de bem vindos da fábrica de jeans Levi´s



Fonte:Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).
Tradução livre da placa: Bem Vindo! Você está entrando numa empresa de qualidade onde nós satisfazemos todas as exigências de nossos clientes.

Conforme declarado pelo diretor de operações da CODEVI, a zona franca está instalada no Haiti para ajudar o país. O conceito foi introduzido pelo Ministro brasileiro

para assuntos exteriores Celso Amorim, durante visita diplomática ao país em 2009. O representante do governo brasileiro deixou entender que os acordos multi ou bilaterais, que visassem a instalação e multiplicação de zonas francas no Haiti, poderiam ser compreendidos como parte de um "empresariado humanitário".. Com efeito, no dia 17 de setembro de 2009[87]·, o ministro brasileiro e o representante do comercio estadunidense Ronald Kirk concluíram um acordo que permitiaa instalaçãode parques industriais, contribuindo assim com os "esforços para a reconstrução" do Haiti. Citando o Alterpresse:

> O Brasil e os Estados-Unidos chegaram a um acordo sobre o estabelecimento no Haiti de instalações industriais para apoiar, conforme eles, os esforços de reconstrução, aprende Alterpresse de fontes combinadas. Este acordo foi encontrado em 17 de setembro de 2009, durante uma reunião entre o ministro brasileiro Celso Amorim e o representante norte-americano de comércio, Ronald Kirk. Durante esta reunião na capital brasileira Brasília no Palácio do Itamaraty, os dois líderes discutiram sobre as oportunidades oferecidas pela lei batizada "Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement" (HOPE). Este mecanismo permitirá que as empresas brasileiras no Haiti possam exportar produtos para os Estados Unidos sem pagar taxas alfandegárias e vice-versa, de acordo com o líder brasileiro. Celso Amorim, que está em visita ao Porto - Príncipe este 18 de setembro de 2009, precisa que este mecanismo seria benéfico no Haiti, bem como as empresas brasileiras e americanas aí estabelecidas. Interrogado pela agencia chinesa XINHUA, o ministro brasileiro qualifica este acordo de "empresariado humanitário" para facilitar o desenvolvimento econômico do Haiti.

Antes de realizar qualquer crítica deste conceito, pretendemos contrapô-lo ao cotidiano das/os operárias/os na zona franca, a través do estudo das relações de trabalho no plano real. O que é realizado neste capitulo, ao adentrar no processo especifico de exploração do trabalho e do corpo das operárias na CODEVI, com os operários como "grupo-testemunho". O qual será posto em relação com o dito empresariado humanitário no penúltimo capítulodeste trabalho.

2.2 Da exploração do trabalho e do corpo das mulheres na CODEVI

[87] Ler a respeito o artigo: Haïti/Economie: Installationprobable d'industries d'assemblagesaméricaines et brésiliennes publicado em www.alterpresse.org em 18/09/2009. Acessívelaatravés do link : http://www.alterpresse.org/spip.php?article8773

O capitalismo para se desenvolver precisou subordinar a ele todas as relações sociais anteriores a fim de se reproduzir, ou seja, lucrar. Entre as relações subordinadas, encontramos o gênero, isto é, a relação de opressão-exploração das mulheres cuja exploração do corpo e da força de trabalho, na nossa leitura, são indissociáveis, tanto na realidade quanto na análise. Com efeito, no ambito da zona franca, observamos a instrumentalização sexual do corpo das mulheres "negras" pelos supervisores, sobretudo dominicanos, para a concessão de horas extras ou a permanência no emprego. Este processo é descrito da seguinte maneira por Marie[88]:

> Essas coisas acontecem várias vezes, mas na nossa equipe não. Já ouvi essas histórias várias vezes. Quer dizer, as mulherespedem para os supervisores ficarem com elas para não serem demitidas. Isso acontece várias vezes lá embaixo (Informação verbal, 2011)

O supervisor pode causar a sua demissão?

> Sim, o supervisor pode ir nos Recursos Humanos e falar uma coisa ruim a seu respeito e eles te demitem, te mandam embora. Sim, ele pode. Por isso, as mulheres ficam com eles para manter o emprego. Porque se você está ali e não tem outra esperança, você é obrigada, entendeu? Pois tem gente que trabalha ali embaixo, a CODEVI é a sua fonte. Isso quer dizer que a pessoa é obrigada a se vender para permanecer no emprego. Isso acontece ali muitas vezes. (Marie, Informação verbal, 2011)

Numa entrevista com Joël[89], supervisor de produção de anáguas, pudemos compreender o seu poder, ao final da semana de trabalho, sobre o que realmente chega às mãos da operária e quanto isso pode ser usado para controlá-las, modular o assedio sexual. E portanto, confirmou indiretamente o depoimento de Marie

> Se eu faço um contrato com um operador em outro local e você fala para o engenheiro, olhe essa pessoa trabalhou para mim, tal quantia de dinheirodeve entrar no holeritedela. Aqui está a quantia de dinheiro que vai ajudar neste sentido. Mas, se você tiver uma pessoa e ela trabalhoumuito para você, você pode

[88] Marie (nome fictico). Entrevista. [Dez. 2011]. Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 arquivo mp3 (68 min32 sec.).
[89] Joël (nome fictício) Entrevista coletiva I [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 2 Arquivo mp3 (24 mn).

> ir com ela na frentedo engenheiro e falar: esta pessoa trabalhou muito, veja o que você pode fazer para mim se você pode acrescentar uns 50 ou 100 gurdas para ela.(Joël, informação verbal, 2011)

Neste depoimento, se expressa também o caráter paternalistada relação supervisor-operário, que numa relação machista entre um supervisor e uma operária pode acarretar abusos do tipo que estamos analisando aqui. Assim, apesar do holerite não ser da responsabilidade do supervisor, pois esta função cabe ao engenheiro, ele pode acrescentar ou tirar do salário semanal das/os operárias/os Como pode se ver, a existência desta relação paternalista-antes da profissional-propicia relações de promiscuidade machista e de exploração entre supervisores e operadoras. Ainda na entrevista realizada com Joël (feita separadamente, mas, com interferências de um e outro para complementar ou retificar a fala), conversamos também com François[90], supervisor de duas equipes de produção de "calcinhas" da mesma fábrica. Ao começar a entrevista, Joël fez um comentário bastante subjetivo e machista por ser dito num contexto profissional por um superior hierárquico, ou seja, em posição depoder em relação às operárias. A seguir, apresentamos um trecho da nossa entrevista com François:

E você? [faz o quê]

> Também, sou responsável por duas equipes. Trabalho nas calcinhas. Tenho duas equipes de 12 pessoas; 24 mulheres. (François, informação verbal, 2011)

Você disse que sua equipe tem 24 mulheres?

> Sim. 24 mulheres
> Joël: 24 mulheres bonitas.
> François: Sim, 24 mulheres bonitas, mas não para supervisores. (Informação verbal, 2011)

Vocês são proibidos de se aproximar delas?

[90] François (nome fictício) Entrevista Coletiva I [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 2 Arquivo mp3 (24 mn)

> *Não tem interdição, mas sabemos que não podemos.* (informação verbal, 2011)

O machismo contido na expressão "24 mulheres bonitas" nos deixa pensar que elas não são consideradas bonitas para serem "admiradas". Na verdade, o modo de falar da "beleza" das operárias traduz o significado real desta apreciação que poderia ser reescrita como: "24 mulheres desejáveis". Nesta relação hierárquica entre supervisores e operárias, o supervisor nem sempre precisa se esforçar para conseguir os favores de tal ou tal operária decidida a tirar proveito de sua "beleza" num ambiente precário de trabalho. Assim, apesar das mulheres serem amaioria da população operária da CODEVI, a rotação delas é muito elevada. Muitas saem e entram. Para essas mulheres, a permanência no emprego depende, em grande medida, da apreciação do supervisor, do seu trabalho ou da sua "beleza" e da sua regularidade. Nos casos onde elas são totalmente dependentes do emprego na zona franca, elas arriscam perder tanto a reputação como o seu companheiro oficial para assegurarem a permanência no emprego. Pois, segundo afirma Marie (informação verbal, 2011):

> A própria pessoa com quem você faz isso, ela vem e divulga isso. O próprio homem te faz uma publicidade lá dentro. Ademais, os dominicanos não respeitam os haitianos de modo nenhum. [Elas fazem isso com os dominicanos também?] Olha só [riso de espanto] !!! Sim! Com eles ainda mais.

A superexploração [força de trabalho e corpo] das mulheres expressa nessa violência tríplice é observada ou confirmada pela representante da intersindical BatayOuvriye nos redores da CODEVI, Yannick Etienne[91]:

> O assedio sexual existe, mas é difícil combatê-lo, pois,as mulheres o aceitam muitas vezes para conseguirem horas extras. Têm casos que são aviltantes, depois de fazer sexo com elas, eles vêm com as fotos na fábrica. Têm casos de mulheres que reclamam, mas têm medo de criar um escândalo com isso (Informação verbal, 2011)

Neste caso, o machismo reinante no mundo capitalista e expresso na figura da mulher virgem e castae na do homem macho, viril permite que o homem possa, sem medo e sem dano à sua reputação, expor a sua sexualidade. Entretanto, a exposição da sexualidade

[91]Yannick Etienne, Entrevista I, verbal não gravada [Juno 2011]. Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Port-au-Prince, Haiti.

da mulher com a qual ele teve relação sexual é considerada como suja ao mesmo tempo em que realça a virilidade do homem, e, portanto, o valoriza. Issoé uma arma poderosa para chantagear uma mulher haitiana num local público de trabalho. Dizemos mulher haitiana, pois a construção da imagem da mulher haitiana rural, valente, trabalhadora se edifica sobre as suas qualidades como mãe cuidadora ativa, trabalhadora, virtuosa, mulher de um homem só. Assim, quando um homem,mesmo o seu, conjugue expõe publicamente a sua sexualidade, isso atinge não somente a ela, mas também a sua família, incluindo seus filhos. Portanto, esse procedimento machista tem um poder controlador de alto alcance na exploração da força de trabalho da mulher operária haitiana.

Contraditoriamente, para justificar ou facilitar o exercício deste controle machista-explorador sobre as operárias, o pagamento de horas extras normais é extremamente difícil mesmo quando realizadas concretamente. Damos voz mais uma vez à Marie(Informação verbal, 2011):

> Se você tem uma meta para cumprir, mesmo se a hora da saída tiver chegado, até você cumprir a meta do dia você não pode ir embora. Quer dizer você termina à meia-noite, você vai embora, dez horas você vai embora. Essas horas não são pagas, não são consideradas como horas extras.

De modo geral, essas horas extras constituem uma corda que os patrões, através dos supervisores e gestores humanos, puxam a vontade para explorar ainda mais as mulheres operárias. Segundo Simon[92], operador numa fabrica de calças, o desconto da falta ou do atraso é facultativa, no entanto, o trabalho deixado durante a ausência é feito pela/o operária/o na sua volta, sem este ser considerado como trabalho extra, ou seja, sem ser remunerado:

> Em caso de ausência ou de atraso, eles te pagam. Mas, isso depende também. Se, todavia, eles te deram 3 dias, se você deixar os três dias passar ou quatro dias e você não volta ao trabalho. Eles te cobram normalmente. E quando isso acontece, esse dinheiro volta para o bolso deles, pois, ele não volta para a companhianão. Eles embolsam esse dinheiro para o seu uso pessoal. E você, eu posso dizer, que você trabalha para eles. E as vezes, você vai embora, eles não pedem para outra pessoa fazer o seu serviço para você. Eles deixam o trabalho acumular para você.

[92] Simon, (nome fictício) Entrevista coletiva II [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (2 horas20 mn)

> E quando você voltar é você que tem que se esforçar para fazer todo este serviço e enviá-lo enquanto eles te cobram esse dinheiro ainda. Na hora que você vai embora, eles podem deixar a meta para você fazer, eles não vão te pagar. Isto quer dizer que este trabalho extra não será pago. (Informação verbal, 2011)

Deste modo, duma ou doutra maneira, percebe-se que, em volta das horas extras, é realizado o controle do tempo do/da trabalhador/trabalhadora ao passo que o próprio tempo de trabalho gasto na realização das peças é duplamente cobrado na ausência legítima da/o operária/o. Visto que, em tempos normais, estes trabalhadores pagos por produção[93] teriam realizado este trabalho na sua volta e ele seria fiscalizado e contabilizado na sua folha de pagamento. Porém, no momento do trabalho extra este seria pago não mais por produção, mas pelo tempo de trabalho fornecido conforme fixado pelo supervisor. No entanto, no caso descrito acimo por Simon, tanto esta contabilização por peça como o pagamento por tempo do trabalho por tempo é contabilizado como fazendo parte do que é chamado do cumprimento de meta e que, portanto, é pago globalmente pelo dia de trabalho "normal" realizado por este/esta trabalhador/trabalhadora. Este processo de superexploração do trabalho é entendido como tal pelos operários e ocasiona resistências como a "fuga" destetrabalho não pago considerado como parte da meta diária, mesmo que realizado fora do horário normal de trabalho.

Realizamos entrevista com um grupo de sete (7) mulheres, na sua maioria mães com filhos a cargo e uma com irmãos menores a cargo, onde cada uma teve a possibilidade de responder individualmente as nossas perguntas e de completar as falasumas das outras. Durante esta entrevista, Evelyne[94], destaca em resposta a nossa seguinte pergunta:

> **Vocês nunca ficaram para fazer horas suplementares?**

> Eles têm costume de obrigar a gente a ficar depois do horário para cumprir a meta. Nós escolhemos não ficar, pois, a gente só adota o que pelo qual assinamos. (informação verbal, 2011)

> **Quando vocês ficam, eles não vos pagam?**

[93] No próximo item, analisamos o salário por produção ou salário por peça.
[94] Evelyne, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

> Não, eles não o pagam. Eles falam que você completou a meta. não te pagam este tempo. Mas, quando você trabalha e não completa a meta, eles tiram do seu dinheiro. (informação verbal, 2011)

Dai, perguntamos: **Portanto, ninguém aqui fica depois do horário? Isso nunca aconteceu?** : "*Não, entramos em rebelião, e vamos embora. Eles não pagam a gente".* (Evelyne, informação verbal, 2011)

Annette[95]completa: "*Eles te pagam 20 gurdas[96] para uma hora, gente. Nós, nós escolhemos não ficar".* (informação verbal, 2011)

A resistência destas operárias que escolhem não ficar para fazer horas extras é também observada entre os alunos do ensino médio que, pela obrigação de estar na escola àtarde não podem ficar na zona franca depois das 4:30. Simon explicita esta postura assim:

> Eles sempre pressionam a gente para a gente ficar, mas as vezes você sabe que você está em superioridade, a hora de ir embora já chegou, você já sabe que não vai se deixar pressionar. Você não aceita a pressão, às vezes, eles até querem tomar uma medida quando você não quer ficar, te levarpara a sala dos recursos humanos, sobretudo quando chega o despacho. Quando este despacho chega e eles dizem que ele tem que sair, a sua hora de ir embora pode chegar, você tem que ficar para ele poder sair. Eu sempre falo não, não posso ficar por que preciso ir para escola. Em vez de perder a minha escola prefiro perder a CODEVI. Pois hoje posso poder entrar lá e amanhã, se Deus quiser, não posso mais. Mas, se tenho o conhecimento, acredito que sempre o terei. (informação verbal, 2011)

Deste modo, as horas extras, normalmente constituem um instrumento de peso na superexploração do trabalho e importante para a regulação da mesma na luta entre capital e trabalho no chão das fábricas da zona franca. E, pelo próprio caráter hierárquico da relação de trabalho, a/o operária/operário normalmente encontra-se numa situação de decidir entre manter o seu emprego ou largá-lo sob a condição de aceitar a forçada prolongação da jornada de trabalho para um pagamento incerto. No caso particular de

[95] Annette, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

[96]Se precisavam, em 2011, de 40 gurdas para comprar um dólar americano. Portanto, esses 20 gurdas equivaliam 50 centavos americanos.

Jacques[97], como Simon o destacou muito bem, a sua falta ao trabalho não diminui a sua meta de peças. No entanto, mesmo cumprindo esta meta com atraso, ele não receberá o seu devido pagamento nem o das horas extras realizadas para cumpri-la depois:

> A falta é como se você não pode vir por conta duma doença, você traz o seu atestado medical. Você o traz, prova que estava realmente doente e dai você o entrega nos Recursos Humanos assim, eles te pagam. Tem momentos assim que fico e vejo uns 5 ou 10 gurdas acrescentados, e dai eu acho que eles erraram, quando olho bem e me dou conta vejo que são horas extras. E têm momentos, eles te provam também que eles pagam horas extras, mas na verdade eles não as pagam. É o seu próprio dinheiro que eles parcelam, dividem que eles te pagam por pedaço. E daí, ele acaba completando o total do seu salário. Faça um novo calculo e você perceberá que é o mesmo valor do seu salário. É nesta quantia, por exemplo, que eles pegam 10 gurdas para cada extra, e quando você junta tudo junto, e você tem a exata quantia do seu de salário. O dinheiro não aumenta de verdade, digamos que eles são obrigados a te pagar por que você fez horas extras [...]. Mas, isso não é feito. (Jacques, informação verbal, 2011)

Neste conflito pelo controle do tempo de trabalho e, por conseguinte, da extração de mais trabalho excedente possível, as trabalhadoras encarregadas de filhos são as que mais perdem e acabam sofrendo muito mais. Como se pode observar na breve descrição das entrevistadas apresentadas na introdução desta tese, as mulheres que trabalham na zona franca são, de modo geral, ou mãe biológica ou responsável por filhos ou irmãos. Em outros casos, elas trabalham na CODEVI para arcar com as despesas escolares. Isto é, o trabalho na zona franca é de vital importância para a sobrevivência não somente da própria trabalhadora, mas da sua própria progenitura ou de familiares dependentes dela. No caso dos filhos serem bebê e visto a inexistência de creches públicas no campo e nas cidades- este sendo um conceito praticamente inexistente no Haiti- qualquer doença ou problema de um filho, pela repartição hierarquizada e sexuada das tarefas domesticas em detrimento da mulher trabalhadora, fica a cargo exclusivo da mãe ou responsável. O que se traduz pelas faltas frequentes ao trabalho[98].

[97] Jacques, (nome fictício) Entrevista coletiva I [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (2 horas20 mn)
[98] O que poderemos demonstrar mais adiante neste trabalho.

Figura 04. Fardos de tecidos (calça-jeans/ dockers [Levi's]) para a montagem



Fonte:Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Contudo, enquanto a concessão do pagamento das horas extra é rara, ou sujeita a "benevolência" do supervisor da fábrica, a cobrança do atraso ou da ausência é sistemática e geralmente excessiva. Isso constitui outro motivo de reclamação por parte das/os operárias/os, sobretudo as mães ou encarregadas de filhos que, muitas vezes, precisam faltar ao trabalho para cuidar de um filho doente ou por conta de uma gravidez. E este é outro aspecto dessa luta, em torno do tempo real de trabalho versus sua real remuneração para as operárias, muito bem ilustradano seguinte depoimento de Marie:

> O que eu não gosto da CODEVI, você pode ter um problema, a criança estar doente, você traz o atestado médico, eles cobram a sua falta do mesmo jeito. Eles tiram do seu pagamento 210 gurdas enquanto o dia de trabalho não rende 200 gurdas. A gente não recebe 200 gurdas não ! O salário é de 963 gurdas por semana. E se você tiver um problema você conseguirá a permissão para se ausentar, mas eles guardam uma parte do seu pagamento de qualquer jeito (informação verbal, 2011).

Este depoimento não fez nada mais do que completar os depoimentos trazidos nas paginas anteriores. A falta da/do trabalhadora/dor é um motivo para a retenção do seu salário. Contudo, esta cobrança (210 gurdas por um dia) é realizada sobre uma semana de cinco dias cujo valor é de 963 gurdas. Assim, no caso de um trabalhador faltar 5 vezes no mesmo mês- Esse cálculo é pura especulação, pois depois três ausências não motivadas, o operário é automaticamente demitido-.a sua ausência lhe custaria 1050 com uma diferença de 87 gurdas do preço nominal da semana de trabalho.O desconto exagerado dos dias faltados quase vital para a sobrevivência das mulheres na zona franca esta forma de prostituição descrita acima: a concessão de favores sexuais ao supervisor ou ao engenheiro para a obtenção do pagamento de horas extras fora do normal.

O sistema hierárquico de controle da força de trabalho é organizado de tal modo que enquanto o/a operador/operadora simples, verdadeiro produtor, é castigado pela sua falta ao trabalho, mesmo quando esta é motivada, o supervisor pode faltar até dois meses com motivação e continuar recebendo a integralidade do seu salário. Durante uma entrevista com dois supervisores duma fábrica de roupas intimas, enxergamos de perto a distância real entre estes e os/as operários/operárias e quão importante é estapara a exploração tanto do trabalho como do corpo das operárias em particular:

> **Vocês têm quantos dias de licença em caso de adoecimento?**
>
> **Joël**:Bom, não sou muito informado a respeito disso. Porque isso ainda não aconteceu comigo. Mas, um colega me falou que você pode ficar até um mês de licença e ser pago (informação verbal, 2011)
>
> **François**: Bom, tem que ficammais de dois meses fora e recebem o seu salário (informação verbal, 2011)
>
> **Isto quer dizer que o supervisor pode ficar até dois meses em casa e ele seráremunerado?**

> **François**: Simna medida que ele está doente e comprove isso, ele será pago. (informação verbal, 2011)
>
> ***Joël:*** Além disso, tem mais uma vantagem ainda, aqui está mais uma diferença. Não é porque a titulo de dirigentes... Tem uma coisa chamada suspensão. Por exemplo, quando os operários estão pedindo trabalho com certeza quando tem falta de trabalho, eles sempre pagam aos operários a metade do seu salário. Nos, embora as vezes, eles obrigam a gente a vir arrumar uma serie de coisas, eles sempre nos pagam integralmente. (informação verbal, 2011)

A óbvia distinção entre as/os operadoras/dores diretas/os e os intermediários, e, aliás, conhecida destes últimos, fortalece o poder do supervisor sobre o operário, em geral, e, de modo particular, a operária obrigada a se apresentar ao trabalho quer doente ou não. Com efeito, como analisamos neste capítulo e narrado por Marie no presente item, a falta é rigidamente cobrada assim como o atraso. Deste modo, o trabalho dos operários é muito precário tornando-os "famintos" de benefícios sociais e de vantagens que eles tentam encontrar nos seus superiores mais próximos através de meios fora do padrão. Cabe, além do mais, destacar quanto isso contribui na criação duma consciência de classe burguesa, patronal alienante nesses trabalhadores explorados também, embora em menor grau, em comparação com os/as operários/operárias, no entanto, coprodutores da mais valia relativa da zona franca. Com efeito, eles fazem parte do que eles chamam de "dirigentes da zona franca". Prosseguimos, portanto, com o trecho da nossa entrevista com Joel, com o propósito de mostrar a separação politica e econômica realizada pela direção da zona franca entre supervisores e operários/operárias e as consequências disso para a exploração especifica do corpo das mulheres em troca de benefícios especiais:

> **Isto quer dizer que se você estiver doente, você receberá o seu salário normal?**
>
> Sim, normalmente. Se tiver suspensão, você será pago normalmente. (Joël, informação verbal, 2011)
>
> **Acontece às vezes que você falta ao trabalho?**
>
> Quando você falta, eles não podem cortar um centavo do seu salário. Você receberá o seu salário, mas com muita pressão. Visto que enquanto dirigente, não tenho o direito de faltar ao meu trabalho. (Joël, informação verbal, 2011)

E o atraso?

Atraso, a mesma coisa, sempre pressões. Mas, eles não vão cortar do seu salário. (Joël, informação verbal, 2011)

Você não terá que assinar uma advertência, coisas assim?

Sim, eles podem fazer isso. Mas, no entanto, enquanto dirigente, não acho que será fácil eu chegar atrasado nem faltar. Tenho o direito de faltar ao trabalho, porém, isso é um problema. Tenho o direito de adoecer e de ter alguém doente. É por isso que foi colocado a nossa disposição um número de telefone para poder ligar no caso de você faltar ou ter algum problema. (Joël, informação verbal, 2011)

Ao ler esse trecho de entrevista, dá a impressão que a direção da CODEVI oferece condições flexíveis –no sentido positivo- de trabalho aos supervisores, lhes atribuindo uma relativa liberdade em contraste com o controle do tempo e do corpo dos operários e ainda mais, das operárias. O que contribui para reforçá-los na relação hierárquica supervisor-supervisionado, tanto politicamente como economicamente. Pois, ele sabe perfeitamente que as vantagens dele são particulares a sua função permitindo que ele se autoatribua o estatuto de dirigente. O que desprovê esse indivíduo de qualquer probabilidade de se considerar como trabalhador com interesses comuns com os operários e, ainda menos, com as operárias vistas como "presas fáceis". Este é um elemento que analisamos mais a frente quando discutimos a alienação do operário a salário fixo em relação a seu real lugar na produção de mais-valia na zona franca. Com efeito, o supervisor tem o poder de ir até o engenheiro para garantir à operária um acréscimo ao seu pagamento somente por ela ser "bonita" e/ou sua amante. Este processo conhecido e comum nazona franca é, mais ou menos, descrito assim pelo supervisor François, embora não assumido diretamente por nenhum dos entrevistados nem das entrevistadas:

Então vocês não conhecem supervisores que têm namoradinhas?

Acostume ter sim, tem gente que já vem com as suas esposas aqui, e a mulher vai à mesma equipe. Acontece, às vezes, que têm mulheres que atacam. Você pode ver que a pessoa está interessada. Às vezes, tem gente na sua equipe e ai você fala para ela não te fazer uma coisa dessas. Às vezes encontro muitas tentativas, pois a pessoa sabe que ela vai conseguir muitas vantagens (François, informação verbal, 2011)

Que tipo de vantagens assim?

> Quando você recebe o seu salário a pessoa sabe que você ganha mais do que ela e, acima disso, **você pode ajudá-la a receber incentivos.** (François, informação verbal, 2011) **(**(o grifo é nosso)

Vocêpede ao engenheiro para aumentar o salário dela?

> Sim, você pode dizer, olhe esta pessoa .... ou senão...(François, informação verbal, 2011)

Ele foi interrompido pelo Joël que falou o seguinte:

> Você está vendo estas coisas que estão no meu bolso, essas etiquetas que te mostrei. Você pode dizer**... Apesar de eu nunca ter feito uma coisa dessas. Se, todavia eu tivesse uma menina, não hesitaria a colá-las para ela.** (Informação verbal, 2011) (o grifo é nosso)

E o François voltou a completar:

> Ela pode fazer 7 etiquetas e você coloca dez (10) para ela, ela faz 8 você coloca 10. Ela acaba ganhando mais dinheiro, recebe um salário maior na sexta-feira. Por isso que posso até fazer isso para um homem que trabalha do que para uma mulher para ninguém dizer que é por que gosto dela. É por isso que sempre fico com medo de abordá-las. Imagina você, sou bonito, elas sempre ficam interessadas. Somos elegantes, tranquilos e ganhamos bem também. (informação verbal, 2011)

Na leitura do supervisor, os motivos dos favores sexuais oferecidos a ele giram em volta de si mesmo e por ele ser atraente e ganhando bem ao contrário das operárias. Tal concepção culpabiliza a mulher considerada "interesseira" invizibilizando assim as relações de poder entre supervisores e operárias além decolocar o supervisor como vitima da "ganância" das operárias: "*Às vezes, encontro muitas tentativas, pois a pessoa sabe que ela vai conseguir muitas vantagens".* Ao ouvir os operários e as operárias de um lado e os intermediários de outro lado, experimentamos como o lugar concreto do trabalhador em particular e das personificações do capital e do trabalho em geral no processo de produção define a sua consciência.

O processo hierárquico de trabalho inerente ao sistema do capital propicia tanto a subordinação dos operários como a alienação dos intermediários em relação à propriedade dos meios de produção. Este processo é mediado por outras relações de poder tais como o gênero ea "raça" que contribuem na precarização do trabalho o tornando ainda mais opressivo para as mulheres racializadas de modo geral. Embora esta opressão possa se materializar nessa estratégiade defesa ou resistência individual operacionalizada na oferta ou concessão de favores sexuais aos intermediários. O salário por produção, a nosso ver, permite, na sua mais plena expressão, o exercício dessa dupla opressão-exploração das operárias "negras" na CODEVI. E, o processo de trabalho, as mediações da sua exploração tais como as metas de produção, propiciam essa transação de sobrevivência dentro da fábrica. De modo que possamos afirmar que se trata de um processo idealizado para o controle total das operárias, consoante às necessidades da acumulação do capital periférico caribenho ou dominicano. Neste processo, o salário por peça constitui, por sua vez, a principal mediação do controle total das/os operadoras/res diretas/os em especial das mulheres haitianas "negras" pelo capital periférico na zona franca. No próximo item, pretendemos analisar a processualidade da instrumentalidade do salário por peça para a exploração do trabalho na zona franca.

2.3 Da exploração do trabalho na "neoplantação" CODEVI: o salário por peça como mediação do controle total

Apesar de o fordismo ter sido implantado no século XX baseado no salário por tempo, a combinação do salário por peça com o taylorismo-fordismo na indústria têxtil permite a esta desenvolver o seu pleno potencial explorador, a nosso ver, e atingir o seu objetivo de produzir em massa. Esta combinação permite ao capitalista alcançar uma medida quase irracional da exploração do trabalho levando a intensidade do trabalho ao seu extremo. A racionalização extrema do trabalho expressa no parcelamento das tarefas aliada à presença de uma linha de montagem não automatizada de produção nas fábricas têxteis da zona franca, propicia um grau de automação da/o operária/o que, ao longo do tempo, contribui, contraditoriamente, ao desenvolvimento ou intensificação do individualismo

das/os operárias/os. Isso, além daauto supervisão do trabalho. Na CODEVI, além da própria organização taylorista-fordista do trabalho devido à ausência da rotação automática da linha como na indústria automobilística, são colocados em cada fábrica vários alto falantes para sistematicamente difundir uma música que impede toda comunicação desnecessária entre os/as operários/operárias. Portanto, esta mùsica é utilizada assim como instrumento de controle e/ou de trabalho. No entanto, a presença desse barulho constante às vezes é considerada pelas operárias como "divertimento": Ah! A musica é boa, ela nos diverte" (Annette, informação verbal 2011) confirmando, deste modo, o seu papel como incentivo ao trabalho.

O próprio parcelamento do trabalho inerente ao taylorismo dentro duma fábrica têxtil constrange o operador e a operadora a uma rotina "mortífera" para a sua criatividade. A/o operária/o realiza durante meses ou anos uma operação de poucos minutos repetidamente durante 10 horas e meia, sem levantar a cabeça numa postura uniforme, costurando peças com padrões uniformes preconcebidos internacionalmente. Durante a nossa pesquisa de campo, conseguimos realizar duas entrevistas coletivas, uma mista e outra unissex. Ali, podemos realizar "experimentalmente" o nível de parcelamento das tarefas e quantas operações são necessárias para fabricar uma calça ou um produto menor ainda, como uma roupa intima feminina. A título de ilustração, para a pergunta: o que você faz na fábrica, um grupo de 7 mulheres que trabalham na fabricação do dockers, tivemos sete (7) operações distintas. Ora, elas só eram uma parte da equipe. Têm várias operações na costura e montagem de um bolso da calça e,às vezes, cada pessoa realiza umaúnica operação. Cada operação tem um *timing*conforme um standard internacional, conforme nos informou o diretor de operações da zona franca. As metas são coletivas, no entanto, cada um é responsável pela meta da equipe. Portanto, a remuneração é pessoal e realizada conforme a produção individual de cada operário/operária. É claro,

> [...], isso em nada altera a relação geral entre capital e trabalho assalariado. Primeiro, na oficina em seu conjunto, se compensam as diferenças individuais, de modo que ela fornece num determinado espaço de tempo, o produto médio, e o salário global pago corresponderá ao salário médio do ramo. Segundo, a proporção entre salário e mais-valia permanece inalterada, uma vez que ao salário individual de cada trabalhador corresponde a massa de mais-valia por ele fornecida (MARX, 2009: 642)

Isto é, o controle da produção estabelecida através das metas mediante o salário por peça tanto em *amont*ou em *aval* garante o lucro do capitalista. Aqui, o caráter alienante e ocultador da relação de exploração na relação capital-trabalho pela forma salário expressa-se perfeitamente no salário por peça. Com efeito, a meta, em última instância, determina quanto deve ser pago ao trabalhador pela sua aparente jornada de trabalho. Além do mais, ela tem um papel de legitimação da exploração do trabalho contida na essência do próprio salário. Na CODEVI, a existência da dupla forma de pagamento na mesma fábrica pelo mesmo trabalho com a meta como medida formal de desempenho permite a ocorrencia de acontecimentos tais como o seguinte:

> A meta é de 35 pacotes. Quando você cumpre a meta de 35 pacotes de camisas, você recebe 1200 gurdas. Cada pacote tem 36 unidades. Quando você a cumpre todo dia, eles te pagam 1226 gurdas pela semana. Fecho o ombro das camisas. A meta é de 1226 gurdas. Bom, não é todo dia que cumprimos a meta, pois tem uma mulher na minha equipe que não pode trabalhar depressa. Ela está gravida. Isto quer dizer que às vezes, temos algumas paradas. Se você fizer 30 pacotes, se você não fizer o que ... eles te pediram para fazer: salário mínimo. Você pode até fazer 30, 31 pacotes: salário mínimo. (Marie, informação verbal, 2011)

Neste contexto, podemos, sem exagerar, compreender a meta como uma simples "isca" para atrair os trabalhadores, ou seja, levá-los a trabalhar com todas as suas forças para atingir um alvo dificilmente alcançável. Fora o controle rígido da qualidade inerente ao trabalho por peça que, em si, constitui mais um meio de controle da efetiva intensidade do trabalho na fábrica. No trecho transcrito acima podemos observar a presença de pelo menos três elementos fundantes do salário por peça como mediação do controle total:

1. A meta de produção constitui uma medida de controle que raramente é alcançada pelo trabalhador comum.

2. O salário por peça institui o próprio trabalhador como vigia do outro trabalhador: "*Bom, não é todo dia que cumprimos a meta, pois tem uma mulher na minha equipe*

que não pode trabalhar depressa. Ela está gravida. Isto quer dizer que às vezes, temos algumas paradas". (Marie, informação verbal, 2011)

No dizer de Jeannette[99]·:*"Quando alguém da equipe não quer trabalhar, por exemplo, eu, quando tenho trabalho e a pessoa que está na minha frente retém o trabalho e não o faz avançar, a gente sempre xinga essa pessoa para que ela possa trabalhar". (informação verbal, 2011)*

3. A meta legitima e "legaliza" a arbitrariedade contida tanto na sua determinação como no próprio salário por peça pelo capitalista. O trabalhador que não cumpre exatamente a meta recebe o salário mínimo. No caso da CODEVI, o salário mínimo é de 963 gurdas, pelo menos, no momento da nossa pesquisa de campo no final do ano de 2011: "*Se você fizer 30 pacotes, se você não fizer o que ... eles te pediram para fazer: salário mínimo. Você pode até fazer 30, 31 pacotes: salário mínimo*". (Marie, informação verbal)

Marx (2009), n'O Capital, Vol. 2, capta perfeitamente o poder de controle exercido pelo salário por peça quando o analisa da seguinte forma:

> A qualidade do trabalho é controlada aqui pelo próprio resultado, que tem de possuir a qualidade média, afim de que seja pago integralmente. Desse modo, o salário por peça se torna terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista. Proporciona ao capitalista uma medida precisa da intensidade do trabalho. Só se considera, então, tempo de trabalho socialmente necessário, sendo como tal pago, o tempo de trabalho que se corporifica numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixada pela experiência. (Marx, 2009: 639).

A fixação do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os 35 pacotes de camisas, no caso da nossa entrevistada, não leva em consideração os atrasos que podem ser provocados pela presença de uma gestante na equipe ou de uma falta. Com efeito, ela leva em consideração, de modo indiferenciado, unicamente o tempo de trabalho "normal" socialmente necessário. Como diz o próprio Marx (idem): "*O salário por peça,*

[99] Jeannette, (nome fictício) Entrevista [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (31 mn27 sec)

na realidade, não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela corporificada, mas, ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador pelo número das peças que produziu".

Esta afirmação de Marx é confirmada pelo diretor das operações da zona franca que nos "ensinou" com apoio na sua experiência e formação como industrial o significado do salário por peça e o que verdadeiramente é "pago" pelo capitalista. Nas suas palavras:

> Deixo explicar no quadro. Isso pode ser difícil para a senhora, tem uma carreira que se chama engenharia industrial que se especializa em tudo isso. Por exemplo, se essa operação: montar bolsillo dura um minuto para fazer uma peça, se alguém trabalha 500 minutos durante o dia, quantas peças vai fazer? Vai fazer 500 peças. Exatamente. Se no dia trabalha-se 500 minutos e montar bolsilhos dura 1 minuto, suponha-se que esse operário, Pedro, pode fazer num dia 500 peças. Nos digamos um dia para nos é de 963 , temos uma meta de 1450 por semana. Quer dizer a semana 1450 dividida por 5 dias da semana. Para 500 peças Pedro vai cobrar 290 gourdas. Então, temos Juan que "fecha laterais" . Se fechar laterais dura 2 minutos, quantas peças pode fazer Juan por dia? 250 peças. Então, se digamos que 250 peças de fechar laterais custam 290 gourdas. Está vendo que Pedro está fazendo mais peças do que Juan. Pedro pode me dizer: por que você me paga o mesmo do que ele que está fazendo 250 enquanto estou fazendo 500? A diferença está em que montar bolsillo dura um minuto e "fechar laterais" dura 2 minutos. Assim mesmo é o que os clientes pagam a nos mesmos, nos pagam por dois minutos destas e por um minuto destas. Não pode haver umas pessoas que tenham mais do que os outros. Se isso passa, é que se este faz todo dia e aquele faz todo dia não vai recebê-lo, vai receber menos. **Mas, todas as metas estão estabelecidas de tal forma, segundo um método em que você vai receber o mesmo do que eu fazendo o diferente por que é o tempo que pagamos** (M. Torres[100].) (Grifos nossos)

Aparentemente, o industrial está sugerindo que as metas só se diferenciam na quantidade de produtos exigidos, ou seja, o tempo dispensado para cada operação. No entanto, o preço é uniformemente estandardizado internacionalmente. No momento da entrevista, ficamos confusas. Aliás, essa confusão nos deu direito a esta aula de engenharia industrial cujo trecho foi citado anteriormente. Mas, a confusão permaneceu, sobretudo, no que diz respeito ao preço dos minutos. Pareceu-nos que os clientes (as multinacionais) pagam o mesmo preço que recebe o operário e que os/as operários/operárias ganhamtodos o mesmo salário. Essa segunda confusão foi apagada durante a própria pesquisa de campo. Visto que pudemos confirmar com os/as operários/operárias que na mesma equipe não tem

[100] M., Torres. Entrevista [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (1 hora 19 mn 06 sec)

diferença nominal entre os salários, mas ao longo dos dias da semana, as folhas de pagamento: os *nominas* variam conforme a realização de cada um. Por prova, segundo Jeannette, o seu pagamento varia conforme a sua capacidade:

> Não, era de 1100 gurdas. Tínhamos uma meta coletiva. Agora, cada um tem um quadro na sua maquina, você recebe o que você fez. Se você pode trabalhar, tem capacidade, você receberá, mas, se você não tem capacidade, você não será bem pago. (informação verbal, 2011)

Na zona franca ocorreu uma restruturação da estratégia produtiva que ao longo dos anos passou do exclusivo pagamento por tempo ao pagamento por produção com metas coletivas e, no tempo da nossa pesquisa de campo, chegou namaioria das fábricas ao pagamento por peça da produção individual como tem descrito Jeannette. podemos observar como o salário cumpre muito bem aqui o seu papel quando a Jeannette acredita ser paga pela sua capacidade e, portanto, recebeu um salário justo. Portanto, aqueles que não são "bem pagos" não o mereceram por não terem bastante capacidade para trabalhar. Assim, cada um tenta no máximo das suas possibilidades trabalhar mais e mais com o propósito de cumprir a sua meta diária. Isso é a modalidade essencial, aliás, do modo de pagamento por produção, e que instiga nos operários tanto a concorrência como o desejo de estender até o seu limite a sua própria jornada de trabalho. Além do mais, entre as equipes existem diferenças salariais reais, conforme tenha analizado Marx:

> No regime por tempo, prevalece, com poucas exceções, salário igual para as mesmas funções, e, no regime de salário por peça, em que se mede o preço do tempo de trabalho por determinada quantidade de produto, o salário diário ou semanal varia com as diferenças individuais dos trabalhadores, de modo que, num determinado espaço de tempo, um produz o mínimo, outro, a média, e [o] terceiro, mais do que a media. Surgem grandes diferenças quanto à receita obtida, conforme a habilidade, a força, a energia, a persistência de cada trabalhador individual.. (MARX, 2009: 642)

A nossa primeira confusão a respeito do preço internacional dos minutos ou das operações permaneceu. Portanto, continuamos nos esclarecendo com o industrial. Assim, apresentamos a nossa incompreensão a respeito do preço internacional das operações durante o resto da entrevista. Com efeito, se o preço da operação para o trabalhador fosse estandardizada internacionalmente, ou seja, igual tanto nos Estados-Unidos como na China,

por exemplo, qual seria o interesse de um industrial dominicano, no caso, de procurar Haiti para instalar uma zona franca? Aliás, toda a argumentação do professor Collier para demonstrar a viabilidade econômica do Haiti justamente pelo baixo preço da sua força de trabalho não teria nenhum sentido tanto para o próprio professor nem para qualquer analista ou observador comum ou anticapitalista. A confusão foi alimentada pelo resto da resposta do industrial:

> Têm listas [de preços, metas e operações] que vêm diretamente dos clientes (...). Aqui vêm organizações internacionais (BetterWork, OIT) a quem permitimos que observam,cronometram o tempo e medem as metas. Eu sempre fui claro, se tem uma operação mal posta, eu pago para que me mostrem uma operação, uma meta que foi mal posta. É o cliente que fixa as metas e o preço. O cliente tem engenheiros que trabalham nisso e mandam os tempos e nos temos que verificar os tempos para ver se são corretos em relação a possibilidade de realização da meta no tempo determinado. (M. Torres, informação verbal, 2011).

Aqui, podemos observar a intermediação do trabalho típico do salário por peça permitindo que, ao final da sua jornada de trabalho, o/a operário/operária ganha o que sobrou da quantia real paga pelo cliente ao industrial. Com efeito, os preços fornecidos pelos clientes não poderiam ser o preço pago aos/às trabalhadores/trabalhadoras senão o industrial deixaria de ser capitalista. Validamente, ou ele enriquece pela terceirização da produção ou ele sai do ramo da indústriatêxtil de subcontratação (*sous-traitance*), aliás, presente no Haiti desde a década de 60. Dando palavras ao industrial novamente:

> Com o tempo não tem negocio. O negocio é que se uma prenda, três minutos para fazê-la são três minutos**?** O benéfico está em que se um minuto é seis centavos ou dólares ou gurdas. O benéfico se obtém com a adição que se coloca ao preço e não à quantidade de minutos. **Uma calça tem o mesmo tempo aqui, em República Dominicana, na China e em toda parte do mundo, é o mesmo. O beneficio do investidor para saber se o negocio é rentável ou não, está no custo no preço por minuto**. (M. Torres, informação verbal, 2011) (grifos nossos)

Na verdade, a diferença fundamental na indústria têxtil, onde prevalece o salário por peça, está no preço do minuto, do ponto de vista do industrial capitalista, isto é, na diferença entre o preço pago a ele pelo cliente e o preço por ele pago teoricamente ao trabalhador. Dizemos teoricamente, pois, na indústria da subcontratação, ou seja, da terceirização formalizada e regularizada, existe no mínimo uma dupla intermediação do

trabalho. Esta permite pelo menos dois cortes no preço original pago pelo cliente, isto é, a multinacional dona da marca de têxtil ou de sapatos, etc.fabricada pela zona franca ou pelo parque industrial[101]. O corte inicial no salário pelo próprio industrial é a fonte do lucro deste ramo propiciado pela mais-valia produzida pelo operário e mediada, no caso da CODEVI, pelo salário por peça cuja mediação mais imediata é: as metas. Na processualidade do pagamento por peça intervêm os intermediários que no exercicio da função de controle da qualidade e/ou da produtividade cortam múltiplas vezes no salário do/da operária/o. Pois bem, as metas funcionam também como modulo de controle da produtividade ou da lucratividade do trabalho. Um meio aparentemente suave, atrativo, contudo, implacável e altamente eficaz para a produção da mais-valia mediante a produtividade do trabalho por ela assegurada. E aqui, o próprio salário, enquanto mediação da exploração do trabalho pelo capital cumpre, de modo absoluto, a sua função no regime capitalista: o de dissimular o trabalho gratuito do trabalhador/ da trabalhadora. A "forma salário" oculta a essência da relação capital-trabalho no modo capitalista de produção, quer seja, no seu centro, quer seja, na sua periferia. Com efeito, se nas formações sociais pré-capitalistas como:

> na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensa o valor de seus próprios meio de subsistência, trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado à seu dono. Todo o seu trabalho tem a aparência de trabalho não-pago. No trabalho assalariado, ao contrário, o mesmo trabalho excedente ou não remunerado parece pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária dissimula o trabalho gratuito do assalariado. Compreende-se assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar[102].

Podemos defender aqui a hipótese, segundo a qual, essa mesma aparência do salário como mediação da relação capital trabalho propicia, pelo contexto da periferia

[101]No próximo sub-item, analisaremos de modo específico o subarrendamento do trabalho e seus rebatimentos na super-exploração da força de trabalho operária na zona franca, sobretudo na exploração do corpo das mulheres operárias na CODEVI.
[102] Marx, ibid: 620.

capitalista onde se localiza o Haiti e outras mediações particulares do real haitiano, também o uso do conceito alienador de “empresariado humanitário” pelo ministro brasileiro Celso Amorim para descrever a busca do Haiti para a instalação de indústrias têxteis brasileiras ou outras. No entanto, o industrial dominicano no decorrer da nossa entrevista, confirmou a necessidade do relatório do Collier para o Capital internacional e mostrou a verdadeira razão de ser do desempenho do "empresariado Humanitário” no Haiti, a partir do inicio da missão, dita de paz, da ONU no país em 2004 e, mais ainda, depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Para melhor apresentar o que foi dito e como isso foi se processando, daremos lugar a seguir a um trecho inteiro da nossa entrevista incluindo as nossas próprias perguntas:

O preço do minuto aqui na CODEVI não é o mesmo nas outras fábricas do Grupo M em outros lugares?

*Não,o preço do minuto não. Pois, aqui está a diferença. Aqui, o preço do Haiti é mais barato. (*M. Torres, informação verbal, 2011)

Mas, o preço da mercadoria fica igual para os clientes?

Já eis o cliente. Acredito que não. O vestuário que é feito no Haiti chega no mercado com um preço menor. Por que eu tive a oportunidade de ir ao exterior e ver o vestuário que sai daqui em comparação com os outros: o preço é menor. **Não é o mesmo preço, se fosse o mesmo preço essa zona franca não estaria aqui, ficaria em Republica Dominicana, na China, em Costa-Rica. Tem uma diferença entre o preço daqui. Foi isso que atrai a mercadoria até aqui.** (...) **Tem um ponto que eu sei que a senhora quer ouvir. Tem uma coisa que talvez eu sei que a senhora quer ouvir, é um negocio. Aqui é um negocio o primeiro que isso é: é um negocio. Se isso não é um negocio para o investidor, para o cliente, eles vão embora. O que eles vão fazer aqui?**(M. Torres, informação verbal, 2011) (grifado por nos)

Então, aqui, nesta declaração aberta do industrial- que foi muito cortês durante a entrevista e nossa pesquisa de campo em geral- é revelado o verdadeiro proposito de toda empresa capitalista: lucrar onde isso seja possível. Neste propósito, os sentimentos patrióticos, nacionalistas ou “humanitários” não são levados em conta. Com certeza, o que o grupo M iria fazer no Haiti onde a eletricidade constitui um luxo a tal ponto que a zona franca situada em território haitiano é alimentada pela energia elétrica produzida na

Republica Dominicana? Deste trecho de entrevista se encontram resumidos os pressupostos implícitos e explícitos da busca de qualquer país pelo desenvolvimento de zonas francas ou empresas similares:

- A disponibilidade de uma força de trabalho abundante e sub-remunerada,
- Um Estado relativamente fraco, típico do estado neoliberal, mas historicamente debilitado com o é o do Haiti,
- Uma legislação trabalhista passiva/favorável para com os investidores e coercitiva para os trabalhadores ou
- Um ministério do trabalho prioritariamente ao serviço dos investidores

Esta analise é comprovada pelo seguinte trecho desta seção do relatório[103] de Eric Verghovenn (1996) intitulado: "*Setting Up a Plant Offshore: Low Wages and No Culture"*:

> De acordo com a análise sobre as corporações, o fator mais importante ao decidir onde localizar uma planta é baixos salários. "As taxas de salário seria no topo," Sr. Rothbaum instruiu os comissários. E, claro, segue-se que "você vai encontrar suas taxas de salário mais baixas naturalmente onde está a maior piscina de mão de obra disponível." Em outras palavras, você olha para países do terceiro mundo onde o alto desemprego, pobreza, desnutrição, miséria e desesperada necessidade geram "naturalmente" baixos salários. Um bom exemplo de tais condições favoráveis seria Haiti, onde o salário mínimo legal é 30 centavos por hora, ou em Honduras, onde o salário é de 37 centavos por hora[104].

---

[103]Eric Verhoogen, *How to Get Rich on 11 Cents an Hour*, A Report for the National Labor Committee Education Fund in Support of Worker and Human Rights in Central America, 1996. O texto encontra-se em annexo deste trabalho.

[104]According to the corporate analysis, the single most important factor in deciding where to locate a plant is low wages. "*Wage rates would be at the top*," Mr. Rothbaum instructed the commissioners. And, of course, it follows that "*you will find your lowest wage rates naturally where the greatest pool of available labor is*." In other words, you look for third world countries where high unemployment, poverty, malnutrition, misery and desperate need "*naturally*" generate low wages. A good example of such favorable conditions would be Haiti , where the legal minimum wage is 30 cents an hour, or Honduras where the wage is 37 cents an hour.

A geração “natural” de baixos salários no Haiti foi apresentada na analise do processo de produçãoda força de trabalho feminina subremunerada no primeiro capitùlo deste trabalho. Tal analise mostrou o caráter socio politico e economico da geração dos baixos salários no Haiti. No seguinte trecho dorelatório, a partir das colocações do Sr. Rothbaum, o analista continua explicando[105] o que, além dos baixos salários, determina a escolha dum país como o Haiti para a implantação de fabricas de subcontratação ou *de maquilas:*

> Além do salário, *"certamente, atitudes governamentais para as empresas*" são umas preocupações corporativas chave, Sr. Rothbaum continuou. "*As atitudes das pessoas dentro das hierarquias de governo*" estão meticulosamente estudadas. Boas atitudes traduzem incentivos financeiros fornecidos pelos governos do Terceiro-mundo para as empresas que consideram a possibilidade de criação de plantas em seu país. Por exemplo, o Haiti, o país mais pobre do hemisfério ocidental, com uma renda per capita de US $240 por ano e mais de US $820 milhões em dívidas, é forçado a isentar todas as fábricas de exportação das maquilas de pagar quaisquer impostos. Isto não é suficiente para as empresas, que não hesitam em exigir um negócio melhor. Então, o governo haitiano anunciou que em breve oferecerá subsidiar a 50 por cento de todos os custos de telefone, elétrica e taxas portuárias para as novas plantas das maquilas. Haiti vaisubsidiar a J.C. Penney, a Walt Disney Corporation, Wal-Mart, Sears e outros[106].

Apesar do salário mínimo no Haiti ter aumentado de 1993 para cá, os motivos para a busca do Haiti para realizar o dito "empresariado humanitário" na contemporaneidade continuam os mesmos, o que, aliás, o próprio industrial dominicano ilustrou com o seu depoimento. Fred Doura, economista do Haiti, capta nitidamente a natureza da busca do seu país como local de experimentação do “empresariado humanitário” pelas multinacionais donas das marcas produzidas na CODEVI ao afirmar o seguinte:

---

[105] idem

[106] [Tradução livre] Beyond wages, "Certainly, governmental attitudes toward businesses" are a key corporate concern, Mr. Rothbaum continued. "The attitudes of the people within the hierarchies of government" are closely studied. Good attitudes translate into financial incentives provided by third world governments to corporations who consider setting up plants in their country. For example, Haiti , the poorest country in the Western Hemisphere , with a per capita income of $240 a year and over $820 million in debt, is forced to exempt all maquila export factories from paying any taxes. This is not enough for the companies, which are not shy about demanding a better deal. So the Haitian government has announced it will soon offer to subsidize 50 percent of all telephone, electrical and port charges for the new maquila plants. Haiti will be subsidizing J.C. Penney, Walt Disney Corporation, Wal-Mart, Sears, and others.

> Estas firmas transnacionais (FTN) têm a sua própria estratégia produtiva. Esta consiste em tirar vantagem dos baixos custos de produção através da criação de filiais nos Estados onde os custos trabalhistas são muito baixos a fim de reduzir os seus custos de produção. Este é o chamado "subsidiárias-oficinas ou fábricas-chave de fenda" onde cada subsidiária produz para um mercado muito grande, que muitas vezes estoura o mercado do país de acolhimento. Estas empresas multinacionais também se beneficiam de leis liberais para com o capital e a proximidade do país de acolhimento, a fim de reduzir os custos de transporte. Em suma, é a maximização optimal do lucro. Estas transnacionais, assim, maximizam seus lucros, explorando esta mão de obra muito barata cuja oferta, especialmente no Haiti, é claramente superior à demanda. (DOURA, 2010 : 127[107])

Apesar da semelhança dos pressupostos apresentados por Doura com o processo em movimento na CODEVI, convém observar- conforme as questões anteriormente analisadas no que diz respeito ao preço do minuto etc- que a CODEVI representa uma empresa terceirizada que trabalha para as multinacionais. Assim, além de dispor de todos os benefícios descritos acima, as multinacionais podem ser dispensadas de tratar diretamente com os trabalhadores e de dar a impressão que não estão cientes das condições de trabalho dos seus funcionários indiretos. No contexto haitiano contemporâneo, a lei HOPE I, II e da lei HELP contribuem justamente a produzir essa imagem de protetora dos direitos trabalhistas para as multinacionais. Contribuindo, deste modo, na implantação da crença segundo a qual os industriais subcontratantes são os únicos responsáveis pela precarização do trabalho nas fábricas têxteis. A esse respeito, segundo o diretor adjunto da DZF, a lei HOPE/HELP constitue um elemento que poderia acelerar o desenvolvimento no Haiti, pois:

> 1) Propicia a criação de empregos, a atração de investimentos estrangeiros, a formação de operários, operarias.
> *2)* Ela trouxe mais equidade no tratamento dos operários/das operarias. Obrigação dos clientes (Empresas Sarah Lee, Levi's.) no que diz respeito as condições de trabalho além do código de trabalho haitiano, banheiros, agua potável, ambiente

[107][Tradução livre] Ces firmes transnationales(FTN) ont leur propre stratégie productive. Celle-ci consiste à tirer des avantages des faibles coûts de production en créant des filiales dans les États dont les coûts du travail sont très bas de façon à réduire leurs coûts de production. C'est ce que l'on appelle des « filiales-ateliers ou usines-tournevis » où chaque filiale produit pour un marché très vaste, qui déborde souvent le marché du pays d'accueil. Ces firmes multinationales profitent aussi de législations libérales envers le capital et la proximité du pays d'accueil, de façon à réduire les coûts de transport. En bref c'est la maximisation optimale des profits. Ces transnationales maximisent ainsi leurs profits en exploitant cette main-d'œuvre très bon marché dont l'offre, particulièrement en Haïti, est nettement supérieure à la demande.

> de trabalho mais saudável. Os clientes enviam inspetores mensalmente para verificar as condições de trabalho nas fábricas.(E. Luc, informação verbal, 2011)

Contudo, o que as/os próprias/os operárias/os relatam como as condições de trabalho prejudicam a sua saúde, sobretudo as operárias, desafiando a norma da salubridade exigida do local do trabalho que é teoricamente garantida pelas multinacionais contratantes do grupo M. através das leis HOPE/HELP, conforme afirmou o oficial. A análise da relação entre condições de trabalho e saúde[108] na zona franca explicitará essa afirmação. Na realidade, a presença de *Better Work*[109] na zona franca intermedia essas multinacionais que, certas vezes, ameaçam retirar a sua marca de alguma zona franca por falta de respeito às condições de trabalho propiciadas pelo preço do minuto fixados por elas. O seguinte trecho da entrevista com o Joël, supervisor da fábrica de roupas intimas, ilustra a hierarquia da relação capital-trabalho expressa no "*minute standard*" fixado pelas multinacionais e impostos diariamente a/ao operária/o comum pelos intermediários dos industriais através das/os supervisoras/es:

Quantas operações têm numa anágua?

[108]Analizado no capitulo III da presente tese no item 3.6

[109]No site de Better Work através do seguinte link:http://betterwork.org/global/?page_id=304, temos o seguinte sobre a estrutura e objetivos da organização: "*Better Work, a unique partnersAhip between the International Labour Organization (ILO) and the International Finance Corporation, builds on the respective strengths of these organizations. IFC is a member of the World Bank Group. ILO is the specialized labour agency of the United Nations. Better Work combines expertise of ILO in social dialogue, labour standards and the application of labour standards, with those of IFC in private-sector development, where it holds investment clients to high standards of performance in labour and working conditions. As international organizations, they bring strong credibility and experience to the programme*" . Em outra seção desta mesma pagina, lemos sobre a função da organização que a habilite a joga este papel na CODEVI e ser considerado como um interlocutor tanto das organizações sindicais como dos patrões lemos: "*Better Work is part of the Social Dialogue Sector of ILO. For the internacional Labour Organization, social dialogue includes all types of negotiation, consultation or simply Exchange of information between, or among, representatives of governments, employers and workers on isses of commom interest relating to economic and social policy*". Portanto, Better work é o modelo de organização que faz a arbitragem da exploração do trabalho no mundo sobretudo, no terceiro mundo tentando ao mesmo as expectativas de lucro das multinacionais e as exigências do chamado trabalho decente. Um desafio quase idêntico ao do próprio Estado capitalista. O que permite entender o seu caráter idealista apesar duma certa utilidade do organismo para conter as fortes tendências escravocratas das industrias presentes no terceiro-mundo. Isso porém, nos marcos da divisão internacional do trabalho. Pois bem, o trabalho decente não é universal, ou seja, o decente vária segundo o lugar do país que hospede a empresa na geografia do modo capitalista de produção.

> Numa anágua têm 3 operações. Tem uma que é a colocação de rendas nas anáguas. Tenho 3 pessoas que fazem esta operação na equipe, mas uma pessoa só pode fazê-lo. Quando tenho 3 para a quantidade que me é exigida, esta sai direto. A segunda é a colocação de elásticos na cintura, tenho duas pessoas para fazer isso. A terceira operação é a última é o fechamento das laterais, colocar a etiqueta. Tenho 4 pessoas que fazem isso somente para que a quantidade exigida possa sair.*(*Joël, informação verbal, 2011)

Quanto / o preço desta operação que você citou?

> O preço desta operação é pago por minuto. Tem um negocio chamado *minute standard* nas etiquetes fornecidas aos operários. Tenho algumas etiquetas aqui posso te dar alguns minutos nele para ver. O minuto desta operação é 35 pontos ou seja .....*(*Joël, informação verbal, 2011)

O minuto significa a quantidade de tempo que dura o trabalho?

> A sua duração, é pago a essas pessoas uma coisa chamada SAM. Cada pacote tem que ser feito em 35 minutos 76 segundos ... Espere, espere. Essa é a quantidade de minutos previstos para a realização dum pacote. *(*Joël, informação verbal, 2011)

Numa anágua ou numa calcinha?

> Num pacote contendo 72 anáguas, 6 dúzias

Em 35` 76", eles têm que realizar 6 dúzias?

> Sim, 6 dúzias. Mas, dentro da zona franca, tem uma coisa chamada jornada de trabalho igual a 555 minutos . A jornada de trabalho de cada operário é igual á 555 minutos. Quando você divide os 555 minutos pela quantidade de minutos de cada operação, você tem a quantidade de pacotes a serem realizados por dia. Mas, têm gente que consegue fazê-lo, outros não. *(*Joël, informação verbal, 2011)

Assim, neste quadro da zona franca, observamos uma intermediação do trabalho que propicia uma exploração intensa da força de trabalho. Embora as multinacionais só apareçam através de suas marcas, elas, controlam todo o processo de exploração do trabalho. Contudo, as multinacionais contam com a vantagem de não estarem presentes no país de acolhimento da zona franca e de serem consideradas como vítimas de engano quando as condições de trabalho excedem o limite da precariedade da exploração de trabalho definida ou permitida para determinada parte do mundo, consoante a divisão internacional do trabalho para uma dada época. Assim, vários ajustes foram realizados em

respostaa aparentes pressões das multinacionais contra os donos das empresas de subcontratação para melhorarem as condições de trabalho. Daí, o papel de instituições ou organismos internacionais tais como *Better Work*, BIT, OIT etc. que fazem um trabalho tanto com os industriais, bem como com as multinacionais tanto de pressão como de dialogo no sentido de melhorar as condições de trabalho. Isso, nos próprios márcos e limites da acumulação capitalista e da divisão social, técnica, sexual, racial e geopolítica internacional do trabalho.

Destarte, os industriais presentes no Haiti cumprem um papel neocolonialista ao subsidiar a presença dos donos das marcas dentro do país enquanto operacionalizam as suas estratégias de produção. Como afirmou o próprio diretor das operações: "*listas [de preços, metas e operações] que vêm diretamente dos clientes".* Contudo, a CODEVI é uma empresa autônoma em relação aos seus clientes. Em entrevista com o diretor adjunto da *Direction Nationale des Zones Franches /* Direção Nacional das Zonas Francas (DZF), ele descreveu da seguinte forma o que representa a CODEVI regional e internacionalmente e, portanto, porque, a nosso ver, a CODEVI não é alguma filial duma multinacional em particular:

> A CODEVI é um conglomerado conectando os Estados Unidos, a Ásia e o Caribe. Seu proprietário é o maior empregador na República Dominicana. Tem um parque industrial que faz a concepção até a finalização dos produtos têxteis. Tem um conhecimento do mercado, infraestruturas, e o contato com as maiores empresas dos EUA. (E. Luc, informação verbal, 2011)

O mesmo procedimento para o estabelecimento com sucesso de uma plantação nos tempos coloniais. O que, aliás, inviabiliza os investidores locais como potenciais donos ou administradores de zonas francas, pois, segundo o oficial haitiano:

> Uma zona Franca requer investimentos da ordem de 20 milhões de dólares americanos. Existe muito pouca possibilidade para que um industrial haitiano possa investir na Zona Franca. A expertise, a capacidade financeira, os contatos nos mercados internacionais lhes faltam. (E. Luc, informação verbal, 2011)

O oficial haitiano descreveu, talvez, uma realidade. No entanto, mais uma vez, a semelhança, entre o que são, de fato, as condições para investir nas zonas francas e as condições necessárias para investir e fazer florescer as plantações nos tempos da

colonização, é bastante objetiva. Podemos encontrar uma ilustração desta semelhança na seguinte observação da socióloga haitiana Suzy Castor sobre um período importante da colonização no Haiti:

> Graças à experiência dos antigos plantadores, seus capitais e a sua possibilidade de acesso ao mercado internacional, eles (os proprietários brancos) poderiam dar um impulso à agricultura, à indústria e restabelecer as relações internacionais na colônia. Era óbvio para Louverture que **os novos libertos não tinham nem a experiência, nem o capital necessário para realizar o seu projeto**. (Castor, 1998:34) (grifos nossos)

Vale lembrar que Toussaint Louverture[110] administrou a colônia de *Saint Domingue* após a abolição da escravidão até a sua deportação para a França em 1801. Porém, o padrão de produção econômica não tinha mudado. A dependência da economia colonial para com a metrópole prevalecia assim como a colonialidade introduzida nas colônias, em geral, com o desembarque dos "colonizadores/civilizadores/modernizadores". Assim, mais de dois séculos depois da abolição da escravidão no Haiti e da independência do país, os critérios, mas, fundamentalmente, o modelo de produção/reprodução econômico, apesar de mudanças formais importantes, continua mantendo um padrão colonial. As zonas francas, na contemporaneidade, ilustram um modelo de desenvolvimento capitalista tipicamente latino-americano e caribenho que denominamos de neocolonialismo imperialista-capitalista-neoliberal-racista-machista. Neste modelo imperam os laços coloniais introduzidos pela primeira vez no século 15, no caso haitiano, com a colonização. Com efeito, os requisitos para criar uma zona franca, ponta de lança da "reconstrução-desenvolvimento" do Haiti, em muitos sentidos, fazem lembrar os exigidos ou necessários para instalar uma plantação, ou fazer prosperar o Haiti depois da abolição da escravatura em *Saint Domingue* e, também, antes da independência.

[110]Toussaint Louverture ((20 de maio de 1743 — 8 de abril de 1803) foi oprecursor da independencia do Haiti. A diferença de DESSALINES o maior lider da revolução haitiana e, de fato, o fundador da pátria haitiana: Jean-Jacques Dessalines, Toussaint LOUVERTURE tentou manter oslaços com a metropole e com a sua logica colonial sobretudo noque diz respeito ao trabalho dos novos libertos e da produção post-abolição. Assim, a política agrária dele era orientada para a grande plantação para manter a prosperidade da colônia mesmo depois da abolição da escravidão em 1794, ou seja mantendo os recem libertados nas plantações pela força. Contudo, o papel dele foi fundamental para a revolução, embora ele ter sido deportado e "assassinado" na França em abril 1803 alguns meses antes da ultima batalha do exercito Indígena no dia 18 de novembro de 1803.

Vertus Saint-Louis (1999: 45) no seu livro: "*Système colonial et problèmes d'alimentation: Saint Domingue au XVIIIe siècle*" nos fornece uma excelente base para assimilar uma zona franca a uma neo-*habitation* comunamente chamada de *plantation* na historiografia haitiana. Esta considerada como "a unidade de produção da economia de plantação" (YACOU apud SAINT-LOUIS[111]) colonial é assim apresentada pelo autor[112]:

> Para falar em habitação, é preciso de uma propriedade de 50, 60 *carreaux* de terra pelo menos. Este dado é importante, representa uma condição necessária mas não suficiente. **O que é decisivo, são as relações de produção: investimento significativo de capital especialmente em forma de mão de obra servil concentrada, produção para exportação, portanto, uma estreita imbricação com os mercados externos.** A habitação é um link (o da produção colonial) nesta cadeia de atividades dominadas pela troca e a especulação, e que constituem o comércio colonial comércio e Finanças na metrópole fomentador da industria, do comercio e da alta finança na metropole. (o grifo é nosso)

Os elementos apresentados no primeiro capitulo desta tese sobre as zonas francas (Madani, 1999; BOST,2007, 2010; CLING and LETILLY, 2001, BRUNET, 1987) sobretudo as indùstrias de exportação se enquadram muito bem nesta descrição da *habitation.* Obviamente, algumas mediações da exploração do trabalho como a escravidão e "a mão de obra servil" foram substituidas pelo aparecimento do individuo livre, do trabalhador assalariado. No entanto, os elementos decisivos tais como o investimento significativo de capital e a produção para a exportação além da importante força de trabalho, no caso livre, são presentes na zona franca industrial de exportação. O que justifica amplamente a nossa leitura da zona franca como uma neo-*plantation* ou neo-*habitation* ao serviço do imperialismo neocolonial mais especificamente operacionalizado, na contemporaneidade haitiana, no dito "empresariado humanitátio".

---

[111] idem

[112] [Tradução livre]*Pour parler d'Habitation, il faut une certaine étendue de propriété de 50, 60 carreaux de terre ou moins. Cette donnée est importante, elle représente une condition nécesaire mais non suffisante. Ce qui est décisif, ce sont les relations de production : engagement important de capital, sous forme surtout de main d'oeuvre servile concentrée, production pour l'exportation, donc imbrication étroite avec les marchés extérieurs. L'habitation est un maillon (celui de la production coloniale) dans cette chaîne d'activités dominées par les échanges et la spéculation, et qui constituent le commerce colonial, nourricier de l'industrie, du commerce et de la haute finance dans la métropole*

As zonas francas assim como as plantações obedecem à divisão racial e sexual internacional do trabalho. Na contemporaneidade, o chicote e os castigos corporais dos tempos coloniais desapareceram, mas, a coerção subjetiva da condição de assalariada, dependente do salário para a mais simples sobrevivência, obriga as operárias a não somente aceitarem as piores condições de trabalho, mas também a tentarem por todos os meios a ficar na Zona Franca. O que implica estarem nos postos de trabalho as 06h30min da manha e sair a partir de 16h30min. Sim, a partir de 16h30 min, pois, a exigência das metas de produção propicia a extensão da jornada de trabalho até a noite no objetivo de cumprir a meta. Com efeito, a obrigação colonial de fornecer os *"places à vivres*[113]*"*foi substiuída pela obrigação capitalista de pagar um salário.No entanto, o salário não propicia o sentimento de liberdade e de controle sobre a produção agricola longe do dominio dos commandeurs e dos castigos fornecido pelo salário. Ainda mais quando este nem permite reproduzir a simples força física de trabalho como o salário pago na zona franca.

Essa possibilidade de escolher estender o seu próprio dia do trabalho pelo/pela operário/operaria da CODEVI salienta a relevância da analise de Marx (1985) a respeito do salário por peça. Com efeito, o salário por peça permite a prolongação voluntaria da jornada de trabalho pelo/pela operário/operária no intuito de aumentar o salário nominal. Destarte, entende-se quanto pertinente foi essa seguinte observação de Marx: "O salário por peça é a forma de salário mais conveniente para o modo de produção capitalista" (Idem: 40). Marx acrescenta: "No primeiro período da indústria mecânica, sobretudo de 1797 a 1815, ele serve como uma poderosa alavanca para estender a jornada de trabalho e reduzir a sua retribuição" (idem). Desse modo, compreende-se que esse tipo de salário seja aquele utilizado nas fábricas no Haiti, uma economia situada na periferia política e econômica do grande capital, onde a legislação do trabalho é muito precária para a classe trabalhadora. Sobretudo, em um país situado em uma região que, conforme a divisão internacional social,

[113] Rocinhas obrigatoriamente fornecidas aos/as escravizados/escravizadas para a cultura de mantimentos tanto para a sua sobrevivencia como para os senhores na colonia de Saint-Domingue conformeprevisto pelo codigo Negro. Segundo Colon Page, citado por SAINT-LOUIS (1999:45): "*Chama se plantação para viver ou vagas para viver, uma terra ocupada para a produção de plantas leguminosas, farinhentas, herbais e outras plantas de nutrientes para o uso de mestres e escravos*". [Tradução livre] *On appelle plantation à vivre ou place à vivre, une terre occupée à la production de végétaux farineux, légumineux, herbais et autres plantes nutritives pour l'usage des maîtres et des esclaves* (Colon Page Apud SAINT-LOUIS, 1999 : 45)

racial e sexual do trabalho, tem o papel de neocolônia, na contemporaneidade, reputada pelo seu baixo custo de produção. Baixo custo de produção, fundamental para a escolha de um país para a implantação de uma zona franca, de uma maquiladora ou de fábricas de subcontratação:

> Para que uma transnacional tome a decisão de investir num país dominado pela periferia capitalista, assinala Lanzarotti e Masini (Ibid.), o custo de mão de obra, todos os encargos incluídos, deve representar pelo menos 50% do custo total de fabricação do produto. E que o custo diferencial da mão de obra entre o país capitalista industrializado de origem e os países subdesenvolvidos de implementação da Zona Franca Industrial de exportação encontra-se numa relação indo de 10 no país industrializado à 1 para o país subdesenvolvido (Doura, 2010 :140).

O que o Sr Rothbaum confirmou ao se apresentar à commissão internacional americana do comércio do trabalho, conforme continua relatando Eric Vergooven:

> Para Sr. Rothbaum, a criação de uma nova fábrica de vestuário nos EUA está fora de questão. Ele explicou para os comissários da ITC, que "usando taxas de salário dos E.U." ele não podia "esperar lucrar ao mesmo tempo." Quaisquer novas fábricas devem ser construídas no mar, que é exatamente o que estava fazendo Harwood. Na época das audições, Harwood..--que já tinha plantas na Costa Rica e Honduras..—estava tentando construir uma segunda fábrica em Honduras, usando um empréstimo de juros baixos especial subsidiado com dinheiro dos impostos dos Estados Unidos[114].

Assim, a divisão econômica, geopolítica social e racial do mundo e da sua economia iniciada no século XV em nome da civilização através da colonização, com as mediações do tráfico negreiro e do chamado comércio triangular e a consequente escravidão, propiciaram a pauperização de continentes ditos descobertos, assim como a acumulação primitiva indispensável -diferente de obrigatória- para o erguimento da "revolução industrial inglesa". Tal revolução proporcionou as bases daexpansão do capitalismo, do dito "desenvolvimento" nos países centrais e do dito "subdesenvolvimento" na periferia do sistema. Assim sendo, os países "descobertos" e colonizados

[114] {Tradução livre] For Mr. Rothbaum, setting up a new apparel plant in the U.S. is out of the question. He explained to the ITC commissioners, that "*using U.S. wage rates"* he could not "*expect to make a profit at the same time."* Any new factories must be built offshore, which is exactly what Harwood was doing. At the time of the hearings, Harwood--which already had plants in Costa Rica and Honduras --was attempting to build a second factory in Honduras, using a special low-interest loan subsidized with U.S. tax dollars.

transformavam-se em países carentes de emprego embora sub-pago e palcos da superexploração do trabalho apresentados em muitos destes países tais como o Haiti, sob o nome de "desenvolvimento"ou industrialização. Lendo os dados apresentados por Doura na citação anterior, entendemos melhor por que são instituições como o FMI, o Banco Mundial (antigo Banco para a reconstrução e do desenvolvimento) através da SFI e a própria ONU que encorajam ou obrigam os países da periferia capitalista a multiplicar as zonas francas no seu solo. Um grupo de instituições criadas para os interesses do grande capital no propósito de subsidiar ao nível internacional o papel de administradores das neocoloniais e de continuar com a execução do plano colonial-modernizador inicial.

Na contemporaneidade, as zonas francas parecem cumprir o papel das plantações, desprovidas, contudo, das obrigações do colono e da metrópole de "cuidar" da colônia. O governo local é responsável para com o povo para a construção de infraestruturas, relativamente, para com os serviços públicos e/ou sociais. Enquanto as multinacionais só se responsabilizam pelo fornecimento das encomendas enquanto os donos de fábrica, os neosenhores fornecem a "matéria prima", os equipamentos e terceirizam a força de trabalho. A zona franca continua produzindo para o exterior, no entanto, o salário permite ao seu dono e, sobretudo, aos clientes não terem com o trabalhador as antigas responsabilidades do dono de plantação. O salário é, por sua vez, como classicamente definido por Marx a principal mediação da exploração acirrada do trabalho. Mediação que, no caso da CODEVI, tem uma dupla expressão que permite caracterizar as relações de produção na zona franca como de superexploração. Com efeito, além do salário por peça, prevalece também o salário por tempo, os dois podendo ser usados para a/omesma/o operária/o ou na mesma fábrica. Portanto, no próximo item, analisaremos esta situação a partir do estudo do salário por tempo na zona franca e a consequente ilusão produzida nos trabalhadores intermediários.

2.4 O salário por tempo e a ilusão dos postos intermediários

A especificidade da superexploração do trabalho no pagamento por produção na zona franca é observada também no salário por tempo. O pagamento por produção pode ser

considerado relativamente, em aparência, menos exploradora, opressiva do que o salário por peça, considerado como o modo por excelência de pagamento na exploração absoluta da força de trabalho. No entanto, na sua essência, elas cumprem o mesmo papel. Alias, conforme Marx, as duas formas de exploração coexistem às vezes nos mesmos ramos de atividade. O que foi comprovado na CODEVI. Nas palavras de Marx[115]:

> O salário por peça, à primeira vista, dá a impressão de que o valor-de-uso vendido pelo trabalhador não é a função de sua força de trabalho, o trabalho vivo, mas o trabalho já materializado no produto, e de que o preço desse trabalho não é determinado, como no salário por tempo pela fração:
>
> $$\frac{\text{Valor diário da força de trabalho,}}{\text{Jornada de trabalho dedeterminado número de horas}}$$
>
> Mas pela
>
> $$\frac{\text{jornada de trabalho de determinado número de horas}}{\text{Capacidade de produção do trabalhador}}$$
>
> Os que acreditam nessa aparência terão sua fé, logo de inicio, fortemente abalada pela circunstancia de existirem, simultaneamente, as duas formas de salário nos mesmos ramos de atividade

No entanto, esta forma de pagamento tem propiciado na subjetividade dos trabalhadores da zona franca, uma dupla falsa consciência que contribui tanto para a sua exploração como para a sua submissão a esta. O que não exclui certa consciência da exploração da sua força de trabalho. Assim, a lógica da superexploração do trabalho nos países periféricos e no caso, no Haiti, nos permite relativizar, várias analises clássicas marxianas ou marxistas. Isso não no sentido de invalidá-las, mas de comprovar os seus fundamentos, porém, com peculiaridades inerentes ao lugar do Haiti na divisão internacional técnica, sexual e racial e social do trabalho na contemporaneidade. Neste item, por exemplo, veremos como o salário por tempo pode ser um meio de superexploração tão eficaz quanto o salário por produção.

Na CODEVI, o salário por tempo ou fixo significa para os/as operários/operárias a isenção, por parte dos patrões, de pagar horas extras. De fato, parece que navisão dos operários, o salário fixo ou por tempo, como os auditores, os inspetores de fiscalização, mecânicos ou treinador, este tipo de remuneração equivale a fazer parte dos quadros da zona franca. E, portanto, o sucesso desta é também o deles. O pagamento de

[115](ibid: 637)

horas extras é geralmente realizado quando a "consciência do supervisor" o incentiva a isso. Isso mesmo, quando a/o operária/o realiza uma dupla jornada para compensar a ausência de outrotrabalhador. E neste caso, o pagamento é considerado como um favor, um tipo de ajuda:

> Não necessariamente, o que eu posso dizer é na consciência dele quando o seu chefe vê que você faz um bom trabalho e ele fica consciente... É que é a sua consciência... se você fala com a pessoa se ele vê que você o ajudou, você contribuiu para o trabalho chegar ao cliente. Ele sente bom... ele te elogia e pode te ajudar. (Antoine[116]informação verbal, 2011)

Ele explica mais a frente:

> Sim quando uma pessoa se ausência, pode acontecer que você o substitua para fazer o seu trabalho além do seu.Neste caso, você não recebe necessariamente um pagamento, não tem isso por que é uma espécie de consciência. As vezes, ele pode te dar um pouco de dinheiro a mais se a consciência dele o leva a fazê-lo. Mas, isso não é sistemático... conseguir o pagamento de horas extras. (Antoine, informação verbal, 2011).

Podemos observar aqui uma nítida despolitização da relação supervisor-auditor que considera como normal não receber o devido pagamento de horas extras, ou aceitá se remeter a benevolência ou a consciência do representante do patrão. Marx analisa a falsa aparência expressada no salário como mascara da exploração do trabalho pelo capital. Esta falsa aparência deixa o operário com a impressão de receber a totalidade do preço do seu trabalho no seu salário. Nas suas palavras:

> [...] Como o operário só recebe o seu salário depois de realizar o seu trabalho e como, além disso, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou preço desua força de trabalho é o preço ou valor do seu próprio trabalho. Se o preço de sua força de trabalho é de 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Aqui se chega a duas conclusões;
> Primeira: O valor ou preço da força de trabalho torna a aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões valor e preço do trabalho careçam de sentido
> Segunda: Ainda que apenas uma parte do trabalho diário do operário seja paga,enquantoaoutrapartefica sem remuneração, e ainda que este trabalho não

[116] Antoine (nome fictício) Entrevista coletiva IV [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (29 mn).

> remunerado,ousobretrabalho,seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago. Essa falsa aprência distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho (Marx, 2006: 115-116)

A primeira vista, essa análise de Marx não combina com a realidade descrita acima, como na fala do auditor ou do mecânico industrial da CODEVI. Estes têm aparentemente certa consciência de trabalhar para além do seu horário formal. Contudo, consideram como normal se remeter à boa consciência do supervisor. De forma que podemos dizer que a reação do operário a essa exploração brutal nos leva a concluir que apesar de saber que ele está sendo roubado, acredita que o salário que ele recebe paga o seu dia de trabalho. No entanto, as falas seguintes fazem desmoronar essa conclusão, eles são vulgarmente"conscientes" de sua exploração. Pois, enquanto a consciência subjetiva e pessoal do supervisor decide quando e como pagar as horas extras, o operário auditor com salário fixo por tempo (semanal), é obrigado a cumprir as suas tarefas diárias antes de sair da fábrica. Mesmo quando isso implica trabalhar horas depois do horário normal da saída:

> Eu, tenho quase um trabalho sem horário. Se eu tiverum serviço para terminar, O horário nãoentra em consideração. Começo às6:30 às vezesas 19 horas estou ainda là dentro. Assinei 6:30 até 4:30, mas, as vezes, dou mais tempo muito além**.** **(**Antoine, informação verbal**, 2011)**

Essas horas extras, conforme relata um mecânico industrial, não são consideradas como tal no caso de um operário com salário nominal por tempo:

> Essa profissão, se você está consertando uma maquina cujo operador vai chegar cedo, você deve ficar para consertá-la. Pois, pode ser 5, 6 horas e estou lá dentro consertando uma máquina. Não neste caso, você não recebe pagamento por horas extras. Se você tem salário fixo, você não será pago pelas horas extra. *(*Jean[117], informação verbal, 2011)

Assim, a/o operária/o com salário fixo é super explorada/o através desta modalidade especifica à sua condição: salário por tempo. Aqui, a análise da categoria salário enquanto mediação da exploração do trabalho prova sua pertinência. No sentido de

[117] Jean (nome fictício) Entrevista coletiva IV [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (29 mn)

que, pelo seu dia de trabalho ser pagonominalmente, o operário-quadro da fábrica considera o seu salário "justo" apesar duma certa consciência de trabalhar mais do que pelo que ele está pago. Deste modo, o básico cálculo marxiano do preço médio do trabalho [o preço médio do trabalho é obtido pela divisão do valor diário médio da força de trabalho pelo número médio de horas da jornada de trabalho] desses trabalhadores é praticamente impossibilitado pela variação incessante -segundo o próprio movimento da fábrica ou das maquinas- que, a final, define a duração da jornada de trabalho. Como diz o próprio Marx (1985: 33) a medida do preço do trabalho perde qualquer sentido no momento em que a jornada de trabalho para de conter um numero determinado de horas. Com efeito, para parafrasear o Marx (idem): "Sob o pretexto de pagar o "preço normal do trabalho"", o supervisor [personificação do patrão] da fábrica na CODEVI "prolonga desmedidamente a jornada de trabalho" sem dar a/ao trabalhadora/dor "a menor compensação".

Assim, apesar do preço nominal da semana de trabalho não mudar, o operário aceita trabalhar durante horas extras sem esperar nem, ao menos, reivindicar a sua remuneração. A falsa aparênciado salário permite essa submissão "passiva" à superexploração. No entanto, do lado do patrão, segundo analisa Marx em *Le capital livre I sections V à VIII*, a superexploração do trabalho, a abundância da mais-valia extraída ali, o permite abrir mão duma parte da sua própria mais-valia para baixar o preço das mercadorias e a tornando assim um meio de concorrência entre capitalistas. No seu dizer:

> [...] Nas indústrias particulares onde a mais-valia eleva-se assim acima da taxa media, este poder de dispor de uma quantidade anormal de trabalho não pago,torna-se rapidamente um meio de concorrência entre os próprios capitalistas. O preço das mercadorias contém o preço do trabalho. A parte não paga deste pode, portanto, ser eliminada pelo capitalista do preço de vendadas suas mercadorias; ele pode doá-la ao comprador. [...] O segundo passo que ele é forçado a dar consiste a eliminar também do preço de venda das mercadorias pelo menos uma parte da mais-valia anormal devida ao excesso de trabalho. É desta maneira que para os produtos das indústrias onde este movimento acontece, estabelece-se pouco a pouco e fixa-se enfim um preço de venda tão anormalmente vil, o qual torna-se a partir deste momento a base constante de um salário miserável [...] (MARX, 1985: 34-35)

A logica desta analise é inatacável, contudo, a observação da CODEVI nos leva à várias perguntas, sobretudo quando temos em mente os tipos de mercadorias produzidas

na zona franca. A indústria têxtil é uma indústria leve, cujasconsequências "positivas" são quase invisíveis sobre a economia "hospede". Isso, sobretudo no caso da indústria da subcontratação, contudo, o ramo industrial da CODEVI tem uma particularidade diferente da indústria têxtil haitiana convencional. Os clientes da zona franca são grandes multinacionais reputadas por produzirem mercadorias de luxo ou de médio padrão como a *TIMBERLAND*, o *LEVI'S*, a *Vanity Fair* etc... Portanto, os seus produtos, até onde sabemos, não são vendidos a vil preço no mercado internacional. Então, o excesso de trabalho realizado pelos operários com salário nominal pertence a quem? E, mais adiante, veremos como o salário por peça igualmente ao salário por tempo apresenta particularidades exploradoras inéditas que permitem também tomar uma distancia de qualidade com as analises marxianas sobre o salário por peça. Assim, o trabalho terceirizado das zonas francas propicia uma superexploração do trabalho que permite associar analiticamente e no real, o trabalho assalariado com o "trabalho escravo". Embora, existem mediações não insignificantes que impedem o uso sem moderação da categoria trabalho escravo para definir o trabalho na zona franca, Porém, assemelhar o trabalho contemporâneo na CODEVI com o trabalho nas plantações não é puro sofismo. As análises posteriores invalidarão ou não esta nossa postura.

Segundo Marx, o*overtime* é mais procurado pelo operário por ser mais bem pago. O que leva os operários a prolongar voluntariamente o seu dia de trabalho. No entanto, aqui –na CODEVI- o *overtime* parece ser imposto ao trabalhador com salário por tempo em nome do rendimento da produção. Visto que no final, pode ser que a consciência do supervisor o leva a pagar o que ele bem desejar para as horas extras. Assim, o *overtime* aqui pode acarretar um acréscimo aleatório ao preço normal da semana de trabalho, mas, isso não é sistemático. A realidade haitiana da superexploração do trabalho relativiza as mais clássicas analises marxianas da relação capital-trabalho e das suas mediações tal como o salário.

A prolongação do trabalho propicia o aumento da mais-valia do capitalista dominicano, enquanto reduz sistematicamente o valor da força do trabalho daquele que pode ser considerado como quadro técnico da fábrica. Apesar da limitação oficial da jornada de trabalho, o operário, auditor ou mecânico industrial - considerado como acima

do operador propriamente dito- nos parece ser mais explorado e mais submisso a esta pela falsa consciência que possui da sua importância, indispensável à produção industrial, ao rendimento e que ele ajuda na pronta entrega das encomendas.

Assim, o pagamento das horas extras não é considerado como um dever do patrão, mas, como um reconhecimento da sua contribuição ao avanço da zona franca. Destartepara ele, é um a questão deboa consciência ficar ou não ficar depois do seu horário habitual de trabalho para "ajudar" na pronta entrega das encomendas. Deste modo, em nome da produção ou do dever "moral" capitalista, no caso, do mecânico que se vê como sendo indispensável à produção industrial, o operário, de boa vontade, considera como normal ser sub-remunerado pelo patrão da fábrica. O critério: a consciência do supervisor. Esta é a norma para avaliar o preço real da sua força de trabalho. E, neste caso, pedir o pagamento das horas extras não constitui uma opção aos olhos do trabalhador:

> Todavia se você fizer isso... Para mim, não farei isso. Assinei para receber tal salário. Vou esperar quando tiver um aumento, vão me avaliar, conforme o meu trabalho, se eu posso trabalhar e ai, neste momento num prazo de 6 ou 7 meses, eles podem acrescentar 600 gurdas ou 700 gurdas para mim ou 1000 gurdas também, isso depende. (Jean, informação verbal, 2011)

Contudo, esse mesmo operário, contraditoriamente, é consciente do fato desse trabalho ser explorador e unicamente temporário até conseguir **trabalhar** mesmo:

> Você é obrigado a ficar com ele, pois o país, eu posso dizer, não oferece nada. Você entende que no momento onde e é por isso.... que vou para escola, devo terminar com a escola, terminar meus estudos e depois poder trabalhar. (Jean, informação verbal, 2011)

Pode se observar certa resignação no discurso dos trabalhadores e das trabalhadoras, de modo geral, apesar de certa consciência deles serem explorados pelos "dominicanos". É uma resignação associada a certa revolta contra as condições de vida no país que os/as levam a aceitarem tais condições de trabalho. Essa mesma resignação leva também os/as haitianas/os pauperizadas/os a procurarem trabalho na Republica Dominicana, embora este país seja um lugar de opressão e de exploração para eles. Segundo relatam ao/os operárias/os, a CODEVI é também um lugar de exploração e de opressão que eles aceitam frequentar somente por que não têm alternativa no seu próprio

país. No próximo capitulo, exploraremos mais profundamente essa relação entre a nacionalidade e a exploração na CODEVI, assim como a percepção desta na leitura dos/das próprias/os trabalhadoras/os. Por enquanto, cabe destacar como a CODEVI utilizando-se do seu poder como patrão abriu um ”banco” onde os trabalhadores poupam dinheiro, se contrapondo diretamente com métodos tradicionais haitianos de poupança. O que, ao nosso ponto de vista, contribui a fixar a/o operária/o na CODEVI criando nela/nele um falso sentimento de pertencer à “família” da CODEVI, e mais, de estar seguro nela. Fazendo para isso uma campanha implícita de deslegitimação de formas tradicionais de solidariedade mutual ou de poupança. Portanto, no próximo item, atentaremos, mais especificamente para este processo.

2.5 Reforçando os nós do controle: a deslegitimação das formas de solidariedade tradicional

O salário por peça deveria proporcionar ao trabalhador um salário diretamente proporcional ao número de peças produzidas, conforme o contrato estabelecido. O que seria legal na medida jurídica do sistema capitalista. Contudo, mais uma vez, o Haiti apresenta um quadro peculiar que inclina novamente para a superexploração da força de trabalho ali presente. Normalmente, nas indústrias têxteis haitianas, prevalece o pagamento por produção, ou mais exatamente, o salário por peça no nível dos operadores diretos, ou seja, dos/das operários/as operárias. Contudo, em várias fabricas dazona franca, prevalecem tanto o salário por tempo como o salário por peça como modo de remuneração dos mesmos operários. Isso, ao contrário do que Marx tinha observado nas indústrias de Londres onde cada tipo de salário (por tempo ou por produção) era utilizado conforme a nacionalidade ou o tipo de trabalho nos mesmos ramos de produção :

> Em Londres, nas mesmas selarias, muitas vezes pelo mesmo trabalho, se paga aos trabalhadores franceses salário por peça, e, aos ingleses, salário por tempo. Nas fábricas propriamente ditas em que predomina o salário por peça, certos tipos de trabalho não se ajustam a essa forma de salário e são, por isso, pagos por tempo. É claro que a diversidade na forma de pagamento do salário em nada altera

> absolutamente sua natureza, embora uma forma possa ser mais favorável do que outra para o desenvolvimento da produção capitalista. (idem: 639)

Como colocamos anteriormente, para os mesmos postos têm um salário nominal, o salário mínimo de 963 gurdas e tem uma meta comum com preço fixo. Conforme relatado pelas/os operárias/os, o não cumprimento desta meta equivale ao pagamento do salário por tempo definido para a função de operário. Esse salário mínimo é o salário pago para as mulheres em épocas de licença-maternidade e aos novos iniciantes da fábrica em treinamento. É o salário de base pago também em caso de ausência notificada e permitida pela CODEVI em tempos normais. Mais adiante, exploraremos melhor esse controle do tempo e do espaço das operárias e dos operários através do pagamento por produção combinado comopagamento por tempo. Por enquanto, podemos confirmar essa coexistência das duas formas de pagamentocom o salário por peça como forma oficial de pagamento e o salário de base como forma de controle do verdadeiro desempenho das/os operárias/os para se esforçar para cumprir uma meta altamente variável e, de modo geral, difícil de atingir sistematicamente. Quando a/o operária/o não cumpre a meta, ela/ele recebe o salário mínimo. Vários relataram este fato para nós:

> Não acho serviço extra (*djob*)[118] facilmente, pois o meu trabalho nunca para de aumentar. A minha operação é difícil. Nunca tenho falta de trabalho. Quando atinjo a meta, recebo 1100 gurdas. Quando não cumpro a meta, eles me pagam o salário mínimo. Quando você faz 650 peças por dia, eles te pagam 1100 gurdas. (Jeannette, informação verbal, 2011).

Neste processo, o próprio trabalhador vigia o seu próprio colega diariamente para forçá-lo a contribuir no cumprimento da meta da sua equipe, brigando, insultando um ao outro, rompendo assim com qualquer laço de solidariedade nacional, de sexo ou outra:

> Eles [os operários] têm costume de dizer: " Ah a montagem das mangas é assim uma operação extremamente difícil". Bom, eu, se eles me pediram para fazer essa operação, eu preferiria ser demitida, eu não a faria. E são mulheres na maioria dos casos que a fazem, a montagem das mangas. Quando eles te ordenam de fazer 30 pacotes e você não as faz, eles vão direto pressionar o pessoal das mangas. Pois, se você não as faz, você não será pago. Você não entendeu? Você não será paga . Os próprios operadores xingam o pessoal das mangas: AH!!! Fulano não vou te aguentar aqui , pois você não vai me impedir de receber. Você

[118]No item sobre o surrrabentamento do trabalho, nos discutiremos um pouco mais esta questão.

> não entendeu!!!! E não é somente ali, se tiver alguém na sua equipe que não pode trabalhar, você sabe que é um aqui que passa ao outro ali. Na medida que você.... e dai o trabalho chega a ser parado nas minhas mãos, fechar o ombro. Eu , se eu não estiver de barriga cheia normalmente, não consigo trabalhar. Eu a minha barriga tem estar cheia. Neste momento, o trabalho aumenta consideravelmente em minhas mãos. E ai, o pessoal me diz, Fulana somos amigos, cara. Eu, este dinheirinho é a minha esperança, você não consegue trabalhar, é melhor você deixar a equipe. Bom, a briga começa, xingamento!!!! Na medida que você não consegue fazer a meta, eles te pedem para sair para poder pegar outra pessoa para colocar na maquina pois, apesar da pessoa ser o seu amigo, frente do seu dinheiro, ele não te conhece. Oh!!! Apesar da amizade da pessoa com voĉe, ele tinha costume de receber 1000 gurdas, e estou o empedido de receber os seus 1000 gurdas. Oh!!! ele não será mais seu amigo.(Marie, informação verbal, 2011)

Conforme analisou Marx (2009), o próprio salário por peça faz diminuir drasticamente o controle externo da qualidade do trabalho. Mais do que isso, ele tornadispensável, relativamente, a própria presença do supervisor. A organização do trabalho em equipe onde o trabalho de um introduz o trabalho do outro assegura ao capitalista, o controle da equipe pelos seus próprios membros. E é aqui que o salário por peça joga seu papel mediador do controle total do operário e da operária. No dizer de Marx (2009:642)

> [...] a maior margem de ação proporcionada pelo salário por peça influi no sentido de desenvolver, de um lado, a individualidade dos trabalhadores- e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole-e, do outro, a concorrência e a emulação entre eles.

Este processo articulado com o próprio processo de trabalho é reproduzido ou completado pelo plano de poupança da CODEVI, reforçando assim o controle individual de cada operário/operária aderente ao dito plano. Com efeito, o trabalho na CODEVI acaba contribuindo no "deslizamento" das relações de solidariedade geralmente presentes no meio rural. Já a presença da CODEVI em si atraiu na região pessoas de várias cidades e outros departamentos do país inteiro a procura do emprego oferecido na zona franca. Assim, o trabalho à peça dentro da organização do trabalho no formato de U propicia o individualismo frio dos operadores para assegurar a sua própria sobrevivência. E, este processo de dessolidarização dos operários/das operárias continua com o sistema de poupança proposta pela CODEVI que na própria propaganda deslegitima o sistema tradicional e solidário haitiano de poupança.

O panfleto do plano de poupança[119] da CODEVI começa a sua chamada assim:

*« **Eske ou konnen pouki sa li enpòtan pou sere**?* Você sabe por que é importante poupar? “

A primeira vista, a chamada do panfleto é muita protetora”. Ela quer ajudar os trabalhadores a pouparem seu dinheiro. Contudo, a própria frase implicitamente indica que os operários não sabem poupar ou não sabem por que fazê-lo. E a proposta do plano de poupança é ajudá-los neste sentido. Porém, no final da do panfleto, lemos o seguinte:

> “*Deside w`, pwograme w`avèk sistèm otomatik Plan Depay CODEVI epi pa janm bliye sa: “ Pa janm sere kòb ou kote ou pa gen asirans deli” paske na nenpòt ki moman yon moun ka dísparèt ak lajan ou”.*
>
> ***“Moun ki sere jodi, ap toujou genyen demen”***
>
> ***Plan depay CODEVI ap pwoteje lajan pòch ou***
>
> Decida-se, se programa com o sistema automático Plano de PoupançaCODEVI e nunca se esquece disso: “ nunca guarde o seu dinheiro onde você não tem certeza dele” pois, a qualquer momento alguém pode sumir com o seu dinheiro. Aquele que poupa hoje sempre terá amanhã. O Plano de Poupança CODEVI protege o seu dinheiro.

Este parágrafo mostra que quem fez o melhor do folheto sabe que os operários sabem poupar: “nunca guarde o seu dinheiro onde você não tem certeza dele”, pois, a qualquer momento alguém pode sumir com o seu dinheiro “...O Plano de Poupança CODEVI protege o seu dinheiro”. Portanto, a CODEVI está protegendo o dinheiro dos operários/das operárias de quê? A CODEVI está se referindo a duas formas tradicionais haitianas de poupança solidária que podem apresentar riscos sim, mas, não de forma geral ou absoluta. Contudo, nenhuma instituição financeira capitalista se beneficia com este dinheiro nestas práticas. Trata-se de um processo relativamente externo ao controle capitalista. No Haiti existe tradicionalmente o que pode ser comparado com o consórcio

[119]Em anexo deste trabalho. Annexo V.

brasileiro, só que menos formal. Estas práticas se encontram, sobretudo, no meio da classe trabalhadora haitiana, em geral, quer sejam de colarinho branco quer sejam os da indústria textil ou quem trabalha por conta própria no pequeno comercio por exemplo.

Em primeiro lugar, tem o *Sol*. O *sol* é uma prática solidária muito comum nas cidades. Uma quantidade dada de pessoas, sem ou com vinculo de parentesco, é convidada a dar uma quantidade fixa de dinheiro à pessoa responsável pelo sol num período regular (semana, quinzena e mesmo mês-quando ele é realizado num escritório formal onde o salário é mensal). A pessoa responsável se for homem será chamado *papa sol*/ Papai do Sole *manman sol*/ mamãe do Sol se for uma mulher. O que, em si, traduz os que representam estas práticas simbolicamente na cultura haitiana. Assim, esse dinheiro juntado vai a cada semana para uma pessoa do grupo, até que todo mundo tenha recebido sua parte. Essa pratica muito comum às mulheres das classes populares se encontra também nos escritórios. Com efeito, em vez de ir para os bancos, muito distantes a sua realidade, além de exigir certo nível de letramento[120] que em geral às mulheres camelistas outrabalhadoras não têm, as mulheres, sobretudo as das classes populares e trabalhadoras, preferiram o *sol* ou o *sabotay* para "poupar" dinheiro. Geralmente serve para o aluguel, aumentar o comércio, pagar a escolaridade dos filhos ou simplesmente para aumentar o número de animais no campo.

Um elemento importante a destacar brevemente aqui é que quando os camponeses emigram para Porto-Príncipe, de modo geral, eles/elas continuam sendo cultivadores. No entanto, eles têm um representante no campo, familiar que é responsável pelas terras deixadas e que cuida do gado que ano após ano deve aumentar conforme a situação econômica da/do trabalhadora/dor "melhore". Aliás, o bem estar econômico do/da camponês/camponesa que migra para as cidades é avaliado segundo o número de gados e de terras adquiridos no campo desde a sua migração para a cidade. E, durante os períodos de colheita e desemeadura, este ou esta, quando trabalham no pequeno comércio ou como empregada/o doméstica/o voltam para o campo para trabalhar. E, depois, retornam para

[120] O sistema bancário haitiano é mito pouco automatizado. Portanto, quase todas as operações são previamente registradas em papel e requisitamm um nível de leitura e de escritura que boa parte da classe trbalhadora haitiana não tem. O que contribui na existencia dessa visão do ir ao banco como um sinal de distnção de classe e/ou de cultura.

juntar mais dinheiro para adquirir mais bens. Assim, quando começam a adquirir bens em Porto-Príncipe também, o vínculo como campo não se perde totalmente, mas diminui ao longo dos anos e, sobretudo das gerações e, especialmente conforme o grau de estudos realizados pelos filhos.

O *sabotay* segue o mesmo processo do sol, só que necessita de mais pessoas que o *sol,* visto que o dinheiro é juntado e entregue cada dia a uma pessoa. Este é realizado pelos camelôs, pequenos comerciantes ambulantes nos mercados populares haitianos, nas feiras. Portanto, com base nessa tradição de solidariedade, os bancos, recentemente, através do financiamento das mutuais de solidariedade e dos programas de microcrédito das ONGs internacionais mediadas no Haiti pelas ONGs de desenvolvimento e, desde 2004, por algumas organizações feministas entraram tanto no campo como nas cidades para explorar as mulheres e homens das classes trabalhadoras e camponesas através de empréstimos a taxas variáveis. No caso das mutuais e das organizações feministas, esse crédito pode ser cedido a taxas de 1 a 5 % mensais enquanto, os organismos "convencionais" de crédito às mulheres costumam conceder o empréstimo com até 20% de juros.

Assim, quando o documento da CODEVI previne contra a fuga da pessoa que guarda o seu dinheiro, ele, indiretamente está fazendo referência a essas práticas no sentido de mostrar a sua fragilidade e incitar os operários a aderirem ao plano de poupança da CODEVI. E efetivamente, várias operárias relataram a sua adesão a este plano, porém, não deixaram de participar ao *sol*. Por exemplo, quando perguntamos sobre as formas de organização coletiva e/ou solidária das mulheres dentro da zona franca com alguns exemplos, entre eles a organização do Sol, a Marie respondeu: "*Sim, o solinho sim, toda sexta-feira. Não sei para as associações de mulheres, mas para o solinho, eu sei que é toda sexta-feira"*. E esta mesma entrevistada participa também do plano de poupança que serve para grandes despesas:

> Só um dos meus filhos mora comigo, sou encarregada dele. O pai do outro cuida dele. Isto quer dizer que o único que está a minha carga é o menininho. Para ele tenho costume de comprar 500 dólares[121]de alimentosfiado [todo mês]. Agora,

[121]O dólar aqui não éo dólar americano, mas o equivalente de 5gurdas. Isto vemda época onde 5gurdas equivaleriam a 1 dólar americano sob a ditadura. Assim, entrou na linguagem comum.Assim toda vez que no Haiti se fala em dólar haitien,éuma referencia a 5 gurdas. Por exemplo, 40 dólares haitianos equivalem 200

> como faço o plano de poupança, tenho costume de fazer um saque. Se preciso, saco 400 dólares e dou. (Marie, informação verbal, 2011)

Tem vários outros exemplos idênticos a este. O sol é incontornável, é um sinal que você é responsável e pensa no seu futuro. Contudo, cabe observar certa fragilidade nessas práticas que às vezes não dão certo justamente pelo seu modo de proceder que é a base da confiança mútua dos participantes, sem nenhuma garantia externa em geral. Porém, isso constitui tambéma sua força culturalmente. No entanto, o quea "benevolência" da CODEVI traduz na realidade? O plano de poupança é bastante apreciado pelos operários por que ele traz uma segurança efetiva, ele permite uma confidencialidade que o sol não oferece. Cada um é "senhor" do seu dinheiro depois da CODEVI que é responsável individualmente e pessoalmente pelo valor a ser depositado e tirado na sua conta. E, efetivamente reduz a adesão ao Sol. A este respeito, Jeannette é clara: "*Sim, elas fazem o Sol juntas, mas o negocio do plano de poupança fez com que muita gente não adere mais ao Sol*". (informação verbal, 2011)

O plano de poupança é melhor?

> **Jeannette:** "Sim, você guarda o dinheiro no plano de poupança". (informação verbal, 2011)

De fato, o plano de poupança não substitui o Sol, mas se torna a principal forma de economizar. Portanto, ele reforça, apesar da exploração do trabalho, um sentimento de pertencimento a CODEVI. O que, por sua vez, cria uma dependência que vai além do salário para com o emprego. E, isso pode contribuir numa certa medida a aceitação *bon gré mal gré* das condições de trabalho pelo fato da zona franca oferecer tanto um emprego como um meio de fazer frutificar o seu dinheiro através da poupança. Assim, coabitam um duplo sentimento de frustração no que diz respeito as condições de trabalho e ao mesmo de

---

gurdas. As vezes se falar em falso dólar ou dólar de verdade para fazer referencia ao dólar haitiano e no segundo caso ao dólar americano.Contudo, não tem emissão de uma moeda ou bilhetes em dólar haitiano no Haiti. Éliteralmente um modo de somar gurdas.

“ agradecimento” pelo fato dos donos da fábrica dar a impressão de cuidar dos interesses dos/das operários/ operárias. Além do mais, a CODEVI oferece enxoval às gestantes, participa financeiramente em obras públicas (reforma de praças públicas, de reforma de represa). Enfim, tudo que, sem diminuir a taxa de lucro, contribui a implantar na mente dos operários e das operárias a crença segundo a qual o dono da CODEVI é bom, mas os intermediários (Recursos humanos, gerentes, supervisores) que são os ladrões. E, portanto, a ideia da zona franca ser um tipo de obra de ajuda humanitária. Contudo, as condições de trabalho, a intermediação do trabalho e a exploração acirrada do trabalho que isso acarreta são antagonicamente contraditórias a ideia da zona franca como obra de ajuda humanitária sem querer tampouco projetar a ideia da ajuda humanitária como sendo desprovida de contradições inerentes ao modo de produção capitalista que a propiciou.

Na verdade, o salário por tempo propicia a exploração desmedida do trabalho apesar da existência de uma jornada oficial de trabalho no Haiti, e, em vigor na zona franca. Contudo este tipo de remuneração é, na maioria dos casos, o modo de pagamento de muitos homens. Com efeito, segundo as nossas observações e conforme as informações obtidas no trabalho de campo, em geral, são os homens que exerçam as funções de mecânico, auditor, treinador, cortador, embarcador etc, ou seja, as funções remuneradas por tempo de trabalho ou com salário fixo. No entanto, o salário por peça é o modo de pagamento dos/as operadoras/os diretas/os entre os quais, as mulheres. Ademais, a terceirização da produção têxtil parece fornecer a moldura apropriada para a formalização da intermediação do trabalho propiciada perfeitamente pelo salário por peça. Com efeito, o salário por peça, na sua essência, traz o processo de subarrendamento do trabalho que consideramos como mediação da dominação sexo-econômica exercida sobre as mulheres, e particularmente as haitianas na zona franca.

2.6 Intermediação e subarrendamento: a hierarquização do trabalho como submediação do controle total

Nas fábricas de produção têxtil haitiana, de modo geral, prevalece o salário por peça que, por sua vez, propicia intrinsecamente uma exploração acirrada da força de trabalho. Além do mais, esse tipo de remuneração permite a intensificação do trabalho e, assim sendo, a exploração prolongada da força de trabalho do/da trabalhador/trabalhadora em busca de um ganho relativamente melhor:

> O salário por peça, uma vez dado, o interesse pessoal leva naturalmente o operário a estender a sua força no máximo possível, o que permite ao capitalistaaumentar mais facilmente o grau normal da intensidade do trabalho. O operário é igualmente interessado a prolongar a sua jornada de trabalho, por que esta é a maneira de aumentar o seusalário cotidiano ou semanal. Dai uma reação similar àquela que descrevemos a respeito do salário por tempo, sem contar que a prolongação da jornada, mesmo quando o salário por peça fica constante, implica por si mesmauma queda no preço do trabalho. (Marx, 1985: 39)

Como diz o próprio Marx, o salário por peça é o modo de remuneração, por excelência, do modo de produção capitalista, pois, ele o permite alcançar, de modo absoluto, a sua finalidade fundante: lucrar, aumentar as taxas de lucro indefinidamente. É um tipo de salário que convém perfeitamente ao propósito das "neocolônias", como o Haiti onde são implantadas as "neoplantações", a saber, as Zonas Francas industriais de Exportação, sobretudo, as do setor do vestuário para os mercados de massa com o mínimo de valor-acrescido. Portanto, o salário por peça constitui uma mediação imperativa da subcontratação ou terceirização na base da desterritorialização de fábricas para o chamado Terceiro Mundo, em particular, a América Central no contexto da reestruturação produtiva do capital. É o modo de remuneração, por definição, das fábricas de subcontratação estabelecidas no Haiti no final da década de 60. Ele permite, pela mediação do numeroso Exército Industrial de Reserva, a exploração do próprio trabalhador pelo trabalhador e, em um segundo nível, pelo gerente subcontratante que, nesse caso, é o "industrial" haitiano, mestiço/de pele clara, geralmente, e no caso da CODEVI, um dominicano. Com efeito, no Haïti, a intermediação do trabalho explorado se faz em dois níveis:

> No dos supervisores entre os operários / as operárias e os/as patrões/ patroas locais e outro, no da burguesia local entre os/as seus/suas patrões/patroas do grande capital e os trabalhadores / as trabalhadoras. Já que o salário por peça

> facilita a exploração do trabalhador pelos intermediários- parasitas[122] que, por sua vez, representam o capital[.] Na singularidade haitiana, [o trabalho] [sic] ele é duplamente mediado e, portanto duplamente explorador para os trabalhadores e as trabalhadoras. Nesse processo, os trabalhadores/ as trabalhadoras são submetidos-as aos caprichos dos supervisores, pois não são protegidos/as por convenções coletivas. As principais causas das demissões arbitrárias são a reivindicação de melhores condições de trabalho, fora ou dentro de sindicatos, ou contra o modo de cálculo de quantidades de peças produzidas pelos supervisores, ou contra as horas suplementares. (DESROSIERS, 2009, p. 118)

Neste trecho, onde analisamos a partir de dados secundários, o processo produtivo nas fábricas têxtis haitianas da SONAPI, aparecem traços identicos aos observados no processo de trabalho na zona franca CODEVI. Conforme os/as operárias/os da zona franca, a exploração do trabalho, ou para falar nos seus termos, "o roubo do seu trabalho" é possível pela intermediação dos supervisores. Visto que são estes que decidam quando e quanto pagar para as horas extras ou para um serviço extra (*djob*) ou quanto descontar do salário no caso duma faltaou de um atraso. Para as/os operárias/os, este dinheiro não volta para o dono da zona franca, os supervisores o guardam "nos seus bolsos". Dando palavra a elas/eles:

> Sim, se alguém falta e você trabalha no lugar dele, você será paga. Eles te pagam uns 100 gurdas e você vai se divertir. Se o supervisor for gente boa, ele te dá um trabalho a fazer, e dai ele te paga mais, aquele que vem para roubar, não vai te pagar (Annette, informação verbal , 2011).

Neste caso, o/a trabalhador/trabalhadora parece totalmente dependente do "coração bom ou ruim" do supervisor para ganhar até o que o capital designou como seu, como no caso do trabalhador com salário por tempo. Contudo, existemnas operárias uma nítida consciência de que este dinheiro é embolsado pelos supervisores ouos funcionários dos Recursos Humanos. Evelyne avalia a questão da seguinte forma

> O problema é que quando eles te dão um trabalho extra quando alguém falta, eles me pagam menos do que ganharia essa pessoa. O que eles tiram dele, eles não o

[122]"Esses intermediários, em geral, supervisores da produção exploradora pelo capitalista, funcionam como quadros de controle da produção. No caso haitiano, eles exercem um controle rígido sobre os trabalhadores e especialmente sobre as trabalhadoras que, no caso, são vítimas de assédio sexual, e são regularmente atingidas por infecção urinaria, pois com o fim de não diminuir sua cota de produção, elas atrasam sistematicamente o momento de satisfazer as suas necessidades (urinar, no caso). (Piya Pangsapa Apud Péan, 2009)" (DESROSIERS, idem)

> devolvem para você. Se eles tiram 500 gurdas de mim, a ela eles pagam 100 gurdas. Os outros 400 gurdas são embolsados por eles. (Informação verbal, 2011)

Para Françoise[123], é o mesmo quadro: "*Eu, sempre faço trabalho extra (djob), quando o faço é sempre a mesma coisa. Quando alguém falta, eles cobram 500 gurdas e a você eles pagam 100 gurdas".*

Marx, no seu livro "O Capital" entendeu este fenômeno quando afirmou o seguinte a respeito do salário por peça:

> O salário por peça constitui **a base não só do trabalho doméstico moderno, do qual ja falamos anteriormente, mas também de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão.** Esse sistema possui duas formas fundamentais. Em uma, o salário por peça facilita que, entre o capitalista e o trabalhador assalariado, se insiram parasitas que subalugam o trabalho. (Marx, 2009: 640) (grifos nossos)

Destarte, compreendemos o porquê da prevalência desse modo de pagamento na CODEVI no Haiti e como, mais uma vez, Marx soube captar perfeitamente tendências gerais do sistema capitalista que dois séculos depois não mudaram. Ademais, os e as operárias sem nenhum contato com a literatura marxiana, captaram também no detalhe como "os parasitas", neste caso, os supervisores etrabalhadores dos recursos humanos estão os/as subexplorando diariamente. Estes contribuíam na construção do que Marx denomina de *Sweating system*, daí o nome de *Sweet Shop* atribuído a empresas tais como a CODEVI e as *maquiladoras* de forma geral. Um sistema de terceirização da produção industrial têxtil sistematicamente instalado na periferia do grande capital a partir da década de 60 e mais maciçamente no final da década de 70 em resposta à crise do grande capital.

Assim, como destaca com propriedade Marx, o salário por peça constitui a base de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e de opressão. Este sistema na contemporaneidade se desenvolve conforme a nova divisão neocolonial do trabalho nas antigas colônias da maioria dos países localizados no centro do capital. Assim, dentro desta divisão internacional do trabalho existem subdivisões regionais onde o quadro mais hierárquico do trabalho acoplado com marcos próprios do capital periférico permite formas

[123] Françoise, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

mais acirradas de exploração e de opressão. Destarte, compreendemos a sobre presença de mulheres nestas fábricas e ainda mais de mulheres "negras", ou seja, mulheres racializadas consideradas há tempo desde o início da escravidão moderna e no sistema capitalista como subhumanos aos quais são destinados os postos de trabalho mais precários.

A generalização do *sweatng system* na década de 60 até a de 80, em grande medida, sintetiza o propósito neocolonial da instalação dessas indústrias na região, ressaltado por Marx no seguinte paragrafo:

> O ganho dos intermediários decorre da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista pagá e a parte desse preço que [eles] realmente [entregam] ao trabalhador. Chama-se a isto, na Inglaterra, de "sistema de suadouro" (*sweating system).* em outra forma, o salário por peça permite ao capitalista contratar o trabalhador principal- na manufatura como chefe de um grupo, nas minas como extrator de carvão, na fábrica como operário que maneja a máquina etc. – estabelecendo um tanto por peça, um preço pelo qual o trabalhador principal se obriga a recrutar e a pagar seus auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador[124].

Contudo, a descrição acima feita por Marx a respeito da intermediação do trabalho, apesar da tendência continuar sendo a mesma, quando comparada às relações de trabalho na zona franca em estudo, apresenta peculiaridades inerentes à nova configuração do capitalismo mundial, à sua morfologia e, sobretudo, no caso da CODEVI, à própria divisão internacional do trabalho. Como analisados no item anterior, o industrial dominicano que subaluga a força de trabalho haitiana constitui o principal intermediário entre o capitalista "maior", a saber, o cliente/dono da marca e o trabalhador. Agora, no nosso caso, entre este industrial dominicano e o operário/ a operária se sobrepõem vários intermediários:

> CODEVI tem a parte operativa da qual eu sou o diretor de operações. Tenho seis (6) naves, seis (6) fábricas. Essa planta, em cada planta tem um gerente general. Uma pessoa que é gerente geral, essa pessoa se reporta a mim. Na parte operativa, temos os operários, operadores que são os que estão assentados na maquina. Depois, temos o supervisor que coordena as equipes, Logo, temos outro coordenador que coordena um número determinado de supervisores. Por exemplo, para cada quatro supervisores tem um coordenador. Logo está o que é o gerente de produção que tem outro superior. Assim mesmo, isso é o que é em

[124] Idem p. 640

> termo de produção. Mas, em termo da planta, temos o departamento de qualidade onde temos os técnicos que trabalham a qualidade que ensinam aos operadores a costurar com a qualidade requisitada. Esses técnicos não são operários comuns. Temos os que são os assalariados e aqueles que trabalham por meta. Os assalariados têm um salário fixo mas têm certa habilidade ou qualidade. São técnicos. (M. Torres, informação verbal, 2011)

Assim, entre o industrial e o operário, na realidade, a operária dita sem "habilidade ou qualidade", encontram-se: o supervisor, o coordenador, o gerente de produção e o gerente geral da fábrica ou planta. Contudo, além desses, tem o engenheiro industrial e o auditor. No entanto, a interação mais frequente das/os operárias/os se faz com o supervisor e o gerente de produção. São eles que manuseiam as folhas de pagamento e com os quais reclama o/a operário/operária cuja folha de pagamento não combina com a sua produção. Geralmente, os rumores de casos entre operários e intermediários concernam este grupo (supervisor, gerente). Como introduzimos no item anterior, existe pelo menos uma dupla intermediação do trabalho na CODEVI. Aqui, podemos destacar a existência de uma tripla intermediação do trabalho, sem mencionar os funcionários dos Recursos Humanos considerados pelas/os operárias/os como os que se enriquecem com o "roubo" da sua força de trabalho. Aqui, a maquinaria taylorista-fordista é representada tanto pelo parcelamento das tarefas como pela hierarquização das diversas funções diretamente ou não implicadas na produção. Além do mais, a dita desqualificação dos/das operários/operárias é um pré-requisito da estratégia produtiva taylorista-fordista e, ao mesmo tempo, condição da subremuneração. Com efeito, como aponta Gounet sobre o processo de implantação do fordismo na indústria automobilística:

> A primeira racionalização é o parcelamento das tarefas, na mais pura tradição taylorista em vez de fazer um veículo inteiro, um operário faz apenas um número limitado de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho. O parcelamento significa que o trabalhador não precisa mais ser um artesão especialista em mecânica. Acontece a desqualificação dos operários (GOUNET, 1999: 19)

Portanto, a dita desqualificação das/dos operárias/os no taylorismo-fordismo é ao mesmo tempo pressuposto e pretexto do/para o trabalho operário fabril subrenumerado. Os intermediários assalariados são, na sua maioria, homens e quanto mais elevado for o seu degrau na escada da fábrica, maiores são as chances deles serem homens e dominicanos.

Eles controlam a fiscalização do trabalho e, portanto, controlam a remuneração das/os operárias/os desqualificadas/os cuja maioria é mulheres. Como parafraseia Elizabeth Souza-Lobo (2011) no seu livro "A classe operária tem dois sexos":

> O objetivo da divisão do trabalho, diz Freyssenet (1977), reside não tanto na divisão das tarefas, mas essencialmente na separação entre concepção e execução simultânea ao estabelecimento da hierarquia, do controle e da diferenciação das funções. E nesse sentido, acrescenta ainda Freyssenet (1984), a especificidade do taylorismo está em afirmar simultaneamente a possibilidade cientifica, e logo imparcialmente, qual o melhor trabalhador, o melhor instrumento e a melhor forma de produzir qualquer coisa. (SOUZA-LOBO, 2011: 55)

A subremuneração propiciada pela desqualificação do trabalho feminino aparece como sendo justapelo fato do trabalho realizado pelas mulheres "negras" haitianas-a maioria-ser um trabalho considerado feminino e, portanto "naturalmente" barato. No entanto, as qualidades ditas femininas são muito apreciadas na indùstria textil. Contudo, a costura ou montagem de peças têxteis é visto como naturalmente fácil e, portanto, "naturalmente" barato:

> É por que de fato, estamos falando de zona franca têxtil, né? Zona franca têxtil porquê? É por que temos uma mão de obra no Haiti que é muito barata mas, essas pessoas não são qualificadas. Isto quer dizer que este é o tipo de indústria que pode absorver essa quantidade de pessoas facilmente sem que... num pequeno espaço de tempo, a pessoa recebe uma formação fácil. Mas, isto é.. é por isso que devemos fazer a diferença entre zonas francas têxteis e outras zonas francas. Pois, têm outros tipos de zonas francas que são sofisticadas que as pessoas aqui no Haiti não poderiam trabalhar nelas. Ou seja, se você toma o exemplo da zona franca eletrônica onde se fabricam chips eletrônicos, coisas para as quais você precisaria certa qualificação. Por exemplo, as pessoas que você tem na zona franca, na medida que a pessoa sabe ler, é fisicamente apta, em duas semanas ela está pronta para fazer a operação dada a ela. É por isso que acho que esse tipo de indústria é mais fácil no Haiti, pois, tem muita gente que não faz nada e pode ser contratada facilmente. (W. Felix[125], informação verbal, 2011)

Este trecho de entrevista confirma as nossas análises sobre o salário por peça como típico da exploração neocolonial da força de trabalho feminina haitiana na zona franca. Além do taylorismo-fordismo como processo produtivo ser "adequado" a esta forma de remuneração destinada às mulheres haitianas ditas desqualificadas. Com efeito, a

[125] W. Félix, Entrevista III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (43 mn 04 sec.)

hierarquização das relações de trabalho e a sua consequente intermediação na indústria têxtil regida pelo taylorismo-fordismo propiciam a exploração acirrada da força de trabalho bem como abrem espaço para o assédio sexual contra as mulheres em troca de melhores condições de trabalho. Destarte, compreendemos que quanto mais complexa for a intermediação do trabalho, maior será o grau de exploração do trabalho mediante o salário por peça, isto é, maior será o grau de intensidade do trabalho ao qual o/a próprio/própria trabalhador/trabalhadora se submeterá para poder ganhar um salário relativamente aceitável. Acima do diretor de operação, temos o gerente geral da CODEVI e acima deste o dono do grupo M, o Fernando Capellan. Este é vagamente conhecido pelos operários apesar das suas visitas acarretaremm um aumento da intensidade do trabalho. No entanto, ele não é considerado como o autor direto do aumento do ritmo do trabalho:

> Sim, Capellan. Costumo vê-lo. Ele não atrapalha ninguém. Ele vem, visita e vai embora logo. Isto é, quando ele vem, ele coloca a pressão nos dirigentes e, estes nos pressionam para trabalhar mais. Agora, chegou um homem novo lá dentro, um gerente que acabou de chegar. Na hora que ele te dá um trabalho e você não conseguir fazê-lo, ele manda toda a equipe embora sem dinheiro. Ele não te dá dinheiro não. Ele não te dá um centavo. Um dominicano. Ele não dá dinheiro nenhum, ele acabou de chegar. (Marie, informação verbal, 2011)

Neste caso, o que vocês fazem?

> Oh! Você não pode falar nada não. Isso aconteceu várias vezes. Bom, atualmente, a fábrica está quase vazia dele tanto mandar gente embora. Sem um centavo. Agora, quando eles te mandam embora, eles não pagam a semana de trabalho. Agora, na sua volta, eles te dão um prazo para vir pegar o decimo-terceiro salário. Na sua volta, você pega o seu décimo-terceiro salário e pronto[126]. Eles não ligam para você. (Marie, informação verbal, 2011)

Convém lembrar que as entrevistas foram realizadas no início do mês de dezembro, e geralmente, quando o/a operário/operária não cumpre a meta da semana, ele/ela recebe o salário mínimo. Mas, parece que neste caso, até os dias trabalhados não foram pagos. Assim, nesta declaração, temos a visão segundo a qual o dono da zona franca é um benfeitor que, como foi visto em outras entrevistas, não sabe o que está acontecendo na fábrica:

[126]Essa entrevista foi realizada no inicio do mês de dezembro.

> Não, o patrão mesmo, o Capellan, ele nunca ia querer, bom é graças a nós que ele está ganhando dinheiro. Ele nunca ia querer se colocar contra a gente. Entendeu? Isto quer dizer, O Capellan não é assim.(Marie, informação verbal, 2011)

Para Jeannette,

> Quando ele **[o Capellan]** vem fazer a visita, avisam para todo mundo ficar no seu posto de trabalho, pois teremos visita. E você vê ele chegando. Neste momento, ele pergunta sobre tudo, você sabe que eles nunca falam como as coisas são de verdade. Não, eles não vão falar como eles são. O jeito que o holerite sai de Santiago não é desse jeito que ele chega aqui.

Você acha que eles mandam mais dinheiro?

> Sim, eles mandam mais dinheiro. O dono da companhia não sabe o que está acontecendo.

O que acontece com o dinheiro que sobra?

> Eles que sabem o que fazem com o dinheiro que sobra. Nós que trabalhamos, é a gente que trabalha duro e que não consegue ser pago. Sim, o dono da companhia não sabe dessas coisas. Eles não passam o Holerite do jeito que ele sai do Santiago.(Jeannette, informação verbal, 2011)

Existe um elemento importante da cultura popular haitiana que entra em conta aqui: é a importância do valor dinheiro aos olhos do camponês comum. No campo, o dinheiro é assimilado ao jeito citadino de viver. No campo, não se circula tanto dinheiro quanto na cidade. Portanto, o fato das mulheres trabalharem e ganharem o seu salário fora do trabalho no campo ou do comércio dos víveres nas feiras-uma atividade tipicamente feminina- controlado de certa forma pelo conjugue produtor possibilita um maior sentimento de autonomia nas mulheres e também nos adolescentes ou jovens adultos que trabalham na zona franca. Isso talvez não seja valido necessariamente para os habitantes de Ouanaminthe, acostumados a atravessar a fronteira para trabalhar contra remuneração que, aliás, segundo informaram várias pessoas, são minoritários na zona franca. No entanto, pessoas de várias regiões do país, sobretudo, do interior do Noroeste (departamento onde se encontra Ouanaminthe[127]), migraram na cidade para trabalhar na zona franca.

[127]Vide mapa em annexo

Assim, a circulação e manuseio do dinheiro próprio, sobretudo, no caso das mulheresfora do controle do marido, é um elemento importante a considerar na análise dos sentimentos das/os operárias/os a respeito do dono da zona franca. A possessão do dinheiro provindo do trabalho assalariado, minóritário no meio rural, independente do comércio de víveres confira um sentimento de poder às mulheres pauperizadas do campo e/ou migrantes nas cidades onde são implantadas as fábricas. Isso ainda mais no caso das mulheres solteiras encarregadas de filhos. É um processo contraditório onde o trabalho, apesar de ser árduo e precário, confere, porém a mãe abandonada pelo pai do filho o sentimento de reconquista de si e da vida com a possibilidade de cuidar do seu filho sem depender do pai. Assim, Jeannette declara ao ser questionanda sobre a contribuição financiera do ex-conjugue nos cuidados do filho: *"Quando eu vou ao trabalho, os vizinhos vão buscar o menino da escola para mim. O pai dele só paga a escola, depois eu tomo conta do meu filho totalmente"* (informação verbal, 2011).

É difícil traduzir o tom orgulhoso no qual essa frase foi dita por Jeannette. O sentimento de satisfação com o qual ela pode dizer que ela cuida sozinha do seu filho. Isso faz parte dessa cultura haitiana nascida com a resistência à escravidão, onde trabalhar para os seus é sinônimo de resistência, de heroísmo, isso, mesmo quando as condições de trabalho são precárias. O que importa é o objetivo do seu trabalho. Se você for trabalhar para cuidar dos seus filhos e dos seus pais ou irmãos, dos quais você é encarregada, as condições de trabalho parecem secundárias frente à utilidade do dinheiro ganhado, por menor que ele for. Conforme analisa Patricia Hill Collins (2000) no seu livro: "*Black feminist thought: Knowledge, Consciousnessand the politics of empowerment",* na leitura das afro-americanas, existe uma diferença entre o trabalho como "atividade instrumental" e o trabalho como uma coisa em si. Assim, ela cita o depoimento de uma afro-americanaMay Madison citada numa pesquisa realizada por John Gwaltney , onde esta explica a partir do seu ponto de vista de afro-descendente a diferença "positiva" entre a leitura do trabalho entre "brancos" e "negros":

> Uma diferença muito importante entre brancos e negros é que as pessoas brancas pensam que você *é* o seu trabalho... Agora, uma pessoa negra tem mais sentido do que isso, porque elasabe que o que estou fazendo não tem nada a ver com o que eu quero fazer ou o que eu faço quando eu estou fazendo por mim. Agora, as

> pessoas negras acham que meu trabalho é só o que tenho que fazer para conseguir o que quero[128](Gwaltney 1980,174 Apud Collins[129]) (grifos da autora)

E várias operárias confirmaram essa leitura afrocentrica ou instrumentalista do trabalho. Com efeito, quando perguntamos: "você gosta do seu trabalho na CODEVI?" tivemos respostas como as seguintes:

> "Não é por amor, é para as possibilidades. Para não fazer coisas erradas, você é obrigada a fazê-lo" (Annette, informação verbal, 2011)
>
> "Você não gosta dele, para poder, você não tem nada para fazer. Você não é paga direito". (Barbara[130], informação verbal, 2011)
>
> "Bom, eu, a razão pela qual estou fazendo este trabalhoé porque tenho dois filhos a cargo. Estou separada do pai deles, não vejo outra coisa a fazer. O comércio não rende, estou obrigada a vir trabalhar para cuidar das crianças. O pai deles só dá uma coisa para eles quando quer". (Carla[131], informação verbal, 2011)
>
> "Vim aqui por que minha mãe faleceu, meu pai faleceu. Somos três irmãos e sou a mais velha, sou obrigada a vir aqui.Mas, não estou fazendo nada aqui. Não é por que gosto do trabalho. Estou aqui para os meninos, para poder ajudá-los". (Denise[132], informação verbal, 2011)

Contudo, como isso pode ser lido, a utilidade deste trabalho não oculta aos olhos das operárias a sua natureza exploradora. No entanto, a própria intermediação hierárquica do trabalho oculta o rosto do capitalista ao trabalhador que vê nos intermediários e, sobretudo, nos mais próximos os seus verdadeiros exploradores. Quem pressiona para trabalhar e inspeciona o trabalho e contabiliza a produção, no caso, o supervisor e o gerente de produção são os que são considerados como "ladrões" e para com quem não existe nenhum tipo de romantização da relação de exploração. Isso, do ponto de

---

[128]One very important difference between white people and black people is that white people think you *are* your work…. Now, a black person has more sense than that because he knows that what I am doing doesn't have anything to do with what I want to do or what I do when I am doing for myself. Now, black people think that my work is just what I have to do to get what I want (Gwaltney 1980,174 Apud Collins, idem: 48)

[129] Op.cit. : 48

[130] Barbara, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

[131] Carla, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

[132] Denise, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn)

vista dos operários pagos por produção. Com efeito, isso é diferente no caso dos técnicos ou assalariados como o mostramos no item 2.3 (referente ao salário por tempo):

> Não, você não tem este direito [se reunir para discutir as condições de trabalho] Se você tiver que fazer 30 pacotes e não conseguiu, você receberá 900 gurdas. Se durante esta semana, o gerente quiser dar galinha paraa sua mulher, ele tem que pegar esse dinheiro de você. Você não entendeu o que eu estou lhe dizendo não? Isto quer dizer o que eles te pagam, você não pode falar nada, você tem que o aceitar. Agora se esse te deixa chateado, você vai ao sindicato, é o sindicato que pode advogar para você. Mas, você não pode falar nada. Se você falar, você fica e vê: "fulano passa na sala para assinar". Por quê? Você não sabe, assinar a sua demissão (Marie, informação verbal, 2011)

A galinha caipira ou a simples expressão "galinha" na cultura popular haitiana é considera, ou era considerada nas cidades haitianas, sobretudo Porto-Príncipe, como símbolo de prosperidade. No meio popular, antes da década de 90 erao frango industrializado vivo. Agora, em Porto-Príncipe, com a importação massiva de frangos importados congelados, no início dos Estados-Unidos e mais recentemente da República Dominicana, unicamente a galinha caipira em primeiro plano, ou a galinha industrializada viva abatida na hora em segundo plano, têm o prestígio associado à "galinha" nos meios populares haitianos. Mas, em Ouanaminthe- cidade transfronteiriça- com a proximidade com a República Dominicana, produtora de aves e seus derivados, o frangoabatido vivo é também bastante consumido na cidade. Contudo, ele continua sendo um " prato" chique, pelo menos o "comer galinha" é simbolicamente visto como tal. A "frase": "se ele quiser dar galinha para a sua mulher" é, portanto, um modo tradicional de dizer: "se ele decidir comer bem" , geralmente, no final de semana, isto é, no domingo. Assim, decidir comer bem passa pela mulher, que é considerada valorizada por ter um marido bem sucedido que lhe oferece galinha quando ela quiser. Portanto, podemos concluir que esse gerente ao qual se refere a nossa entrevista é muito provavelmente um haitiano, mas não temos certeza disso. Mas, o que importa considerar aquié tanto o poder do gerente de fábrica ao decidir o que será pago ou não ao trabalhador ou a trabalhadora como a repressão contra a expressão da revolta da/o operária/o contra a exploração.

A clara compreensão da exploração do trabalho atravessou todas as entrevistas realizadas durante a nossa pesquisa de campo. A percepção do papel da intermediação do

trabalho e do subarrendamento desta ultima pela existência deste processo impregnou também os depimentos dos operários e das operárias de modo geral. Essa intermediação é considerada como fonte da exploração independentemente da nacionalidade do intermediário. Embora, a intermediação dos haitianos provoca um sentimento de revolta maior, muito provavelmente pelo nacionalismo esperado deles pelas/os operárias/os haitianas/os. No entanto, a intermediação de primeiro grau realizada pelo dono da zona franca e os quadros superiores (diretor de operações, gerente geral etc...) é ocultada aos olhos do operário. As consequências desta visão alienada do processo de trabalho e do seu controle acarretam certa idealização da exploração e, portanto, a "feliz" colaboração das/os operadoras/os diretas/os na realização das metas e na relativa submissão ao reajuste constante das metas na zona franca.

Voltando ao trecho de entrevista anterior, a sala a qual se referiu a Marie diz respeito a sala de gestão dos Recursos Humanos, um degrau importante na escada hierárquica da própria fábrica na zona franca. Com efeito, na CODEVI, além dos controladores da produção e da qualidade existem a categoria dos responsáveis da gestão da relação entre a força de trabalho e seus fiscalizadores, sobretudo, os supervisores e gerentes: os funcionários dos Recursos Humanos. Os denominados Recursos Humanos cumprem o papel do Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST), responsável nacionalmente da administração das relações capital-trabalho no país. Apesar de não fazer parte da cadeia de produção, os gestores dos Recursos Humanos são responsáveis, na visão das/os operárias/os, da gestão da relação entre dominicanos e haitianos. São eles que corrigem ou legitimam o salário que, em última instancia, chega às mãos dos operários/do operário, sobretudo, no quadro de um conflito a respeito de alguma cobrança abusiva da falta ao trabalho. Portanto, esse setor é considerado como o setor que participa ou legitima no/o corte no décimo-terceiro salário e decide quanto vai finalmente ser entregue ao operário no caso duma demissão ou alguma saída voluntária da zona franca. E, logicamente, ao perguntarmos quem pega este dinheiro, a Marie foi direta:

> Os recursos humanos quepegam. Pois, quando você falta, você não veio trabalhar, Eles pegam esses 200 gurdas. Quem os pegou? Não é o patrão que pega não. Ele que pega. Ademais, o negócio de bater ponto, quando você entra no portão de manhã para bater ponto, você, às vezes, está tão preocupada, com pressa para ir

> fazer o pacote, você esquece e pode não ter tempo de bater o ponto. Você esquece e na sua pressa não teve tempo de batê-lo. E aí, você está aí e de repente chega o pessoal dos recursos humanos perto de você. Eles falam: "Fulana você não bateu o ponto" você fala: não. Bom, 200 gurdas do seu salário. Eles descontam 200 gurdas de você! (Informação verbal, 2011)

Como tínhamos sublinhado anteriormente, a cobrança desses 200 gurdas resulta para o operário/a operária numa perda de dinheiro que, em termos gerais, ele/ela não recebe pela semana regular de trabalho. Um roubo simples legitimado pela própria hierarquização das relações de trabalho. Com efeito, o "preço" de uma semana "normal" sem metas é de 963 gurdas. Desta maneira, percebe o nível de arbitrariedade tanto das relações de trabalho como da sua gestão e quão hierárquicas são as relações entre o operário comum e o técnico ou assalariado da fábrica. Esse clima de subalternização dos operários/das operárias a todos os outros trabalhadores da zona franca alimenta esse sentimento de ser favorecido tanto pela presença da zona franca na região como pelo fato de trabalhar nela.

Na sala dos Recursos Humanos são decididas e assinadas as demissões entre outras funções. Também é considerado pelas/os operárias/os como o primeiro recurso contra os abusos dos supervisores:

> Quando você falta, eles cortam do salário mínimo. Eles te pagam o que eles bem querem. O que é mau pode tirar um monte de dinheiro e te paga 400 gurdas. Mas, aquele que não é mal pode tirar uma pequena porcentagem e te paga o resto. Quando isso acontece você não pode fazer nada. Você vai à sala de graça. Eles te falam: "senhora volta para o seu trabalho.(Annette, informação verbal, 2011)

Na sala de gestão dos Recursos Humanosé regido sutilmente o ritmo intensivo do trabalho, e legitimada a arbitrariedade dos supervisores e gerentes de fábrica. Cada fábrica tem a sua própria sala dos Recursos Humanos. Esses funcionários são geralmente haitianos, "negros" que morram na República Dominicana, do outro lado da fronteira e que a atravessam toda manhã para vir trabalhar. Eles falam perfeitamente o espanhol e são mais devedores da República Dominicana do que do Haiti e ainda mais dos patrões dominicanos do que as operárias haitianas. Portanto, aqui, mais uma vez, é percebido o caráter paternalista da relação entre operários e supervisores e com os "superiores" em geral. E isso é mais visível quando se trata do patrão da CODEVI e da sede do grupo M em Santiago. O fato dos funcionários dos Recursos Humanos serem aparentemente haitianos pela cor da

sua pele- pois podem ter se naturalizado na República Dominicana- cria expectativas de solidariedade nacional racial que, geralmente, são frustradas na hora dos conflitos internos do trabalho, ou seja, conflitos entre operários e supervisores por exemplo, sobretudo, quando estes são internacionais. Pois, os conflitos de maior grau entre a CODEVI e as/os operárias/os são regidos pelo *bureau* do MAST localizado em Ouanaminthe.

Dando mais uma vez a palavra às operárias:

> É o pessoal dos recursos humanos mesmo. Os próprios haitianos como você. Mais ainda, haitianos como você! E, demais os dominicanos, eles até onde eles estão quando eles te dão um serviço, na verdade, eles te pagam. Mas são os próprios haitianos que te enganam. Os haitianos iguais a você que te exploram. Bom, tem alguns coordenadores dominicanos na hora que eles te dão um serviço para fazer para 5gurdas. Não precisaficar com medo, mas o haitiano, se ele te dá um serviço para 5 gurdas pode ficar tranquilo , ele vai te pagar 2 gurdas e meio. Isso é ruim!É ruim mesmo! ! Eu, o pessoal dos recursos humanos não gosta de mim [...]".(Marie, informação verbal, 2011)

> Quando me atraso, eles me chamam para assinar. Às vezes, estou doente, eles me mandam embora. E, trago o atestado médico, e eles me dão uma licença de 3, 4 dias. Quando volto, eles passam o holerite para mim, eles não colocam o dinheiro para mim. Agora, você vai nos recursos humanos, quando você chega lá. Ele te fala: "você ainda não recebeu o seu salário e você diz queestá faltando dinheiro". Na sexta-feira, você acha que vai receber o seu dinheiro para pagar as refeições. Você não consegue pagar o sol e outras coisas, o dinheiro não entrou. Esse dinheiro, a companhia o mandou, eles pegam esse dinheiro e o embolsam. Mesmo quando são eles que te mandam embora, eles não te pagam. (Jeanne[133], informação verbal, 2011)

Assim, o papel dos gestores humanos é de fundamental importância no exercício do poder de controle das operárias. Pois, afinal de conta, eles decidem sobre o futuro delas na zona franca e pontualmente sobre o seu pagamento ou envio para casa por motivo de doenças. A escolha de pessoas haitianas para este trabalho é de uma genialidade extrema. Isso expressa a intencionalidade capitalista de controlar totalmentea força de trabalho e, talvez não tão intencionalmente,no nosso caso, de alienálo dentro e fora da cadeia de produção. Com efeito, o emprego exclusivo de haitianos para trabalhar na gestão de recursos humanos produz pelo menos dois sentimentos contraditórios nos/nas

[133] Jeanne, (nome fictício) Entrevista coletiva I [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (2 horas20 mn)

operárias/os: a esperança de ser bem tratada/tratado por um compatriota e o revoltante e triste desapontamento ao ser oprimido friamente pelo "compatriota" unicamente pago para se preocupar com os interesses do seu patrão e por extensão dos seus como individuo independentemente da sua nacionalidade, ou da sua cor de pele e/ou "raça".

A intermediação hierárquica do trabalho acarreta, em si, as bases da dominação sexoespecifica da operária, ou seja, da sua opressão por ela ser mulher. Ela propicia varias formas de abuso, a legitimação do assedio sexual contra as mulheres, além da "prostituição" da mulher como estratégia de sobrevivência dentro deste sistema. Isso, desde a busca do emprego até a permanência nele depois da contratação. Com efeito, o regimento autoritário do trabalho do operário, mediado pela intermediação do trabalho começa com o processo de contratação. Com efeito, para entrar na fábrica e poder fazer o teste de aptidão, os pretendentes e as pretendentes ao emprego precisam ficar nas filas. E esse processo pode levar vários dias ou semanas até ele/ela conseguir entrar na zona franca para se candidatar ao posto. Durante este tempo, começa o processo de preparação da mulher operária a submissão à prostituição e ao silencio em nome da permanecia no posto. Neste processo, entram em ação os vigilantes estabelecidos nos portões da zona franca. Com efeito, estes, durante uma entrevista concedida a nós durante a nossa pesquisa de campo, consideram os operários como instrumentos de trabalho a ser domados (sem pancada) em caso de indisciplina, falta de respeito e/ou roubo, destruição de material de trabalho. No entanto, a visão do operário como subalterno permeou a nossa breve entrevista com o vigilante haitiano:

> O nosso papel é vigiar quem entra ilegalmente aqui. Temos a responsabilidade pelos operários. **Vigiamos para ter boas relações entre os operários, pois eles são um monte de haitianos que trabalham conosco. E a nossa relação é boa até o momento onde o operário para de se comportar bem.** Se o operário faz coisas erradas como: roubo falta de respeito ao supervisorxinga o chefe. O vigilante pode ser chamado para domá-los, mas sem pancada. Sem a gente, não tem nada. Tudo que tem ai dentro é da nossa responsabilidade. Aqui, na CODEVI não tem pancada. A CODEVI não é ruim. Se o salário não convém é o estado que não o ajusta. E a própria pessoa que tem o problema. Nada basta para eles. (Vigilante haitiano[134], informação verbal, 2011)

[134] Entrevista informal não gravada mas anotada realizada na entrada da zona franca no primeiro dia do inicio da nossa pesquisa de campo em dezembro de 2011 em Ouanaminthe.

Neste curto parágrafo, podemos compreender vários elementos.

- Em primeiro lugar, o operário/a operária é visto/vista como um instrumento de trabalho, externo, que produz e ganha segundo, a sua capacidade, sobretudo, sua rapidez.
- Em segundo lugar, ele é, conforme explicamos no parágrafo anterior, um/uma subalterno/subalterna, o/a qual, às vezes, precisa ser domado/domada. Dentro deste contexto, a dominação sexual, machista é de fundamental importância nas relações hierárquicas neocoloniais de trabalho.
- Em terceiro lugar, o/a operário/operária é insatisfeito/a e reclama por que gosta de reclamar, mas a remuneração em si não é ruim; Se não procure o Estado: uma reprodução fiel da visão neoliberal de criminalização do Estado e de "parabenização" do dito setor privado por criador de empregos.

O mesmo "sentimento" paternalista autoritário, a respeito do operário e mais acirrado para as operárias, impregna tanto o discurso como as próprias relações de trabalho. Contudo, o machismo e a coisificação do corpo das mulheres pauperizadas permite que já ao tentar entrar na zona franca para fazer os testes, estas são submetidas ao assédio sexual dos próprios vigilantes. Conforme relata uma das nossas entrevistadas, as operárias, às vezes se resignam a entrar na zona franca, para fazer o teste, mediante a ajuda comprada de um vigilante pelo preço do sexo:

> Não, por enquanto pararam, pois, daqui há pouco, são as férias. Só no mês de dezembro, pois todos entrarão em férias, eles não contratam. Depois, de janeiro até novembro todos os dias. Cada dia tem gente em pé acima da ponte. As vezes, você quer entrar para trabalhar, você não consegue. Você só entra no empurrão. Tem deles que deixam as suas casas as 4 horas da manhã para conseguirem as primeiras vagas, entendeu? Na frente. Às vezes, cheguei depois de você, quero entrar, preciso do emprego e dai empurro você do outro lado lá na frente e tomo o seu lugar. Enquanto você nem dormiu para segurar a vaga. Mal sorte sua ainda, você não passa no teste. Os próprios vigilantes da zona franca, têm costume de falar para as mulheres: "Bom, vou ajudar vocês a entrarem mais rápido, fiquem comigo". E você coitada, você não sabe, as moças da CODEVI estão sofrendo pra caramba. Pois, o vigilante fala para você assim.... Às vezes, você vem uma semana, duas semanas e nada e o vigilante lhe diz: "Oh querida, as coisas não são desse jeito na CODEVI não, você me dá e eu te dou" Agora, você precisa do emprego. Você fala ah é?!!!! é assim, Então tá, me encontra em tal horário, em tal lugar e dai ele transa com você .(Marie, informação verbal, 2011)

Contudo, o vigilante, apesar da sua autoimagem realçada pelo machismo e o seu posto de guardião dos bens na zona franca, não pode usar nenhum tipo de influência para colocar todas essas mulheres ou aquelas que aceitam a sua oferta para trabalhar na zona franca:

> Gente, as mulheres sofrem mais do que os homens lá dentro. É assim, na hora da contratação, os homens quando chegam para se inscrever, rapidamente ele pode ser contratado. Mas, a mulher, às vezes tem mulheres que chegam para se inscrever e são contratadas rapidamente também. Mas, tem várias mulheres que você vê lá dentro: elas venderam o seu corpo. Elas deitam com os vigilantes só para poder entrar e se inscrever. E você falha na prova, eles não podem fazer nada para você. Sim, você terá que fazer prova de matemática. Tem gente que tira zero para a matemática, eles não vão te contratar. Você falha, embora o vigilante ter [cochicho] deitado com você, você conseguiu entrar para fazer a prova, mas você falhou. E ele não pode fazer nada para você. Ele não pode fazer nada para você não. Agora, a pessoa desperdiçou você por nada. Essas coisas são erradas. Umas misérias que as mulheres estão vivendo lá. (Marie, informação verbal, 2011)

A existência de tais práticas é comum nesses tipos de empresa. Durante o nosso trabalho como assistente social entre 2003 e 2005 enquanto interveniente feminista, tivemos conhecimento de vários casos de mulheres estupradas ou abusadas por vigilantes do parque industrial de Porto-Príncipe no processo de busca de emprego nas fábricas. Tais práticas participam do processo de controle total das operárias propiciadas por esse sistema capitalista. Um sistema que em si carrega formas anteriores de opressão, como o machismo, o racismo, entre outras, para as necessidades da reprodução do capital. Na escala hierárquica existente na CODEVI, a operáriasem qualificação está no último degrau. E essa localização traz as marcas dosistema, tais como a forma de violência sexual expressada no assédio sexual e no uso do corpo das mulheres como moeda de troca, tanto para a entrada na zona franca, como para a concessão de horas extras pagas reais ou não ou para a permanência tranquila no emprego.

A costura simples é considerada como trabalho feminino por definição, e, conforme a divisão sexual hierárquica do trabalho, portanto desvalorizada. A consequente desqualificação das tarefas da simples operária: a costureira é típica do capital enquanto modo de controle na contemporaneidade. Tal contemporaneidade é atravessada pelas

contradições inerentes ao capital como modo de controle, tais como o gênero, a "raça", a etnia ou nacionalidade, além da própria "relação-capital". Estes, indispensáveis a própria reprodução-expansão da relação-capital. Com efeito, como o analisa Meszáros em Para além do capital:

> Em seu conjunto, este sistema não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária imposta sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema. [..] a estrutura de controle do capital, sempre muito hierárquica (ainda que historicamente mutável em sua forma) é a consequência inevitável da determinação incorrigível do sistema do capital como um sistema de relações de poder antagônicas, em que o poder de controle está inteiramente separado dos produtores e cruelmente imposto sobre eles. (Meszáros, 2002: 268-269)

Neste trecho da análise de Meszáros, encontramos uma síntese altamente explicativa das relações hierárquicas de poder entre as operárias e seus intermediários. No entanto, a pertinência deste trecho só se vislumbra por completo quando confrontada com a realidade da visão do patrão pela/o operária/o como sendo um benfeitor, inocente. Com efeito, o sistema de controle, literalmente, pela separação do produtor com a produção como sistema, produz em si todas as outras formas de alienação inerentes a esse sistema. Entre estas, a ocultação do verdadeiro capitalista plenamente desenvolvida no taylorismo-fordismo, na sua mais perfeita mediação, ou seja, o salário por peça. Este, pela interpenetração da opressão e da exploração por ele propiciada, possui ontologicamente os traços deste modo de controle-o sistema do capital- que faz das mulheres operárias, sobretudo, das racializadas, as ferramentas por excelência para a sua reprodução exponencial. Com efeito, o poder de controle do capital, como tentamos demonstrá-lo aqui, através dos relatos das operárias, apropria-se das relações patriarcais dominantes para coisificar as mulheres e extrair delas todo que faz delas seres humanos independentes da sua sexualidade. Portanto, o controle do corpo das mulheres operárias haitianas na CODEVI, mediada pela intermediação complexa do trabalho na zona franca, produz uma cerca em redor destas que as preparam para aceitarem as precárias condições de trabalho e, pior ainda, a se venderem para permanecer no emprego e arcar as exigências da própria

sobrevivência no trabalho na CODEVI, como pagar as refeições, pagar o *sol* e guardar dinheiro através do plano de poupança da CODEVI.

Esta hierarquização do trabalho típica do capital enquanto modo de controle funciona tanto no horizontal como na vertical. Em outros termos, além de refletir o controle do capital sobre o trabalho nas suas distintas personificações, o controle e a alienação consubstanciais a ele imperam nas relações entre operários e operárias. Isso, através do machismo propiciando uma exploração acirrada do trabalho feminino pela desvalorização do trabalho dito feminino e a consequente colocação das mulheres nos postos de trabalho ditos femininos, portanto, muito mais precários. Contudo, no caso da CODEVI, como tentou demonstrar o diretor das operações, não existe diferença salarial formal entre os operários, pois, as metas são programadas para que todos ganhem o mesmo.

Neste caso, como se operacionaliza a subalternização do trabalho das mulheres em relação ao trabalho dos homens? Visto que é inconcebível uma produção capital isenta de machismo ou de racismo ou de qualquer tipo de relação de poder cabível no seu meio de implantação numa época dada e que possa participar da reprodução ampliada do capital. Contudo, longe de qualquer intenção de provar qualquer "teoria", a realidade do trabalho na zona franca captada durante e depois da pesquisa de campo nos impõe a necessidade de analisar a divisão sexual hierárquica do trabalho presente na CODEVI. Trata-se de identificar e analisar, mais uma vez, peculiaridades da realidade haitiana, embora, inserida em um processo de produção/reprodução mundializada ou transnacional. Este constitui o objeto do próximo capítulo intitulado: "a hierarquização étnico-nacional e sexual das relações de trabalho como mediação da precarização do trabalho".

Capitulo III- A HIERARQUIZAÇÃO ETNO-NACIONAL E SEXUAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO MEDIAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Neste capitulo, pretendemos atentar para a chamada hierarquização etno-nacional-racial do trabalho nas fábricas. Isto no propósito de aprofundar a análise das relações de trabalho na zona franca dando destaque aos depoimentos das/os próprias/os trabalhadoras/res. A nossa hipótese é que a divisão sexual do trabalho na zona franca obedece a mais de uma relação de opressão por se tratar de operárias racializadas dentro duma fabrica localizada na periferia do grande capital, ainda mais no Haiti. Com efeito, a simples dicotomia homem/mulher, como base sóciobiológica da hierarquização do trabalho, não pode dar conta da realidade do trabalho das operárias "negras" haitianas. Além do mais, dentro da divisão etno-racial e sexual do trabalho existem subdivisões dentro das fábricas conforme o ramo de produção têxtil ou de calçados, leve (roupas intimas) ou pesada (calças, camisas), servindo na regulação da intensidade do ritmo do trabalho.

3.1 A hierarquização sexual-nacional-racial do trabalho: submediação do controle total

Na literatura feminista crítica ou marxista, é quase consenso, que analisar a divisão sexual do trabalho vai muito além da descrição das diferenças entre as funções masculinas e as funções femininas na indústria ou na produção/reprodução. Souza Loubo (2011:55) afirma:

> [...] a determinação do "melhor trabalhador" significa [...] explicitar os critérios que diferenciam trabalhos de homens e trabalhos de mulheres na indústria. Mas a determinação do "sexo do trabalho" não se esgota no conteúdo diferente dos trabalhos realizados, mas em relações assimétricas no nível da hierarquia, da qualificação, da carreira ou do salário (Humphrey, 1984)

Para Daniele Kergoat (2000: 40):

> A expressão "divisão sexual do trabalho" tem significados muito diferentes e não faz senão retornar muitas vezes à uma abordagem descritiva. Certamente, tem sido e continua a ser essencial (por exemplo, a construção de indicadores homens/mulheres é uma verdadeira questão política em França). Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho, é ir bem além da simples constatação da desigualdade: É articular essa descrição da realidade com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade usa esta diferença para hierarquizar as atividades[135].

Na leitura de Claudia Mazzei Nogueira (2006: 28)

> Discorrer sobre a divisão sexual do trabalho é muito mais do que constatar a presença das diferenças entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. Em grande medida, é articular uma análise do real com uma reflexão sobre o processo, ou seja, o conjunto de elementos existentes nas especificidades de gênero e utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações

[135]L'expression « division sexuelle du travail » a des acceptions très différentes et ne fait que renvoyer trop souvent à une approche descriptive. Certes, celle-ci a été et reste indispensable (par exemple, la construction d'indicateurs hommes/femmes est un véritable enjeu politique en France). Mais parler en termes de division sexuelle du travail, c'est aller bien au-delà du simple constat d'inégalités : c'est articuler cette description du réel avec une réflexion sur les processus par lesquels la société utilise cette différence pour hiérarchiser les activités (Kergoat, 2000 : 40).

> de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal

Assim, outro elemento importante comum à essa leitura é o fato da diferenciação segundo o sexo começar na família patriarcal ou monogâmica, espaço de conflito entre o homem e a mulher, com o homem exercitando o poder nesta relação legitimada pela sociedade, de forma geral, e necessária à reprodução ampliada do capital. A família confina as mulheres nas tarefas domésticas, que são desvalorizadas e consideradas improdutivas. A inserção das mulheres na esfera dita produtiva é feita conforme a lógica "improdutiva" do trabalho doméstico. O seu trabalho é considerado de menor qualidade, e, portanto, é sub-pago. Quando uma função considerada masculina passa a ser exercida por mulheres, seu valor é feminizado, o que faz com que a função passe a ser considerada de "menor qualidade" e, consequentemente, seu preço é ajustado ao sexo da trabalhadora. O salário pago às mulheres é sempre visto como complementar e seu trabalho supérfluo, uma vez que, a trabalhadora é vista como uma mulher de família, dona de casa que sai provisória ou desnecessariamente do seu lar para trabalhar. Mesmo na contemporaneidade, essa logica atravessa a feminização maciça do trabalho precarizado e flexibilizado.

No entanto, a aplicação dessa analise da divisão sexual do trabalho à realidade das mulheres " negras" sem as devidas mediações, pode ser problemática, de modo geral e, no caso das operárias da CODEVI, em particular. A leitura das funções ditas femininas e/ou a realidade da família patriarcal ou monogâmica como espaço de exercício do poder masculino em oposição à submissão "programada" da dona de casa confinada ao seu lar antes da sua inserção igualmente subalternizada na indústria precisa ser ontologicamente situada. Tal leitura é histórica e politicamente difícil de ser "aplicada" de forma concreta às mulheres "negras", apesar da sua contundente pertinência para uma análise universal da condição das mulheres trabalhadoras como um todo. O que, aliás, explica a falta de centralidade duma categoria como patriarcado nas nossas análises pelo quadro histórico que produziu o homem "negro" e a mulher negra. O que deu lugar a uma mulher fortemente presente nas suas famílias não como ajudantes do homem mas, como chefes de família, centrais ao longo da historia das afrodescendentes nas antigas colônias de exploração e na contemporaneidade. Com efeito, como tem destacado tanto Cazel Harzby como Patricia

Hill Collins nas suas analises, conceitos como o de “patriarcado”, e, portanto o de “família” e de “dependência” são problemáticos ao se levar em conta a realidade das mulheres “negras” descendentes de escravizados. Visto que as suas praticas de sobrevivência foram se construindo em contraponto a essas categorias bem estabelecidas em sociedades “brancas”. Como destaca Carby Hazel (2008: 90):

> Três conceitos centrais na teoria feminista se tornam problemáticos quando são aplicados às vidas das mulheres negras: ”a família”, “o patriarcado” e a “reprodução”. Quando esses conceitos são utilizados, eles são adaptados ao contexto da historia[136] das mulheres brancas (na maioria dos casos burguesas) ou, tornam-se contraditórios no momento que são aplicados às vidas e às experiências das mulheres Negras. O uso do conceito de “ dependência” é também problemático para as feministas Negras. Pensava-se que esse conceito associava “a organização material do lar” e “a ideologia da feminidade”. Como então podemos dar conta das situações onde as mulheres negras são chefes de família? Ou ainda, tendo em conta o sistema econômico que mantém um alto nível de desemprego entre os homens negros, como dar conta de que as mulheres negras não são financeiramente dependentes de um homem negro? Essas condições existem tanto na situação colonial como na situação metropolitana.

Podemos afirmar que essas situações existem na contemporaneidade dos países onde morram descendentes de escravizados/as tais como Brasil e particularmente nos bairros ditos de “negros” onde a mulher “negra” continua sendo a figura predominante da sua família, formando assim uma família “negra” com traços históricos pos-colonias que a distinguam nitidamente das famílias tradicionais “brancas”. Destarte, a divisão sexual e social do trabalho não é entendida aqui no sentido tradicional do termo, pois, quando referimo-nos às mulheres “negras” escravizadas, e às suas descendentes, a categoria divisão sexual e social do trabalho precisa ser reconceitualizada ou contextualizada. Além domais, a realidade da escravidão colocou aa mulheres “negras” como trabalhadoras ao desembarcar dos negreiros. As mulheres Negras sempre trabalharam “fora de casa. Portanto, como destaca com propriedade Angela Davis (2007), em seu livro: *Femmes, race et classe*, a historia das mulheres “Negras” tem que ser “contada” a partir do seu estatuto de trabalhadora e, diríamos de sustentadora, chefe de família. Nas suas palavras:

[136] No texto original, a autora de língua inglesa utiliza o termo « Herstory ». É “um modo irônico das feministas de língua inglesa de apropriar-se da historia” (Ibid: 88) (HISstory). Tentamos dar conta disso colocando um grande a no final da palavra historia.

> As mulheres negras foram sempre mais numerosas a trabalharem fora do que as suas irmãs brancas. Para elas, a atual importância do trabalho decorre de uma estrutura estabelecida desde o inicio da escravidão. O trabalho forçado eclipsava todos os outros aspectos da sua vida. É, portanto através do seu papel de trabalhadora que a sua historia deve ser abordada. O sistema escravocrata considerava os Negros como uma mercadoria humana. Visto que as mulheres eram consideradas como unidades de trabalho produtoras de lucro ao mesmo título que os homens, os seus proprietários não faziam nenhuma diferença entre os sexos.(grifo nosso) (DAVIS, 2007:10)

Angela Davis, com propriedade, destrona o mito da condição feminina universal e confirma a peculiaridade da "condição feminina" das descendentes de escravizadas em geral, justificando portanto, a necessária localização onto-epistêmica de qualquer pesquisa sobre/com trabalhadoras "negras". A inserção das mulheres "negras" no sistema capitalista não fez nada além do que formalizar, repadronizar, segundo o formato da sociedade de produção de mercadorias, o seu estatuto de trabalhadora adquirido ao desembarcar dos negreiros na América Latina. Este novo estatuto continua acarretando os marcos da subalternização racializada destas mulheres, fazendo, deste modo, da exploração do seu trabalho uma das mais precárias junto a outras mulheres racializadas fora ou dentro do próprio centro do grande capital. Desta maneira, o estatuto de trabalhadora superexplorada contribui para explicar as especificidades das famílias dos/das afrodescendentes que, para serem realmente estudadas, precisam dessa contextualização e não de um mero ajustamento ao padrão "branco" de família ou de patriarcado para forçá-las a caber no modelo analítico dominante. A esse respeito, Patricia Hill Collins[137], analisando a concreta realidade das mulheres "negras" africano-americanas, ressalta:

> Dois elementos da família tradicional ideal são especialmente problemáticos para mulheres afro-americanas. Primeiro, a divisão assumida entre a esfera "pública" de emprego remunerado e a esfera "privada" das responsabilidades familiares não pagas nunca trabalhou para as mulheres Negras dos EUA. Sob a escravidão, mulheres Negras dos EUA trabalhavam sem salário na suposta esfera pública da agricultura do Sul e teve a privacidade da sua família rotineiramente violada. Em segundo lugar, o binário público/privado, separando o agregado familiar do mercado de trabalho remunerado é fundamental na explicação da ideologia de gênero dos EUA. Se um pressupõe que verdadeiros homens trabalham e mulheres reais cuidam de suas famílias, os afro-americanos sofrem de ideias deficientes sobre gênero. Em particular, as mulheres Negras se tornam menos femininas,

[137] Idem: 47

> porque elas trabalham fora de casa, trabalham para um salário e assim competem com os homens, e seu trabalho as leva longe de seus filhos[138]

Apesar das diferenças relativas aos processos nacionais de ruptura com a escravidão e a colonização, além dos desdobramentos históricos pós-coloniais, cujas consequências definem a condição feminina em cada formação social, a história comum das descendentes de escravizadas e escravizados, nos permite estender a análise de Patrícia Hill Collins à realidade das operárias "negras" haitianas da CODEVI. Nisso, entendemos que, ao analisar a divisão sexual do trabalho na zona franca, devemos excluir toda tentativa de dividir o trabalho na fábrica do trabalho "em casa", ou de supor que, dentro da fábrica, a divisão sexual do trabalho obedece a pressupostos unicamente machistas e/ou capitalistas. Com efeito, a divisão sexual do trabalho na fábrica é diferente conforme a nacionalidade e/ou cor da pele. Destarte, a divisão sexual do trabalho na zona franca vai além da divisão sócio-biólogica homem e mulher, pois, estende-se, também, à nacionalidade da mulher trabalhadora, sua etnia ou cor. Sem querer adentrar num debate sobre o que é "branco" ou não,- os dominicanos, de modo geral, são mestiços frutos da miscigenação dominicana entre indígenas e espanhóis, o que, em geral, não ocorreu no Haiti[139]. Portanto, quando referimo-nos a etnia ou cor da pele queremos destacar esse elemento.

Destarte, a análise da hierarquização sexual do trabalho na CODEVI está longe de ser binária (homem/mulher ou privado/público), pois, nela, a realidade do trabalho é atravessada por diversas relações de poder antagônicas (classe, nacionalidade, "raça", sexo). Essas contradições inferem na hierarquização sexual do trabalho. Assim, a análise desta hierarquização sexual do trabalho não pode se remeter a um ou dois elementos do que Heleieth Saffioti denomina de nó ontológico. No seu dizer:

[Tradução livre][138]Two elements of the traditional family ideal are especially problematic for african-american women. First, the assumed split between the "public" sphere of paid employment and the "private" sphere of unpaid family responsibilities has never worked for US black women. Under slavery, US black women worked without pay in the allegedly public sphere of southern agriculture and had their family privacy routinely violated. Second, the public/private binary separating the family household from the paid labor market is fundamental in explaining U.S gender ideology. If one assumes that real men work and real women take care of families, the African-Americans suffer from deficient ideas concerning gender. In particular, Black women become less feminine, because they work outside the home, work for pay and thus compete with men, and their work take them away from their children. (Collins, 2000: 47)

[139] Na análise da hierarquização nacional-racial do trabalho, examinaremos melhor esta questão.

> O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória. Não é possível pensar o econômico desvinculado do político, e o próprio Marx foi explícito a este respeito. Enquanto a dimensão política de uma classe social não for constituída, ela não é verdadeiramente uma classe capaz de lutar por seus interesses. (SAFIOTTI, 2003: 73)

Com efeito, a interseccionalidade desta relação no trabalho fabril na CODEVI precisa ser ressaltada no intuito de dar conta do seu verdadeiro caráter e, sobretudo, o seu significado real para as operárias e a reprodução do projeto neocolonial-racista-machista na contemporaneidade haitiana. Não se pode, neste quadro, pensar a divisão sexual, patriarcal do trabalho desvinculado da racial-nacional com a visão do capital enquanto relação social como modo de controle e "modelador" do processo de trabalho na sua totalidade.

Ao entrevistar o diretor das operações, perguntamos:

> **A CODEVI tem alguma preferência para o trabalho das mulheres ou dos homens em comparação à sua respectiva produtividade? Tem um sexo que produz mais?**

Ele respondeu:

> Eu prefiro que sejam casadas por que têm uma responsabilidade. Não estou falando como empregador, para mim pessoalmente, quando um homem ou uma mulher são casados eles são mais responsáveis. O sexo do trabalhador não é determinante. O nosso questionário não pede o sexo, pois, tem a possibilidade da pessoa ser homossexual. Por esta razão, não pedimos o sexo do candidato"(M. TORRES, informação verbal, 2011)

Mais responsáveis com quem o quê? Para consigo mesmo ou para com o seu trabalho precário, mas, necessário para a sobrevivência de filhos e de familiares? É importante frisar que o uso do termo casada/casado diz respeito principalmente ao fato de ser encarregado/encarregada duma família com filhos. O que torna indispensável o salário para a trabalhadora que, no caso haitiano, pode ser homem ou mulher. Essa responsabilidade contribui, também, com o aumento proposital da intensidade do trabalho pela/o própria/o trabalhadora/dor paga/o por peça. Visto que se acredita que quem é mais rápido, quem tem capacidade de trabalhar mais acaba ganhando mais como demonstramos

na análise da mediação do salário por peça para o controle total das operárias. Portanto, a responsabilidade dos operários/das operárias propicia o aumento da produtividade da zona franca ao passo que os/as incentiva a prolongar propositalmente o seu dia de trabalho para ganhar mais. Isso, às vezes, implica também na voluntária exposição a riscos de infeção urinária, por parte das operárias, por reterem a urina somente para não "perder tempo". Jeannette é mãe solteira e cuida quase que sozinha das despesas do seu filho. Ela ilustra para nós perfeitamente o que significa ser responsável para com a CODEVI para as necessidades dos seus:

Você tem costume de chegar atrasada no trabalho?

> Não nunca cheguei atrasada. Não, tem momento que chego às 4:30. Quando eles me pedem para adiantar o trabalho, só eu quem tenho que entrar o trabalho. O horário do trabalho no papel é entre 6:15 e 4:30. O horário é as 6:30, mas tem trabalho, você vai antes da hora para poder fazer mais. Chego cedo para poder fazer mais trabalho, saio mais tarde para poder fazer mais trabalho. *(*Jeannette, informação verbal, 2011)

Você termina todo dia as 5:30?

> Não neste momento, no mês de dezembro. Fico mais tarde porque tem uma quantidade de trabalho a fornecer, tem uma meta para fornecer. Fico para avançar. Sou eu quem entro o trabalho, para poder começar e passar para frente .(Jeannette, informação verbal, 2011)

Você faz o quê na CODEVI?

Jeannette: "*Costuro a cabeceira de anágua na fábrica OM1*".

Em outros momentos, Jeannette afirma:

> Eu não fico passeando nas outras equipes, fico na minha equipe. Eu, quando tenho trabalho, até para urinar nem levanto. Fico sentada trabalhando fazendo o que tenho que fazer, quando chega o horário do almoço me levanto (informação verbal, 2011)

Esta situação demostra como a necessidade de produzir mais, para ganhar mais fica prioritário para a operária do que a sua saùde. Uma necessidade posta pela alta intensidade do trabalhonas fábricas de eças mais leves como as anáguas consideradas mais

leves por não exigir muita força física. Destarte, a preferência para casadas/os responsáveis permite entender porque formalmente não tem discriminação segundo o sexo na hora da contratação, ainda mais contra gestantes. Visto que, quanto mais responsável, melhor o rendimento. O que foi-nos explicado pelo industrial dominicano no trecho citado acima nos permite afirmar que a contratação é, teoricamente, democrática. O próprio formulário não coleta dados específicos sobre o sexo[140]dos contratados. Contudo, apesar da preferência implícita do industrial por mulheres, ainda mais casadas, ele afirma:

> Não temos preferencia. Porém as mulheres são mais delicadas, mais atenciosas, cuidadosas no seu trabalho. Aqui tem operários como operarias muito bom, 100 % eficientes. Para mim, não tem diferença entre os dois sexos. Sim, as mulheres são mais atenciosas, mais delicadas no seu trabalho, mas, para mim não tenho preferencia. (M. TORRES, informação verbal, 2011)

Deste modo, ao mesmo tempo em que está sendo afirmada a preferencia pelas qualidades femininas- em geral não registradas como qualificações profissionais[141]- que as qualificam/legitimam para as seções onde a intensidade do trabalho é mais alta, está sendo reforçada a ideia segundo aqual a contratação é democratica. Reforçando as nossas análises, esse trecho justifica a de Patricia Hill Collins (2000) que mostra como os "negros" se explicam o trabalho e, por extensão, por que os haitianos são conhecidos como trabalhadores eficientes e, como o fato delas/deles serem casadas/dos os/as tornam mais responsáveis do ponto de vista do patrão. Tanto os operários como as operárias são 100% eficientes para a produção do lucro do grupo M. Mas, sabendo que as mulheres são majoritárias, podemos afirmar que as casadas ou mães são mais responsáveis e eficientes. Assim, podemos deduzir da fala do industrial que a superexploração do trabalho na CODEVI é certa e produz lucros significativos. A CODEVI é efetivamente um negocio capitalista e não uma empresa humanitária. Destarte, entende-se que, apesar do desejo do grupo M "de ajudar" o Haiti, a CODEVI é um negócio em busca de lucro e que, a partir do

[140] O motivo para isso, tal como foi colocado pelo industrial, não é valido. Visto que o homossexual não é homossexual por que não quer ser considerado como sendo do seu sexo visível. Ele é ou quer ser tratado como tal por que ele ama pessoas do mesmo sexo e não quer ser considerado doente ou imoral para isso. Desse modo, essa justificação valeria mais no caso dos transexuais, mas não obrigatoriamente no caso dos homossexuais.

[141] Helena HIRATA (1995) faz referencia a esta questão no seu artigo citado neste trabalho e nas suas referencias bibliograficas. Mais afrente nos detemos neste aspecto da divisão sexual hierarquica do trabalho.

momento que a taxa da mais-valia ali produzida se reduzir, ela será deslocada para um local mais propício à acumulação.

Aliás, como explicamos na problematização do nosso objeto de estudo a própria busca do Haiti para a implantação de zonas francas, por industriais dominicanos, se deu, entre outros, pelo motivo da produtividade, ou seja, da taxa de mais-valia diminuir na República Dominicana. Apesar de isso ter causado, como destaca o próprio industrial, o desemprego no seu próprio país:

> E para os países como República Dominicana, o Haiti quase, toda a América Central e a América do Sul, é um setor que ajuda muito as pessoas. Por que se as zonas francas não existem, por exemplo, na República Dominicana para o mesmo nível que tem alcançado e que tem desaparecido uma parte das zonas francas e que tem incrementado todo esse desemprego e vai incrementando o desemprego, a delinquência, a fome . Eu sou daqueles que creem que o sistema de zonas francas ajuda muito os países subdesenvolvidos. E, é por isso que nesses países sempre têm zona franca. (M. TORRES, informação verbal, 2011)

Mais uma vez, é reforçada neste trecho a visão da zona franca como uma empresa a serviço dos países perífericos. O que deslegitimaria a sua implantação nos países do centro capitalista. Esse raciócino é desmontado pelo próprio industrial ao longo da entrevista como o apresentamos na analise do salário por peça como mediação do controle total no segundo capítulo do presente trabalho. Assim, apesar do industrial tentar mostrar a utilidade das zonas francas para os países como o seu, o nacionalismo não é o primeiro motivo na escolha dum local para a instalação duma zona franca. A perda da competividade implica na demissão massiva de trabalhadores e no deslocamento das empresas para outros polos ou países onde é possível manter uma taxa "razoável" de mais-valia. Igualmente, a preocupação com os filhos ou famílias dos operários/das operárias casadas não é o primeiro motivo da sua contratação. Isso, de tal modo que antes e depois da contratação, as mulheres grávidas são sistematicamente discriminadas. Isso, apesar da seguinte afirmação do industrial:

> Em primeiro lugar, nos não fazemos nenhum teste de gravidez para determinar se a empregada está gravida ou não. A única coisa, a empregada imediatamente comunicado o seu estado de gravidez, já passa a fazer parte do que é o clube de gravidas que temos. Neste clube, ela é educada sobre como levar uma boa gravidez. A gente faz toda uma campanha para ela saber como levar a sua gravidez a termo, a gente entrega a ela .... Antes de dar à luz uma cesta com o

> enxoval do bebê com fraldas produtos de primeira necessidade para cobrir as necessidades da sua gravidez. Ela tem o privilegio de sair antes, na hora do almoço pode sair 15 minutos antes de todo mundo e pode voltar também 15 minutos depois de todos. (M. TORRES, informação verbal, 2011)

Estas informações são corretas, pois foram comfirmadas pelas/os operárias/os. O que é coerente visto a preferência patronal para os/as responsáveis. Contudo, logo depois da contratação, mulheres aparentemente gravidas não são aceitas para o treino.

Figura 05. Áreas do setor adminitrativos: Escola de treinamento de aprendizes



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Critérios sexo-específicos discriminatórios imperam na escolha de quem entra ou não na fábrica, ou seja, sobre quem será ou não efetivamente contratada. Para ser

efetivamente contratada na CODEVI, a mulher não pode declarar que está grávida ou estar visivelmente gravida. Se a gravidez dela for constatada durante o período de treino, ela será despedida antes de começar a trabalhar numa fábrica:

> **(Marie, informação verbal, 2011)**- "[...] você não pode estar grávida, se estiver gravida você não será contratada. Tem que estar com boa saúde. Eles perguntam se você está com boa saúde visual se você responde que tem problema na visão, eles não te empregam".
>
> **(Barbara, informação verbal, 2011)** -Tem uma mulher que entrou no centro junto comigo. Mas, ela ficou grávida enquanto estava lá. Ficamos no centro 3 meses. Lá no centro, Elicien percebeu que ela estava gravida e falou para ela: "Você não vem mais para cá. Vai dar luz, na sua volta você voltará para o centro de novo para ser enviada na fábrica. Enviaram todos nos para a fábrica menos ela
>
> **(Annette, informação verbal, 2011)** -Se a mulher gravida não quiser trabalhar, o supervisor se for grosso pode gritar com ela. Nos não conhecemos mulheres gestantes que foram despedidas. Uma mulher gestante será contratada na CODEVI só se eles não sabem que ela está gravida. Se a barriga dela for visível, ela não será contratada. Tem uma mulher que escondia a sua barriga, mas, depois de ser contratada la dentro, a barriga ficou pontuda, ela foi despedida. Depois de ser contratada, você pode engravidar, mas se você for visivelmente grávida, você não será contratada. Durante o seu treinamento no centro se eles percebem que você está grávida, você será despedida.
>
> **(Jacques, informação verbal, 2011)** - As mulheres gravidas não têm problemas. Na minha visão elas são muito bem tratadas. Quando a mulher fica gravida, eles se encarregam dela até o momento do parto. Tem gente que a acompanha, antes do parto elas recebem a licença-maternidade com um dimdim também e elas vão para casa. Mas, para ser contratada, se você estiver gravida, eles não te contratam. Se não for visível, tudo bem.

Contudo, as operárias mães ou encarregadas de filhos estão entre as/os que são mais despedidasos ou que "por conta própria" abandonam a Zona Franca. Na legislação trabalhista haitiana, três faltas sem justificativa significa abandono de posto. Isso motiva que, apesar de várias mulheres serem contratadas junto com os seus companheiros, as operárias mães deixam a zona franca com mais frequência:

> Sim, isso influencia muito. Alias, isso é uma grande cause de renuncia. Por exemplo tem que amamentar o filho, cuidar dele. Temos consciência do que isso é um problema , mas as próprias trabalhadoras quando acontecem essas situações elas próprias toma a decisão de renunciar ao emprego por que na realidade não tem ninguém para cuidar dos filhos para elas.(M. TORRES, informação verbal, 2011)

Segundo informações fornecidas por um funcionário do serviço de Recursos Humanos da fábrica FWI (roupas íntimas, Vanity Fair): "70% dos operários desta fábrica são mulheres, elas faltam com mais frequência por três razões:

1-Dores menstruais.
2- gravidez
3-Doenças das crianças, "*elas não têm com quem deixar a criança doente".*

Segundo ele: *"As mulheres gravidas têm uma deficiência para trabalhar. Quando elas estão passando mal, elas não ficam na fábrica. Mesmo quando você as envia para a clínica, elas preferem ir embora para casa".*

Mais adiante, ele afirmou: *"Várias vezes, as mulheres saiam por conta própria".*

Quando os dois pais trabalham na CODEVI, quando uma criança adoece, o gestor dos Recursos Humanos prefere autorizar a saída da mãe no lugar do pai. Neste caso, ela ganha o salário mínimo do dia. Segundo a informação obtida junto ao pessoal dos Recursos Humanos: "*São as mulheres que recebem mais a permissão para sair para levar as crianças para o hospital. Mesmo quando os dois pais trabalham na fábrica, as mulheres têm a prioridade*".

A prioridade de sempre perder do seu salário enquanto o homem continua, nesses casos, sempre no trabalho, ou seja, faz a sua meta, ganha mais e é reforçado na sua posição de poder. Assim, a divisão sexual do trabalho dentro da fábrica não somente reproduz a socialização diferenciada segundo o sexo, como também reforça as relações de poder entre homens e mulheres enquanto mantém o padrão de acumulação capitalista intacto: *"Tem mudança de postos, mas não de metas. Quando uma pessoa não está na capacidade do módulo e da equipe e diminui o seu rendimento, ela completa um salário. Assim, quando não há nada a gente garante para ela um salário mínimo. Assim, não tem meta para essa pessoa".* (M.Torres, informação verbal, 2011)

O que não significa que ela não participa da produção de peças, só que as peças dela não são contabilizadas. Com efeito, a contagem de peças, ou seja, a remuneração por produção começa a imperar a partir do momento que o/a operário/operária atinge 66% da meta. Isso, conforme um documento interno da zona franca que nos foi entregue pelo diretor das operações. Com efeito, a eficiência do trabalho remunerado segundo a produção começa a ser contabilizada em número de peças a partir do momento que o/a operário/operária realiza mais de 66 % da meta diária. Contudo, como demonstramos a partir das falas das operárias e operários, apesar disso não ser declarado por todos e todas, não completar a meta diária pode resultar no ganho do salário mínimo. De modo geral, a falta das operárias mesmo motivada junto aos gestores dos recursos humanos acarreta a subtração de 210 gurdas para um dia de trabalho que, normalmente, fora das metas, custa 192,5 gurdas.

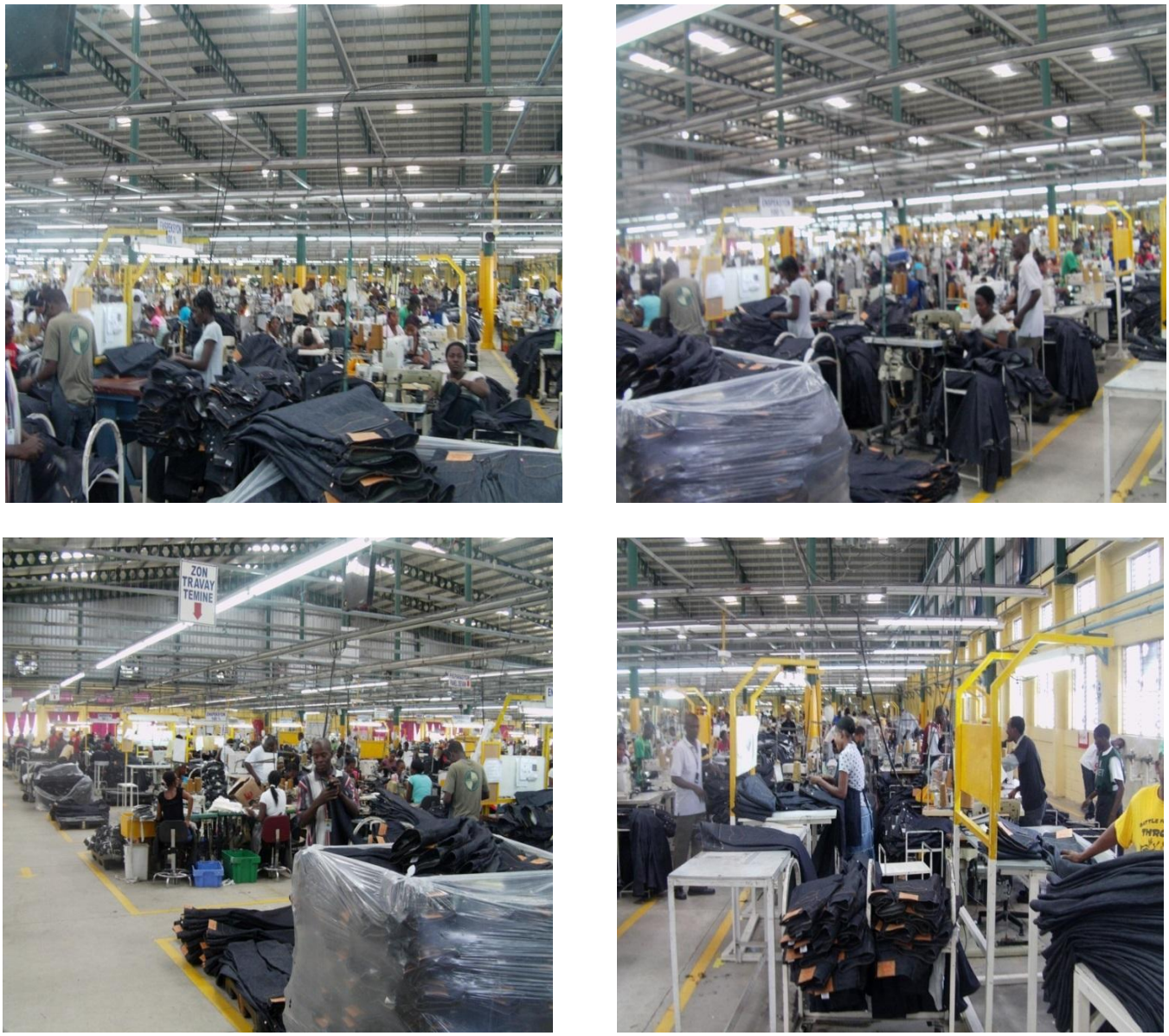
Logo depois da hora da contratação, imperam os princípios sexistas e, no caso, nacionais-raciais na divisão social do trabalho na CODEVI. Com efeito, os/as aprendizes passam em volta de quatro semanas, conforme a habilidade de cada um, na escola de treino e, depois, são enviados para as fábricas, segundo o seu sexo e habilidades. Têm trabalhadores/trabalhadoras que saiam do treino e vão diretamente para a supervisão ou trabalham como mecânico industrial, com salário fixo, sobretudo, homens com ensino superior. A este respeito, apesar das mulheres dominicanas serem em geral partes da alta escla na hierarquia do trabalho na zona franca, não têm mulheres dominicans mecânicas industriais. Embora tenham dominicanas como supervisora ou inspetora de qualidade entre outras.

3.2 Divisão sexual do trabalho e precarização do trabalho

No dizer de um supervisor:

> A seção de corte tem mais homens. Coloca-se o tecido e a máquina o corta. É um trabalho físico, é corpo [força] as mulheres não podem fazê-lo. Atualmente, só os

Figura 06. Montagem das calças: homens e mulheres na costura das peças.
Destaque para presença maior de homens em pé nos postos de trabalho considerados mais pesados.



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

homens fazem esse trabalho. A meta é de 1209 dúzias por dia com um salário de 1500 gurdas[142]/meta/dia.(informação verbal, 2011)

[142]No período de realização da nossa pesquisa de campo final do ano de 2011, um dólar americano equivalia a mais ou menos 42 gurdas.

Na verdade, segundo o depoimento de um treinador: "*As operações mais difíceis têm um preço maior*". A dificulade em geral avaliada proporcionalmente ao grau de força física dispensada para realizar a operação. Durante uma entrevista com o presidente do sindicato dos/das operários-operárias da CODEVI (SOKOWA), pudemos observar que entre as operações incluídas na montagem de uma camisa, entre as quatro mais caras, as três consideradas como mais difíceis são realizadas pelos operários homens. O preço da meta das oito operações varia entre 1450 e 1800 gurdas. Cada uma das quatro operações mais caras custa 1800 gurdas. Quem cumpre a meta do dia recebe um incentivo de 285 gurdas. Essas informações confirmaram o que amilitante Yannick Etienne, da *Batay Ouvriye* (Batalha Operária), tinha nos comunicado a esse respeito numa entrevista realizada antes da nossa pesquisa de campo na zona franca:

> Nas usinas que produzem coisas que exigem maior força, os homens são mais contratados. Por exemplo, para a operação: fechar tampa frontal, eles contratam mais homens. Todas as operações não têm o mesmo preço, as peças que exigem mais força que os homens mais fazem, pagam mais. É a quantidade de peças realizadas que determina o salário. As tarefas que exigem mais formação e mais força pagam mais (Y. Etienne, informação verbal, 2011)

Assim, as tarefas mais masculinizadas, cujas condições são preenchidas quase que naturalmente, num país como o Haiti, pelos homens, são mais valorizadas na escala salarial. Essa valorização salarial do trabalho "mais difícil" ou masculinizado na divisão sexual do trabalho nas fábricas, além de representar uma exploração maior das mulheres, contribui para reforçar a ideia de superioridade masculina, bem profundamente presente e divulgada nas sociedades capitalistas-machistas-racistas contemporâneas. O diretor de operações da CODEVI justifica essa realidade ao afirmar:

> Realmente, temos poucas atividades para as quais necessitamos um sexo definido. Nos não temos essa definição só se for para alguma força, se é um trabalho que necessita alguma força física, sim, nos requisitamos homens. Mas, não temos , não classificamos, quando precisamos empregado, nos o tomamos. Se vier uma mulher, se vier um homem nos não digamos que precisamos de tantos homens e de tantas mulheres. Para nos é um empregado. Na nossa folha de solicitação nos não pedimos o sexo. Falamos-nos em empregados. Agora quandoa mulher, para a mulher, verificamos se ela vai fazer força. Se vai ser um trabalho que necessita esforço físico, usamos os homens. Mas, isso é um assunto em beneficio para a mulher. Digamos isso por que para a mulher em termo de que isso não é discriminatório. No caso da CODEVI, sim, CODEVI tem mais

> mulheres do que homens. CODEVI tem54% dos empregados que são mulheres e tem 46% que são homens. Isso não é uma escolha, nos não temos uma política (M. TORRES, informação verbal, 2011)

> "Assim, não o temos. Porém, por exemplo, para o descarregamento esse sim é o único posto pelo qual requisitamos homens. Utilizamos homens para carregar ou descarregar mercadorias. Esse é o único que temos para qualquer outra área". (M. TORRES, informação verbal, 2011)

Apesar dos cuidados sistemáticos com a saúde das mulheres haitianas ou com a sua "fragilidade" ao poupá-las dos esforços pesados no trabalho, a intensidade do trabalho nos parece ser maior para elas justamente nos postos de trabalho considerados leves. O que, pelo que analisa Ricardo Antunes, é um traço característico do trabalho subpago, precário e intensivo atribuído, em geral, aos/as trabalhadores/as "negros/as", emigrantes, ou seja, racializados/as:

> Na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2009: 105)

O que Helena Hirata (1995: 87), citada por Antunes, observou também ao analisar o processo produtivo de empresas com filiais em três países diferentes, apesar de não levar em conta a questão racial na divisão sexual do trabalho nas mesmas:

> Em matéria de organização do trabalho, a primeira conclusão que surgiu foi que, nas instituições dos três países, o pessoal era masculino ou feminino, dependendo do tipo de máquinas, o tipo de trabalho e organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo foi atribuído às mulheres, e aquele que exige conhecimentos técnicos, para os homens[143].

[143] [Tradução livre] *En ce qui concerne l'organisation du travail, la première conclusion qui s'est imposé était que, dans les établissements des trois pays, le personnel affecté était masculin ou féminin selon le type de machines, le type de travail et d'organisation du travail. Le travail manuel et répétitif était attribué aux femmes, celui requérant des connaissances techniques, aux hommes.*(HIRATA,1995 :87)

A titulo de ilustração, segundo nos informou um gerente haitiano da fábrica de produção de roupas intimas Vanity Fair, 8 de cada 10 novos recrutas provindos da escola de treino são mulheres. A Fábrica OM1 onde são produzidas, montadas roupas íntimas masculinas e femininas faz parte do ramo da indústria têxtil leve. É a fabrica onde são encontradas mais mulheres haitianas, onde as operações são relativamente fáceis e onde, portanto, a meta tem uma quantidade maior de peças. Nessa fábrica também, as operárias/os operários acham trabalho extra muito raramente, pela quantidade de peças que têm que produzir, ou seja, a intensidade do trabalho é alta. Sendo as metas elevadas, as possibilidades de completá-las são reduzidas. O que propicia nessas fábricas o que Jeannette descreveu: as operárias ficam para fazer horas extras que não são consideradas como tais, pois, para os supervisores essas horas extras são trabalho "normal" para "completar" as metas.

No caso da Jeannette, por exemplo, apesar dela ficar sistematicamente depois do horário formal de saída, ela nunca "completaa meta":

Você tem costume de fazer serviços fora das suas tarefas habituais?

Não, onde estamos eles não oferecem tarefas extras (djob), o pessoal das camisas e das calças sim.

Se você consegue fazer a meta (12 Pacotes) durante os 5 dias, você ganha 1200 gurdas?

Não, se você o faz, você ganha até 1500 gurdas.

Isto quer dizer que mesmo quando trabalha até no sábado, você não consegue fazer a meta?

Não, no sábado, são eles que "contratam" para trabalhar. Você fecha a meta na sexta-feira. No sábado eles te fazem trabalhar.

Você disse que quando você trabalha no sábado, você ganha 1400 gurdas?

> Sim, se consigo fazer os 12 pacotes. Se eu consigo pois o trabalho que estou fazendo é difícil, sempre chego nos 10 pacotes.

Neste caso, você recebe 1100, 1200 gurdas?

> Sim.

Se você fizer 12 pacotes, ganha 1500, mas quando faz 10, você ganha 1200 gurdas?

> Sim

A partir do caso da Jeannete que não é o único, temos um vislumbre do grau da exploração do trabalho e quanto a meta é imprescindível no controle da força de trabalho e na autorregularão da intensidade do trabalho. O trabalho extra no sábado permite às mulheres - que não podem ficar muito tarde a noite para completar as metas - vir produzir para a CODEVI conforme outro modo de remuneração, desta vez por tempo. Segundo Marie, depois duma serie de casos de estuprossobre as mulheres,estas, sob orientação do sindicato, tiveram que abandonar tal prática como única forma de prevenção contra esses abusos:

> Mas, o horário do trabalho, todos nós reclamamos disso. É ruim. Trabalhamos durante 11 horas por dia. Trabalhamos horas extra. Bom, tem gente que durante esse período do décimo-terceiro salário, têm operadores que saem da CODEVI as 11 horas da noite. Sim, homens, não mulheres. No período do décimo-terceiro salário, pois tem trabalho demais, eles, às vezes, saiam às 11 horas da noite. E têm mulheres, coitadas, para aumentar o seu dinheiro, que ficam até tarde, e são vitimas de estupro lá debaixo dos pés de milho.. Várias vezes, elas são vítimas de estupro. Bom, tem uma menina que se entende bem comigo, ela tem um filho, a criança tem 5 anos. Ela não conhece o pai da criança, por que foi no momento da volta do trabalho que lhe fizeram isso. Agora, Victor[144] falou para ela não fica*r* preocupada que eles iam ajudá-la. (Marie, informação verbal, 2011)

Têm muitos casos de estupro aqui?

> Sim, várias vezes. Agora, nós, o sindicato falou para nós mulheres que se uma moça fica depois de 4 horas e meia, e acontece um incidente grave, eles não se responsabilizam. Pois têm muitos casos de violência contra as mulheres, eles não

[144] Administrador da zona franca. Quando este promete ajudar a mulher de fato, está encobrindo este escândalo de ausência de proteção no trabalho, considerado como normal pelo sindicato dirigido exclusivamente por homens.

> são responsáveis. Tem gente que fica até tarde pois, se não fica até tarde, o dinheirinho que recebe não pode fazer nada para ele. Você é obrigada a ficar tarde, entendeu? Eu mesma, não fico até tarde não. (Marie, informação verbal, 2011)

Deste modo, entende-se que o trabalho aos sábados é a forma para as mulheres prolongarem, com sossego, a sua semana de trabalho para poderem aumentar o seu salário semanal. Jeannette ilustrou este processo para nós:

> **Quando você fica até tarde, eles te pagam?**
>
> *Eles colocam, o supervisor coloca , paga as horas extra*
>
> **Quanto dinheiro? Por exemplo, quando você fica até 5:30, você recebe quanto?**
>
> *Não tenho costume de avaliar. Quando vou trabalhar no sábado, eles me pagam 1400 gurdas. No sábado entre 6:30 e 11 horas.*
>
> **Mas quando você não vai trabalhar no sábado, quanto você ganha?**
>
> *1100 gurdas, 1200 gurdas*
>
> **Quantas peças tem a sua meta?**
>
> *Tenho uma meta de 12 pacotes por semana. Cada pacote tem 6 duzias,72 unidades. Cada pacote tem 72 unidades. (Jeannette, informação verbal, 2011)*

Segundo Marie:

> **Quando você vai trabalhar no sábado, quanto você ganha?**
>
> *175 gurdas*
>
> **Para o dia de trabalho?**
>
> Não, você deve chegar às 6:30 e trabalhar até 11 horas. Eles te pagam 175 gurdas. Agora, se você quiser , pode trabalhar mais, mas eles não vão te pagar. Você pode trabalhar até 14, 15 horas: 175 gurdas (informação verbal, 2011)

Contudo, segundo um supervisor da fábrica de roupas íntimas, O trabalho no sábado é um contrato distinto com sua própria "meta":

> Às vezes, se eles vêm no sábado, eles podem receber 300 gurdas, 350 gurdas também às vezes. No sábado, eles trabalham das 6:30 até 11 horas. Mas, eles têm uma quantidade para fazer. Se eles quiserem por vontade própria, eles podem ficar para fazer a quantidade solicitada deles para poder ganhar este dinheiro. É um contrato, é um contrato. Eles têm uma quantidade definida a fazer. (Joël informação verbal, 2011)

Isto quer dizer que o dia de sábado tem a sua própria meta?

> *"Sim, eles te dão uma quantia para fornecer."* (Joël, informação verbal, 2011)

Assim, na visão do supervisor, o dia de sábado paga quase o dobro do que as operárias entrevistadas declaram receber. Além do mais, ele deixa pensar que existe uma meta para o trabalho aos sábados, o que vai de encontro ao que têm declarado os/as entrevistados/entrevistadas. O importante, no entanto, é que o trabalho de meio-período aos sábados rende mais do que o trabalho de tempo integral durante os dias da semana. Portanto, o pagamento de 200 gurdas, ou mais pelo meio período pode parecer generoso por parte da CODEVI, já que o dia "normal", de trabalho "sem meta" durante a semana vale 187 gurdas. Contudo, conforme a legislação haitiana, quando o operário trabalha 48 horas por semana, o dia de domingo também precisa ser pago. Segundo Yannick Etienne militante da intersindical *Batay Ouvriye*:

> O horário oficial é entre 6:30 24:30 de segunda-feira a sexta-feira, ou seja, 46,25 horas por semana. Mas, na realidade, muita gente faz horas extras, seja para completar as metas, seja para fazer um serviço para ganhar um dinheiro a mais. A CODEVI diz que não faz 48 horas para não pagar o domingo (Y. Etienne, informação verbal, 2011)

No entanto, o artigo 95 do código do trabalho haitiano estabelece o que significa uma jornada de trabalho:

> Capitulo II
> Da duração do trabalho

> Artigo 95[145]. A duração do trabalho é o tempo durante o qual o trabalhador está a disposição do empregador. Serão excluídos os períodos de descanso durante os quais o trabalhador não está a disposição do empregador (SALÈS, 1992: 67)

A partir deste texto de lei, podemos deduzir, na própria logica do direito burguês, que todo o tempo de trabalho dispendido na fábrica faz parte da duração do trabalho. No artigo seguinte, o Código do trabalho esclarece o depoimento da militante:

> Artigo 96. Em todos os estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais, o tempo normal de trabalho é de oito horas diárias e 48 horas por semana. Sem exceder 9 nove horas por dia para as plantas industriais e 10 dez horas por dia para estabelecimentos comerciais e escritórios, as partes podem chegar a um acordo entre eles para distribuir o trabalho semanal de outro modo do que por oito horas por dia, somente quando o tempo de trabalho é 48 horas por semana, ou quando o estabelecimento do trabalho usa os serviços de seus funcionários, seis dias por semana[146].(SALÈS, 1992: 68)

O torna ainda mais explicito o próximo artigo:

> Artigo 107[147]. Todo o pessoal ocupado em um estabelecimento comercial ou industrial público ou de direito privado, após um período de seis dias consecutivos de trabalho em uma semana, beneficiam de um período de repouso semanal remunerado de vinte e quatro 24 horas consecutivas ao máximo, independentemente do número de horas fornecidas durante esse período.

---

[145] **Chapitre II**
De la durée du travail
Article 95*La durée du travail est le temps pendant lequel le travailleur est à la disposition de l'employeur. Seront exclus les repos pendant lesquels le travailleur n'est pas à la disposition de l'employeur*

[146]*Article 95. Dans tous les établissements agricoles, industriels e commerciaux, la durée normale du travail est de huit heures par jour et quarante-huit heures par semaine. Sans excéder neuf (9) heures par jour pour les établissements industriels et dix (10) heures par jour pour les établissements commerciaux et les bureaux, les parties peuvent se mettre d'accord entre elles pour répartir la durée hebdomadaire du travail autrement que par huit heures par jour, uniquement lorsque l'horaire de travail est de 48 heures par semaine ou lorsque l'établissement de travail utilise les services de son personnel six jours par semaine.*

[147]*Article 107. Tout le personnel occupé dans un établissement industriel ou commercial public ou privé doit, après une période de six jours consécutifs de travail au cours d'une semaine, bénéficier d'un repos hebdomadaire payé comprenant au maximum vingt-quatre (24) heures consécutives, quel que soit le nombre d'heures fournies durant cette période.*
Néanmoins, le travailleur qui aura fourni quarante-huit heures de travail au cours d'une période inférieure à six jours de travail au cours d'une semaine aura droit au repos hebdomadaire payé.
Ce repos sera accordé de préférence le dimanche et en même temps à tout le personnel de l'établissement.
Tout établissement agricole, industriel ou commercial doit cesser ses activités le dimanche à moins qu'il n'entre dans la catégorie des établissements visés à l'article 101 du présent Code ou qu'il n'obtienne une autorisation expresse de la Direction du travail.

> No entanto, o trabalhador que tenha fornecido quarenta e oito horas de trabalho durante um período inferior a seis dias de trabalho em uma semana terá direito a um descanso semanal remunerado.
> O resto será concedido de preferência aos domingos e para todos os funcionários da instituição ao mesmo tempo.
> Qualquer estabelecimento agrícola, industrial ou comercial extingue-se no domingo, a menos que ele entra na categoria de estabelecimentos referidos no artigo 101 deste Código ou ele tem permissão explícita da Direção do trabalho. (SALÈS, 1992:72)

Portanto, apesar do domingo ser deixado livre para as/os operárias/os e todos os funcionários em geral, a zona franca viola esses artigos (principalmente o artigo 96) ao ter um dia oficial de trabalho de 9 horas e 25 minutos. Contudo, o próprio modo de pagamento e as metas de produção, como temos analisado, obriga sistematicamente a maioria das/os operárias/os, na medida do possível, a ficar depois de 16:30, hora oficial do fim do dia de trabalho. Com efeito, como elas/es têm relatado e também os intermediários, ficar depois do horário normal não somente é "normal" como não reconhecido como horas extras. Desta maneira são horas duplamente exploradas do ponto de vista das regras do *overtime*, do ponto de vista da legislação haitiana que prevê que o dia normal de trabalho só pode ser prolongado nos seguintes casos:

> Artigo 97[148] (2^0paragrafo)- O limite de horas de trabalho estabelecidas no artigo anterior pode ser excedido em caso de ocorrência de acidente ou iminente, ou em caso de emergência de trabalho, na máquinaria ou planta, ou em casos de força maior, na medida do necessário para evitar que um comprometimento grave seja feita no funcionamento normal do estabelecimento para evitar a perda de materiais perecíveis ou de prejudicar o resultado técnico do trabalho, para permitir que as instituições lidam com os incrementos de trabalho extraordinário devido a circunstâncias especiais, desde que não se poderia normalmente esperar do empregador outras medidas. (SALÈS,1992:69)

Deste modo, é dada ao empregador e ao bom andamento da produtividade a primazia sobre a saúde da/do trabalhadora/dor. No entanto, o mesmo artigo prevê uma

[148] [Tradução livre] Article 97. *La limite des heures de travail prévue à l'article précédent pourra être dépassée en cas d'accident survenu ou imminent, ou en cas de travaux d'urgence à effectuer aux machines ou à l'outillage, ou en cas de force majeure, mais uniquement dans la mesure nécessaire pour éviter qu'une gêne sérieuse ne soit apportée à la marche normale de l'établissement; pour prévenir la perte de matière périssable ou éviter de compromette le résultat technique du travail, pour permettre aux établissements de faire face à des surcroits de travail extraordinaires provenant de circonstances particulières pour autant que l'on ne puisse normalement attendre de l'employeur d'autres mesures.*

remuneração para as horas suplementares mesmo quando estas são realizadas para as necessidades da produção da mais-valia. Isso, apesar do que acreditam os intermediários- como o mecânico Jean e o auditor Antoine que consideram ser um favor do supervisor, eles serem pagos pelas horas extras por serem ”dirigentes”. Com efeito, no próximo parágrafo do artigo lê-se o seguinte:

> As horas extras fornecidas para além do horário normal de trabalho serão pagas com um acréscimo de cinquenta por cento (50%) e registadas para efeitos de controle da autoridade, no registo dos funcionários, bem como o salário pago aos funcionários que realizaram estas horas adicionais e a razão pela qual eles foram solicitados, Isto, sem prejuízo do aumento programado para o trabalho noturno[149].

Além do mais, apesar do trabalho aos sábados ser deixado à livre escolha do/da operário/operária, ele é indispensável para a sua sobrevivência. De fato, a grande maioria das/os operárias/os entrevistadas/os trabalha aos sábados. Mas, este dia é considerado como um dia extra e não um dia formal de trabalho, o que o coloca fora dos seis dias de oito horas previstos pelo artigo 96 e dos benefícios associados a ele. De qualquer forma, o artigo anterior (95) não especifica que as 48 horas precisam ser feitas em cinco dias para se obter o pagamento do domingo. Contudo, a mais-valia é produzida, a produção de mercadorias assegurada. Mas, formalmente, tanto para o governo como para os/as trabalhadores/trabalhadoras a semana de trabalho é de 5 dias entre 6:30 e 4:30. As horas extras, assim como o trabalho aos sábados, são percebidas e apresentadas como livre escolha da trabalhadora/trabalhador, não como exigido pelo patrão.

[149] *[Tradução Livre] Les heures supplémentaires fournies ainsi en excédant de la durée normale du travail seront payées avec une majoration de cinquante pour cent (50%) et inscrites aux fins de contrôle de l'autorité, sur le registre du personnel, de même que le salaire payé au personnel qui a effectué ces heures supplémentaires et le motif pour lequel elles ont été demandées, ce, sans préjudice de la majoration prévue pour le travail de nuit.*

Figura 07. Chegada dos/das operários/operárias antes das 6:30 da manhã





Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Figura 08- Saída após um dia de trabalho



Fonte:Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo)

Deste modo, a operária obrigada informalmente a trabalhar aos sábados paga, além da taxa desconhecida de mais-valia fornecida, um dia ”burguês” de trabalho ao dono da zona franca para poder ganhar os “200 gurdas”. Com efeito, ao trabalhar nesse dia, ela completa 50: 55 horas sem contar as horas extras realizadas durante a semana formal, sem os benefícios previstos pela lei haitiana para uma semana de trabalho de 48 horas. Podemos, a partir do exposto, compreender quão precarizado é o trabalho na CODEVI e quanto as operárias, pelas modalidades da sociedade machista haitiana e dos requisitos da subdivisão internacional, racial, sexual e técnica do trabalho são super-exploradas. A legislação do trabalho cria espaço como estes para o patrão a contornar e, portanto, legalizar a precarização do trabalho fabril. A alienação contida no próprio salário permite ao trabalhador/trabalhadora se vender ao dono da CODEVI, e, no final, com a ilusão de ganhar mais, pagar ao patrão para poder fazer trabalho extra subpago ou literalmente não pago. Deste modo, a dupla interposição do salário por tempo e do salário por peça assegura ao patrão tanto o assentimento -- embora não de forma consciente-do/da operário/operária -- bem como a proteção da legislação haitiana do trabalho. Provando assim o porquê da precária legislação trabalhista haitiana ser um dos pré-requisitos do professor Collier e do Sr Robotham para a escolha de países como o Haiti para implementar *maquilas* ou zonas francas têxtis.

Entretanto, a meta fica sempre para as mulheres ao nível de um sonho inalcançável, ao passo que a jornada real de trabalho de mais de 10 horas não permite realiza-lo. A intensidade de trabalho na CODEVI é alta, é um trabalho precarizado designado para mulheres do terceiro-mundo. No Haiti, a costura simples é tradicionalmente um trabalho realizado por mulheres pauperizadas. Portanto, consoante aos valores machistas que regem a venda e a compra da força de trabalho, a costura simples é, também, um trabalho cansativo, precário para a maioria, sem formação adequada nem fundos suficientes, nem contatos para trabalhar na alta costura[150]- dominada por homens- e, por consequência, sub-remunerado.

[150] No Haiti existe a *Coupe-couture* ou costura simples e a dita alta costura que abrange a costura por exemplo de roupas de casamento ou roupas de alto padrão. É mais cara e realizada por pessoas com um nivel de letramento muito maior (ensino medio quase ou completo mais um curso profissional de no minimo dois anos) do que as costureiras convencionais que, em geral costuram, uniformes de escola, enxoval simples de

Contudo, as metas individuais são construídas para que nenhum trabalhador comum consiga cumprir no período normal do trabalho. Este foi um motivo de frustração para Jeannette que, em geral é bastante conservadora: *"É como quando o salário aumenta, você trabalha para a produção, mas não é paga pela produção" (informção verbal, 2011)* . Isto significa que ela não consegue alcançar o nível de eficiência a partir do qual as peças começam a ser contabilizadas e atingir a porcentagem de produção que permite ganhar a quase ou a totalidade do salário previsto para quem cumpre a meta. As metas aumentam regularmente assim como o seu preço, do mesmo modo que a intensidade de trabalho para cumprir a nova meta. Assim, várias vezes ouvimos tanto operários como operárias reclamarem do número de peças que aumenta sem, com isso, o valor da meta aumentar. Para Annette (informação verbal, 2011), por exemplo, a situação não é muito diferente*: "Sim, mas a cada semana eles aumentam a meta. Eles aumentam a meta, mas o preço da máquina fica igual*". Aqui, a máquina, na verdade, diz respeito ao código da operação realizada na dita máquina .

Desta maneira, a intensidade do trabalho materializada no ritmo das metas inalcançáveis no tempo normal de trabalho exclui a principal fração da força de trabalho, as mulheres. Estas, sendo impedidas de trabalhar após o horário tanto pela onda de violência como pela conduta passiva do sindicato que, ao invés de exigir a proteção das operárias pela zona franca, culpabiliza as mulheres vitimas de estupro por tentarem estender a sua jornada de trabalho. Assim sendo, a zona franca apropria-se tanto do salário por peça como do salário por tempo em momentos mais convenientes para a produtividade, às custas dos trabalhadores. Portanto, neste período, as mulheres haitianas sofrem da superexploração do trabalho e, apesar do prolongamento da semana de trabalho, pelo medo de estupro a noite, não chegam a nivelar os seus salários com o dos operários.

---

bebê, roupas simples etc... No entanto, é importante ressaltar que o trabalho na indùstria textil não habilita ninguém a ser costureira/o. A tal pto que ser costureiro não é critério na contratação. Se você não era costureira/o antes de entrar na zoan franca mesmo depois de 10 anos de trabalho, você não se tronará tal. Isso é um paradoxo desse tipo de industria que,contraditóriamente é considerada como instrumento de desenvolvimento de criação de empregos e de reforço ou criação de competencias tecnicas.

Figura 09. Homens no processo de controle da qualidade



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Deste modo, a concepção da produção na zona franca é realizada conforme um padrão masculino, machista. As metas, a segurança no trabalho, o sindicato são pensados e dirigidos unicamente por homens cujos interesses são diferentes dos das operárias. O tratamento dado aos casos de estupros mostra isso claramente. A leitura tradicional do sindicato como espaço masculino é não somente presente nas entrevistas das operárias como na composição exclusivamente masculina da sua direção. Assim, conforme afirma Marie "*No comitê do sindicato, não tem mulher".*

Quando perguntamos ao grupo de mulheres sobre o papel das mulheres no sindicato a resposta foi muito clara. A Bárbara respondeu para sí e para todas as outras: *"Ah, a gente não sabe".*

No entanto, a SOKOWA (Sendika Ouvriye KODEVI Wanament/Sindicato dos Operarios da CODEVI Ouanaminthe) é um organismo presente numa zona franca onde as mulheres são maioria. Além dos casos onde equipes inteiras, sobretudo, nas fábricas de roupas íntimas, são compostas por mulheres, exceto o supervisor e o inspetor, de modo

geral, que também são contabilizados como membros da equipe conforme nos indicou o supervisor Joël. No entanto, o funcionamento do sindicato é praticamente desconhecido da força de trabalho. Portanto, a divisão sexual do trabalho, por ser um produto social de relações sociais de poder exploradoras das mulheres numa sociedade dominada pelo poder do capital, contraditoriamente atravessa também o sindicato. Contraditoriamente visto o proposito do sindicato que é o de defender os interesses da força de trabalho. O que deveria acontecer independentemente do sexo, da "raça" dos seus componentes e ser transversal a todo o organismo e isso inclui a composição não discriminatória da sua direção. Uma preocupação encontrada na seguinte afirmação de Antunes:

> Dentre tantas consequências dessa divisão sexual do trabalho, posso lembrar, a título de exemplo, que frequentemente os sindicatos excluem do seu espaço as mulheres trabalhadoras, além de mostrarem-se incapazes também de incluir os trabalhadores terceirizados e precarizados.. Ocorre que a classe trabalhadora moderna é crescentemente composta por esses segmentos diferenciados, mulheres e terceirizados e/ou precarizados (e ainda mais frequentemente por mulheres terceirizadas), que são parte constitutiva central do mundo do trabalho. Se os organismos sindicais não forem capazes de permitir a (auto) organização das mulheres e/ou dos/as trabalhadores/as part time no espaço sindical ,não é difícil imaginar um aprofundamento ainda maior da crise dos organismos de representação sindical dos trabalhadores[151].

Uma das consequências ou causas da exclusão das mulheres da direção do sindicato é o fato que, de modo geral, as mulheres não sabem o que significa ser membro do sindicato, apesar de pagarem a taxa mensal. Fazer parte do sindicato significa ser membro da diretoria do mesmo:

> **Alguma de vocês faz parte do sindicato e tem costume de participar das reuniões?**
>
> **Annette**. Não, mas àsvezes a gente vai numa reunião ou outra aos domingos. (informação verbal, 2011)
>
> **Vocês não são afiliadas ao sindicato?**
> **Annette**- Não, mas os sindicatos sempre falam paraa gente ir às reuniões. (informação verbal, 2011)
>
> **Ninguém aqui é registrada como membro do sindicato?**

[151]Idem: 107

Não. (informação verbal, 2011)

Contudo, no final da nossa entrevista com a Marie - a nossa penúltima entrevistada - acabamos descobrindo que todas/osas/os operárias/os da zona franca são filiadas/filiados a SOKOWA:

Tem alguma coisa que você gostaria de dizer sobre o seu trabalho na CODEVI?

Marie, informação verbal, 2011- Bom, eu, aquele principio da CODEVI de estar em posto na fábrica as 6:30, esse dai não gosto dele de jeito nenhum. São duas coisas que causam mais problema: o horário e o salário mínimo. No salário mínimo, a ONA tem a sua parcela, o sindicato na verdade o que eles pegam não é nada. 5 gurdas é nada. Qualquer um poderia doar 5 gurdas a alguém.

Então, você é membro do sindicato se você paga a taxa?

Não, é que eles lutam para nós.

Mas todos que pagam a taxa são membros do sindicato, você preencheu um formulário?

Marie- *Sim*

Então você faz parte do sindicato.?!!

Marie-Ah, quando você falou nisso pensei que você estava me perguntando se eu era membro do comitê do sindicato.

Você não faz parte do sindicato se você paga a taxa de adesão, você é afiliada, tem um cartão.

Marie, informação verbal, 2011: Todos nós. Todos nós em geral. É, todos nós em geral que pagamos. Cada pessoa dá 5 gurdas. Isto quer dizer que eles não negociam com o patrão, então a gente tem que pagá-los. Além do mais, eles só recebem o salário mínimo. Eles são trabalhadores também, trabalham conosco. Isto quer dizer que se eles estivessem trabalhando para os interesses do patrão, ele pediriam a ele casa, carro. E ele os ofereceria a eles. Mas eles não negociam com o patrão. Isso significa que eles são nossos. Eles nos disseram para cada um de

> nos dar 5 gurdas, 5 gurdas é nada. Nos queríamos dar mais, mas eles não aceitaram

Contudo, vejam a seguir como as operárias olham para o sindicato e por que elas não tomam parte no sindicato:

> **Annette, informação verbal, 2011**- O sindicato seria um bom meio, mas o sindicato precisaria de mais força. Visto que eles não respeitam o sindicato são eles que mandam no sindicato. Por exemplo, quando tem feriado, o sindicato cola um panfleto anunciando o feriado, eles vão, rasgam o panfleto e dizem que não tem feriado. Eles mesmos aparecem e o rasguem e falam que o sindicato não tem o direito de colar o panfleto ali. Eles são os nossos donos ali dentro.

Aqui podemos observar a relação de poder entre o sindicato e administração da zona franca que, viola as leis haitianas que outorgam a todo trabalhador efetivo o direito aos feriados nacionais. Um primeiro elemento no que diz respeito ao sindicato é a falta da confiança nele como instrumento de luta, pelo menos tal como configurado no momento da nossa entrevista. Barbara afirma então:

> Eles são muito fracos frente aos chefões. Os antigos eram melhores. O novo sindicato é muito fraco. Eles não têm medo deste sindicato. Pois eles são acostumados com eles. Eles eram operadores. Eles [os patrões] não têm nenhum temor deles. Às vezes, eles [os dirigentes do sindicato] entramna sala com um operador e eles botam eles para fora.(Barbara, informação verbal, 2011)

Simon reforça esse depoimento ao afirmar que se for preciso de sindicato, ele seria o seu próprio sindicato, ou seja, seu próprio defensor, pois, os seus líderes sendo haitianos são maltrados como qualquer haitiano. Mesmo quando isso significa aceitar ser lezado financeiramente pela empresa:

> As vezes, até recorrer ao sindicato bom, eles nem respeitam o sindicato, pois estes são haitianos. Nenhum haitiano é respeitado ali dentro. Recorrer ao sindicato é uma piada. O sindicato quando ele chega, eles falam uma palavrinha com eles e pronto. Qualquer palavrinha que eles falam para o sindicato e acabou. E dai, os sindicalistas falam para você que eles não podem fazer nada mais par avocê. É por isso que qualuer que for meu problema, isso não é uma razão para eu recorrer ao sindicato. Se é preciso de um sindicato, eu serei o meu próprio sindicato. Só que fico lezado, se não quero perder o emprego definitivamente, deixo o dinheiro que eles pegam. (Simon, informação verbal, 2011)

Contudo, era notável um sentimento de indiferença em relação ao sindicato considerado como fraco e incapaz de barganhar com os patrões. Sobretudo, quando ir às reuniões pode implicar na perda do seu emprego:

> **Porque vocês não fazem parte do sindicato?**
>
> Annette – Não temos tempo suficiente. (informação verbal, 2011)
>
> Barbara- Às vezes, se você vai na reunião, eles mesmo sabem lá dentro. Quando você chega ao trabalho, eles te mandam embora. (informação verbal, 2011)
>
> Annette-Ai de você Se você abre a sua boca para falar alguma coisa. (informação verbal, 2011)
>
> Carla- A gente nunca sabe quando tem reunião no novo sindicato. A gente não foi ainda. (informação verbal, 2011)

Em geral, sente-se uma espécie de ira contra o sindicato, mas, sobretudo das reuniões. Pois, todos uma vez ou outra recorrem ao sindicato para resolver um conflito com os gestores humanos ou os supervisores:

> **Por que vocês não aderem ao sindicato?**
>
> **Annette**- Não tenho suficiente tempo para ir no sindicato. (informação verbal, 2011)
>
> **Barbara**- Não entro por que isso não me interessa (informação verbal, 2011)
>
> **Carla**- Não tenho tempo para isso. Tenho roupas de 6 crianças para lavar. Às vezes domingo à noite e estou lavando roupa. (informação verbal, 2011)
>
> **Denise**- Isso não me interessa porque sei que mesmo participando isso não vai resolver nada para mim. (informação verbal, 2011)

Com efeito, existe no seio da zona franca uma repressão sutil, mas forte contra os trabalhadores que se mostram cientes dos seus direitos. O que se traduz por um medo de se reunir para discutir das condições de trabalho tanto dentro como fora do local de trabalho.

> **Annette, informação verbal, 2011**: São os supervisores que sereúnem entre si, entre os trabalhadores não tem reunião.
>
> **Marie, informação verbal, 2011**: Se você for falartalcoisa. Tem gente corajosa que não tem medo de falar. Se você falou hoje, no dia seguinte, eles te dão a carta, eles te demitem. Várias vezes. Na CODEVI inteira. Você não tem o direito de discutir nada, o que eles te dão, você tem que aceitar.

Além das próprias condições de trabalho, o medo da demissão regulamentado pela legislação haitiana, elogiada por ser um fator positivo para o desenvolvimento das zonas francas, é persistente e é também um instrumento importante para o controle total da força de trabalho condicionada desta maneira a aceitar tais condições. O artigo 42[152] do Código do trabalho haitiano, ao prever as condições nas quais o/a trabalhador/trabalhadora pode ser despedido/despedido sem nenhum benefício tornou-se um instrumento de adestramento da força de trabalho na zona franca. A primeira alínea do artigo justifica a demissão por motivos de "rebelião" do trabalhador no local de trabalho, em outros termos quando alguém reivindica de modo aberto os seus direitos. Enquanto a segunda permite a

[152]Article 42.-*L'employeur qui désire mettre fin au contrat de travail du salarié conclu pour une durée déterminée ou non sans qu'il en résulte de responsabilité pour lui en ce qui concerne le préavis en informera la Direction du travail en invoquant l'un des motifs énumérés ci-dessous:*
a) lorsque le travailleur, durant son travail, s'est livré à des voies de fait contre son employeur ou contre un camarade; s'est livré publiquement à des excès de langage tels qu'injures ou menaces; a provoqué par sa conduite une grave perturbation à la discipline et une interruption du travail à l'établissement;
b) lorsqu'il a commis un délit ou une contravention contre les biens au préjudice direct de l'employeur ou quand il a causé intentionnellement ou par négligence coupable des dégâts aux machines, instruments, matières premières, produits et autres objets ayant une relation immédiate avec le travail ou a compromis la sécurité du lieu où sont exécutés les travaux et des personnes qui s'y trouvent;
c) lorsque le travailleur s'abstient sans l'autorisation de l'employeur et sans motif valable de se présenter à son travail trois jours consécutifs ou quatre fois au cours du même mois;
d) lorsque le travailleur, après avertissement écrit ou donné en présence de deux témoins, aura refusé d'observer les mesures de prévention des accidents ou de se conformer aux règlements intérieurs de l'établissement;
e) lorsque, à la conclusion du contrat de travail, le travailleur a induit l'employeur en erreur, en feignant de posséder des qualités ou connaissances qu'il ne possède manifestement pas ou en présentant des références ou attestations personnelles dont, par la suite, l'employeur constate la fausseté, ou lorsqu'il exécute son travail d'une manière qui démontre clairement son inaptitude aux travaux pour lesquels il a été engagé. Les dispositions de cet alinéa ne sont pas applicables aux travailleurs ayant plus de quatre mois de service consécutifs;
f) lorsque le travailleur a été condamné à une peine d'emprisonnement de plus d'un mois par une sentence passée en force de chose jugée;
g) lorsque le travailleur commet un manquement aux obligations que lui impose son contrat ou aux dispositions de l'article 30 du Code du travail.

demissão sem os devidos direitos por “dano ao instrumento de trabalho”. No dizer do legislador:

> Artigo 42. O empregador que pretenda rescindir o contrato de trabalho do assalariado celebrado por um período definido ou não, sem incorrer em responsabilidade por ele em relação ao aviso prévio informará a direção do trabalho, invocando um dos seguintes motivos:
> a) Quando o trabalhador, durante seu trabalho, se envolver em um assalto contra seu empregador ou um companheiro; ou se entregou publicamente a excessos de linguagem como injurias ou ameaças; tem causado por sua conduta graves perturbações para a disciplina e a interrupção dos trabalhos no estabelecimento;
> b) Quando cometeu um crime ou uma contravenção contra os bens para o prejuízo direto do empregador ou quando ele tem causado intencionalmente ou por negligência danos nas máquinas, instrumentos, matérias-primas, produtos e outros objetos tendo uma relação imediata com o trabalho ou tenha comprometido a segurança do local onde o trabalho está sendo realizado e das pessoas que estão lá;
> c) Quando o trabalhador falta sem a permissão do empregador e sem uma boa razão para participar de seu trabalho três dias consecútivos ou quatro vezes durante o mesmo mês;
> d) Quando o trabalhador, após aviso escrito ou dado na presença de duas testemunhas, recusou-se a observar as medidas de prevenção de acidentes ou de se conformar com o regulamento interno da instituição; (SALÈS, 1992: 33-34)

Este artigo é bastante conhecido pelas/os trabalhadoras/os por ele ser muito usado pelos gestores humanos no cotidiano das fábricas como por exemplo para “chantagear” los-las . A título de ilustração, este depoimento do Simon (informação verbal, 2011):

> Pois eles nos fazem entender que se todavia uma máquina quebrar ali dentro, são os haitianos os responsáveis. Como será que os haitianos conseguiriam destruir a máquina? Será que uma carne pode lutar contra um ferro. Você entendeu? Será que uma carne pode lutar com o ferro. Minhas unhas podem tirar uma peça da máquina? Como você pode ver não utilizamos nada que possa ser utilizado para mexer numa máquina. E eles falam se uma máquina chegar a ser danificada, é obrigação deles nos demitir com o artigo 42. E se eles não fizeram isso é por compaixão, mas eles deveriam apelar a este artigo contra nos.

No entanto, as máquinas sendo, em geral, máquinas provindas da central do grupo M em Santiago (Republica Dominicana), às vezes chegam usadas nas fábricas.

Portanto, como sendo usadas sistematicamente na montagem de peças, elas são susceptíveis a se quebrarem. Na verdade, é muito comum elas quebrarem criando, às vezes, confusão ou correria dentro da própria fábrica. O Jacques explica:

> É uma pergunta levantada por um dos coordenadores na reunião de hoje. Ele deixou entender que se uma máquina quebrar segundo o artigo 42 conforme o código do trabalho, ele tem 8 pontos eles falam que são eles que não os aplicam. Mas se uma máquina for danificada enquanto você está usando-a, você é responsável por ela, você tem que pagar a indenização por ela, pois você a danificou. (...) E ai falei: não eu acho que se estou trabalhando numa máquina sobre a qual está escrito "perigo", e qualquer explosão que poderia acontecer e ela pegar a minha cabeça como eles irão reagir já que a máquina, a coisa tem este tipo de tratamento e nós então? É como se nós tínhamos a aparência para lidar com a máquina que é mais valorizada do que nós. E depois, eu estava chegando ainda na fábrica nem tinha me assentado ainda no meu posto de trabalho e eles continuavam na reunião quando ouvi "*bow*": uma máquina quebrou. Isto acontece de vez em quando. Você fica e de repente as escuta fazendo aquele barulho estridente.. (informação verbal, 2011)

Destarte, o controle em torno dos trabalhadores haitianos é total e é assegurado tanto pelo próprio processo produtivo como pela lei haitiana. De tal modo que o patrão pode se apresentar como mais humano que o legislador "por compaixão" ao não cumprir o artigo 42 ao pé da letra. Contribuindo desta maneira a implantar mais profundamente a crença segundo a qual ele quer o "bem" dos operários fora do padrão legal do país. No entanto, esta lei é cumprida integralmente quando se trata de tesoura ou bobinas de fio extraviadas ou danificadas pelas/os operárias/os, ou seja, peças menores. Estas são integralmente cobradas ao longo das semanas que seguem ao extravio do material. Neste caso, o motivo do extravio do instrumento de trabalho não é procurado. A insegurança no local do trabalho também é negligenciada ao beneficio da segurança da maquinas necessárias ao lucro, contudo não à altura do trabalho vivo fornecido pelas/os operárias/os e indispensável para a produção da mais-valia. Isso ainda mais numa produção tão pouco mecanizada quanto a da indústria têxtil presente no Haiti.

No depoimento de Jacques, mais uma vez a consciência dos trabalhadores de serem explorados e oprimidos por serem haitianos aparece, assim como em outros depoimentos sobre este mesmo assunto, onde eles e elas insistem sobre o fato da danificação das máquinas ser sempre atribuída à negligência profissional dos haitianos. Obviamente, o fato dos haitianos serem os únicos operadores nas máquinas pode explicar

essa postura patronal. No entanto, o artigo 42 do *Code Du travail* tem sido incontornável para a submissão da força de trabalho na zona franca e na recusa da participação nas atividades sindicais de modo geral.

Contudo, cabe tomar conta da existência na mentalidade haitiana da ideia segundo a qual o sindicato é uma instância política a ser evitada por motivo de segurança. Os tempos da ditadura[153] (1957-1986), pela enorme destruição de vidas humanas dos opositores do regime, provocaram o medo e o terror associados à palavra politica. A sua associação à condenação, à prisão, à morte ou desaparecimento continua presente na mente dos/das trabalhadoras/res. Assim, na CODEVI estes/estas desenvolvem uma relação essencialmente utilitarista com o sindicato visto como uma organização política a evitar fora da zona franca. A esse respeito, Jeannette é categórica:

> Costumo ir às reuniões do sindicato, mas não estou afiliada. Não tomo parte nesses tipos de coisas. Quando sou lezada financeiramente, recorro ao sindicato. Não é por medo, mas tem um tipo de coisas das quais nuncafaço parte. Esse negócio de politica é uma coisa na qual não me meto. Não tenho costume de ver mulheres dirigindo as reuniões. (informação verbal, 2011)

O que pode explicar o fato do sindicato procurar, pelo menos, na nossa leitura, neutralizar essa visão ao iniciar e terminar as suas reuniões com uma oração e um hino

[153]A titulo de ilustração do que representava a ditadura no Haiti e as suas consequências sobre o direito de fazer política, me refiro a um segmento de análise na nossa dissertação de mestrado**:** "*Assim, depois da derrota das lutas comunistas, no ano de 1969, o governo publicou um decreto anticomunista que punia com a morte qualquer pessoa ou instituição vinculada, direta ou indiretamente, com as ideias comunistas. (PIERRE-CHARLES, 1973). Portanto, a partir deste momento e até a virada "democrática estadunidense", no bojo da restauração do capital, os Estados Unidos deixaram de apoiar qualquer movimento antiditadura. No entanto, deixaram de se inserir, de maneira direta no território nacional, na repressão aos movimentos de contestação à ditadura, visto que o furacão comunista fora neutralizado*". (DESROSIERS, 2009: 162)**.** Com efeito, como foi indicado em nota de rodapé no mesmo trabalho, em 1969, o partido comunista foi derrotado pela ditadura apoiada pelos E.U.A. Como analisamos: "*O PUCH: Partido Unificado dos comunistas haitianos é criado em seguida à fusão de dois partidos comunistas clandestinos sob a ditadura de Duvalier pai. Quando as suas lutas anti-imperialistas e antiditatoriais começaram a ameaçar a ordem ditatorial, ainda necessária ao imperialismo norte-americano, A CIA se infiltrou e o reprimiu de maneira brutal: "A repressão atingiu certos dirigentes do PUCH e um grande numero de quadros, de militantes e de simpatizantes cuja metade foi fuzilada sem julgamento, morreu sob torturas ou podre ainda em prisão. Alguns meses depois, o jornal clandestino do PUCH Boukan num artigo consagrado à verdade sobre a repressão, revela que esse ato de tal magnitude e precisãofoi executado pela CIA, cujo um dos agentes, Frank Eyssalem, conseguiu infiltrar-se na comissão militar do partido.[...]. Os setores governamentais e a embaixada dos Estados-Unidos no Haiti consideraram esta operação como uma vitória decisiva do duvalierismo contra a oposição*". (PIERRE-CHARLES IBID, apud Desrosiers, 2009: idem)

evangélico[154] dando assim a impressão aos operários presentes que as reuniões sindicais são reuniões sociais e não políticas. O que em si traduz a falta de formação política dos dirigentes sindicalistas e a ausência de tal política para com os membros do sindicato. Outro elemento importante a levar em consideração na distância das operárias do sindicato é o próprio fato da diretoria ser exclusivamente masculina. O que pode provocar o ciúme nos conjûgues das trabalhadoras que podem ver nessas reuniões, espaços propícios a traição das suas parceiras. O que, aliás, já deve ter acontecido se nos referirmos ao seguinte depoimento da Marie: "*Antigamente os sindicatos ficavam com as mulheres. Mas agora tem um novo, não estou ouvindo mais o nome deles sendo citado nestas histórias*". (informação verbal, 2011)

Assim, apesar do trabalho ser destinado às mulheres mães, responsáveis de preferência, jovens e prontas para trabalhar logo depois da contratação (sem gestação), o padrão sexista machista é transversal ao processo do trabalho. Destarte, as metas exercem um poder de controle tal sobre as operárias haitianas que as levam a enfrentarem até riscos de estupro, a ficarem com supervisores e/ ou gerentes para conseguirem ganhar, pelo menos, o que lhes fora prometido. Porém, as operações ditas mais fáceis, como aquelas da fábrica de roupas íntimas, são para as mulheres enquanto as ditas mais difíceis, que pagam um pouco mais, são idealizadas para homens. Embora isso não impeça a realização destas por operários dos dois sexos. E os homens, tanto dominicanos como haitianos, ao lado das mulheres dominicanas, dominam na hierarquia do trabalho e também na luta contra a ditadura do capital através do sindicato.

Portanto, no caso concreto da CODEVI, observa-se uma divisão sexual do trabalho no proveito dos trabalhadores tanto haitianos como dominicanos e, em última instância dos patrões no detrimento das operárias haitianas. A própria educação diferenciada, hierarquizada segundo o sexo preparou as mulheres para os postos de trabalho ditos femininos e, não somente subvalorizados, mas, por consequência sub-remunerados. Cabe frisar, nesta altura, que na zona franca, não tem dominicanas operárias nem dominicanos operários. Portanto, a própria divisão sexual do trabalho na zona franca

[154] Tivemos a oportunidade de participar a uma dessas reuniões durante a nossa pesquisa de campo.

obedece à outra divisão do trabalho inerente à localização da mesma: a nacional-racial. Assim, no próximo item, pretendemos discutir essa dupla divisão do trabalho.

3.3 Hierarquização nacional-racial-sexual do trabalho na CODEVI

Conforme a localização peculiar da zona franca e os processos sócio-históricos próprios a ele, o sistema vem se apropriando de relações sociais pré-existentes à instalação da CODEVI para maximizar o seu lucro. Neste caso, nos referimos aos conflitos étnico-nacionais existentes entre o Haiti e a República Dominicana que têm seu reflexo tanto na exploração do trabalho, como na dominação da força de trabalho haitiana. O que se materializou no que denominamos como hierarquização nacional-racial-sexual das relações de trabalho na CODEVI. Como se operacionalizam tais relações de poder no cotidiano da força de trabalho haitiana, em especial, os operadores/as operadoras diretos/diretas? André, 25 anos, jovem operário, aluno do ensino médio à tarde, depois de sair da fábrica, expressa da seguinte maneira a sua frustração enquanto operário haitiano:

> **Você gosta do seu trabalho na fábrica?**
>
> Não 100%. Como você não tem nada para fazer, você é obrigado a aceitar até as humilhações dos panhois[155] que não têm nenhm respeito para os haitianos. (André, informação verbal, 2011)
>
> **Que tipo de humilhação?**
>
> Falo isso porque, eles sempre acham que são autônomos, posso compreender que isso é verdade. São eles os dirigentes, são eles os primeiros é verdade. Eles não dão aos haitianos o respeito que eles têm. Eles fazem de conta que nós haitianos somos os criados deles. Isso às vezes me deixa muito mal. (André, informação verbal, 2011)

Com Simon, aluno do ensino médio, depois do trabalho na fábrica também, é o mesmo sentimento:

[155] Diz respeito tanto à língua, como ao nome dos dominicanos e das dominicanas. Também ir para Panyòl/ *al nan panyòl* significa atravessar a fronteira à procura de trabalho na República Dominicana. O nome panyol no masculino faz referência a um homem, que é pejorativamente associado ao ladrão, assassino e soberbo e a panyòl refere-se à prostituta. No Haiti, sobretudo, na década 80, muitas dominicanas atravessavam a fronteira haitiana para trabalhar na prostituição.

Você gosta do que você está fazendo lá na fábrica?

> Bom, não é por que a gente gosta do que está fazendo, ou porque o toleramos pois, eu não o tolero. É porque nós lá dentro, nós haitianos não somos respeitados ali pela outra nação que está conosco. Pois eles têm uma superioridade sobre nós, eles têm uma superioridade sobre nos, pois, eles são os líderes, são responsáveis das coisas maiores lá dentro. Bom, nós não temos quase mais nenhum valor lá dentro. Eles no final nos consideram como escravos. Assim, é como se a gente depois de sair da escravidão, voltou nela do mesmo jeito de novo. (Simon, informação verbal, 2011)

Podemos destacar aqui um elemento recorrente à várias entrevistas: o trabalho é hierarquizado, nacional-racialmente em favor dos dominicanos. O que é visto de maneiras diferentes senão contraditórias pelo patrão e pelos trabalhadores/pelas trabalhadoras. Segundo o patrão, a escolha dos dominicanos é explicada pela sua experiência na indústria têxtil:

> Têm posições que, por experiência, os haitianos não ocupam (gerente de qualidade que necessita de muito tempo de prática, de experiência). Mas, em todas as posicões-chaves têm haitianos **(gerentes de gestão humana são haitianos, o administrador do parque é haitiano (V.S.), encarregado de gestão humana, encarregado de engenharia que são haitianos**. Têm estrangeiros e também haitianos. Todo mundo tem que trabalhar debaixo da lei haitiana. **Todos os estrangeiros que trabalham aqui, todos estão em postos de direção**. Eles não trabalham com salário mínimo. O salário mínimo é valido somente para os operários (M. TORRES, informação verbal, 2011). (os grifos são nossos)

No entanto, segundo os relatos dos trabalhadores, os postos mais elevados da CODEVI são ocupados por dominicanos homens por motivos racistas, preconceituosos. Marie expressa isso nas seguintes palavras:

> Aliás, você nunca vê um dominicano como operador das máquinas, só os haitianos que trabalham feito um burro[156]. Os dominicanos passeiam, se divertem e os haitianos... Alias não é na CODEVI que eles são pagos como mesmo..? É no banco que eles são pagos. Entendeu? Nós mesmos, é ali dentro que a mixaria que eles vão nos dar é dado, mas é como o que essa coisa se diz

[156]Expressão popular haitiana que significa que a pessoa trabalha além da sua capacidade humana como um animal, no caso, o burro que sempre carrega pesos enormes e ainda leva pancadas ao longo do trageto até a feira.

> mesmo... [cheque?] Sim, eles vão no banco[157] pegar o dinheiro deles. E um haitiano não pode saber quanto ganha um dominicano não. E se a ficha de um dominicano , eu sou o seu amigo eu a mostro para você e eu for contar isso nos Recursos Humanos, você será demitida na hora. Haitianos não podem saber quanto ganha um dominicano, pois é um montão de dinheiro e o haitiano trabalha para nada, isso é ruim. (informação verbal)

No Haiti, em geral, e, sobretudo, nas cidades do campo, ir ao banco é um costume citadino, "moderno" que pode significar que você é de uma "classe social" alta e tem dinheiro. Ir ao banco é símbolo de distinção. Portanto, quando os operários percebem que os dominicanos são pagos por cheques e, eles, em dinheiro vivo, isto é uma expressão cabal de preconceito contra eles/elas por serem haitianas/os. Fora o fato de que, concretamente, pela posição dos dominicanos/das dominicanas na organização do trabalho na zona franca, eles ganham muito mais do que os operários e as operárias: *"os dominicanos ocupam grandes funções: coordenador, engenheiro, gerente, coisas assim."* (Marie, informação verbal, 2011)

Contudo, quando questionamos o industrial dominicano sobre a possível diferença salarial entre haitianos e dominicanos, este respondeu:

> Vou fazer uma correção. não ha um salário para os estrangeiros e um salário para os dominicanos. Existe salário para uma posição e não um salário para estrangeiro. Que esta posição for ocupada por um estrangeiro ou um local, é o mesmo salário. Agora, tem uma escala salarial por posição. Cada posição tem um salário, quem ocupa essa posição recebe o salário dessa posição. O gerente de gestão humana recebe um salário, o gerente de produção recebe isso. Por isso repito, não é salário dominicano, é um salário de posição (M. TORRES, informação verbal, 2011).

Uma postura que o industrial justifica argumentando que existe uma única categoria de funcionários na zona franca:

> Primeiro, vou fazer uma pergunta: quem lhe deu a informação segundo a qual temos dois tipos de trabalhadores? Nós temos um tipo único de funcionário que têm dois tipos de nacionalidades sim. Os estrangeiros que estão aqui estão com uma missão de capacitar os funcionários que são haitianos para que eles possam tomar conta da prenda. Quando chegamos aqui, todas as posições eram ocupadas por estrangeiros. Aqui trabalham americanos, mexicanos, hondurenhos, gregos

[157]No Haiti, em geral, e, sobretudo, nas cidades do campo, ir ao banco é um costume citadino, moderno que pode significar que você é duma "classe social" alta, e tem dinheiro. Ir ao banco é simbolo de distinção. Portanto, quando os operários percebem que os dominicanos são pagos por cheques e, eles, em dinehiro vivo, isto é uma expressão cabal de preconceito contra eles por serem haitianos.

> aqui trabalham dominicanos, eu sou dominicano, mas trabalhamos com uma regra só. Tem um único tipo de empregado: empregado de CODEVI.. (M.TORRES, informação verbal, 2011)

Esses argumentos deixam a pensar que as posições em si, se autodefinem e são neutras e objetivas. Além do mais, fora o parâmetro da experiência, qualquer funcionário da zona franca pode ocupar qualquer posição e ganharia o salário previsto por esta posição independentemente da sua nacionalidade ou sexo. Nós não procuramos informações entre os intermediários segundo o sexo, a nacionalidade. Os poucos que aceitaram conversar conosco, todos haitianos, muitas vezes, ao contrário dos operários/ das operárias, foram na maioria das vezes, reticentes a falar do seu salário. Um elemento importante a frisar nesta altura é que, na hierarquização nacional-racial-sexual do trabalho na CODEVI, apesar de encontrar mulheres haitianas em outros postos do que na montagem e costura, como na clínica da zona franca, entre os seus superiores encontram-se homens e mulheres dominicanas. Fora o fato que elas, em geral, têm algum vínculo com a República Dominicana, seja como local de estudo, seja como local de residência. Por exemplo, o diretor dos recursos humanos na época da nossa pesquisa de campo era um homem haitiano residindo na republica vizinha e estudando lá também, contudo, o seu chefe era uma mulher dominicana, que, aliás, o impediu, segundo ele, de nos fornecer os documentos com os dados sexo-especificos detalhados sobre a contratação e demissão entre os operários e operárias. Estes elementos complexificam a análise da divisão sexual do trabalho na zona franca pois, uma leitura clássica desta nos impediria de dar conta destas relações fundantes da hierarquização da exploração da força de trabalho feminino haitiana.

Os postos de responsabilidade, de concepção e de direção são ocupados, de modo geral, pelos dominicanos homens e mulheres. A exceção dos gestores de recursos humanos que são haitianos- como analisamos nas páginas anteriores- por razões convenientes ao controle da força de trabalho haitiana. Na verdade, a haitianização desse setor é crucial para o controle da força de trabalho e fundamental para a "aceitação" por parte da força de trabalho haitiana da exploração em disfarçar a verdadeira face do comando do capital na CODEVI, o grupo M, empresa dominicana. A escolha dos haitianos, além do fato deles, em geral, morarem ou terem estudado na República

Dominicana assegura ao grupo M, no mínimo, um sentimento de agradecimento ou dívida para com os patrões dominicanos por serem considerados haitianos de primeira categoria, tendo que controlar a produção, a disciplina e regularidade da força de trabalho haitiana. Assim, são eles os novos *commandeurs* da neoplantação CODEVI com a responsabilidade de exercer a sua função com um rigor exemplar. Entretanto, a gestão de recursos humanos deveria incluir todos os recursos humanos, sem exceção de nacionalidade ou de sexo, de modo imparcial. Porém, nos conflitos entre superiores dominicanos e operários haitianos/ operárias haitianas, o gestor de recursos humanos atua com o propósito de, senão culpabilizar o haitiano/a haitiana, ou neutralizá-lo/la. Segundo Marie:

> Oh!!! Os recursos são os principais. Sim, eles mesmos. Ademais, outro dia, estava numa discussão com o Sancelot sobre isso , o gestor de recursos humanos para AM2, pois ele não está a favor dos haitianos. Ele é haitiano!!!!!!! Isto quer dizer, que ele, que o haitiano tivesse razão ou não, ele não está a favor dos haitianos de modo nenhum. [...].O dominicano pode te dar.... Bom, uma vez, um dominicano deu uma tapa na cara duma haitiana. Enquanto ele falava para a haitiana trabalhar e ai a haitiana respondeu: ainda não, e daí ele..*Pla*.. deu uma tapa no rosto dela. A haitiana tinha dito que não podia ainda, espere um pouco, não sei se foi por conta de uma dor de cabeça e daí ela falou para ele esperar um pouco e ele deu uma tapa na cara dela. A moça foi nos recursos humanos. Entretanto, você é um dirigente, você deveria dar um tempo nàquela história. Olha!! ele foi lá, falou para o *panhol*: "olhe depois disso , não dá mais tapas no rosto de haitianos, ouviu?" Só isso. Os haitianos que fazem.. os haitianos que trabalham mais lá dentro," depois disso não dá mais tapas no rosto dos haitianos, ouviu" e pronto. Ele parou ali. Ele não falou nem A, nem B, nem C. E acabou. Acabou de vez. Acabou, isso está errado. Ele não falou mais nada. No entanto, se fosse um haitiano que tivesse feito isso a um dominicano, eles o despediriam com o artigo 42. O artigo 42, se você for demitido com o artigo 42, se você for demitido com o artigo 37, você receberá 5000 gurdas, com o artigo 37, você recebe 2000 gurdas. Você não entendeu o que falei né? Isto quer dizer que o resto do dinheiro fica com os Recursos Humanos. Eles pegam o seu dinheiro. (Informação verbal, 2011)

Simon continuou conversando conosco e nos contou um ocorrido similar ao contado por Marie que o deixou frustrado:

> A razão pela qual falo assim é porque os haitianos não são respeitados. Uma vez presenciei um acontecimento. Uma calça que não estava totalmente normal passou nas mãos de um haitiano como eu. Rapidamente, o dominicano apareceu, arrancou a calça e boom, a jogou no rosto do haitiano. Isso me fez até chorar, porquê? Por que vi o dominicano ter a coragem de fazer uma coisa dessas. E, posso te dizer que se não fosse o fato da gente estar sob dominação dominicana, isso não ia terminar tão bem assim. Pois eles sempre nos falam, me lembrou que um dia estava falando com um deles e ele me disse assim: "a sim, sei muito bem

> que vocês vêm do sangue do porco[158]" e concordei com ele e eu ia mostrar para ele que nos vemos mesmo do sangue do porco e que, nós haitianos não brincamos.(Smon, informação verbal, 2011)

Entretanto, nesta fala do Simon, é importante observar que a função deste dominicano não é identificada. A sua nacionalidade em si e o modo como ele foi falado traduz o desdém, as vezes dissimulado, do haitiano contra o dominicano. .A história desses dois povos vizinhos é repleta de crimes e violências de uma parte como da outra. Contudo, na contemporaneidade, a República Dominicana exerce certa hegemonia sobre o Haiti. O Haiti importa quase tudo da repùblica vizinha para a sobrevivência diária do seu povo, entretanto a República Dominicana importa, anualmente, trabalhadores para os seus *bateys*[159] e para as obras de construção civil. Em contrapartida, quase diariamente são deportados centenas de haitianos da República Dominicana sob a acusação de ter penetrado em território dominicano sem documentos legais.

A esse respeito, em 29 de setembro de 2013, a Corte Constitucional da República Dominicana tomou uma medida retroativa, mudando o direito à nacionalidade dominicana. Com esse decreto, todos os filhos de imigrantes nascidos no território dominicano a partir do ano 1929 perdem a nacionalidade dominicana e todos os direitos adquiridos ao longo dos anos. Destarte, essa decisão em discussão e rejeitada por vários

[158] Esta referência ao sangue do porco feita pelo dominicano é uma referencia negativa à historia da independencia do Haiti. Com efeito, todos os haitianos iletrados e alfabetizados conhecem a história do congresso do Bwa-Kayiman. Congresso noturno (13, 14 agosto de 1791) no qual aconteceu uma cerimonia vodu onde ocorreu o sacrificio dum porco foi sacrificado e o sangue dele recolhido e distribuido entre os principais participantes da cerimonia. Esse congresso que foi antes de tudo político, deu lugar a insurreição geral dos escravizados e das escravizadas. Esta insurreição deu inicio as lutas pela independencia do Haiti, entre elas, a última batalha contra os colonos franceses no dia 18 de novembro de 1803. Em nossa dissertação de mestrado(2009:45), apresentamos da seguinte maneira o dito congresso:" *Enquanto o projeto dependente dos brancos e dos alforriados fracassou dentro dos seus limites históricos, os escravizados, aos quais tanto os proprietários brancos como os proprietários mestiços fizeram apelo para lutar, na noite de 13 de agosto de 1791, tomaram a decisão de combater, até a morte, pela sua libertação. Naquela noite, um grupo de marrons junto com escravos de plantation organizaram um congresso político no meio de uma cerimônia vaudou dirigida por Cécile Fátima, chamada de Romaine la Prophétesse e por um marron pai de santo, Boukman[158]. Se tal culto tem uma importância capital é porque nele se propagandeou o discurso anti-racista e anti-escravista que sintetizou a filosofia da luta dos africanos deportados em Saint Dominguecontra a modernidade colonial européia*". Portanto, essa fala do dominicano é um "xingamento" que como qualquer ataque ao processo de libertação do Haiti da colonização e, sobretudo, da escravidão enraivece qualquer haitiano, conhecedor e orgulhoso da história da conquista da sua independencia, iletrado ou culto.

[159] Plantações de cana de açucar onde os haitianos trabalham e que constituem locais fechados extremamente precáriosde trabalho. O livro de Maurice Lemoine (1981) "*Sucre amer*/açucar amargo", citado neste livro descreve fielmente o que é a vida dos haitianos nos bateys.

organismos nacionais e internacionais de defesa de direitos humanos traz a luz sobre o que pode ser chamada das relações étnico-racias haitiano-dominicanas. Assim sendo, no intuito de iluminar maisa postura da força de trabalho haitiana em relação aos dominicanos e porque, muito provavelmente, a designação de dominicanos nos postos de responsabilidade não diz respeito necessariamente e/ou unicamente à possessão de experiência ou não na industria têxtil, apresentaremos um sintético esboço histórico do fundo étnico-racial das relações de trabalho na zona franca.

3.3.1 Esboço do fundo étnico-racial histórico das relações de trabalho na CODEVI

A hierarquia nacional, de certa forma "racial" entre haitianos "negros e dominicanos "mestiços" é transversal à CODEVI e é a expressão, à primeira vista, do conflito racial/nacional entre haitianos e dominicanos onde estes últimos se consideram superiores aos haitianos e aqueles considerados pelos primeiros como falsos, pequenos espanhois, *panyòl*/ panhois, ou seja, "brancos" de última categoria. Contudo, o poder econômico da República Dominicana é maior e a sua dominação sobre o Haiti esta cada vez mais se concretizando, isso, mediante o apoio dos governos locais assim como da chamada comunidade internacional "branca", racista e imperialista. No entanto, a busca da compreensão desse ódio"meio" recíproco entre dominicanos e haitianos exige uma pequena volta a alguns fatos históricos mais simbólicos da relação entre os dois países, sobretudo entre suas burguesias e suas classes trabalhadoras.

A República Dominicana e o Haiti compartilham uma ilha no Caribe: a ilha Haïti de 77.000Km^2. Atualmente, os dominicanos ou os estrangeiros usam mais o nome de ilha Hispanhola, mas o nome original e considerado pelos haitianos é "Haiti" em homenagem ao nome indígena que significa: Terra montanhosa. Em recusa do nome colonial imposto à ilha pelos colonizadores espanhóis que a consideravam como uma pequena Espanha, daí o nome Hispanhola (pequena Espanha). A República Dominicana é constituída por 2/3 das planícies da ilha, enquanto o Haiti tem a maioria das montanhas e um terço das planícies. A ilha foi dividida em dois pelo tratado de Riswick entre os colonos franceses e espanhóis em 1625. A história da relação desses dois países é bastante dolorosa para os dois. O Haïti ocupou a República Dominicana durante 21 anos entre 1805 e 1825.

Sob a presidência obscurantista de Jean-Pierre Boyer, considerado com traidor da Pátria por ter aceitado o pagamento à França de uma quantidade enorme de dinheiro para o chamado reconhecimento da independência do Haiti. Independência conseguida ao preço de lutas incessantes pelos/pelas escravizados/escravizadas em 1803.

No entanto, podemos afirmar que o poder econômico dominicano aliado ao racismo e o velho ostracismo internacional contra o Haiti tornaram a história haitiano-dominicana amarga para os haitianos, sobretudo a classe trabalhadora haitiana pauperizada. De modo especial aos migrantes que começaram a atravessar a fronteira, encorajados pelos americanos, durante a ocupação militar (1915-1934) para trabalhar nas indústrias açucareiras americanas da Republica Dominicana, na época ocupada também pelos EUA. Uma ocupação que, além de planejar um plano de desenvolvimento desigual para os dois países, contribui para o crescimento da migração haitiana para a República Dominicana. O que demonstra quão reacionária foi o decreto da Corte Constitucional da República Dominicana que tentou, através desta medida, desenraizar os haitianos no país, ocasionando até o início da emigração maciça, forçada, aliás, de haitianos pauperizados em busca de trabalho para a República Dominicana.

Assim, pouco tempo depois do fim da ocupação, o ditador dominicano Trujillo ordenou, através do exército dominicano, o massacre de milhares de haitianos com o propósito de demarcar no sangue a fronteira haitiano-dominicana e impedir a suposta invasão haitiana do país. Foi um genocídio que destruiu a vida de milhares de homens, mulheres e crianças haitianos, inciando a fase de demonstração do ódio burguês contra as classes trabalhadoras dos dois países. A socióloga haitiana Suzy Castor[160] sintetiza com

[160][Tradução livre] *Ce génocide a été peut-être l'une des plus grandes tragédies de cette période ! Du 2 au 4 octobre 1937, nous dit Jean Price Mars, pendant trente-six heures, la symphonie rouge en nappes lourdes répandit la tristesse des sanglots, des lamentations, des hoquets d'agonie vomis par la multitude haïtienne. Quinze mille Haïtiens, hommes, femmes et enfants, vivant particulièrement dans la zone frontalière de la République dominicaine, tombés dans des embuscades, furent froidement massacrés à l'arme blanche, exécutés dans les maisons, les prisons, noyés à la mer ou dans la rivière Massacre, dans une impitoyable chasse à l'homme qui n'était ni un acte isolé, ni un mouvement spontané de population, car la solidarité fraternelle des Dominicains a sauvé beaucoup de vies haïtiennes. C'était bel et bien la politique terroriste de l'Etat dominicain appliquée par le dictateur Rafael Leonidas Trujillo, contre la population haïtienne qui vivait en territoire dominicain avec pour toile de fond : le processus historique des relations complexes toujours tissées de violence entre les deux peuples depuis le XIXème siècle ; les résultats de développement inégal favorisé par l'occupation américaine qui avait uni les deux peuples sous une même botte de 1916 à 1924 ; la réapparition du vieux fonds anti haïtien basé sur les facteurs raciste et ethnique toujours présent*

propriedade o significado ideologico, político e histórico deste massacre nas seguintes linhas:

> Este genocídio foi talvez uma das maiores tragédias deste período! De 2 a 4 de outubro de 1937, diz Jean Price Mars, por 36 horas, a Sinfonia vermelha em toalhas de mesa pesadas espalhava a tristeza das lágrimas, lamentações, de soluços de agonia vômitados pela multidão haitiana. Quinze mil haitianos, homens, mulheres e crianças, morrando particularmente na área de fronteiriça da República Dominicana, tomados em emboscadas, foram friamente massacrados à facadas, executados dentro de casas, prisões, afogados no mar ou no rio Massacre, em uma implacável caçada ao homem que não foi nem um ato isolado nem um movemento espontâneo da população, porque a solidariedade fraterna Dominicana salvou muitas vidas haitianas. Foi a política terrorista do estado dominicano aplicada pelo ditador Rafael Leónidas Trujillo contra a população haitiana que vivia no território dominicano com pano de fundo: o processo histórico das complexas relações sempre tecidas de violência entre os dois povos desde o século XIX; os resultados do desenvolvimento desigual, favorecido pela ocupação americana que uniu os dois povos sob uma mesma bota de 1916 até 1924; o reaparecimento do velho fundo anti-haitiano com base em fatores étnicos e racista sempre presente na definição da identidade Dominicana; a desconfiança, o medo da presença de "braceros" haitianos na República Dominicana; a natureza ditatorial do regime pos- ocupação assegurado pelo general Trujillo. Esta matriz irá prover o solo favorável para planejar e executar, em detalhe, um genocídio sem igual na época. (Castor, 2012)

Contudo, o governo haitiano da época não tratou devidamente este "genocídio", preferindo fazer um acordo amigável com o governo dominicano, enquanto o crime levantava fora e dentro do Haiti uma consternação geral. No entanto, a solidariedade de classe entre os dois governos, assim como os seus interesses peculiares permitiram que o governo haitiano aceitasse um acordo que negava até o direito dos mortos à uma memória digna. Dando palavras mais uma vez a Suzy Castor[161]:

---

dans la définition de l'identité dominicaine ; la méfiance, la peur de la présence de « braceros » haïtiens en République dominicaine ; le caractère dictatorial du régime post occupation assuré par le général Trujillo. Cette matrice se révélera le terreau favorable pour planifier et exécuter dans les détails un génocide qui n'avait pas de pareil à l'époque. In: Suzy Castor.- Le massacre des haitiens en Republique Dominicaine 75 ans après spécial. Publicado pelo GARR (Grupe d'Appui aux rapatriés et aux réfugiés) em 15/10/2012. Acesso em 03/03/2014 http://www.garr-haiti.org/index.php/nouvelles/actualite/haiti-rd-relations-fr/item/1068-le-massacre-des-haitiens-en-republique-dominicaine-75-ans-apr%C3%A8s

[161]Tradução livre] *La soumission des gouvernants haïtiens a été aussi des plus monstrueuses. Après avoir essayé de traiter en catimini diplomatiquement ce massacre, l'indignation nationale et internationale obligea le président Sténio Vincent à recourir à l'arbitrage d'une Commission interaméricaine intégrée par les Etats-Unis, le Mexique et Cuba qui n'est même pas arrivée à fonctionner. Le 31 janvier 1939, en effet, un honteux accord bilatéral conclu avec le gouvernement dominicain accordait le paiement de 250 000 dollars américains au gouvernement haïtien. La première et dernière tranche de 100 000 dollars équivalait au paiement de 12 dollars par tête d'Haïtien! Et l'affaire fut officiellement close par cette entente entre deux*

> **A submissão dos governantes haitianos também foi o mais monstruoso**. Depois de tentar tratar às escondidas, diplomaticamente, este massacre, a indignação nacional e internacional forçou o Presidente Sténio Vincent a recorrer à arbitragem de uma Comissão Interamericana integrada pelos Estados Unidos, o México e Cuba, que nem chegou à funcionar. No dia 31 de janeiro de 1939, na verdade, **um vergonhoso acordo bilateral concluido com o governo dominicano concedia o pagamento de US $ 250, 000 para o governo haitiano. A primeira e última parcela de US $ 100 mil dolares foi equivalente ao pagamento de US $ 12 por cabeça de haitiano! E o caso foi encerrado oficialmente pelo presente acordo entre duas oligarquias, contra dois povos! Abdicação e traição de um governo pisando debaixo dos pés os direitos do povo haitiano e 15.000 nacionais assassinados.** (Idem) (grifos da autora)

Desta maneira, entende-se o pano de fundo das relações haitiano-dominicanas e como pode se tornar explosivo o ambiente de trabalho na CODEVI com os dominicanos como patrões e principais intermediários entre o grupo M e a força de trabalho haitiana. Cabe assinalar que o ódio burguês dominicano contra a classe trabalhadora haitiana, pelas relações de poder inerentes a toda formação social capitalista e mediante o poder das mídias convencionais, foi assimilada pela classe trabalhadora dominicana e interiorizada, como a autora o assinalou, como parte integrante da identidade dominicana. Por exemplo, para incitar as crianças a comer, o bicho papão que dá tanto medo nos pequenos é haitiano. Um/uma negro/negra "bonito/bonita" e bem vestido/a" é automaticamente considerado de qualquer nacionalidade fora a haitiana. A independência comemorada pela República Dominicana é aquela conquistada contra os haitianos em 1825 e não a conquistada contra a metrópole espanhola. A miscigenação indígena-espanhola que deu nascimento à nação dominicana em contraste com a nação haitiana provinda de uma colônia onde 90 % da população colonial era "negra" produziu um sentimento de superioridade étnico-racial neocolonial nos dominicanos e, portanto de ódio ao "negro haitiano" pobre. Como Suzy Castor o destacou, "as relações complexas históricas tecidas de violência" constituem além desse racismo especificamente anti-haitiano o pano de fundo das relações sociais haitiano-dominicanas. Embora a solidariedade existente entre organizações haitiano-dominicanas na luta pela proteção dos direitos dos migrantes haitianos e entre as organizações sindicais,

---

oligarchies, contre deux peuples ! Abdication et trahison d'un gouvernement foulant aux pieds les droits du peuple haïtien et de 15 000 ressortissants assassinés. (Suzy castor, idem) (Surligné par l'auteure)

trabalhistas que também vem contribuindo a fazer retroceder os avanços retrógrados da burguesia dominicana, assim como dos seus governos.

O massacre dos haitianos não rompeu com a migração haitiana precarizada em direção a República Dominicana, nem com o ódio ao haitiano "pobre", nem com o desdém haitiano contra o *panhol,* visto como "assassino" "ladrão" e "soberbo". Com efeito, a neoescravização de trabalhadoras/res haitianas/os na corte de cana de açúcar, sob a ditadura, além dos assassinatos crônicos de haitianos na República Dominicana, frutos da violação incessante dos direitos dos/das imigrantes haitianas/os naquele país, entre outros, são elementos que alimentam certo ódio recíproco entre os habitantes dos dois lados da ilha Haïti. O que, na verdade, confunde os verdadeiros interesses em jogo no anti-haitianismo promovido pela burguesia, as mídias e muitos dirigentes políticos dominicanos. No entanto, a ditadura haitiana incentivousistematicamente a migração precária para a República Dominicana para o lucro da oligarquia dominicana e o seu no final de década de 70 até o seu fimem 1986.

Com efeito, sob a ditadura dos Duvalier (1957-1986), o governo haitiano anualmente assinava contratos de *embauchage* de milhares de haitianos com o governo dominicano. No seu livro chamado *Sucre amer: esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes"/ Açucar amargo: escravos hoje no Caribe*, Maurice Lemoine (1981) apresenta uma reportagem fotografica detalhada do trabalho nos *Batey*s: do processo de contratação dos haitianos pelo governo haitiano mediante enganos diversos sobre as condições de trabalho para o governo dominicano até a vida precária nos *bateys*. Dois artigos do acordo bilateral entre os dois países transcritos no início e em anexo do livro desvendam a natureza neocolonial do processo e a conseqüente subalternização dos haitianos da classe trabalhadora. Na verdade, estes eram praticamente alugados ao governo dominicano para exercer funções recusadas pelos dominicanos. Uma forma clássica do desenvolvimento capitalista neocolonial em sua relação com o trabalho imigrante é: o trabalho julgado indigno dos nativos por ser precário aviltante e sub-renumerado é oferecido para migrantes procurados em outros países ou encontrados no próprio local. Os artigos 1 e 10 estipulam:

> Artigo 1[162] : O « Conselho Estadual do açúcar » (CEA) sollicita do governo haitiano para acolheita de açuqueira 1978-1979, por carta endereçada à embaixada do Haiti em Santo Domingo, a contratação de 15000 (quinze mil) trabalhadores agrícolas para as necessidades das fábricas de açúcar do estado Dominicano
>
> Artigo 10[163] : Para cobrir os custos decorrentes da contratação dos 15000 trabalhadores agricolas e seu transporte dos locais de emprego no Haiti até Malpasse, o Conselho Estadual do açúcar compromete-se a pagar a quantia de 1,225 milhões de dólares para o governo haitiano (1 225 000 S /) em moeda americana. Este valor será pago em duas prestações iguais: a primeira parcela será feita imediatamente após a aceitação por parte do governo do Haiti do pedido apresentado pelo Conselho de estado será comunicada ao dito Conselho; o saldo será pago no prazo de quinze 15 dias a contar da data da abertura das operações na contratação, ou antes do termo desse período se o Conselho Estadual do Açúcar já contratou metade do total de trabalhadores rurais solicitados (Apud Lemoine, 1981: 287,289)

Cada ano, 15000 haitianos eram literalmente entregues pelo governo haitiano ao governo dominicano para a corte de cana de açúcar. Os salários dos haitianos (supervisores, inspetores) eram diretamente pagos ao governo haitiano, enquanto os haitianos sobreviviam na humilhação, crueldade dos *comandores* e na mais abjeta miséria. Sobre a miséria paga aos haitianos como salário, o governo dominicano cobrava uma taxa para o governo haitiano. Contudo, as condições de trabalho eram extremamente precárias, e as possibilidades de ganhar dinheiro menos escassas do que as de morrer de fome ou em seguida a maltratos por parte dos chefes de trabalho ou dos próprios militares dominicanos. As condições de trabalho sob o contrato relatado pelo autor do livro (1978-1979) assemelhavam aos do trabalho escravo: o "salário": RD 1, 35 por tonelada de cana de açúcar cortada (Lemoine, 1981: 291), as morradias, o confinamento exclusivo a uma plantação até o "fim" do contrato. Em geral, o *braceiro* não deixava o batey livremente, só

[162] [Tradução livre] Article 1: *Le "Conseil d'État du Sucre" (CEA) sollicite du gouvernement haïtien pour la récolte sucrière 1978-1979, par lettre adressée à l'ambassade d'Haïti à Santo Domingo, l'embauchage de 15000 (quinze mille) ouvriers agricoles pour les besoins des usines sucrières de l'État dominicain.*

[163][Tradução livre] Article 10 : *Pour couvrir les frais qu'occasionnent l'embauchage des 15000 ouvriers agricoles et leur transport des lieux d'embauchage en Haïti jusqu'à Malpasse, le Conseil d'État du sucre s'engage à verser au Gouvernement haïtien la somme de un million deux cent vingt-cinq mille dollars (1 225 000 S/) en monnaie américaine. Cette valeur sera versée en deux tranches égales : le premier versement sera fait immédiatement après que l'acceptation par le gouvernement haïtien de la demande soumise par le Conseil d'État aura été communiquée au dit Conseil; la balance sera versée dans un délai de quinze (15) jours à partir de la date de l'ouverture des opérations d'embauchage ou avant l'expiration de ce délai si le Conseil d' État du Sucre a déjà embauché la moitié du total des ouvriers agricoles sollicités*

se estiver morrendo ou morto. Entretanto, a relação do governo dominicano com o governo haitiano era muito respeitosa. Todas as despesas do governo haitiano no processo de contratação até o transporte dos trabalhadores eram restituídas pelo governo dominicano. A chegada dos haitianos e seu repatriamento eram programados pelo governo dominicano com a cooperação do governo haitiano.

Assim, isso mostra como sistematicamente o governo haitiano com o aparente motivo de fornecer empregos a haitianos pobres vivendo na miséria no Haiti, como no caso da CODEVI entregava literalmente os seus cidadãos a uma neo-escravidão para o seu próprio lucro. Atualmente, o ditador Jean-Claude Duvalier possui congelado na UBS, banco Suíço, mais de 7 bilhões de dólares americanos provindo, entre outros, deste comércio humano legal. Lembramos que o primeiro ministro haitiano afirmou perante o senado haitiano em 2010 que o Haiti não tem condição de recusar os salários baixos. A mesma argumentação para justificar o trabalho precário da indústria têxtil. Certamente, é menos penoso do que o trabalho nos bateys e o tratamento menos cruel. No entanto, o contexto político-econômico internacional mudou, estamos agora na era neoliberal democrata, aliás, que propicia o desenvolvimento das zonas francas onde se precisa de um mínimo de direitos para a formalização da terceirização da produção das multinacionais e a subseqüente exploração do trabalho precarizado. Além do mais, o trabalho nos bateys continua existindo ao lado do trabalho nas fábricas textéis ou zonas francas, o que pode contribuir para deixar a pensar que o trabalho na CODEVI é um privilegio em comparação ao ir aos *bateys*. Contudo, não tem contradição ou oposição entre as duas formas de trabalho, senão continuidade no processo neocolonial de precarização do trabalho e subalternização étnico-racial e sexual da força de trabalho haitiana na contemporaneidade.

A hierarquização nacional-racial do trabalho na CODEVI segue o mesmo padrão do que aquela que prevalece nos *bateys*. Por exemplo, o fato de chamar dominicanos para neutralizar os/as trabalhadores/trabalhadoras em mobilização no ano 2004, como o relatamos neste trabalho, lembra práticas da era do Trujilo (embora com menos intensidade), assim como as dos bateys. Assim, a naturalidade com que ocorreram esses acontecimentos, sem mencionar a falta de resposta do governo haitiano em defesa dos/das trabalhadores/trabalhadoras, como no caso do massacre de Trujilo desvenda o

caráter antipopular e burguês do Estado haitiano. Isso também demonstra a relatividade de uma noção como o nacionalismo que não passa de uma vulgata ideopolítica quando interesses capitalistas supranacionais estão em jogo.

Mais uma vez, num contexto particular, o modo do sistema do capital de aproveitar os preconceitos para a sua reprodução funciona com a direção dominicana da CODEVI e a própria hierarquia nacional existente ali. Como destacamos na parte introdutória do presente trabalho, a CODEVI constitui o primeiro modelo de uma série de zonas francas a serem instaladas no Haiti. Segundo o que apresentamos até aqui, a centralidade das mulheres nesse processo é óbvia pelo fato delas serem a maior parte da população operária nas zonas francas têxteis no mundo. No entanto, aqui podemos ver quanto o trabalho nas zonas francas, pela sua precariedade e pelas relações sociais opressivas tais como o gênero, a "raça", os conflitos étnico-nacionais históricos burgueses entre os dois países existentes antes da própria instalação da zona franca propiciam uma exploração acirrada da força de trabalho feminino, além de reforçar o machismo e suas conseqüências nefastas entre os trabalhadores e as trabalhadoras.

Esta hierarquização contribui para a precarização da saúde da força de trabalho haitiana. Com efeito, os cuidados relacionados à saúde do trabalhador diferam segundo cada nacionalidade. O que, acrescentado às próprias condições de trabalho dos haitianos e das haitianas, contribui para a precarização da própria saúde da força de trabalho haitiana. Com efeito, as conseqüências das condições de trabalho na zona franca sobre a saúde dos/das trabalhadores/trabalhadoras, bem como o tratamento aos diversos problemas de saúde apresentados pelos trabalhadores/ pelas trabalhadoras, de forma geral, carregam as marcas da hierarquização nacional-racial do trabalho na CODEVI. O que analisamos em conjunto com as formas de reprodução física da força de trabalho como característica da precarização do trabalho na zona franca.

3.4 Precarização do trabalho, saúde e reprodução da força de trabalho: outro paradoxo do "empresariado humanitário"

Durante a pesquisa de campo na CODEVI, um dos elementos mais marcantes das entrevistas foram as conseqüências do trabalho e as condições gerais do trabalho: o

ambiente, serviços diversos como a água na fábrica sobre a saúde física da força de trabalho, em geral, e sexual sobre as mulheres em particular. Os operários/ as operárias de forma geral desenvolvem uma consciência objetiva da relação entre o seu atual estado de saúde e o trabalho na zona franca. Além de associar o tratamento dado a eles e a sua saúde a divisão hierárquica nacional racial do trabalho na zona franca. Com efeito, eles/elas enxergam a divisão nacional-racial do trabalho como a principal mediação da sua exploração materializada nas condições de trabalho, em geral, diferenciadas segundo a nacionalidade. O que repercute em uma maior precarização do trabalho para os/as operários/operárias haitianos/ haitianas e num atendimento precário aos seus problemas de saúde, aparentemente freqüentes nos locais de trabalho. Simon, durante nossa entrevista com aquele grupo de jovens operários e operárias (em sua maioria alunos do ensino médio à noite, ou seja, como alunos com idade avançada) ilustrou bem isso ao afirmar, em resposta a nossa pergunta individual para ele:

> **Você acha que o seu trabalho na CODEVI tem alguma conseqüência negativa sobre a sua saúde?**
>
> Sim, ele tem conseqüências negativas para nós. Em primeiro lugar, nunca melhoramos quando ficamos doentes aqui, de jeito nenhum, nenhum. As nossas doenças nunca são tratadas. A razão é por que nós, quando temos algum problema ali dentro, não é só a gente que está aqui não. **São todos os operários que trabalham ali dentro se você for haitiano, você não é respeitado.** De modo nenhum, pois você pode cair, você pode estar doente, se apoia/deita sobre o seu posto de trabalho. Não, para eles, você está fingindo. Eles não aceitam que o haitiano pode estar doente de verdade. E você quando você se levanta e reivindica e fala: "bom não vejo nenhuma razão da pessoa estar doente e que vocês o deixam aqui desse jeito tanto tempo". Eles falam assim: Oh!!!!. E eles já estão prontos para te dar o artigo 42 para te dizer que você não tem esse direito. E é um haitiano como você, toda veia teme pelo seu sangue. Mas, com eles mesmos, acontece, **às vezes que um deles fica doente, quando um dominicano como eles adoece, até na clinica eles não o levam.** Rapidamente, eles o mandam para a República Dominicana para ser atendido num hospital. E nós, quando temos algum problema, você chega eles te mandam para a clínica. Eles te fornecem um único medicamento. Você está com febre: Ducobri[164]. Qualquer problema de saúde que você tiver: Dcobri. É o único medicamento. Gente que negocio é esse? Nem uma consulta eles fazem para você lá. Eu não chamo aquilo de clinica. (Simon, informação verbal, 2011)

[164] Infelizmente, não conseguimos informações sobre o ducobri. Pesquisamos sem sucesso.

Mais uma vez, aparece esta explicação da precarização do trabalho, em especial do adoecimento dos haitianos no trabalho como conseqüência da direção dominicana da zona franca. E esta visão é coletivamente compartilhada entre os operários/as operárias. O conflito gira em torno da concessão ou não da autorização para sair e ir até a clínica da zona franca. A autorização é concedida automaticamente ao dominicano, em geral intermediário, nos postos de comando que não se sente bem enquanto o/a operário/operária é geralmente considerado/a como alguém que está fingindo. Aqui, mais uma vez, a saúde dos/as trabalhadores/as como no caso das maquinas é menosprezada. No caso da concessão da autorização, a saída freqüente da/o operária/o, ou seja, a perda do controle do tempo de trabalho significa a diminuição do rito da produção e, portanto, da produção da mais-valia, razão de ser a zona franca.

Neste sentido, André afirma:

> Quando você não está bem, você chama um coordenador, um engenheiro para poder sair e ir para a clínica. Eles não querem te dar a autorização,eles sempre acham que você não quer trabalhar. Quando você tem trabalho na sua mesa, eles não te dão a permissão para sair de jeito nenhum. (informação verbal, 2011)

Este depoimento é apoiado por outro muito forte mostrando como a intensidade do trabalho afeta até os seus extremos a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras no seu próprio local de trabalho. No entanto, o trabalhador/a trabalhadora haitiana/haitiano precisa provar a todo custo que está doente. Henri, mecânico de profissão, pai separado e morando com um tio nos arredores da zona franca e operário da fábrica de sapatos da marca Timberland há menos de um ano, conta a experiência de uma colega:

> Depois disso, se você fica doente lá dentro, é só quando eles vêm que você está morrendo que eles decidem a fazer alguma coisa para você. Tem uma senhora que trabalha face a face comigo, outro dia ela ficou muito doente e chegou um momento que ela não agüentava mais e ela foi para a sala dos recursos humanos, eles não lhe deram a autorização para ir até a clínica. E ela voltou para o seu posto de trabalho pois eles insistiram para que ela voltasse ao seu trabalho e ela vomitou sangue na frente do engenheiro. O engenheiro falou que não podia fazer nada para ela, que a gente tem que falar com os chefes dele. Ele não pode fazer nada no caso dela. E isso não acontece uma vez só, são várias vezes com vários operários. São pessoas que entraram na fábrica depois de mim. Tem os que têm dores de estomago. Eles fazem uma radiografia,tragam-na para os recursos

> humanos. E , dai eles chamam o seu médico de Santiag[165], falam com ele de um jeito para não mudar a pessoa de posto sobretudo se você é um bom trabalhador. Você pode cair morto ali, É ali mesmo que eles te deixam para morrer lá. (Henri, informação verbal, 2011[166])

Assim, ser um bom trabalhador, ou seja tentar ganhar mais ficando mais tempo na fábrica para produzir mais sapatos é ao mesmo tempo uma razão para você não ser mudado de fábrica embora doente até vomitar sangue no local de trabalho. Nesta fábrica da Timberland onde a intensidade do trabalho é alta, a hierarquização nacional-racial do trabalho é quase absoluta. A fábrica da *Timberland* no momento da pesquisa de campo tinha menos de dois anos de funcionamento. Henri faz parte do terceiro grupo de operários contratados. Todos os intermediários são dominicanoso que, como demonstramos até aqui, influi consideravelmente, tanto na intensidade do trabalho, como no próprio tratamento dado aos/as operários/operárias em caso de adoecimento. O Henri, continua explicando:

> Eu sou o quem mais trabalha na fábrica, assim como uma mulher chamada Elta. Mas outro dia, ela vomitou sangue até não poder mais. O sindicato fez de tudo para ela ser transferida para outro posto, sem sucesso. Várias pessoas gritam de dores de estomago. Esse trabalho é muito pesado. Ali tem dominicanos, mas eles são treinadores. São eles que nos mostram o que fazer. Nunca tiveram dominicanos fazendo o trabalho que fazemos. (Henri, informação verbal, 2011)

Um marco da precarização do trabalho na zona franca que— para além da questão nacional-racial implica na própria regulação da extração de sobretrabalho através do controle do tempo do operário/da operária obrigada/o – é ficar no seu posto de trabalho no máximo de tempo possível. Enquanto, o tempo do intermediário é mais livre como o atestou os depoimentos dos supervisores e os dos próprios/as operários/as. Segundo Jeanne, outra aluna do ensino médio à noite, apesar deste controle do tempo, os operários /as operárias adoecem freqüentemente dentro da fábrica. O que é a principal razão pela qual ela não gosta do seu trabalho na zona franca: *"Não, a saúde das pessoas, ali dentro, não está boa. Tem gente caindo lá dentro e eles não*

[165] Santiago é uma cidade dominicana onde o grupo possui umas instalações têxteis e consideradas como a base da empresa de onde sai as folhas de pagamento, as maquinas etc.. Aqui Santiag é e a contração do nomeSantiago na linguagem comum e verbal.

[166] Henri (nome fictício) Entrevista [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (52 mn)

querem te mandar embora. Você está fingindo, você não está doente de verdade". (Jeanne, informação verbal, 2011)

Figura 10- Postura corporal nos postos de trabalho





Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Destarte, podemos compreender que os casos de desmaio nos postos de trabalho são freqüentes. No entanto, isso não significa que a pessoa que acabou de desmaiar ou de vomitar sangue será removida do seu posto de trabalho para ser enviada à clinica e, na melhor das hipóteses, para o hospital ou para casa. O que, aliás, revoltou o Simon quando afirmou: "a pessoa é um haitiano com você" e foi reclamar com os chefes. Jacques, citado já neste trabalho, também ficou doente depois da sua contratação na zona franca e confirma o depoimento dos colegas:

> Mas, é por que a saúde não seja boa. De vez em quando, sinto um movimento anormal dentro de mim. Quando fico sentado na cadeira, chego a sentir muita

> dor. Mas isso não seria um problema pois você está trabalhando, você sabe que o seu corpo pode ficar mal. Mas, só se você pudesse conseguir cuidados para ajudá-lo no trabalho que você está fazendo e você sentiria que mesmo trabalhando quando você se sente mal, você poderia ir embora. Pois, os dominicanos que trabalham aqui, quando eles sentem uma dor, eles podem rapidamente ir até a clínica. Eles recebem uma coisa, e eles voltam em forma. Mas, nós haitianos não somos como eles. (Jacques, informação verbal, 2011)

Neste trecho de entrevista podemos perceber além da questão da saúde precarizada da força de trabalho haitiana, certas expectativas paternalistas dos/das operários/as em relação aos patrões. Um elemento que atravessou várias entrevistas e produziu a própria visão do Fernando Capellan como um benfeitor não ciente da exploração do trabalho, por exemplo, pelas/os operárias/os. Durante a nossa entrevista com a militante de Batay Ouvriye, ela destacou um elemento relacionado com a visão paternalista das relações de trabalho na zona franca, cuja explicação pode ser encontrada no fato da zona franca ser estabelecida numa zona rural, não acostumada com este tipo de empresa além, das expectativas criadas pelas praticas assistencialistas no país desde a invasão do país elas ONGs internacionais no século XX. O que repercutiu numa certa visão alienada da zona franca como certa obra humanitária, ou espaço ocupacional onde se poderia ir quando se sentia a vontade, embora haja a existência de uma clara consciência de serem explorados/exploradas como os vários trechos de entrevistas que demonstramos. Nas palavras de Yannick Etienne:

> Todo mês tem 50 operários que deixam a zona franca por diversas razões. Depois de quatro faltas: demissão. Têm operários que achavam que eles poderiam estar trabalhando na fábrica e ir vender nas feiras nos dias de segunda-feira e sexta-feira. Depois de muitas demissões e de campanhas de sensibilização, isso melhorou. (Y. Etienne, informação verbal, 2011)

Isso pode ilustrar o que discutimos no parágrafo acima: a consciência "ingênua" da CODEVI ser outra coisa além de uma empresa capitalista implantada na região para as necessidades da criação de mais-valia. No entanto, a visão crítica das relações de trabalho é presente e recorrente nos depoimentos sobre as conseqüências do trabalho na zona franca acerca da saúde da força de trabalho haitiana, de modo especial, as operárias. Durante as entrevistas com as mulheres, ressaltou-se quanto a precarização do trabalho pode afetar a

própria saúde sexual das mulheres, além da em saúde geral. Quando perguntamos, vocês acham que o seu trabalho tem alguma conseqüência sobre a sua saúde, as respostas foram francas:

> Se eu tivesse a possibilidade eu deveria deixar a CODEVI por quê? Porque eles não fornecem material para proteger o nosso nariz (cache-nez). Quando você trabalha, todo o pó das camisas.... Quando voltamos do trabalho e tiramos as nossas calcinhas e que nos limpamos há tanto pó que sai do nosso corpo em secreções vagina . Quando você tira a calcinha você vê todo o pó das camisas nas calcinhas. Você só fica ali por que tem necessidade. (Marie, informação verbal, 2011)

Um fato confirmado por:

> **(Annette, informação verbal, 2011)-**No dia que você coloca uma saia para vir trabalhar, sem uma meia-calça ou uma calça, pode ter certeza que você já contratou uma infecção vaginal. [o que causa isso?] O pó, a calça tem um produto muito forte para o seu corpo. E a água que bebemos não é potável

> **(Carla, informação verbal, 2011)-**Eu mesmo, o trabalho me faz mal pois ficar sentada me faz mal. Se eu ficar sentada por muito tempo, tenho muita dor na cintura. Ademais, tenho infecções freqüentemente, é infecção vaginal. Toda vez, sou obrigada a ir para o hospital. Ademais, a água me faz mal, ela dá dor de barriga. Trabalho aqui por obrigação por que não tenho outro emprego, por essa razão que venho.

> **(Evelyne, informação verbal, 2011**)-Eu mesma, ele causa muitos efeitos sobre mim, pois bem, a semana passada estava doente, fui ao hospital. Vou tanto ao hospital por conta deste trabalho que faço. Infecção demais, não posso beber a água da fábrica. Alem disso o pó das calças me deixa com muitas bolinhas. Isto é ele produz muitas conseqüências, muito efeitos. Você não tem outra opção.

Deste modo, fora o próprio processo do trabalho propiciador da extração da mais-valia e típico do modo capitalista de produção, as condições de trabalho nocivas à saúde integral do trabalhador representam a marca de fábrica da super-exploração do trabalho no terceiro-mundo, ou na periferia dos países centrais[167]. Locais onde trabalham os

[167]Na minha dissertação de mestrado fiz referencia a uma discussão de Meszáros onde ele mostra como além dos países do terceiro-mundo ser o local das indústrias mais exploradoras, neles também são instaladas as indústrias mais poluidoras. Desafiando assim os defensores do fim do trabalho fabril, industrial tradicional, que ignoram, deste modo, mais da metade da população mundial que vive no chamado terceiro mundo. Nas suas palavras: "*Aqueles que pintam o quadro fantasioso da "sociedade pós-industrial" não percebem (ou*

migrantes, cidadãos dos países do terceiro mundo onde esse tipo de trabalho precarizado, próprio das zonas francas têxteispreconizado como meio de sair da pobreza. A própria imbricação das relações de exploração-opressão das mulheres "negras" permite que esse tipo de trabalho seja realizado prioritariamente por mulheres. Porém, estas são anatomicamente e fisiologicamentemais expostas do que os homens a doenças do trabalho tais como infecções vaginais quando expostas ao pó dos tecidos como no caso da fábrica de calças Levi's. No entanto, a multinacional atrás desta marca comissiona inspetores na zona franca mensalmente para inspecionar as condições de trabalho conforme assinalado pelo diretor adjunto da DZF. No entanto, além das infecções vaginais, o pó dos tecidos das calças e das camisas provoca coceira nos operários. Na verdade, as condições de trabalho na zona franca atacam diretamente a saúde da pele das mulheres, e dos trabalhadores em geral, bem como sua saúde reprodutora. O não uso de mascara de proteção provoca a injeção involuntária do pó aparentemente nocivo dos tecidos através da boca e do nariz. Marie (informação verbal, 2011) relata:

> Atualmente, falei disso com o meu marido. Ele falou" ah fulana se for assim em vez de você perder a sua vida é melhor você ficar aqui em casa". Mais largar o emprego, eu vou fazer o quê? Você entendeu? Vou deixar o emprego, vou fazer o quê? Quando você faz assim,tenta assuar o seu nariz, todo o pó das camisas sai. Além do mais, às vezes sinto uma coisa na minha boca, eu faço assim para cuspir quando abro a minha boca vejo todo o pó das camisas. Isso não é bom.

---

não dizem) que a cínica política de transferência das "industrias poluentes"para o "Terceiro Mundo" não torna o sistema global de produção capitalista nem mais nem menos industrial. Então o discurso supostamente objetivo e científico da "sociedade pós-industrial" demonstra, também neste aspecto, sua função de espalhafatosa racionalização ideológica das relações exploradoras estabelecidas. Tais "transferências de tecnologia" só renovem as práticas produtivas mais odiosas, juntamente com suas conseqüências altamente poluentes, dos países capitalistas avançados, na soleira dos países dependentes". (Meszáros, 2004, p. 138 apud DESROSIERS 2010: 120) E ali, fechamos esta parentese nos seguintes termos: "De tal modo, além de transferir as indústrias mais lucrativas e mais exploradoras para o Sul ou o Oeste, os países centrais transferem também as mais diretamente nocivas[167] para o "terceiro mundo". Dizemos mais diretamente, pois, também, a montagem de peças de jeans e de bolas de baseball nas maquiladoras haitianas, cuja remuneração se faz por peca, obriga os trabalhadores/ as trabalhadoras a se expor à infecções urinárias no propósito de produzir o máximo de peças num tempo reduzido. Deste modo, é claro que intelectuais tais como Habermas, não querem e não têm a menor preocupação nem com os trabalhadores e ainda menos com a metade do mundo definida, como diz Mészáros, como especial, minoria em relação ao "capitalismo Norte-americano" (idem, p 137)". (DESROSIERS, idem).

Barbara, de sua parte, aponta para os perigos do contato do pó dos tecidos com a pele, ao relatar:

> Eu, ele me dá coceira. Se o pó cai sobre a sua pele,ela coça. Às vezes, a gente pega roupas velhas para proteger os nossos corpos. Mas, se você não as usa, você terá coceira. Além do mais, você não pode voltar do trabalho e não tomar banho. Quando você chega em casa, tem que tomar banho, você pode estar doente. Se você não tomar banho, você não vai poder aguentar o seu corpo. Bom, tem uma moça perto da minha casa que voltou do trabalho e não tomou banho. Durante a noite toda, ela ficou se coçando, equando ela acordou o corpo dela estava inchado. (Barbara, informação verbal, 2011)

Além do mais, a qualidade da água, segundo a nacionalidade e o lugar na hierarquia do trabalho se constitui como outro produto da divisão hierárquica nacional-racial do trabalho na zona franca. As operárias são quase unânimes sobre isso: ela causa dor de barriga e causa tifoide:

> **Denise, informação verbal, 2011**- Eu, se eu tomar a agua de lá, a minha barriga dói. Costumo comprar água fora para beber. Às vezes, não tenho dinheiro, não compro. Fico obrigada a beber a água, mas quando tomo essa água, não fico bem.
>
> **Françoise, informação verbal, 2011**- Eu, o trabalho me deixa com anemia. Não posso trabalhar ali dentro, estou com anemia e ele me dá coceira.

Para Guerda,

> A água que a gente toma não é boa, ela não é potável. Além do mais, a gente soube que os dominicanos não bebem a mesma água do que a gente. Os chefões não bebem a mesma água do que nós. A água que recebemos é uma água da qual bebem os bois e, é ela que passa na torneira onde bebemos água. (Informação verbal, 2011)
>
> **Como vocês souberam disso?**
>
> Tem gente que trabalha na água e as pessoas que trabalham com a água nos falaram da água que bebemos. Ademais, às vezes tem ratos mortos na água. Nenhuma das pessoas que estão ali dentro bebe desta água. Isto quer dizer que eles não são como nós. Eles compram as suas garrafas de água para eles tomarem. Isto quer dizer que eles não são pessoas como nós. Eles nos jogam na manjedoura. Nós tomamos o que achamos e eles compram água tratada para beber e bem gelada ainda. (Guerda, informação verbal, 2011)

> **Marie**: Uhmm, a água que você bebe não é potável, não é boa. Costuma dar dor de barriga nas pessoas. Não é uma boa água, de modo nenhum. (infromação verbal, 2011)
>
> **Jeannette**: Contratei a tifoide por conta da água que bebo lá dentro. (informação verbal, 2011)

De modo geral, além do pó dos tecidos, sobretudo, nas fábricas de calças e de camisas e de anáguas, a própria postura de trabalho: sentada, cabeça abaixada em cima da máquina de costura durante horas seguidas provoca, em quase todos os operários, dores cervicais. Como mencionamos no início do capítulo anterior onde analisamos a mediação do salário por peça no controle total das operárias, a música faz parte dos instrumentos, ao lado do próprio salário por peça, de controle da intensidade dotrabalho. O barulho dentro das fábricas é sistemático, além de outros problemas resultantes da postura ao trabalho. Portanto, as doenças do trabalho e/ou inconvenientes por negligencia patronal são constantes entre os/as operárias entrevistados-entrevistadas. Podemos observar isso nas seguintes observações de certos/as operários/as:

> **Marie (informação verbal, 2011):** Muito barulho, a música te deixa maluca todos os dias.
>
> **Jeannette (informação verbal, 2011)**: Muito barulho, sim, todos os dias.
>
> **Annette** (**informação verbal, 2011):** Dores lombares, nas costas e pó a vontade. No período de calor, o calor mata a gente, e infeção vaginal.
>
> **Barbara-:(informação verbal, 2011):** Dores lombares, coceira vaginal, todos os dias. Dores de cabeça, dores nas pernas e dores cervicais diariamente.
>
> **Carla(informação verbal, 2011):** "Dores lombares, infeção, dores cervicais diariamente, dores de cabeça. A rádio transmite música, esta tira os problemas".
>
> **Sylvie[168] (informação verbal, 2011)**: "Ah sim, tem momentos que tenho dores de cabeça atrozes, e mesmo febre. Na minha casa, não tenho costume de ter dor de cabeça. Isso só acontece quando estou no trabalho".

Esse quadro precário é o mesmo para o mecânico industrial Jean:

[168]Sylvie, (nome fictício) Entrevista coletiva I [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (2 horas20 mn)

> Tem consequências negativas sim. Enquanto estou falando com você agora mesmo, veja, tem uma máquina, levanto tanto peso, sinto dor na cintura, no braço, dores cervicais. Trabalho muito duro, o meu trabalho é um trabalho pesado. Sim tem muita poeira, às vezes utilizamos um protetor de nariz. [...] Às vezes, encontro bastante pressão por parte dos operários quando você demora para consertar a maquina. Me machuquei e até hoje tenho uma cicatriz na minha mão. Uma chave de fenda furou a minha mão. Até hoje eles nem me deram licença, foi a minha mãe que gastou o dinheiro dela. É por isso que ela quer que eu deixe esse emprego. (informação verbal, 2011)

Jean é um homem de 31 anos, independente que, como os outros intermediários se consideram como dirigentes por estar numa escala superior aos operários, contudo, as suas condições de trabalho são tão precárias como as dos operários "comuns". As pressões exercidas pelas/os operárias/os na hora do conserto da maquina expressa a vontade ou obrigação do operário de tentar alcançar a meta diária de produtividade. Como analisamos ao longo do capítulo anterior, a precarização do trabalho se destaca pela intensidade do trabalho regulada pelas metas, a qual pode gerar consequências extremas como esta descrita acima por Henri da fábrica de sapatos da Timberland. Assim, entendemos que quanto mais intenso for o ritmo do trabalho, maior é a repressão aos que adoecem e mais rígido o controle dos intermediários. Na fábrica de sapatos, o trabalho é feito manualmente. As peças de couros chegam pré-cortadas e Henri, no caso, as costura manualmente todos os dias. Ele explica:

> Sim, mas a máquina que eles trazem só junta os ferros, depois você fica em pé o dia todo. Às vezes você nem consegue se erguer, você fica em pé direto com duas agulhas na mão e você costura. Com duas agulhas que você segura nas mãos e você costura. Este é um trabalho pesado. Tem que ficar em pé o dia todo. (Henri, infrmação verbal, 2011)

Não tem amortecedor para os pés?

> Não, você não tem amortecedor, você fica em pé direto no chão. Bon, se você olhar para as minhas mãos, essa não é da mesma altura do que esta. Esta tinha uma bola enorme. Atualmente tenho nove meses, pois não faz muito tempo que entrei . Eles contrataram um primeiro grupo, um segundo sou do terceiro grupo. (Henri, informação verbal, 2011)

Como para a maioria das/os operárias/os, este trabalho precário é uma saída provisória cujas consequências imediatas sobre a saúde são significativas. Henri continua:

> Como lá fora não tem nada, você é forçado a ficar neste emprego, mas não é por afeto. Se você olhar bem as minhas mãos, eles tiveram que nos dar fitas para enfaixar as mãos para a gente poder trabalhar. Bom, às vezes elas ficam tão dilaceradas, tão dilaceradas. Bom, além do mais você tem que ficar em pé para costurar 38 sapatos para poder bater a meta em pé todo dia. Bom, tem gente lá dentro que fala que vai avaliar e acho que eles nem voltam em janeiro. Este trabalho é duro demais. Além do mais, eles nos maltratam na fábrica, eles nos olham feio. O sindicato que costumava nos ajudar foi proibido de entrar na fábrica doravante. Quando um supervisor faz uma coisa errada com a gente e você vai até a sala dos recursos humanos, mesmo se você tiver razão, eles te mandam para o seu posto de trabalho sem nada. Isto quer dizer que a gente nunca tem razão. Isso te deixa abatido, apesar da possiblidade de voltar para fora. Vou fazer o trabalho de mecânico mesmo. (informação verbal, 2011)

Na CODEVI, esta fábrica é a única que produz sapatos, sapatos de luxo costurados à mão, e que pela lei do valor deve custar mais caro do que o normal. No entanto, nela, a intensidade do trabalho é muito alta. Ela parece ter regras próprias que faz com que os dirigentes do sindicato admitidos normalmente em todas as fábricas são proibidos de entrar. A frase: "este trabalho é duro demais", é repetida incansavelmente por Henri durante toda a entrevista. Uma entrevista realizada fora da zona franca que como a entrevista com a Marie foi muito rica em informações sobre as condições de trabalho eorientou por completo a realização desta tese. Henri foi o único a ser entrevistado nesta fabrica. Bom operário, ele, dificilmente consegue se manter com o seu salário, como todos/todas os/as entrevistados/entrevistadas. O salário é principalmente utilizado para pagar o *sol*, a comida, colocar dinheiro no plano de poupança da CODEVI. A maioria das operárias casadas ou em união[169] recebe ajuda do companheiro para manter esse ritmo.

A intensidade do trabalho mediante as metas, o controle extremo do tempo apesar da aparente autonomia na sua gestão- liberdade relativa de se levantar para ir ao banheiro, 45 minutos de pausa para lanche às 11 horas- aparecem como as mediações do empresariado humanitário. Contudo, conforme a divisão internacional técnica e sexual do

[169] Como observamos no primeiro capitulo, no Haiti, e sobretudo no meio popular, os casamentos tanto civis como religosos, pelos custos destes, são raros. Dai, a pertinencia do uso do termo "operárias em união" e não simplesmente "operárias casadas".

trabalho o taylorismo/fordismo continua vigorando nas fabricas têxtis da periferia do sistema. Isso, apesar de certa automatização da supervisão que aumenta a intensidade do trabalho pela pressão psicológica exercida pela luz que indica o grau de eficiência da operária, constrangendo o/a operaria/o a trabalhar mais rapidamente. Correndo, assim, o risco do seu trabalho retornar a ela por falta de qualidade. A esse respeito, Annette conta o que acontece quando alguém trabalha com pressa:

> **Com qual frequência o seu trabalho é supervisado? Quando uma peça não é boa?**
>
> De segunda a sexta. Tem um quadro que já anota. Cada calça costurada, ele olha. Tem vezes que a maquina dá problema, e a calça é estragada. Você pode fazer um trabalho que fica ruim. Nesta hora, se você trabalha rápido, e não verifica a peça que você está fazendo e está ir adiante sem você perceber. E quando chega ao final e eles verificam que não estava boa, eles a mandam de volta para você refazer.

E Jeannette: "Agora cada um tem um quadro na sua máquina. Você vê o que você faz". Deste modo, fora a supervisão do responsável, a operária é submetida a da máquina que compromete tanto a sua produção, como permite ao capitalista duplicar a intensidade do trabalho. De qualquer modo, a extração de sobre trabalho é assegurada e a precarização da saúde da trabalhadora continua sendo exposta, não somente as precárias condições de trabalho aqui analisadas, como pela pressão exercida pela supervisão intensa do seu trabalho no cotidiano.

Destarte, o "empresariado humanitário" tem propiciado além das condições de trabalho, condições da reprodução da força de trabalho também hierarquizadas. Os operários precisam reproduzir a sua força de trabalho. E esta tem consumido muito do salário recebido semanalmente na zona franca. Assim, pular refeições para poder comer todos os dias da semana é a opção que sobrou para Simon:

> Bom, o que faço para poder sobreviver. Se, por exemplo, como de manhã, sou obrigado a sofrer à tarde, na hora de ir dormir. De modo a poder melhorar, poder comprar uma calça ou se preciso de uma camisa para poder comprá-la para me vestir simples assim (informação verbal, 2011)

Ou seja, se você come de manhã e na hora do almoço, a noite você não come?

> Bom, é como se você não tinha comido e isso, ainda mais para uma pessoa que vive e que acima de tudo trabalha. (Simon, informação verbal, 2011)

O irônico neste depoimento do Simon, é que ele é um produtor de roupas, mas para comprar uma unidade de roupa, ele precisa se impôs involuntariamente a um regime alimentar depreciável. Isto constitui uma excelente ilustração do produto histórico da separação entre produção e reprodução e, sobretudo, entre propriedade dos meios de produção e os produtores, ou seja, das consequências da existência da relação-capital. Na nossa dissertação de mestrado, realizamos uma discussão bastante pertinente sobre a produção do vendedor de força de trabalho e do comprador da mesma. Portanto, para tornar intellígivel a situação de Simon que paesar de ser produtor de roupas não possí a liberdade de usar as roupas por ele produzidas, realizamos uma retomada desta analise relalizada no item 3.3. deste trabalho intitulado: "A centralidade do trabalho abstrato, alienado na formação da sociabilidade capitalista: a dupla alienação das mulheres sob o capital desenvolvido"[170] .

Nesta análise, se evidenciou a própria raiz da relação hierarquica de trabalho no modo capitalista de produção. Pois bem,

> "É importante assinalar, conforme Mészáros (2002), que o capital enquanto relação social cujo pressuposto é a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, a separação dos meios de produção dos produtores é anterior ao capitalismo". (Desrosiers, 2010: 89). Desse ponto de vista, compreendemos que:a aparição da propriedade privada na pré-história introduz a "relação-capital" como totalidade social, ou seja, como sistema orgânico[171]. [...]

Com efeito,

> para que o capital pudesse se desenvolver plenamente sob a forma do sistema capitalista era necessária a superação das formações sociais anteriores, entraves às relações sociais inerentes a ele. Para que o possuidor de força de trabalho possa vendê-la, é preciso que ele seja livre. Livre, como diz Marx, no duplo sentido:

[170] Pp 87-91
[171] idem

> livre de qualquer propriedade e livre de qualquer sujeição jurídica. Isto é, igual juridicamente em relação ao comprador de força de trabalho, desprovido de qualquer mercadoria além de sua força física e mental de trabalho. Essas condições históricas só se concretizaram com a superação do feudalismo, na emancipação política dos seres humanos[172].

O que Marx explicita da seguinte forma:

> A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, de desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social. (1998, p. 199)

Destarte,

> com o alcance da separação dos produtores dos meios de produção, se tornou possível a disponibilização no mercado de possuidores de força de trabalho exclusivamente, e de possuidores de meios de produção e de subsistência exclusivamente. Desta forma, "para ser mercadoria, o produto não deve ser produzido para satisfazer imediatamente as necessidades do produtor" (Marx, idem), mas para as necessidades da busca desenfreada de lucro dos possuidores de meios de produção[173] .

Assim sendo, na expansão do capital enquanto relação social, a lógica mercantil e o trabalho abstrato como produtor de mercadorias se generalizaram no modo de produção capitalista. Desta maneira, como analisa Paniago:

> O modo de controle instituído pelo capital só pode se desenvolver quando transformou/submeteu todo trabalhador ao assalariamento, uma vez que este passou a se defrontar, na sociedade de mercado, "com o mais absurdo de todos os dualismos concebíveis: a oposição entre os meios de trabalho e o próprio trabalho vivo". (Meszáros, 1995/2002: 352/432) Apud (Paniago, 2007, p. 24)

De tal modo, o capital só conheceu o seu pleno desenvolvimento na superação das barreiras políticas e jurídicas postas pelo feudalismo. Se a propriedade privada era anterior ao sistema capitalista propriamente dito, quando ela se tornou politicamente e

[172] idem
[173] Idem: 90

juridicamente consagrada, emancipada, o capital apareceu na sua essência. Em efeito, como argumenta Mészáros: "Uma "separação que apenas se completa por inteiro na relação entre trabalho assalariado e capital". De fato, esta separação alienada e- em relação ao sujeito que trabalha- implacavelmente dominadora/"adversa" constitui a própria essência do capital como um modo de controle social" (Meszáros, 2002: 431)

Com efeito:

> "Quanto mais o capital se desenvolve, quanto mais ele penetra no tecido social, mais se explicita a distância entre a reprodução do capital e a reprodução social: a sociedade torna-se crescentemente desumana, alienada. Quanto mais desenvolvida a sociedade, mais divergentes se tornam as necessidades autenticamente humanas e as necessidades da autovalorização do capital". (LESSA, 2005, p. 39)

Com a expansão do capital, se generalizaram tanto o trabalho abstrato, bem como a alienação típica da produção de mercadorias a todas as relações sociais, conforme o principio de organicidade própria a esta relação, no intuito de alcançar altas taxas de lucro. Essa busca desmedida de extração de mais-valia,

> a exigência de acumulação própria a lógica do capital, dirigida pela lei do valor que, por sua vez, escapa ao controle dos capitalistas, os coloca regularmente em situações de reestruturar as estratégias gerais do sistema do capital. Com efeito, como destacam Netto e Braz, (2006, p. 161) é através das crises que a lei do valor se impõe[174].

Mészáros (2002) explicita que, do ponto de vista do capital, visto como modo de controle, a questão importante não é a sua forma contingente, é a necessidade de uma expropriação da "*mais-valia que assegura a acumulação"*. Isso esclarece a introdução subalternizada das mulheres já inferiorizadas nas formações sociais anteriores, para uma mais ampla acumulação na produção capitalista. Isto é, em particular as mulheres descendentes de escravizados e, de modo geral, as mulheres da classe trabalhadora. A introdução das mulheres e das crianças no sistema fabril respondeu a esta necessidade de

[174] idem: 91)

assegurar o lucro enquanto diminuiu o preço da força de trabalho do conjunto da família: No dizer de Toledo:

> A incorporação da mulher à fábrica, e também da criança, desvalorizou o trabalho masculino e aumentou o grau de exploração, agora não mais do operário individual, mas de toda a família operária. Marx explica como o valor da força de trabalho passou a ser determinado pelo tempo de trabalho indispensável para manutenção de toda a família operária, e não mais apenas do operário adulto individual. Ao lançar no mercado de trabalho todos os indivíduos da família, a máquina distribuiu entre toda a família o valor da força de trabalho de seu chefe, desvalorizando-a (TOLEDO, 2008: 38,39).

Entendemos que:

> conforme a lógica de expansão do capital, operacionalizada na mundialização do capital na contemporaneidade, nem é preciso uma formação socioeconômica com larga escala de produção capitalista para a subsunção formal e real do trabalho pelo capital e, portanto, para a subsunção das relações sociais à lógica de acumulação da "relação-capital" (DESROSIERS, 2010: 91-2)

Segundo essa lógica, "tanto a produção dos países centrais como a dos países situados na periferia do grande capital, como o Haïti, onde a maior parte das classes populares urbanas se encontra no chamado comercio informal estão sob o controle do capital" [175].

Paradoxalmente,

> se no feudalismo, os produtores tinham ainda acesso a uma parte da produção, no capitalismo, sistema no qual a propriedade privada conhece uma maior legalidade e institucionalidade, os trabalhadores / as trabalhadoras perderam todo controle (formal e real) sobre o seu trabalho. Tornaram-se mercenários, simples vendedores de força de trabalho para a produção de mercadorias alheias às suas necessidades reais, sendo obrigados/ obrigadas a se venderem para sobreviver[176].

Os/as trabalhadores/as como Simon, vendem sua força de trabalho aos proprietários de meios de produção por um preço fixado segundo a margem de lucros desejada com a produção de tais mercadorias. Paradoxalmente, esta produção é impossível sem a sua força de trabalho. Contudo, segunda isso aparece nas análises de Marx nos seus diferentes estudos sobreo capital, "na fixação do salário, leva-se também em conta a

[175] idem: 92
[176] idem

quantidade mínima de bens necessários à reprodução da força de trabalho, porém, o que é determinante é o lucro do capitalista conforme a lógica de acumulação do capital" [177] e, a localização geopolítica do país onde é estabelecida a empresa (Zona franca, *Maquila*) na divisão internacional do trabalho.

Figura 11. Refeição nas imediações da zona franca





Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

No caso do Simon, a medida minima de bens necessários calculado pelo capital periferico dominicano não inclui variedade de roupas por mais simples que possam ser ou não implicam comer razoavélmente e se vestir simultaneamente. O salário nem sempre cumpre esse papel secundário de assegurar a reprodução da força de trabalho. Isso pode ser consequencia de vários fatores: a própria divisão internacional racial, sexual e social do trabalho como no caso do Simon ou a configuração do centro do sistema regido pelas leis do capital em um momento determinado.

Assim,

> Nem sempre as trabalhadoras/ res encontram no mercado o comprador de força de trabalho. Quando o sistema entra em crise, são os vendedores/ as vendedoras de força de trabalho que pagam os seus custos de reprodução. Quando no

[177] Idem: 93

> mercado, conforme a lei do valor, as mercadorias não circulam do modo a incentivar os lucros extraordinários, os capitalistas diminuem o preço da força de trabalho ou demitem grandes levas de trabalhadores/ trabalhadoras para impedir a redução dos lucros a sua menor expressão. Aqui, aparece novamente a natureza opressiva do salário como mediação da relação contraditória capital-trabalho, e como instrumento de manutenção da opressão capitalista sobre as produtoras/ produtores.[178]

O capitalista não tem outra opção que gerar lucros através da produção e da circulação de mercadorias, senão ele deixa de ser capitalista. O que foi ilustrado pelos trechos de entrevista com o industrial dominicano citados através deste trabalho. Na verdade,

> O salário como mediação assegura a obtenção dos lucros, pois é ele que compra a força de trabalho da qual será extraída a mais-valia. Os capitalistas contam com o salário para reforçar o exército de reserva, criar concorrência entre os trabalhadores/ às trabalhadoras e subjugá-los/las[179].

O salário por peça como mediação do controle total na CODEVI cumpre perfeitamente o papel do salário no modo de produção capitalista. Entretanto, a reprodução básica do próprio trabalhador é comprometida, enquanto esta é garantida pelo capitalista em tempos normais. Mas, como tem mostrado o nosso trabalho até aqui, as mais básicas leis da própria exploração do trabalho encontram no Haiti aplicações no mínimo surrealistas ou, mais propriamente dito, desumanas. Uma asserção nossa ilustrada pelo seguinte depoimento de Marie onde ela resume a sua compreensão do trabalho na zona franca para ela como para o seu filho de 3 anos:

> Eu, parece que se continuo indo para a CODEVI, eles vão me demitir, pois tem uma série de coisas que eles estão fazendo, que eu vou acabar pirando. Sim, não vou aceitá-las mais. É verdade! Esse negócio de eu estar trabalhando duro e não conseguir comprar uma aguinha, não aguento mais. Esse negócio de eey[180]!!!. Gente você trabalha de segunda a sexta e se você tem uma meta de 30 pacotes e não conseguir fechá-la, você recebe 963 gurdas. Bom você paga a sua comida, o sol. Bom, e você qual é a sua esperança mesmo? Têm momentos que volto do

[178] idem
[179] ibidem
[180] Expressão haitiana reproduzida aqui. É expressãao de certo espantamento.

Figura 12. Contraste entre as barracas-restaurantes e a cafeteria CODEVI





Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

> Trabalho, e meu filhinho me diz: "mãe me dá 5 gurdas" e digo para ele: não tenho. Bom esse menininho ali ele fala: "mãe você está voltando do trabalho, me dá 5 gurdas", e ai digo que não tenho e ele responde: "Bom, você está na *tona* franca trabalhando". Às vezes, volto do trabalho,sou obrigada a pedir 5 gurdas a minha irmã para comprar 5 gurdas de detergente em pó. Bom, o meu marido mesmo, falo para ele assim: não esqueça essa semana para a comida. Isso não é bom, não é bom. E, agora está chegando o décimo-terceiro salário, você tem mãe, pai, irmã e você não pode não dar nada para eles além do mais, eles sabem do dinheiro. (informação verbal, 2011)

O que explica por que a intensidade do trabalho aumenta durante o período anterior ao Natal para aumentar tanto a produção diária voluntáriamente como o valor do salário do décimo-terceiro mês. Apesar da desconfiança na precisão do valor recebido, devido, entre outros, a esta visão paternalista da relação entre os donos da zona franca e a força de trabalho e da própria intermediação do trabalho:

> Você sabe o que eles fazem? Quando chega o periododo décimo-terceiro, os dirigentes fazem um documento e mandam para Santiago. E o próprio Santiago sabendo que os haitianos têm problemas, mandam um bom décimo-terceiro salário para os haitianos. Você sabe o que eles fazem, eles fazem outro documento. Você não entendeu do que estou falando não?!(Marie: informação verbal, 2011)

Pode se observar uma compreensão errada do funcionamento do décimo-terceiro salário. Com efeito, os operários acham que o décimo-terceiro salário é calculadoa partir da quantidade de peças produzidas e quanto mais você trabalha na véspera do final do ano, maior será o décimo-terceiro. O que acaba acarretando um aumento voluntário da intensidade do trabalho no mês de dezembro. Isto constitui um produto do desconhecimento das leis trabalhistase dos seus direitos como operários de modo geral.

De fato, para todas/os as/os operárias/os entrevistadas/os, a sobrevivência "normal" apesar de trabalhar na zona franca não é garantida. A esse repeito, Simon continua comenta o seu modo de sobrevivência, aliás, comum a maioria dos operários/ das operárias:

> Bom, não é porque o que ganhamos nos permite viver. Mas, vivemos num país que não oferece nada. Nós estamos vivos, mas não é por que está tudo bem. A razão disso é que, por exemplo, nós não podemos nos levantar e dizer, bom vou comer 100 gurdas por dia. Não, nunca!!!! Você não pode isso, você não tem como viver assim. (informação verbal, 2011)

Isto quer dizer que você não pode comer 100 gurdas por dia, nenhum de vocês[181]?

Não, isso é impossível.

Lembrando que 100 gurdas, na época da nossa pesquisa de campo equivaliam à aproximadamente à $ 2,5 o equivalente atual de entre 5 e 6 reais. O contraste entre os depoimentos dos supervisores e do industrial com os dos produtores diretos é obvio. Ao passo que segundo os supervisores, o vigilante citado anteriormente, o trabalho parece ser

[181] Esta entrevista foi coletiva apesar das perguntas serem feitas individualmente com 5 jovens nos arredores da zona franca, nos bancos onde os operários costumam fazer as suas refeições. Ver anexos.

mais bem remunerado,os operários e as operárias aparecem como pessoas que nunca ficam satisfeitas. O cotidiano da força de trabalho na CODEVI retrata uma precarização das condições de trabalho cujas consequências vão além da zona franca e dos seus arredores.

Figura 13. Assentos onde os operários e as operárias fazem as suas refeições



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Com efeito, as fotos acima mostram os locais onde os operários haitianos comem, para evitar a cafeteria dominicana da CODEVI. Apesar do fato que continuam sendo vendidas no horário do almoço refeições haitianas e dominicanas,os haitianos compram dos haitianos enquanto os dominicanos compram dos dominicanos. Além do preço da comida, na cultura popular haitiana, existe a profunda crença segundo a qual os dominicanos e todos os que parecem com eles, ou seja, “os brancos” não cozinham bem.

Figura 14-Vista lateral: barracas fora e cafeteria dentro da zona franca



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Portanto, por "nacionalismo culinário" ou preconceito, e, por motivo de economia, cada nação representada na zona franca consome dos seus concidadãos. Portanto, é comum entre os/as operários casos como o da Guerda que, ao final da semana de trabalho deve mais do que recebeu:

> **Guerda,[182] informação verbal, 2011** - Eu acabei de receber meu salário, esta semana recebi 300 gurdas, devo 400 gurdas de comida. Pois, faltei dois dias por falta detrabalho. Eles te mandam embora mas eles te cobram a falta. Até o dinheiro da comida não tenho. Fiquei dois dias fora e eles me pagam 300 gurdas.

[182] Guerda, (nome fictício) Entrevista coletiva III [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 1 Arquivo mp3 (32 mn

Figura 15. Sexta-feira: dia das contas entre vendedores de refeição e operários



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Simbert Aristide(colaborador de campo).

Desta maneira, o pagamento das refeições consumidas a fiado é uma causa de grande briga entre e os operários e os vendedores de comida. Daí, a reunião dos vendedores e das vendedoras de comida na frente da CODEVI (fig. 14) toda sexta-feira à tarde para cobrar dos seus devedores o pagamento das refeições consumidas de segunda à sexta-feira. Em entrevista informal, mas gravada com o casal de dirigentes da Associação dos Vendedores de Comida da CODEVI (AMMC[183], fundada em 2004), a cozinheira falou o seguinte:

> Os operários não pagam muito bem apesar deles não serem bem pagos na CODEVI. Mas é por má fé que eles enganam você para não te pagar. O prato de comida nos custa 35 gurdas e o suco 10 gurdas. Para poder cobrar o pagamento você tem que vigiá-los. De qualquer jeito, os nomes deles estão no meu caderno, eles não podem fugir. (Monique, informação verbal, 2011[184])

Um depoimento que confirma o que disse Simon sobre o custo da sua alimentação. Com efeito, para poder saber exatamente quanto custa duas refeições por dia

[183]Asosiyasyon machann manje CODEVI
[184] Monique (nome fictício) Entrevista [Dez, 2011] Entrevistadora: Michaëlle DESROSIERS. Ouanaminthe, Haiti 2011. 2 Arquivo mp3 (18 mn/ 41 min)

precisamos multiplicar a soma do prato de comida mais ou suco por dois. O que nos dá 45 gurdas por refeição. No entanto, em geral o preço do Café da manhã popular muito forte haitiano, parecido com o nordestino brasileiro, pode custar 10 gurdas a menos ou ser do mesmo valor do que o preço do almoço. Portanto, quem não quiser gastar os 45 gurdas pode desistir do suco. O poder dessa organização sobre o funcionamento da CODEVI, mostrando a fundamental importância da reprodução física da força de trabalho é demonstrado pelo controle indireto que ela exerce sobre a zona franca através do comercio de alimentação. Eles costumam entrar em greve para pedir ajuda dos donos da CODEVI, infraestruturas para os seus restaurantes, pois, eles são os/as que mantêm a zona franca em funcionamento:

> Costumamos entrar em greve para exigir condições para fornecer um melhor serviço aos nossos clientes. Iluminação para fazer o controle, água corrente, banheiros. Entramos em greve 3 vezes, e os operários vão embora quando isso acontece. (Monique, informação verbal, 2011)

As precárias condições da reprodução física da força de trabalho, em contraste com os locais da zona franca[185] expressam as contradições entre as personificações do trabalho e do capital no caso da zona franca. Enquanto os donos dos meios de produção extraem sobretrabalho e, portanto, asseguram a acumulação capitalista, quem produz as riquezas sociais se empobrece cada vez mais, reproduzindo, deste modo, a própria lei da acumulação capitalista fundante do modo de reprodução do modo capitalista de produção. O que os/as operários/as de certa forma entendem, apesar de possuírem certa visão ingênua das relações de produção capitalistas. O que se reflete também na compreensão real da relação de trabalho, ou seja, na posse ou não de certa consciência de classe e nas suas relações com o e/ou visões da função do sindicato na zona franca.

Nos não tinhamos como objetivo discutir a divisão sexual do trabalho nos lares apesar de ter feito perguntas a respeito disso durante as entrevistas. De modo geral, o que tivemos como respostas nos permite destacar o seguinte:

a) As mulheres casadas, mães continuam com o papel de donas de casa. Entretanto, durante a semana de trabalho, elas contam com a

[185] Cf figuras 10,11, 12 e 13

ajuda das suas redes de solidariedade (vizinhas, parentes em geral, mulheres para cuidar ou dos filhos ou da própria casa. No entanto, no final de semana elas colocam em dia todas as tarefas não realizadas dutante a semana. Qunado os dois conjugues trabalham na zona franca, as tarefas domésticas recaiam sobre as mulheres. O que, aliás, se evidencia na própria gestão dos casos de doença dos filhos onde somente as mães são autorizadas pelos gestores humanos a sair para levar os filhos no médico ou para ficar com elas em casa. Aliás, elas são mais numerosas a pedir demissão por conta de filhos pequenos ou doentes. Isso mesmo nos casos onde os pais dos filhos trabalham também na zona franca.

b) As operárias jovens alunas bem como osoperários frequentam a escola a noite, portanto, durante a semana , o seu tempo é alocado na fábrica ou na escola da qual elas/eles voltam depois das 20 horas quando não hover problema de eletricidade.

c) Em raros casos, quando os homens morram sozinhos ou com outros parentes homens,eles cuidam da lavagem da sua roupa ou deixam isso a cargo das namoradas operárias ou não.

Ao longo deste capítulo, procuramos desvendar as peculiaridades das relações de trabalho na zona franca a partir dos próprios depoimentos das mulheres, analisando as mediações da hierarquização do trabalho, a saber: a "raça-nacionalidade", o gênero, o todo articulado em torno da relação-capital. Percebemos que ao tratar da divisão sexual do trabalho, fora o sexo, quando se trata do trabalho de descendentes de escravizados racializados, deve se tomar em conta as mediações introduzidas pela colonização e a escravidão para obter uma leitura aprofundada da realidade. Destarte, apareceu pelo menos uma triple divisão hierarquica do trabalho: 1) entre homens haitianos e mulheres haitianas; 2) entre haitianos e dominicanas, 3) entre dominicanas e haitianas nas tarefas dentro das fábricas, entre as fábricas. Com efeito, dentro das fábricas têxteis, têm se observado uma presença predominante de mulheres haitianas na fabricação de roupas íntimas, de mulheres dominicanas na supervisão, na administração e de homens haitianos nas fábricas de calças

jeans ou nas seções de corte, na supervisão ou de embarque e desembarque de mercadorias ou de tecidos.

O que se pode rapidamente concluir é que a zona franca, bem como a sua produção seguem a lógica neocolonial, cujas raízes encontram-se na introdução da neocolonialinade com relação social na vida dos nativos do Ayiti quisqueya ou Bohio em 1492. Portanto, no próximo capítulo, pretendemos analisar o significado ideo-geo-político das zonas francas no fim de compreender as raízes historico-politicas e contemporaneas do " empresariado humanitário" em vigor no Haiti contemporaneo. Isso, no intuito de qualificar o mesmo .

CAPITULO IV- ZONAS FRANCAS E "EMPRESARIADO HUMANITÁRIO": DA COLONIALIDADE DO INTERVENCIONISMO DESENVOLVIMENTISTA NO HAITI CONTEMPORANEO

No presente capítulo, o nosso objetivo é desvendar as imbricações entre o "empresariado humanitário" no contexto militarizado da "reconstrução-desenvolvimento" do Haiti e o projeto neocolonial em vigor nesse país desde dois séculos atrás, reconfigurado com o imperialismo norte-americano a partir do século XX. Trata-se de compreender a necessidade social e econômica das zonas francas no Haiti para o grande capital bem como a mediação das organizações financeiras internacionais e da ONU na divulgação do discurso do desenvolvimento pelas zonas francas. Portanto, tentaremos analisar o projeto desenvolvimentista democratista de cunho intervencionista em vigor na região a partir do final da década de 70 e cujo produto foi a expansão das zonas francas na periferia do capital em especial na América Central e do Sul sob hegemonia estadunidense. Este processo auxiliará na qualificação do "empresariado humanitário" mostrando a sua logica neocolonial e, portanto exploradora e hierárquica.

Figura 16. Placa da CODEVI localizada acima da clinica CODEVI[186]



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

4.1 O "desenvolvimento/reconstrução" no Haiti contemporâneo: produto do projeto colonial original

Na sua análise das consequências político-ideológicas e econômicas da penetração da colonialidade na vida dos/das habitantes do Caribe e do que será denominado em homenagem a Américo Vespúcio, "As Américas", o sociólogo uruguaio Ramon

[186] Mostra a cooperação multilateral (Haiti, Republica Dominicana, EUA, União Europeia), portadora da zona franca.

Grosfoguel[187] observa o "capital" ao entrar lá, na sua personificação conjuntural no século XV, como "Um homem/europeu/ ([188]) /militar/branco/heterossexual/masculino" [189], que introduziu uma multiplicidade de relações de poder/econômicas antes desconhecidas dos povos nativos do Caribe. Entre elas[190]:

> 1. Uma hierarquia de classe onde o capital domina e explora uma multiplicidade de formas de trabalho (...) do século XVI até os dias atuais. (Hoje, milhões de escravos[191] no mundo, na Índia e no Brasil em particular, trabalham nas *maquiladoras* e na agricultura).
>
> 2. **Uma divisão internacional do trabalho entre centros e periferias** onde o capital organiza sob formas autoritárias e coercitivas as múltiplas formas de trabalho na periferia e nas posições periféricas no interior dos centros, no entanto, as formas de trabalho melhor remuneradas e as mais "livres" (...) estão concentradas nos centros. (Wallerstein, 1974)
>
> 3. **Um sistema inter-estático global de organizações e de instituições político-militares controlado por homens europeus e institucionalizado pelas administrações coloniais.** (Wallerstein, 1979)
>
> 4. Uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os homens europeus em relação aos povos não europeus. (Quijano 1993, 2000)
>
> 5. Uma hierarquia de gênero que privilegia os homens em relação às mulheres e o patriarcado europeu às outras formas de relação de gênero. (Spivak 1988, Enloe 1990) (grifos nossos).

---

[187] GROSFOGUEL, R. Les imbrications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global: Transmodernité, pensée frontalière et colonialité globale. *Multitudes*,2006/3, 26, p. 51-74.

[188] No texto citado acima, lê-se, no lugar dos parênteses, a palavra capitalista. Não o escrevemos, porque acreditamos que no desembarque dos colonizadores/civilizadores europeus no Caribe, o capital enquanto relação social que supõe a separação dos produtores dos meios de produção existia como tal, mas, o capitalismo e, portanto, o capitalista como personificação deste, como modo de produção de bens onde o capital se desenvolve em todo o seu potencial ainda não era uma realidade. É bom ser lembrado que o capital preexistiu ao capitalismo, bem como o machismo a este. Parece também que essa relação-capital não existia entre os índios. É uma relação histórica, assim como o sistema que o materializa melhor, a saber, o capitalismo.

[189] Ibid., p. 56.

[190] Ibid., p. 56-57.

[191] O termo "escravos" usado aqui, no nosso entendimento, não deve ser tomado literalmente porque entre o escravo e o operário existe uma grande diferença não só de estatuto mas também de condições. O escravo era anexado ao mestre e/ou às plantações. O operário/a operaria é "livre para vender" a sua força de trabalho a quem oferece mais. As restrições nas relações de produção escravagistas e no modo de produção capitalista são de ordem diferente.

A fronteira política, econômica e cultural entre o desembarque na dita América no final do século XV e o que consideramos como a nova colonização do Haiti contemporâneo, revigorada com o sismo do dia 12 de janeiro de 2010, apesar da sua objetiva existência formal, demonstra certa fragilidade quando submetida à análise. As análises de Grosfoguel demonstram os laços estruturantes existentes entre a primeira forma de colonização e as suas configurações e modos operatórios contemporâneos. No Haiti, a nova colonização é operacionalizada pela intensificação das zonas francas, as novas plantações, e pelas ONGs; sobretudo, a partir da institucionalização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na década de 1960. Enquanto no antigo colonialismo, as colônias dependiam inteiramente das metrópoles administrativamente e politicamente, no novo colonialismo, representado pelo imperialismo, somente as zonas francas ou os grandes parques industriais dependem dos novos colonos. No entanto, as ONGs trabalham na administração das "necessidades sociais processadas como carências sociais". Daí, a instrumentalidade da Internacional Comunitária para o novo colonialismo.

A implantação das zonas francas, e parques industriais sob controle de multinacionais nos países do Terceiro Mundo ou "nas posições periféricas do centro", às vezes nos próprios países centrais, mas, sobretudo destinados aos/as imigrantes, ilustra com muita propriedade a análise de Grosfoguel a respeito da divisão internacional do trabalho introduzida pela colonização. Na contemporaneidade, essa relação não mudou. As zonas francas industriais de exportação, sobretudo as especializadas na produção têxtil localizadas na periferia do grande capital, pagam os salários mais baixos. Na contemporaneidade, a instalação oportuna de indústrias na América Latina ou no Caribe, de modo geral, propiciou a continuidade do processo de dominação iniciado com a colonização, cujo propósito foi a exploração absoluta das colônias. Isto, de forma mais brutal nas colônias de exploração tal como o Haiti, espaços onde as reformas e "revoluções" políticas vigentes nas metrópoles não eram admitidas ou divulgadas. Isso é perfeitamente ilustrado na análise de Buck-Morse no seu livro "Hegel and Haiti" da qual tiramos o seguinte trecho:

> A exploração de milhões de trabalhadores escravos coloniais era aceita como parte do Novo Mundo pelos próprios pensadores que proclamavam a liberdade enquanto estado natural e direito inalienável do homem. Mesmo quando as

> proclamações teóricas de liberdade fossem transformadas em ação revolucionária ao nível político, era possível manter na escuridão os sustentadores da economia colonial que funcionavam fora do cenário. (BUCK-MORSE, 2000, p. 822)

São também locais onde a proteção da produção em metrópole é absolutamente rígida, indo até a proibição de produzir bens fabricados na metrópole. Na contemporaneidade o padrão colonial continua vigorando. Como analisa Roger Brunet:

> [...] As zonas francas são as ilhas do arquipélago do Antimundo. O Antimundo é esta espécie de espaço, por definição pouco explorado, secretado, tolerado e forçado pelo Mundo, sem o qual, sem dúvida o Mundo não funcionaria: o avesso do sistema, mas, parte integrante do sistema. [...] O Antimundo é dos espaços da sombra: os *arrière-boutiques* do Mundo onde são preparados os gêneros proibidos, mas que ajudam alguns a viver; estes lugares de diversão onde são tolerados e às vezes incentivados, exercícios e jogos proibidos em outro lugar; estes lugares de transação onde a lei comum é suspendida para que transações sejam feitas; estes lugares de experimentação onde são ensaiadas novas relações sociais, que talvez aparecerão no Mundo e talvez serão lei; estes lugares onde se esconde o que seria um "mau" exemplo, espaços dos "anormais" e dos " desviantes" assim como as "nomenclaturas". (BRUNET, 1987, p. 5)

A ideia desenvolvida aqui por Brunet deixa perceber a de possessão das ilhas do Antimundo pelo Mundo. Esta ideia lembra à possessão colonial, onde o rumo da produção e do seu destino, assim como as leis que vigoravam nas colônias eram impostas do exterior vindo da metrópole. Desse modo, a descolonização "juridico-política" ocorrida, na maioria dos casos, depois da Segunda Guerra Mundial, não rompeu com os laços coloniais objetivos e simbólicos. Antigas colônias continuam sendo as bases da manutenção do alto padrão de vida em comparação ao estabelecido no Terceiro Mundo, de modo geral, nas antigas metrópoles. Isso, pela mediação das multinacionais e das instituições partes do "*sistema inter-estático global de organizações e de instituições político-militares controlado por homens europeus e institucionalizado pelas administrações coloniais*"[192], neocoloniais na contemporaneidade tais como o Banco Mundial, a MINUSTAH e, consequentemente a ONU da "Internacional Comunitária".

A colonialidade continua impregnando as relações Norte-Sul e a política imperialista que constitui corolário desta. Ela serve como pano de fundo tanto à dominação-

[192] GORSFOGUEL, 2006 (p.56).

exploração capitalista do centro sobre os países da periferia capitalista, bem como àquela exercida pelos países emergentes para com os países mais pauperizados como a maioria dos países da África ou ditos de "regressão econômica rápida", como o Haiti. Na contemporaneidade, o "neocolonialismo por convite" ilustra um modelo atual de saque de recursos naturais dos países mais pauperizados envolvendo antigas metrópoles e antigas colônias. Com efeito, James Petras[193] analisa muito bem o processo dito de "neocolonialismo por convite" posto em obra para ou pelo "agro-imperialismo" no "estilo novo", cujo propósito é transferir as riquezas, que sobraram da velha colonização-pilhagem das antigas colônias aos países ditos emergentes e antigos impérios coloniais ou contemporâneos:

> A construção de impérios em estilo colonial está a ter uma enorme recuperação, e a maior parte dos colonialistas são recém-chegados a abrirem o seu caminho depois dos predadores europeus e estado-unidenses bem estabelecidos. Apoiados pelos seus governos e financiados com enormes lucros do comércio e do investimento, e ainda excedentes orçamentais, as potências económicas neocoloniais agora emergentes (emerging neocolonial economic powers, ENEP) estão a adquirir o controle de vastas extensões de terras férteis de países pobres na África, Ásia e América Latina, através da intermediação de corruptos locais, em regimes de mercado livre.[194]

O caráter contraditório, um pouco irônico, da procura insaciável de lucro ou do "incansável impulso do capital para o lucro" (MÉSZÁROS, 2004), levado ao seu extremo no capitalismo contemporâneo e presente nesse processo neocolonial precisa ser destacado. Com efeito, enquanto os países emergentes praticam a exploração neocolonial dos países mais pauperizados, os antigos impérios coloniais e o gigante neocolonial estadunidense continuam a exploração desses mesmos países emergentes com um modo operatório agora diferenciado do propriamente dito colonial. Isso, com o patrocínio administrativo e controlador do Banco Mundial e de outros bancos dos países centrais cujo papel colonial ou neocolonial tem sido óbvio durante décadas. Segundo analisa Petras:

[193]PETRAS, J. *A grande dádiva de terras*: Neocolonialismo por convite. Disponível em: <www.resistir.info>, em 1/12/2008. Acesso em outubro de 2009. Reacesso em 09/12/2012.
[194] Ibid.

> O Banco Mundial (BM) tem desempenhado um papel importante na promoção da captura agro imperial de terras, destinando US$1,4 mil milhões para financiar tomadas de "terras subutilizadas" por parte dos agronegócios. O BM condiciona seus empréstimos a neocolônias, como a Ucrânia, à abertura de terras à exploração pelos investidores estrangeiros. Aproveitando os regimes neoliberais de "centro-esquerda" na Argentina e no Brasil, investidores agro imperiais dos EUA e da Europa compraram milhões de hectares de terras férteis e pastos para abastecer seus centros imperiais, enquanto milhões de camponeses sem terra e trabalhadores desempregados são deixados a ver os comboios carregados de carne, trigo e soja dirigirem-se para instalações portuárias controladas por multinacionais estrangeiras e para os mercados internos imperiais na Europa, Ásia e EUA. Pelo menos dois países imperiais emergentes, Brasil e China, estão sujeitos a tomadas de terra imperiais pelos países imperiais mais "avançados" e tornaram-se "agentes" da colonização da agricultura. Multinacionais japonesas, europeias e norte-americanas exploram o Brasil mesmo quando colonizadores e agroindustriais brasileiros tomaram vastas faixas de terra junto às fronteiras do Paraguai, Uruguai e Bolívia. Um padrão semelhante ocorre na China onde terras agrícolas boas são exploradas por japoneses e capitalistas chineses de além-mar, ao mesmo tempo em que a China está tomar terra fértil nos países mais pobres da África e do Sudeste da Ásia.[195]

Esse processo dito de agro-imperialismo, como salienta perfeitamente Petras, traz a expropriação dos camponeses e, certamente, a absolutização da pobreza para estes; e contribui para a ampliação do exército industrial de reserva e, por consequente, para a diminuição do salário já miserável nestes países. Um processo similar ao que acontece antes da construção das zonas francas no Haiti tanto da CODEVI como do Parque Industrial de Caracol (PIC). Porém, as zonas francas no caso do Haiti, classificado, desde 2010, pelo CNUCED como país em regressão econômica rápida, são propostas como a saída contra o desemprego maciço e a dita pobreza.

Uma solução quase sempre auxiliada pela fiel aplicação das recomendações do FMI e do Banco Mundial, bem como do BID – órgão para o qual um dos elementos de orientação centrais é a privatização dos serviços públicos; entre estes, os portos. Esse projeto neocolonial, no contexto haitiano, é protagonizado pelas empresas multinacionais mediadas pelas Instituições Financeiras Internacionais e de cooperação internacional – neoministérios da colônia – e tem as mulheres "negras" pauperizadas do campesinato haitiano como força de trabalho sub-remunerada, como fundamentais para a sua implantação. Um projeto cuja divulgação foi recorrente nesses últimos 30 anos, mas apresentado como sendo o do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti desde o ano 2004,

[195] Ibid.

ou seja, como recente. E isso, ainda mais após o terremoto em 2010. No entanto, suas raízes históricas são antigas, datando de até dois séculos – como tentamos demonstrá-lo no presente capítulo – e são, na realidade, o produto do projeto colonial-imperialista-patriarcal-modernizador inicial. No próximo subitem, pretendemos analisar o conteúdo do plano de desenvolvimento-reconstrução contemporâneo do Haiti.

4.2 **O Desenvolvimento/reconstrução pelas zonas francas**

Em 2009, as Nações Unidas patrocinaram um estudo com o objetivo de demonstrar a viabilidade econômica e financeira do Haiti. O estudo em questão foi realizado por Paul Collier[196] e constitui um guia, ou melhor, um tipo de manual para o "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti. Este é, desde 2004 – inícios da "reconstrução" do Haiti, sob a liderança da ONU –, o quinto documento similar. Com efeito, para pensar a "reconstrução" – termo utilizado para substituir ou completar o de "desenvolvimento" logo depois da chegada das tropas e, ainda mais, após o furacão Jeanne, que quase destruiu a cidade de Gonaïves, em 2004 –, pelo menos três quadros estratégicos foram produzidos, na linhagem dos elaborados anteriormente, em períodos de ocupação militar onusiana:

1. Le programme d`Urgence et de Réhabilitation Économique/Programa de Emergência e de Reabilitação Econômica (PURE I et II, 1994-2004);
2. Le Cadre de Coopération Intérimaire/ Quadro de Cooperação Provisória (CCI) (2004-2006);
3. Le Document de Stratégie Intérimaire pour la Réduction de la Pauvreté/ Documento de Estratégia Provisória para a Redução da Pobreza (DSNCRP, 2006-08);

[196] COLLIER, Paul. Haïti: *Des catastrophes naturelles à la sécurité économique*. Rapport au secrétaire général de l`Organisation des Nations Unies-Janvier 2009-MINUSTAH- confidentiel (2009, p. 7).

4. Le Document de Stratégie Nationale pour la Croissance et la Réduction de la Pauvreté/ Documento de estratégia nacional para o crescimento e a Redução da Pobreza (DSNCRP, 2008-10);
5. Le rapport Paul Collier: Haiti: Des catastrophes naturelles á la sécurité économique. Rapport au secrétaire général de l`Organisation des Nations Unies-Janvier 2009-MINUSTAH-confidentiel. (2009).

E, mais recentemente:

6 PDNA: Post Disaster Needs Assessment (2010);
7 Le Plan d'Action pour le Relèvement et le Développement National D'Haïti (PARDN) (2010).

Este último foi produzido depois do sismo de 2010, para enunciar as estratégias de ação para a reconstrução, haja vista o tão procurado "desenvolvimento", a refundação ou reabilitação do Haiti. A repetição é proposital, pois todos estes termos são utilizados para se referir ao objetivo procurado pela "comunidade Internacional" através do seu desempenho no Haiti nos últimos oito anos. Apesar das diferenças temporais, esses documentos têm pelo menos três características comuns:

i. Uma das características desses documentos é que são produzidos no quadro de uma intervenção militar no Haiti (1994, 2004), seja depois de uma situação de emergência, seja em seguida a revoltas populares. Em 2004, havia, em primeiro lugar, o levantamento popular antes da queda do governo Aristide e, alguns meses depois, em setembro de 2004, o furacão Jeanne. Em 1994, 20.000 marines Americanas acompanharam o presidente inconstitucionalmente destituído, Jean-Bertand Aristide na sua volta ao país depois de três anos de exílio forçado. Foi o início de uma série de missões de paz da ONU no Haiti até o ano 2000. E, enfim 2010, ano do terrível terremoto do dia 12 de janeiro, propiciou mais dois quadros estratégicos.
ii. O segundo traço característico desses documentos, sobretudo dos três últimos, é que eles são endereçados, prioritariamente e principalmente, à "comunidade

internacional". E, isso é emblemático do PARDNH (Plano de Ação para a Reabilitação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti), concebido por *experts* majoritariamente estrangeiros e alguns haitianos e, apresentado ao público em março de 2010. O seguinte paragrafo ilustra essa característica, aliás, recorrente desses documentos:

> O Plano de Ação para a Reabilitação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti que **apresentamos aos nossos parceiros da comunidade internacional** constitui a expressão das necessidades a serem satisfeitas para que o sismo, que tem atingido tão cruelmente o nosso país, torne-se uma janela de oportunidades para, segundo a expressão do chefe do Estado, uma refundação do Haiti. O plano que **lhes** é proposto (à comunidade internacional) é baseado em um esforço coletivo de reflexão e diálogo. No nível diplomático, trocas construtivas e sustentadas nos ajudaram a nos sensibilizar quanto às expectativas dos nossos parceiros internacionais e explicar-lhes as nossas escolhas para o futuro. (Governo da República do Haiti, 2010, p. 3 – grifos nossos).

Quando um governo caribenho declara ter se sensibilizado às expectativas dos seus parceiros internacionais, ele está se referindo a quais parceiros? São essas expectativas inéditas e/ou sensíveis às necessidades reais do Haiti? O que tem se realizado depois do terremoto no Haiti mostra que são expectativas antigas, cuja materialização – como o gigante parque industrial construído em Caracol, um lugar considerado como um potencial parque ecológico no Haiti –, coloca em risco a sobrevivência do que sobrou de viável no meio ambiente haitiano. Contudo, é óbvio que a população haitiana, ainda mais no contexto do recente terremoto devastador, não é o interlocutor para o qual esse documento foi escrito. Ele nem é mencionado aqui. A Internacional Comunitária é o interesse do documento. O que pode ser explicado ou justificado pelo fato de que – e, isso é a terceira característica destes documentos:

iii. A sua concepção e realização seja encomendada e financiada pela dita comunidade internacional, ou seja, a Internacional Comunitária;
iv. O último traço comum destes documentos é que o "desenvolvimento" concebido é sinônimo de criação de empregos (sub-remunerados) e de infraestruturas. O que passa principalmente pela multiplicação das zonas francas e o livre comércio

conforme a nova divisão internacional técnica, racial e sexual do trabalho. Zonas francas onde quase que mundialmente, as mulheres são as principais produtoras diretas, ou seja, as que recebem as piores remunerações. Isso nos permite entender, mais uma vez, que a realização de tal desenvolvimento passa pela exploração-dominação acirrada das mulheres racializadas do Terceiro Mundo.

Assim, esses documentos, na contemporaneidade, configuram ou expressam o caráter dependente do Haiti e consequentemente o caráter neocolonial, patriarcal, paternalista e racista do desenvolvimento/reconstrução do mesmo tal como desenhado pelos *experts* da ONU. Um "desenvolvimento" cuja concepção da sua estratégia, conforme Collier, não deve ser da responsabilidade exclusiva do Haiti:

> **É completamente irrealista pensar que o governo de um Estado frágil poderia conceber tal estratégia sem ajuda.** Eis precisamente porque a comunidade dos doadores partiram do princípio errado segundo o qual a concepção duma estratégia econômica cabe ao único governo cuja segurança econômica não sucedeu à segurança militar e à segurança política (COLLIER, 2007, p. 7-8 – grifos nossos)

Este relatório, classificado como "confidencial" e apresentado ao secretário general das Nações Unidas, reproduz uma visão do Haiti como Estado-menor devendo ser protegido até contra si mesmo. Aliás, a intervenção onusiana do Haiti, em 2004, em nome da segurança militar e política às quais se refere Collier, foi realizada no quadro dessa proteção a Estados vistos como menores que a ONU, ou seja, a comunidade Internacional "ingênua", segundo Collier, tem realizado sistematicamente nos países antigamente colonizados. Somente na década de 1990, a ONU se fez presente no Haiti sob quatro denominações:

1- MINUHA 1993–1996, Mission des Nations Unies en Haïti
2- MANUH 1996–1997, Mission d'Appui des Nations Unies en Haïti
3- MITNUH 1997–Mission de Transition des Nations Unies en Haïti
4- MIPONU 1997–2000, Mission de Police Civile des Nations Unies en Haïti

Entretanto, vale observar que a maioria das missões de paz da ONU são realizadas em países antigamente colonizados, países do Terceiro Mundo em geral, quer sejam de Leste europeu, quer sejam da África Central ou da América Central. O que ressalta o papel neocolonial dessa organização reforçando, desse modo, as já mencionadas análises de Louis-Juste (2007) e Grosfoguel (2006).

Este relatório, como foi analisado no primeiro capítulo deste trabalho, assim como os outros documentos similares – e isso ainda mais depois do sismo –, concebe o "desenvolvimento" ou "reconstrução" do Haiti, como a sua integração formal e material à divisão internacional, técnica, sexual e racial do trabalho, ou seja, como vasta reserva de zonas francas ou de indústrias de subcontratação. E, trata-se das zonas francas de montagem ou de produção têxtil. Uma geração de zonas francas onde a força de trabalho não precisa necessariamente ser qualificada tecnicamente e onde o seu preço é extremamente baixo e, localizadas prioritariamente na periferia do sistema capitalista.

Figura 17. Fábrica de roupas intimas: Posto de controle



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo

O que, aliás, segundo o representante da Direção das Zonas Francas[197] (DZF) na Zona Franca de Ouanaminthe, explica a grande presença das mulheres como operárias na CODEVI. Os homens preferiam ir trabalhar na República Dominicana ou no grande comércio no lugar da zona franca:

> Na verdade, não têm mais mulheres trabalhando na zona franca. Sim, mas não se trata de uma política da zona franca. Pode ter muito mais mulheres que se apresentam na contratação, mas não existe uma política visando empregar mais mulheres na CODEVI. Preciso lhe dizer, (...) você conhece os homens. Nós não vamos esquecer que Ouanaminthe é uma cidade fronteiriça. Ademais, os homens daqui têm mais meios econômicos. Não se esqueça que aqui prevalece o salário mínimo de 963 *gurdas* por semana. Estamos numa zona fronteiriça onde os homens têm o costume de se lançar numa série de atividades rentáveis, o que explica o fato de que há muito mais mulheres se apresentando na hora da contratação. (W. Felix, informação verbal, 2011).

Nessa fala do representante do setor público na CODEVI, percebe-se como os estereótipos sexuais inculcados através da educação diferenciada segundo o sexo – tanto a formal como a informal –, contribuiu também para a preparação da força de trabalho feminino sub-remunerado. Ditos estereótipos com os quais contam os capitalistas tanto na fixação dos salários como na criação das condições de trabalho impostas aos operários e às operárias. Deste modo, a feminização precária do trabalho operário ao nível mundial encontra nas condições históricas haitianas, uma base material propícia para a sua radiclização. Produzindo deste modo uma precarização extrema do trabalho reputado feminino da indústria têxtil no país. Isso, consoante às necessidades da divisão internacional, sexual e racial do trabalho. Destarte, não é de se surpreender que a precarização do trabalho figurasse entre as vantagens identificadas no Haiti pelo estudo do professor Collier. Com efeito, na análise do professor Collier, as flexíveis condições de trabalho, entre outros, os baixos salários, constituem uma das melhores vantagens comparativas do Haiti: "*Haiti é um país pobre, e* ***o mercado de trabalho sendo***

[197] Trata-se duma instância pública criada pelo decreto-lei de 02 de agosto de 2002. Ela regulariza a criação e o funcionamento das zonas Francas no Haiti. A DZF analisa os pedidos de atribuição de franquia, controla e autoriza as exportações na CODEVI, através do seu representante.

relativamente pouco regulamentado, o custo da mão-de-obra mantém a concorrência da China, que constitui a norma de referência" (COLLIER, 2009, p. 5) [198]

Um dos principais objetivos dos relatórios de Collier e do PARDN[199], concebido após o sismo, é a criação massiva de empregos, fundamentalmente através da multiplicação das indústrias de montagem, sobretudo têxteis. O do professor Collier visava objetivamente mostrar aos investidores e à comunidade internacional que o Haiti pode ser rentável. Esse é um empreendimento ao qual tem se dedicado a ONU e os governos haitianos há muitos anos, porém, depois do terremoto, ele foi desenvolvimento mais intensamente. Com efeito, já no Fórum Social de Davos em janeiro de 2010, onde a situação do Haiti era bastante destacada, o representante especial da ONU no Haiti, ex-presidente dos Estados Unidos o Bill Clinton, acompanhado do patrão Denis O'Brian, continuou nesse mesmo caminho. E, nesta sessão especial do fórum, ele, a respeito da viabilidade econômica do Haiti enfatiza o seguinte: "*Eis um lugar fantástico para fazer negócios, acreditem em mim. A política do governo é muito favorável aos investidores estrangeiros."*[200]

Esta frase desvenda duas características fundamentais do projeto de "desenvolvimento/reconstrução" do Haiti na contemporaneidade: um conceito capitalista e colonial, senão antinacionalista. Tal projeto tem como melhor materialização: a criação e expansão das Zonas Francas tal como recomendado pelos *experts* onusianos desde 2004, ano de início da atual missão da Paz da ONU no Haiti e pelas Instituições Financeiras Internacionais, sobretudo, a partir da crise do grande capital do final da década de setenta. São projetadas as zonas francas mais primárias, ou seja, de fábricas de montagem de peças para a indústria do vestuário pagando os mais baixos salários desse ramo. O Haiti tem se especializado, nesta indústria, conforme a divisão internacional do trabalho e, mais especificamente, da subdivisão internacional do trabalho.

[198] Grifos nossos.
[199] Plan d'Action pour le Relèvement et le développement d'Haïti : les grands chantiers pour l'avenir. Submetido aos doadores em março de 2010.
[200] Forbes, 2011, p. 72. In Revista Cahiers du CEPODE. Port-au-Prince, n. 2, 2º ano.

Assim, quando na declaração de política geral do primeiro Primeiro-Ministro do governo[201], em 2011, leia-se o seguinte:

> As necessidades de empregos são tão importantes hoje, que o Haiti não pode se pagar o luxo de recusar os pedidos de estabelecimento de empresas desservindo os mercados de massa e exigindo baixos salários. No entanto, é indispensável termos uma estratégia a médio prazo visando a fazer progredir a nossa indústria para que ela se torne criativa, inovadora, integrada e competitiva, atendendo mercados de médio e de alto padrão, pagando consequentemente salários nitidamente mais elevados. (Bureau du Premier Ministre, 2011, p. 57-58)

Ao entender o porquê dessa busca por trabalhadores/trabalhadoras haitianos/haitianas, esclarece-se também que o quadro de figura apontado pelo senhor Conille é um produto da divisão internacional do trabalho. E, que "aumentar os salários" no Haiti e torná-lo competitivo com outros países da região, onde as infraestruturas permitam isso, equivale ao desenvolvimento geral das infraestruturas precárias do Haiti. Desenvolvimento que o plano do Collier, de certo modo, desaconselhava, pois para ele o desenvolvimento de bolsões de excelência são mais propícios ao desenvolvimento da indústria. Um desenvolvimento que, de modo nenhum, tinha como propósito melhorar as condições de vida da população operária e do povo haitiano, de modo geral e, portanto, não traria, o aumento salarial sonhado ou prometido pelo primeiro-ministro para moderar, segundo toda aparência, à sua evidente aprovação dos baixos salários pagos nas fábricas no Haiti – pagos às mulheres da classe trabalhadora haitiana a quem são destinados, prioritariamente, os empregos da indústria têxtil, principal fonte de criação de empregos na visão dos elaboradores do projeto em questão. Assim, é importante apontar que o sismo não mudou o dito projeto. A sua lógica, pelo menos, permaneceu quase intacta.

Sobrou desse projeto bicentenário uma visão do haitiano-"negro" /da haitiana-"negra" como bom/boa trabalhador/trabalhadora, disciplinado/disciplinada apto/apta para os empregos manuais, repetitivos como os das plantações e, na contemporaneidade, os das fábricas têxteis, especializados no salário por peça. Um elemento sobre o qual o enviado

[201] O Governo de Michel Joseph Martelly está com o seu segundo primeiro ministro desde a sua tomada de posse, em maio de 2011. O senhor Conille tomou posse como primeiro-ministro em outubro do mesmo ano após sua ratificação pelo parlamento haitiano. Ele foi projetado por um empresário cujo nome é Laurent Salvador Lamothe, e em posto até o momento da finalização desta tese.

especial da ONU não deixou de chamar a atenção dos potenciais doadores e investidores. Conforme analisado na revista haitiana *Cahiers du CEPODE* , lê-se a esse respeito:

> Presente para pleitear a causa haitiana no Foro de Davos, o enviado especial das Nações Unidas no Haiti, Bill Clinton, não economizou os seus argumentos para convencer os chefes de empresa multinacionais presentes a investir no Haiti. Os haitianos são para ele "trabalhadores e criativos" e o clima que prevalece no país é favorável aos negócios. Pressionando os *busnessman* a não deixar passar esta "oportunidade de reinventar o futuro do povo haitiano (ele os) convida a fazer parte da aventura[202]". (VORBES, 2011, p. 72)

Durante a ocupação americana do Haiti, entre 1915 e 1934, as mesmas condições vantajosas do Haiti contemporâneo na leitura tanto do Collier como do Clinton ou do atual governo[203] haitiano eram também vistas como ótimas para os negócios. Com efeito, depois de ter forçado os haitianos a adotar uma constituição antinacionalista e exploradora – entenda-se neocolonial –, os ocupantes elogiam os benefícios ou as potencialidades interessantes dos negócios no Haiti para os americanos. Nas palavras do Chomsky (2006):

> Como as barreiras que impediam que estrangeiros sejam proprietários no país agora tinham sido levantadas – por métodos um tanto tirânicos, tem que se admitir isso –, os investidores americanos se precipitavam para aproveitar grandes extensões de terras destinadas a novas plantações. Outra motivação era a mão-de-obra extremamente barata. Em 1926, um diário de negócios nova-yorkino descreveu o Haiti como "uma ocasião de ouro para os investimentos americanos." "O Haitiano médio é hábil com as mãos, ele é facilmente dirigido, e produz um árduo dia de trabalho por 20 centavos, enquanto no Panamá, o mesmo trabalho custa dia $ 3".

Como começamos a demonstrar desde o início deste capítulo, o Haiti é alvo de uma política econômica neocolonial das mais conservadoras. As palavras usadas nos tempos da colônia, não obstante algumas alterações, continuam as mesmas. A descrição da força de trabalho haitiana e do que representa o Haiti para o grande capital pelo ex-presidente americano, enviado especial das Nações Unidas no Haiti, em 2010 é mais ou

[202] "Bill Clinton plaide pour Haïti au Forum de Davos". Disponível em: <www.rfi.fr> . Citado pelo autor.
[203] O governo Joseph Michel Martelly cujo atual primeiro-ministro, Laurent S. Lamothe em suas próprias palavras é um dos melhores representantes do governo de negócios promovido pelo chefe de estado, o Senhor Joseph M. Martelly, no poder desde o mês de maio de 2011, para um mandato de cinco anos.

menos idêntica ao que acabamos de citar aqui. Quase um século antes de Collier (2009), a força de trabalho haitiana era elogiada pelas mesmas qualidades consideradas hoje como tremendos ativos para o desenvolvimento do Haiti num contexto similar, ou seja, o de uma ocupação militar estrangeira em nome da paz, do bem-estar superior dos haitianos. Hoje, o bem-estar operacionaliza-se pela regularidade das eleições, do livre exercício do direito de votar – em outros termos, pela democracia parlamentar.

Uma das consequências, aliás, procuradas, da votação forçada dessa Constituição foi o aproveitamento de terras, mas também, a criação de várias empresas americanas ou a serviço destas no país. Dando palavras mais uma vez a Noam Chomsky[204]:

> Estes benefícios tomaram mais importância à medida que se continuava a destruir os vestígios da riqueza agrícola do Haiti. A partir dos anos 1960, as empresas montadoras para as sociedades americanas cresceram rapidamente no Caribe: No Haiti: passou de 3 empresas, em1966, a 154, em 1981. Estas empresas forneciam cerca de 40% das exportações haitianas (em 1960, 100% eram commodities primárias), mas poucos empregos ou outras vantagens aos haitianos, senão novas oportunidades de enriquecimento para a elite tradicional.[205]

Além de funcionar segundo uma lógica neocolonial, o tipo de produção tampouco escapava da mesma. As exportações constituem-se de gêneros primários, ou seja, o mesmo tipo de exportação colonial que permitia ou exigia da colônia comprar os produtos manufaturados da metrópole ou de outras metrópoles. Conforme a divisão social e internacional do trabalho, estas últimas tinham o direito de produzir bens industriais de segunda ou terceira geração. Bens que, segundo a lógica do comércio internacional desigual e a própria lei do valor, custavam e custam mais caro; o que, paradoxalmente, contribui tanto para alimentar a dependência como para absolutizar a pauperização dos países antigamente colonizados do Terceiro Mundo.

Assim, as raízes históricas desse projeto, se encontram na primeira ocupação do atual Haiti iniciada em 1492 com a invasão colonial do país por Cristóvão Colombo em missão para a realeza espanhola. Esta ocupação produziu ou é produto da divisão técnica,

---

[204] CHOMSKY, Noam. La tragédie d'Haïti "L'an 501, la conquête continue". *Editions De l'Herne*, 2006 - version électronique. Disponível em: <http://www.chomsky.fr/livres/www.lherne.com>. Acesso em: 27/05/2012.
[205] Ibid.

racial, social, geopolítica e sexual do trabalho que continua vigorando apesar das suas reconfigurações formais ao longo dos séculos, conforme as novas direções hegemônicas do mundo controlado pelo sistema do capital. Tal divisão internacional do trabalho tem sido fundamental para a constituição dos impérios coloniais em seguida capitalistas e imperialistas e dos seus corolários, as colônias, os atuais países ditos subdesenvolvidos.

Com efeito,

> Quando a "História" analisa-se como a simultaneidade de acontecimentos nas metrópoles e nas colônias, e não como o relato nacional das metrópoles ou a história colonial das colônias (tal como as contam os historiadores das metrópoles) por separado, vêm-se os vínculos histórico-estruturais heterogêneos (que são espacialmente temporais e não temporalmente espaciais); entre as duas caras de cada acontecimento e, por conseguinte, entre as duas caras da modernidade/colonialidade. (MIGNOLO, 2007, p. 78)

Isso sustenta a nossa seguinte esquematização das raízes históricas do "desenvolvimento" do Haiti na contemporaneidade, ou seja, os acontecimentos político-econômico-sociais e culturais que nortearam a contemporânea materialização do projeto original nesse país:

1. A colonização/civilização europeia do Caribe e da dita América Latina (Século XV).
2. A ocupação estadunidense (Século XX).
3. Desenvolvimento/modernização sob a liderança estadunidense cujos códigos encontram-se em:
    a) A doutrina de Monroe (Século XX);
    b) O CBI (1983) e suas seguintes reformulações (Caribean Basin Recovery Act, 1990-Caribean basin recovery Act 2000, 2003) (século XXI). Esses atos foram modificados adaptados especificamente ao Haiti e substituídos recentemente pelo HOPE I (2006), HOPE II (2008), HELP (2010).

Para compreender o processo local haitiano, no próximo subitem analisamos a substituição da colonização-modernização pelo desenvolvimento pela Internacional Comunitária e suas mediações, sobretudo, o contexto internacional propiciador da introdução das zonas francas como instrumentos de desenvolvimento.

4.3. As zonas francas de exportação: instrumentos de desenvolvimento dos países do Sul

No período pós-segunda guerra, o sistema capitalista, sobretudo o seu centro, vivenciou um crescimento econômico e social quase extraordinário:

> Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como "os anos dourados" ou, ainda, as "três décadas gloriosas". Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiam mais as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas. [...] Nos anos sessenta, os seis países capitalistas centrais (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Grã-Bretanha e Itália) "registraram em média um forte crescimento (entre 5 a 6 por cento ao ano) e um nível de taxa de lucro igualmente elevado." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 195-196).

Nesse processo de crescimento elevado do capitalismo central, observa-se também pela mediação das lutas sociais e, dialeticamente, pela elevada taxa de lucro, a conquista de vários direitos trabalhistas e de certa democracia. Tal democracia que legitimou, de certa maneira, o discurso do fim dos conflitos clássicos entre trabalhadores e patrões, ou seja, de classe para os países centrais e a desistência do sonho do socialismo considerado como uma utopia desnecessária. No entanto, nas suas análises, os economistas europeus e norte-americanos universalizaram idealmente o consumo de massa e a convivência "pacifica" entre assalariados e patrões no centro capitalista, invisibilizando assim a maioria da população mundial. Não é surpreendente que esse quadro encantador do centro do sistema, referente a dez por cento (10 %) da população mundial, levou os economistas e políticos a pregarem, paradoxalmente, o fim da escassez e também a morte

do trabalho abstrato tal como analisado por Marx e por consequência, o reino de uma imaginária "sociedade da abundância". Ora,

> no mundo real do capitalismo global a relação entre pobreza e riqueza era o exato oposto da conceituação de Galbraith e outros. O que era uma "ilha", não era o mundo da pobreza, mas o da "sociedade da abundância". A generalização, no entanto, a partir do caso especial do capitalismo norte-americano virou tudo do avesso, transformando o desesperançadamente geral no "especial" administrável e, portanto, *a esmagadora maioria* do gênero humano em uma ilusória *"minoria"* em regressão. (MÉSZÁROS, 2007, p. 137)

Assim, cabia aos demais, os noventa por cento (90%) da população mundial, o papel de recuperar o seu atraso pelo "desenvolvimento":

> Naturalmente, a estratégia adotada para lidar com as questões candentes da maioria de despossuídos foi colocar diante deles a miragem de uma possível aproximação do modelo ideal do alto consumo de massa norte-americano. Desse modo, a tarefa de superar o "subdesenvolvimento" no "Terceiro Mundo" foi definida como simples "modernização" e convergência com os valores do Norte democrático: "até que a era do alto consumo de massa se torne universal. Ao mesmo tempo, a alternativa socialista foi descrita, com objetividade científica, como uma espécie de doença que pode acometer uma sociedade em transição se ela não conseguir organizar efetivamente aqueles elementos em seu interior que estão preparados para levar a cabo a tarefa da modernização".[206]

Uma miragem desenvolvimentista com pano de fundo, a ditadura, enquanto, como analisamos recentemente,

> [...] no Terceiro Mundo, particularmente na América Central, no lugar do *welfare state* pós-segunda guerra do Norte, tinham as ditaduras desenvolvimentistas. Contudo, tanto o *welfare state* como a ditadura desenvolvimentista tinham com o propósito impedir o comunismo e estabelecer o consenso da hegemonia estadunidense. Apesar de que a luta anticomunista dita de "segurança nacional" teve, no Terceiro Mundo, um caráter repressivo extremo[207] e que, o "desenvolvimento" ficou mais um sonho do que uma realidade. (2012:8)

O que não impediu a ideologia desenvolvimentista de impregnar o Haiti, por exemplo, a tal ponto que atravessou tanto a ditadura como a dita democracia ou "transição democrática", até hoje. Aliás, a era ditatorial dos Duvalier no Haiti (1957-1986) propiciou

[206] Ibid.
[207] No Haiti, entre 1957 e 1986, foram cerca de 30.000 mortos.

ou vivenciou o primeiro crescimento de ONGs no Haiti. Contudo, o dito desenvolvimento, tal como conhecido no centro do capital, nunca se concretizou neste país. No entanto, como produto da relação neocolonial Norte/Sul conforme as necessidades da reprodução do grande capital, o "desenvolvimento" propiciou o incremento das desigualdades sociais em antítese ao seu propósito oficial. O que Louis-Juste, analisa com propriedade nas seguintes palavras:

> Assim, com a instalação precoce da ditadura (em relação à América Latina como um todo) e a não industrialização do país, nunca foi experimentado um Estado de bem-estar, mesmo embrionário. No Haiti, o assistente social, sobretudo, exerce sua profissão nas ONGs, cuja emergência, aliás, é contemporânea à elevação do ensino do Serviço Social ao nível superior, sendo instituída, em 1974, a *Faculté des Sciences Humaines.* Daí a hegemonia da ética desenvolvimentista na profissão do Serviço social haitiano! É o coração do país que bate no ritmo desenvolvimentista. Qualquer habitante considera o desenvolvimento o maior bem de que precisa para continuar sobrevivendo, precisamente aquele desenvolvimento que macaqueia o modo de organização de vida e trabalho nas sociedades centrais do capital. Em suma, a injustiça, impunidade e desigualdade sobrevivem à hegemonia do desenvolvimentismo, porque este, enquanto ideologia do capital nos países periféricos, muito bem convive com a exploração, a dominação e a discriminação das classes esmagadoras de uma população. (LOUIS-JUSTE, 2007, p. 103)

Com efeito, assim como o Iluminismo combinou com a escravidão no dito novo mundo, de igual maneira, o dito subdesenvolvimento como mediação do desenvolvimento carrega em si os elementos fundantes da lei geral da acumulação capitalista. "A ditadura com camadas superficiais de um desenvolvimento concebido para o dito "Terceiro Mundo" virá logo depois da relativa descolonização de certos países africanos". Um processo cuja principal mediação foi viabilizada pela ação das grandes Ongs internacionais da cooperação bilateral, encarregadas de implantar o "desenvolvimento" nas antigas colônias, através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Neste grupo encontram-se, entre outras, ONGs tais como a ACDI (Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional), criada em 1968; a USAID, em 1961 - mesmo ano de criação do Projeto da Aliança para o Progresso-, (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), a OXFAM (embora a primeira tenha sido criada no contexto pós-primeira-guerra, em 1942) e o Próprio PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1996.

Neste processo é imprescindível o papel central das Instituições de Breton Woods tais como o FMI e o Banco Mundial, na legitimação e institucionalização da Ajuda ao Desenvolvimento, como citado antes. As principais organizações de Ajuda ao Desenvolvimento foram coerentemente criadas na década de 60, no contexto das *Tentre Glorieuses* e de luta contra o comunismo materializada na "Aliança para o progresso" (1961), pensada pelos Estados Unidos para proteger a América Latina do "perigo" comunista personificado na região, em Cuba. Assim, observou-se, conforme analisado por Louis Juste, "*uma unidade dialética entre ONGs do Norte como administradores da benevolência e ONGs do Sul enquanto processadoras de carências*"[208], conforme a divisão internacional e nacional do trabalho.

Neste contexto, e até o fim da ditadura no Haiti, em 1986, foram criadas a maioria das organizações populares e ONGs:

> A luta contra o comunismo participou, portanto, do momento da emergência de ONGs na sociedade civil desenvolvimentista. Camponeses são atendidos nos centros comunitários. Pelo trabalho comunitário, captura-se mente e coração de camponeses, negando o fato essencial dos seus problemas sociais, isto é, a estrutura agrária injusta metabolizada pelo mercado capitalista. Nas ações comunitárias tentou-se atender a carências fora do tempo em que se produziam.[209]

O caráter alienante da ideologia do desenvolvimento concebida pelas antigas metrópoles ou neometrópoles e suas Agências para o chamado Terceiro Mundo é mais uma vez destacado por Louis-Juste na sua tese de doutorado. E, concordamos plenamente com essa leitura que tentamos justificar e apoiar ao longo deste subitem. A centralidade das ONGs na operacionalização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e no seu papel neocolonial é mais uma vez ressaltada no Haiti no contexto pós-sismo. Com efeito, conforme destacamos logo no início deste capítulo, o sismo do dia 12 de janeiro de 2010, tanto pela amplitude do desastre como pela grande vaga de proposta de "ajuda" desencadeada por ele, propiciou o revigoramento da neocolonização do Haiti. A qual tem como corolários senão como elementos centrais tanto a Ajuda Pública ao Desenvolvimento posta em obra pelas ONGs, como as zonas francas, apresentadas como panaceias para o

[208] Ibid., p. 46.
[209] Ibid., p. 96.

mal do Haiti, principalmente pelas Instituições Financeiras Internacionais. Assim, não é por acaso que pode ser lido já no início do PARDN (*Plan d'Action pour le Relèvement et le Developpement National d'Haiti*/ Plano de Ação para a Reabilitação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti) esta excelente ilustração do que estamos tentando expor aqui:

> Eis por que o Plano propõe o estabelecimento de uma Comissão Provisória para a reconstrução do Haiti e que virá em tempo oportuno a Agência de Desenvolvimento do Haiti assim como um fundo fiduciário multidoadores que permitirão a instrução dos dossiês, a formulação dos programas e projetos, os seus financiamentos, tudo isso numa abordagem coordenada e coerente**. O plano centra-se principalmente sobre as atividades financiadas pela Ajuda Pública ao Desenvolvimento porque se trata de uma conferência de doadores. Porém, ele deixou um grande lugar aos outros intervenientes do setor privado e das ONGs, operadores incontornáveis na renovação do Haiti.** Ele propõe um quadro macroeconômico centrado no crescimento e um leque de medidas que facilitarão a criação de riquezas pelo setor privado (PARDN, 2010, p. 5 – grifos nossos)

Assim, como tem de se anotar, o espectro do desenvolvimento econômico plana, em chamas, sobre o Haiti e abre caminhos para um plano concebido há, pelo menos, dois séculos atrás e revitalizado em vários momentos históricos. Porém, um plano cujos porta-vozes são, na contemporaneidade, o Banco Mundial e os outros bancos internacionais ou regionais controlados pelas multinacionais. É, portanto, paradoxal ler num documento que planeja "a reabilitação" de um país quase totalmente destruído, que tal "reabilitação" seja feita o entregando o país, literalmente, ao que Jean Anil Louis-Juste denomina a Internacional Comunitária, e ao dito setor privado, ou seja, em primeiro lugar, às multinacionais interessadas da promoção das zonas francas e aos *grandon*-burgueses nacionais, históricos subcontratados destas últimas no Haiti. É de se notar que o governo ou o Estado haitiano nem nominalmente é indicado como interlocutor da "comunidade internacional" na tarefa de "reabilitar" o país. A repetida infantilização do Estado haitiano ou do governo haitiano em especial pelas Instituições internacionais, e a entrega do país às ONGs, para, entre outros, fornecer os mais básicos serviços sociais, traduz certa reformulação do antigo padrão colonial nas relações Norte/Sul. Tal infantilização que legitima a dominação em última instância dos/das trabalhadoras/res haitianas/os –

principais "ferramentas" da "reconstrução/desenvolvimento" do Haiti no contexto pós-sismo.

O nosso interesse, neste subitem do capítulo, foi mostrar o significado político-ideológico e econômico do desenvolvimento para o seu objeto, a saber, os países do Sul tais como o Haiti. Outro propósito nosso era analisar o contexto histórico de divulgação do ideário desenvolvimentista em um período anterior à era do neoliberalismo, ou seja, de abertura dos mercados propícios à intensificação da criação das zonas francas de exportação na região, de modo geral. Com efeito, a crise que põe um fim às Trinta Gloriosas colocou o capital na obrigação de se reestruturar nos planos econômico e político-ideológico. Deste modo, no próximo subitem, adentramos, no processo político-econômico de estabelecimento das zonas francas – a saber, o da globalização neoliberal.

4.3.1 O Liberalismo e a abertura dos mercados: novo padrão de desenvolvimento na América Latina e no Caribe "democratizados"[210]

No final da década de 1980, o pensador italiano Norberto Bobbio (2005, p.43) sintetiza a união entre democracia e liberalismo da maneira seguinte:

> [...] Enquanto no início puderam se formar Estados liberais que não eram democráticos (a não ser nas declarações de princípio), hoje, Estados liberais não democráticos não seriam mais concebíveis, nem Estados democráticos que não fossem também liberais.

Pois bem,

---

[210] Neste item retomamos as nossas análises, sobre a relação entre a redemocratização da América Latina e do Caribe e o processo de restauração do capital, desenvolvidas primeiramente na nossa dissertação de mestrado (2010) no item 4.1 sob o titulo: "Reestruturação produtiva do capital, mundialização neoliberal e a nova divisão social e técnica Internacional do trabalho" pp 114-115, e segundamente no artigo (2012) já mencionado nesta tese e intitulado: Estado democrático de direito, globalização e neoliberalismo na América Latina, mais especificamente no item 1: "Contexto histórico de redemocratização da américa latina e do caribe: restauração da crise capitalista do final da década de 1970 " p.7-8. Acessível através do link: *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS. ISBN: 978-989-97981-0-6. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/?área=016&lg=pt>.

> Ao considerar o espírito do pensamento de N. Bobbio, há de se notar que o mundo estaria adentrando numa fase nova quando se comparam as características dos nossos Estados nacionais de hoje ao que foram décadas atrás. Com efeito, analistas políticos são unânimes em reconhecer a década de 1980 como sendo aquela que viu o início dos processos de redemocratização da América Latina e do Caribe. Pois, durante as décadas anteriores, um processo ditatorial tomou conta do conjunto da região. Embora diferenciadas de um país para outro, as ditaduras, nas suas essências não combinaram com as liberdades essenciais reconhecidas pelos direitos humanos. Ora, do mesmo modo que o Estado neoliberal era imprescindível para a democratização da América Latina, a reestruturação da democracia era necessária para a viabilização do Estado neoliberal (DESROSIERS, 2012:5).

E N. Bobbio continua acrescentando:

> Ideais liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade.

Portanto:

> "entende-se melhor que as ditaduras não eram mais abertamente admissíveis nem viáveis no Terceiro Mundo. Pode-se conferir com qual envergadura as constituições pós-ditaduras, em países como o Brasil ou o Haiti, só para mencionar dois casos, traduzem a vontade democrática de reformar o Estado, ou seja, de torná-lo mais "justo"" [211].

Contudo, como o próprio Marx (2007, p. 56-57) o afirma, n'A Ideologia Alemã: "*Todas as lutas no interior do Estado a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc., etc. não são mais do que formas ilusórias nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas [...]*". E que:

> As ideias dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante, ou seja, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante têm, também, entre outras coisas, a consciência disso, e pensam a partir disso; por isso, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o alcance de uma época histórica, compreende-se por si mesmo que o façam em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas também como pensadores,

[211] DESROSIERS, idem

> como produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias do seu tempo; e que suas ideias sejam por isso mesmo, as ideias dominantes da época. Por exemplo, em uma época e em um país em que a coroa, a aristocracia e a burguesia disputam o poder, em que, portanto, a dominação esteja dividida, impõe-se como ideia dominante a doutrina da divisão de poderes, ora proclamada como "lei eterna". [212]

Isso para fundamentar melhor a nossa hipótese de que a democratização da América Latina e a sua liberalização se adequavam a um propósito do imperialismo internacional no intuito de reestabelecer as taxas de lucro. No próximo subitem, pretendemos analisar brevemente as bases materiais desse processo.

4.3.2 Contexto histórico de redemocratização da região

A compreensão do significado histórico-político e, sobretudo econômico, ou seja, real, dos acontecimentos da década de 1980, na América latina e no Caribe, requere um olhar sobre o contexto sócio-econômico-político tanto particular à região, como ao contexto internacional. Destarte, uma pertinente, mas breve análise da crise do capitalismo de 1970 revela-se importante para mostrar em que a mundialização neoliberal assim como a abertura dos mercados e seu necessário corolário, a implantação das zonas francas na América-Latina e no Caribe – elemento central do processo de restauração do capital na década de 1980 –, implicaram também o fim das ditaduras no Terceiro Mundo. Um processo idealizado pelos "Think Thank" da alta burguesia europeia e estadunidense como explicamos nas paginas seguintes. Assim, nos próximos parágrafos, tentaremos apresentar as principais características desta crise e da sua resolução.

Num trabalho anterior (2012) já mencionado no presento, iniciamos a analise deste processo nos seguintes termos:

> No final dos anos 70 do século XX, o sistema do capital[213] enfrentou uma crise caracterizada no domínio econômico por "uma desaceleração do crescimento,

[212] Ibid, p. 71.

[213] O sistema do "sociometabolismo do capital", caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, preexistiu ao capitalismo, segundo o filósofo húngaro István Mészáros. Assim, a relação-capital materializada na separação dos meios de produção dos verdadeiros produtores, ou seja, os/as trabalhadores/trabalhadoras é consubstancial à produção de mercadorias na história da humanidade. No capitalismo, uma das possíveis

> assim como uma rápida queda das taxas de lucro" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 215). Isto é, uma crise que ataca o sistema na sua razão de ser, pois conservar um nível elevado de taxa de lucro é a grande meta do capital. No entanto, a tendência à queda da taxa de lucro é inerente ao próprio movimento do capital " (DESROSIERS, 2012: 6)

Com efeito,

> na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas.[214]

Na verdade, a "inversão crônica do crescimento da taxa de lucro" constitui uma das maiores contradições do sistema do capital. Com efeito, as (contra) reformas ou estratégias do capital não são nada senão respostas à sua tendência à queda das taxas de lucro. Isso, no intuito de restaurar as taxas de lucro, pois "*o capital tem como único impulso vital, o de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais trabalho*" (MARX, 1983, p. 188-189 *apud* COSTA, 2008). "As crises, sobretudo os seus enfrentamentos, desvendam a natureza do capital, ou seja, a meta que por sua vez constitui o limite do modo de produção capitalista: "a maior autovalorização possível do capital" [215].

Como analisa o Antunes (2009:33) no seu livro: "Os sentidos do trabalho":

> De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, *uma crise estrutural do capital,* em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos acima mencionados. Era também a manifestação, conforme indiquei anteriormente, tanto do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei*

---

formas de expansão do capital e não a única, a relação-capital, se desenvolveu plenamente. Conforme Mészáros (2009), o sistema do capital é baseado em três elementos inseparáveis: capital, trabalho, Estado. Portanto, toda superação desse sistema implica na superação dos seus três constituintes. A experiência soviética caracterizada, segundo Mészáros, como sendo pós-capitalista de capital, não rompeu com o "sociometabolismo do capital", apesar de ter deixado de produzir para um sistema de acumulação privada de lucros. O Mészáros analisou o "sistema do capital" na sua excelente obra: "Para além do capital".

[214]Ibid., p. 153.

[215]Ibid.

> *de tendência decrescente do valor do uso* das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital.

Decerto,

> a crise dos anos 70 marcou uma nova fase nas crises cíclicas do capital. Assinalando o declínio dos anos dourados, a crise iniciou-se com uma recessão generalizada entre 1974 e 1975 envolvendo todas as potências imperialistas. Husson assinala que em 1982, "*o recuo do crescimento é ainda, mas nítido do que em 1974-1975*" (HUSSON, *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p. 214). De fato, a partir do início dos anos 80, "*a onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.*" [216] (DESROSIERS, 2009: 114-115).

O quadro seguinte expressa bem a situação decrescente das taxas de crescimento, sob o efeito da crise, do mundo capitalista em especial dos principais países do centro capitalista antes, durante e depois da crise, ou seja, da aplicação do receituário neoliberal:

Quadro 8-Taxas Anuais de Crescimento (em porcentagem)

Período	1960-1973	1973-1989	1989-1996
Mundo	5.4	2.9	3.1
Países industrializados	5.3	2.8	1.8
Países em desenvolvimento	5.7	3.8	5.9
Bloco do Leste	5.4	3.6	-6.4
Canadá	5.3	3.4	1.2
Estados Unidos	4.2	2.8	1.9
Reino Unido	3.1	2.0	1.2
França	3.1	2.0	1.2

Fonte: L'état du Monde 1998: 94 Apud St Onge, 2000: 30

[216] Ibid., p.214.

Ao analisarmos os "anos dourados", sobressai-se o seu caráter contraditório ou ilusório. Com efeito, os anos dourados ou os chamados "Trinta Gloriosos" (do Pós segundo-guerra até meados dos anos 70) foram marcados por uma onda longa e expansiva, caracterizada pelo forte consumo de massa nos países centrais, enquanto se materializavam em promessas e projetos de desenvolvimento e de industrialização nos países periféricos[217]. Sob a égide do fordismo-keynesianismo, no eixo da luta contra a "propaganda comunista", se generalizaram os *welfare states*, em alguns países desenvolvidos marcados pela intervenção estatal no mercado e nas políticas sociais, e as ditaduras "desenvolvimentistas" nos países do Terceiro Mundo. Isso, sob a liderança estadunidense. Nesse contexto, o papel do Banco Mundial foi imprescindível para a consolidação desse processo. Decerto,

> Para frear o ímpeto por mudanças e contrabalançar a influência da União Soviética no mundo era necessário uma instituição que promovesse novas formas de ação nos países da periferia, ao estilo da Aliança para o Progresso, que combinasse políticas compensatórias de combate à pobreza, assistência ao desenvolvimento e formação de redes de instituições nos países associados, vinculadas ao Banco Mundial, cuja função era influir no aparelho de estado, de forma a garantir a hegemonia estadunidense no mundo (Lichtensztejn; Baer, 1986, pp 141-142; Toussaint, 2001,p.180). O Banco Mundial cumpriu essa tarefa com esmero, principalmente na administração de McNamara (1968-1981). (COSTA, 2008, p. 203)

Assim, "no processo de recuperação da crise do final dos anos setenta, isto é, de restabelecimento das taxas de lucro, o capital realizou o que é denominado uma reestruturação estratégica, iniciada, sobretudo, a partir dos Estados Unidos" (DESROSIERS, 2009: 115). Nas palavras do Antunes:

> Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação dos direitos da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009, p. 33)

[217]Ibid., p. 212.

Essa reorganização econômica e política teve – e continua tendo – rebatimentos sobre as formas assumidas pela relação antagônica capital-trabalho no mundo. A sua base está

> na acumulação flexível, caracterizada, de uma parte, por um tipo diferenciado de produção em grande escala e destinado a mercados específicos, "*buscando atender variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de nichos particulares de consumo*" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 216) e de outra parte, pela desconcentração da produção industrial. Com efeito, a desteritorialização da produção é o pano de fundo da reestruturação produtiva do capital. Em busca de mais lucros, o grande capital, sobretudo o império estadunidense, procurou no Caribe e na América Latina, entre outros, novos espaços. Novos "espaços" onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa e mais lucrativa.[218]

Para isso,

> o desmantelamento das economias de vários países da América Central tal como o Haiti é orquestrado. A explicação da crise do capital é também procurada nas formas de governo anteriormente em vigor no centro do capitalismo: o modelo keynesiano-fordista. Assim, uma série de presidentes liberais chegou ao poder nos principais Estados imperialistas, onde, [...], reinava o Estado do bem-estar social na sua mais plena expressão. [...] Portanto, uma nova ordem tornou-se necessária: a do Estado mínimo, da liberdade ampliada [...](DESROSIERS, 2012:8)

Tal ordem começou rapidamente a expandir-se. Um processo, aliás, muito bem sucedido de veículo do pensamento único, do mercado livre voltado ao benefício do grande capital e em desenvolvimento muito antes de sua execução.

Com efeito:

> Engana-se quem pensa que os velhos neoliberais (Hayek, Friedman, entre outros) estavam de braços cruzados esperando uma conjuntura favorável para expor melhor suas ideias. O neoliberalismo não caiu do céu (...). A oportunidade emergiu com a crise do Welfare State e a ascensão do novo bloco de forças do grande capital ao poder nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesses dois países viviam os principais teóricos da nova ideologia e não foi difícil formar suas equipes para implantar a nova ordem. Na periferia também, não houve grandes dificuldades: com um exército intelectual espalhado pelo mundo os monetaristas neoliberais nem sequer necessitaram da reconversão coercitiva dos burocratas no

[218] Desrosiers, op.cit. : 115

> poder, pois já possuíam a massa crítica, treinada e ansiosa, para a aplicação de suas propostas. Aliou-se assim ao poder econômico e à ideologia para reconfigurar o mundo à sua maneira. O receio de que a conjuntura pudesse mudar, talvez explique a pressa com que os tecnocratas monetaristas/neoliberais realizaram as tarefas de desmonte da antiga ordem e a imposição de um pensamento único como norma intelectual. Em raros momentos da história uma doutrina foi capaz de, em pouco tempo, não só se impor perante o mundo, mas implementar uma regressão social tão avassaladora como a que foi realizada nas duas últimas décadas. (COSTA, 2008, p. 201)

Esta análise de Costa ilustra bem o pensamento do Marx a respeito das ideias dominantes como sendo "reflexos" das lutas reais e materiais. Com efeito, o grande capital, através dos seus ideólogos, na própria divisão do trabalho no seio da burguesia, instituiu o neoliberalismo como o salvador da sua crise e, conseguiu apresentar o que era antigo como novo, universal e inédito. Segundo analisa com propriedade, o Jean-Claude St-Onge (2000), no seu livro: "L'imposture Néolibérale", o nome neoliberalismo é uma falsidade; o neoliberalismo não tem nada de novo. É de fato um retorno ao mais rígido liberalismo. "Retroliberal" seria o nome apropriado para um processo cuja vanguarda nasceu já em 1938:

> Eis em Paris, em 1938, durante o colóquio WalterLippman que os primeiros balbuciamentos da vanguarda neoliberal se fazem ouvir. Dois anos depois da publicação da obra do Keynes, La théorie générale, trinta intelectuais se reúnem com o propósito de dar uma resposta à "deriva estatista do Ocidente", e ao socialismo rastejante"[219].

E acrescenta, um pouco mais adiante:

> Esse longo trabalho de preparação ideológica não teria produzido frutos sem as perturbações acontecidas no meio dos anos 1970. Os primeiros sinais que anunciam o fim do consenso keynesiano chegam no início desta década, enquanto as taxas de lucro começam a cair. (...) Com efeito, na virada de 1975 dobram os sinais das Trinta Gloriosas, trinta anos de crescimento sem igual na história do capitalismo. De repente, a história mudou de curso. A economia mundial entra numa fase de mutação, e a criação de riquezas é cortada pela metade. Bem-vinda às "trinta lamentáveis". Essas condições permitirão à ideologia neoliberal se transformar numa verdadeira força política. A partir deste momento, as antiquarias conceituais sobre as "leis do mercado" que se acreditavam enterradas depois da crise de 1929, serão promovidas ao grau de verdades universais.[220]

[219]Ibid., p. 21.
[220]Ibid., p. 28.

O quadro acima apresentado a respeito das taxas de crescimento justifica amplamente o uso do termo "Trinta Lamentáveis" pelo autor. Os números demonstram que o receituário neoliberal não conseguiu inverter o de crescimento das taxas de lucro de modo absoluto. Essa solução superficial à crise fenomênica – expressão da crise profunda inerente ao capital –, tampouco atacou esse problema conjuntural do grande capital. No entanto, o discurso neoliberal continuou e foi divulgado intensamente no Terceiro Mundo. O neoliberalismo seguiu em antítese ao Estado de bem-estar social ou desenvolvimento – no que diz respeito ao Terceiro Mundo – no intuito de proporcionar um Estado propício à livre iniciativa, a uma maior liberdade do mercado e de circulação de mercadorias. Esta é característica típica do conceito de Zonas Francas tal como desenvolvido na América Central e no resto da América Latina e no Caribe mais maciçamente a partir da década de 1980.

Então, foi nesse quadro neoliberal que o reino das ditaduras, de modo geral, apoiadas pelo imperialismo, tomou fim na América Latina. Um contexto onde não cabiam os estados fortes, intervencionistas que não se limitavam às suas atividades básicas conforme "*o programa do Adam Smith: 'defesa, ordem pública, estradas, educação'*"[221], ou seja, o mínimo para a devida expansão do capital. De modo geral, as ditaduras acabaram em meados da década de 1980, na região, em decorrência da ampliação/divulgação dos direitos humanos apoiados recetemente pelos EUA, e, das fortes lutas populares contra as ditaduras. Foi um processo dialético, cuja compreensão requer entender tanto o quadro interno das lutas populares como o contexto internacional que tentamos apresentar e analisar neste subitem. Entretanto, cabe assinalar que o processo de redemocratização da América Latina respondeu às necessidades históricas que o tornaram, na nossa leitura, contraditório. A democratização da região foi neoliberal, apesar das lutas populares que a projetaram. Ela forneceu os quadros legais para a abertura dos mercados e a privatização dos serviços públicos assim como prescritos pelas IFIs.

[221] Ibid.

4.4 Neoliberalismo, livre comércio e zonas Francas de exportação na América Latina e no Caribe

Um dos elementos característicos das Zonas Francas é que elas concretizam ou facilitam melhor, a nosso ver, a livre circulação de divisas e de mercadorias almejadas pelos diversos tratados de livre comércio entre os Estados Unidos e a Bacia do Caribe ou a América Central. Apesar de um número significativo de países da América do Sul terem acolhido[222] certas zonas francas desde 1923 – para ir até o mais antigo, no caso, o Uruguai (AZOLCA, 1990) –, a década de 1980 representa o momento da sua multiplicação e de ratificação de tratados e portanto, da institucionalização nacional e internacional do processo na Bacia do Caribe. Segundo Fred Doura, economista haitiano, citando a BIT:

> Eis assim que, segundo a BIT(2008), 116 países (2002) chegando a 130 (2006) dispõem de zonas francas de exportação propondo vantagens fiscais para atrair investidores, criar empregos, estimular e diversificar as exportações. De 79 zonas francas em 1975, o seu número passou de 850 em 1997 a 3000 em 2002 e 3500 ZFE, em 130 países em 2006. **Elas empregam 43 milhões de pessoas (2002) chegando a 66 milhões em 2006, nos 130 países que administram as 3500 ZFE no mundo, essencialmente mulheres.** (DOURA, 2010, p. 116 – grifos nossos)

Esse processo de multiplicação de zonas francas e do uso maciço da força de trabalho feminina, principalmente das mulheres racializadas afro-descendentes, ocorreu no quadro do plano de desenvolvimento econômico da América Latina, particularmente da América Central. Justamente, como isto foi reafirmado nos preâmbulos do *Caribbean Basin Economic Recovery Act* de 1990[223]:

> - O *Caribbean Basin Economic Recovery Act* foi promulgado em 1983 para auxiliar no alcance de um clima que estimula o desenvolvimento do potencial de exportação da região; e
> - O compromisso dos Estados Unidos para o desenvolvimento bem sucedido da região, como evidenciado pela promulgação do *Caribbean Basin Economic*

[222] Arruba: 1976; Brasil: 1957; Colômbia: (1958, 1970, 1973, 1981); Curaçao:1975; Chile: (1975, 1976); El Salvador: 1974; Guatemala: 1973; Jamaica: 1978; México: (1939, 1939, 1972); Porto Rico: (1961, 1961); Uruguay: (1923, 1923); Panamá: 1948. (AZOLCA, 1990: 31)

[223] *CARIBBEAN BASIN ECONOMIC RECOVERY EXPANSION ACT OF 1990*. Disponível em <http://www.mac.doc.gov/CBI/Legislation/cbileg-90.htm 8/>. Acesso em: 18/10/2012.

> *Recovery Act*, deve ser reafirmado e reforçado, através de um emenda neste ato para melhorar o seu funcionamento.

Um desenvolvimento, aliás, planejado com o objetivo oficial, entre outros, de reduzir a dependência à ajuda ao desenvolvimento e frear a imigração ilegal nos Estados Unidos, e o tráfico ilegal de drogas. Os países beneficiados com a Inciativa da bacia do Caribe são: Antigua-e-Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Ilhas Virgens Britânicas, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Antilhas Holandesas, Panamá, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago.

O caráter benevolente do CBI fica óbvio e objetivo até nos voltarmos ao contexto histórico no qual ele foi elaborado, ou seja, o da crise do grande capital e de tentativas de recuperação da mesma pelo processo de restruturação produtiva do capital – processo para o qual o deslocamento das empresas do Centro para a periferia do grande capital foi fundamental. Um contexto no qual, aliás, o conceito de zonas francas expandiu-se no Caribe, com o apoio institucional e ideológico das IFIs:

> Assim aparecem na órbita dos Estados Unidos com a criação das *maquiladoras* no México, depois nos anos 1980, com o Caribbean Basin Iniciative (CBI) para a zona do Caribe, as zonas francas industriais de proximidade. Eis assim que alguns organismos internacionais, FMI, Banco Mundial, OCDE, etc, orientam os países em desenvolvimento da periferia capitalista a facilitar os investimentos diretos estrangeiros. E as medidas de liberalização, privatização e desregulamentação que estes organismos preconizam, segundo o Consenso de Washington, são a implantação de zonas francas e a integração dos países da periferia nas zonas de livre-comércio. (DOURA, 2010, p. 116)

O CBI e as fórmulas de empresas para as quais ele foi concebido não podem ser postas em obras em um contexto de poder forte ou de ditadura, mas sim, no da globalização neoliberal. Globalização neoliberal cujas mediações não são outras do que o comércio-livre, a redução ou eliminação de tarifas aduaneiras, deslocamento ou desterritorrialização de indústrias, privatização dos serviços públicos e, claro, trabalho sub-remunerado ou, mais precisamente, força de trabalho barateada. Estas medidas são vulgarizadas pelas grandes Instituições Financeiras Internacionais do sistema das Nações Unidas como sendo as vias

de saída do desenvolvimento, "chave" da estabilização da democracia para os países em transição democrática. Com efeito, a década de 1980 é também a da virada do Banco Mundial de "fomentador de desenvolvimento" para promotor de privatizações e de abertura de mercados. Dando palavras à Costa:

> Se nas décadas de 1960 e 1970 o Banco Mundial cumpriu um papel mais dissimulado, com a reviravolta monetarista/neoliberal a partir dos anos 1980, o seu perfil mudou de maneira radical, em função das pressões dos Estados Unidos. O governo Reagan possivelmente para intimidar a administração do banco, os acusava de "promover o socialismo". Portanto, era necessário um maior alinhamento da instituição com os novos objetivos da política monetarista. Assim, o Banco Mundial passou a condicionar abertamente os seus empréstimos à aplicação do receituário neoliberal. Passou a tratar a educação e a saúde como um bem, o que, em outras palavras, significa estimular a privatização desses serviços básicos e transformá-los em mais uma esfera do capital privado. Hoje, a política do Banco Mundial pode ser considerada um apêndice das políticas de ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional, sendo que a instituição vem perdendo a aura de promotora de desenvolvimento. (COSTA, 2008, p.204-205)

Isto esclarece bastante a atuação das IFIs na apologia literal feita às zonas francas de exportação junto aos governos haitianos nesse mesmo período e até hoje. Com efeito, as ZFE se beneficiam do apoio ideológico dos organismos de Washington (FMI, Banque Mondiale, etc.), pois, na visão destes, elas permitiriam:

> a) Atrair os investidores estrangeiros;
> b) Criar empregos, manter a mão-de-obra no local, e, portanto, frear a emigração;
> c) Reforçar o balanço dos pagamentos por uma entrada de moedas e um aumento das exportações;
> d) Desenvolver a indústria nacional e as infraestruturas;
> e) Contribuir para uma maior integração interindustrial e aumentar a competitividade internacional da indústria nacional, aumentar a competência dos trabalhadores e impulsionar o desenvolvimento econômico e a transferência de tecnologias;
> f) Responder a uma preocupação de ordenamento do território e de desenvolvimento regional e utilizar as ZFE como laboratório de experimentação da economia de mercado (DOURA, 2010, p. 118-119)

Figura 18- A ex-secretária de estado dos E-U na inauguração do Parque Industrial Caracol.



Fonte: www.globalresearch.ca-

A secretária de Estado dos Estados-Unidos, Hilary Clinton, no dia da inauguração do Parque Industrial de Caracol no dia 2 de outubro de 2012. Atrás dela um cartaz com o lema do atual governo (2011-): Haiti is open for business/Haiti é aberto para negócios. Uma imagem bastante eloquente, síntese do ideário do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti revigorado com o terremoto do dia 12 de janeiro de 2010.

A retórica desenvolvimentista e democratista na era neoliberal propiciaram uma das maiores aberturas dos portos e fronteiras dos países antigamente colonizados – os atuais países em desenvolvimento – para as moedas e os produtos das neometrópoles situadas no Norte hegemônico (não essencialmente geográfico) do mundo. Porém, logo na década de 1960 ou 1970, o desenvolvimento era apresentado como garantia contra a "praga" comunista. A industrialização em substituição às importações como subsidiários para a luta contra o desenvolvimento era, neste período "o caminho". Contudo, no contexto da globalização neoliberal, como isso é bem destacado no próprio CBI, o propósito é estimular a exportação dos produtos realizados nas *maquiladoras* ou fábricas localizadas na Bacia do Caribe ou no Terceiro Mundo em geral. Fábricas impulsionadas e/ou controladas por empresas estadunidenses ou por outras multinacionais em busca de força de trabalho barata e, por consequência, de maior lucro, em plena crise do capital. É neste quadro de "benevolência" – leia-se: busca incansável por lucros gigantescos – que as zonas de livre-comércio e o seu corolário – as zonas francas – são propagandeadas como novos meios de desenvolvimento; em especial, as zonas francas de produção têxtil com o uso majoritário da força de trabalho feminina.

Como procuramos analisar já no início deste capítulo, o conceito de zonas francas aplicado na América Central pode ser considerado como o protótipo do padrão neocolonial de exploração na contemporaneidade. Ao invés do período colonial, a metrópole (o grande capital através das multinacionais) só cuida das zonas francas, enquanto o resto do país lhe importa pouco. O contraste evidente existente entre o quadro logístico e ambiental da CODEVI[224] e o resto de Ouanaminthe, no caso haitiano, ilustra bem esse novo padrão imperialista neocolonial. No entanto, os diferentes quadros legais das zonas francas às quais tivemos acesso, além do haitiano, revelam a característica fundamental das zonas francas: a "drenagem" da produção, a qual é totalmente ou em torno de 80% destinada à exportação – com a exceção da Zona Franca de Manaus, um modelo, aparentemente, atípico de Zona Franca na região. Eis um modelo extrovertido, neocolonial que, aliás, caracteriza tanto a economia da maioria – se não a totalidade dos países

[224] Vide figuras 7, 10 e 8 em anexo.

antigamente colonizados – como as relações Norte-Sul e Leste-Oeste, na contemporaneidade.

Isso explica por que tal conceito passou a ser desenvolvido, justamente nos países antigamente colonizados, logo depois, do fim da colonização formal, na década de 60 – período de sua primeira extensão fora dos países nos quais ele foi concebido, ou seja, os do centro capitalista. Conforme Doura:

> Esse conceito de zonas francas conhece desde a década de sessenta um forte desenvolvimento e uma forte atração para os países da Ásia do Leste (Taiwan, Singapura, Hong Kong e a Índia), da América Latina, do Caribe (...) e da África que vêm nas zonas francas industriais uma ferramenta de desenvolvimento econômico. Para esses países, as ZFE representam um meio de melhorar suas taxas de crescimento econômico e a sua balança comercial. É também um modo para estes países de aumentar a sua base industrial e criar empregos. Este movimento inscreve-se num processo de desenvolvimento de atividades produtivas com o objetivo de valorizar a vantagem comparativa dos baixos salários possuídos pelos países dominados da periferia capitalista.[225]

Neste capitulo, nos detemos na análise do quadro econômico e político de expansão das zonas francas procurando mostrar o papel da crise do grande capital na sistemática instalação de zonas francas no Terceiro-mundo. Para isso, analisamos sucintamente tal crise e, na sucessão, evidenciamos a instrumentalidade da globalização neoliberal "democrática" para o processo de reestruturação produtiva do capital da qual a massiva expansão de zonas francas na região é um elemento fundante. Por fim, tentamos esclarecer o papel mistificador do processo legitimador deste fenômeno orquestrado pelas IFI's, para o Haiti fazendo para isso uma análise dos propósitos reais das zonas francas ou empresas do mesmo gênero. Após analisar o contexto internacional e global de introdução das zonas francas na região do Caribe, podemos, tendo em vista o que representa o trabalho na CODEVI para os/as operários/operárias a partir das analises realizadas nos dois capítulos anteriores, ressignificar o "empresariado humanitário". Com efeito, temos as bases reais para qualificá-lo.

[225] Ibid. p. 116.

4.5 Da colonialidade do "empresariado humanitário"

Apresentando as Zonas Francas de Exportação com baixos salários como a via por excelência de "desenvolvimento" do Haiti e do "Terceiro Mundo" em geral, a ONU e as IFIs, através dos *experts* e economistas, apresentam-se como "amigos" de um Haiti destruído. Isso com mais intensidade depois do terremoto de 2010. No contexto de proteção militarizada ao Haiti para a sua "reconstrução", em 2009, um grupo de industriais brasileiros e estadunidenses reuniram-se no Haiti para discutir um modelo "inédito" de exploração-dominação da força de trabalho majoritariamente feminina e "negra" haitiana – o "empresariado humanitário" [226]. Modelo materializado numa série de acordos, na época, multilaterais implicando o Brasil, o Haiti e os Estados Unidos, cujo propósito é a instalação de indústrias têxteis brasileiras no Haiti, as quais se beneficiariam dos efeitos da lei HOPE.

O "humanismo" desses acordos é o mesmo que parece guiar os industriais dominicanos donos e administradores da CODEVI. Segundo o diretor de operações da Zona Franca, além de fazer negócios no país, os investidores dominicanos estavam em Ouanaminthe para "ajudar".

> [...] Mas, no Haiti nós pagamos melhor do que qualquer outra empresa. Por quê? Mas, sim nós estamos no Haiti, dentro do Haiti, nós somos quem pagamos melhor. Isso vale muito, pois o Haiti tem muita gente investindo. Porque nós pagamos melhor – isso é muito importante. Eis porque algum mérito nós temos. Por quê? Porque nós viemos ajudar... (M, TORRES, informação verbal, 2011)

Ajudando, segundo ele, conforme o propósito das zonas francas nos países subdesenvolvidos:

> Temos uma realidade: as zonas francas são empresas que empregam muito, dão muitos empregos. E para os países como República Dominicana, o Haiti quase toda a América Central e a América do Sul, é um setor que ajuda muito as pessoas. (...) O sistema de zona franca ajuda muito os países subdesenvolvidos. É por isso que nesses países sempre têm zonas francas. Infelizmente, costuramos para as pessoas que vão usá-los. Eis um sistema já estabelecido. Não foi a gente que o inventou. (M, TORRES, informação verbal, 2011)

[226] Citado no segundo capítulo deste trabalho.

O que significa o termo “empresariado humanitário”? Como esse empresariado humanitário pretende administrar ou lidar com uma das leis fundantes do capitalismo, ou seja, a sua busca incansável pelo lucro? Lucro este que depende da mais-valia realizada na exploração da força do trabalho. A força de trabalho do Haiti pode ser considerada como uma das mais sub-remuneradas da região ao lado de Honduras como o explicou o Sr Rothbaum frente à comissão dos Estados-Unidos para o comércio internacional. O que, aliás, justifica o desempenho do chamado “empresariado humanitário” no Haiti onde o salário mínimo é três (3) vezes menor do que o do Brasil e 20 % mais barato que o da República Dominicana.

Segundo o diretor de operações da CODEVI, o preço da força de trabalho constitui uma das vantagens do investimento no Haiti assim como a isenção de pagamento de impostos trazida pelas leis HOPE I(2006) II (2008) e HELP (2010). Nas suas palavras:

> CODEVI é uma empresa de capital dominicano, mas CODEVI é uma empresa nata haitiana – é haitiana. A base tem umas situações que se apresentaram na República Dominicana: o aumento do custo de produção da República Dominicana. Foi decidido vir investir no Haiti. Investir no Haiti, não é só um benefício para o investidor. Senão que o Haiti, em relação às diferentes leis internacionais, oferece a qualquer investidor independentemente dele ser dominicano ou... não sei.. Têm certos privilégios não somente para o investidor, mas também para os donos das Marcas. Isso é uma vantagem. Por exemplo, no Haiti tem a lei HOPE I, HOPE II, HELP. Essas são leis que favorecem o investidor, mas favorecem também os donos das marcas. No nosso caso, nós somos montadores de vestuário, a marca já esta feita. Então, em República Dominicana ou em qualquer parte, muitos países da América do Sul ou da América Central, para que você conseguir fazer um vestuário, tem que pagar; para ele entrar nos Estados Unidos tem que pagar impostos – os impostos de origem e os impostos de entrada. Então, quando um vestuário é feito no Haiti, as leis que mencionei antes liberam o dono da marca de pagar certos impostos para a entrada nos Estados Unidos mas também o liberam de certos impostos sobre o tecido que pode trazer de diferente. Por exemplo, para um cliente fazer um vestuário igual ao que estamos fazendo no Haiti, é muito mais caro fazê-lo na República Dominicana”. (M, TORRES, informação verbal, 2011)

A declaração acima ilustra uma das teses fundantes da crítica da economia política do Marx: o capitalista, independentemente dele mesmo, por ser capitalista, tem a necessidade incontrolável de lucrar pela produção de mercadorias, ou seja, de extrair mais-valia. Além do mais, nela são desvendadas, do modo simples, porém, profundo, as contradições inerentes ao “empresariado humanitário” na regência da “incontrolável”

"relação-capital" na sociabilidade humana. Mészáros, ao analisar essa relação, nos fornece uma boa fundamentação para qualificar essa relação como tal. Com efeito, ele desvenda com firme clareza os limites intrínsecos do "empresariado humanitário" capitalista:

> Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma "entidade material" – também não é, (...) um "mecanismo racionalmente controlável", como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro "mecanismo do mercado" (a ser alegremente abraçado pelo "socialismo de mercado") – mas é *em* última análise*, uma forma incontrolável de controle sociometabólico.* A razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significado grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido do curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura *"totalizadora"* de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou perecer caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, "totalitário" – do que o sistema do capital... (MÉSZÁROS, 2002, p. 96)

Assim, por mais generosos que fossem os industriais brasileiros, americanos e dominicanos ao investir no Haiti, enquanto personificações do grande capital periférico e subimperialista, eles não escolheram o Haiti por ele ser devastado ou em crise ou por um imaginário humanitarismo empresarial, mas sim pelas grandes oportunidades de lucrar que o país apresenta. No que diz respeito ao capitalista, o custo da produção, a proporção de mais-valia ou de trabalho excedente extraível em um lugar *x* da terra é o que determina, em última instância, a localização de uma fábrica e não o "amor ao próximo", ou qualquer "espírito de ajuda humanitário". O que o próprio industrial exprimiu, mais uma vez, claramente ao explicar por que custa mais caro produzir na República Dominicana do que no Haiti:

> Pelos impostos que teria que pagar, teria que pagar para trazê-lo na República Dominicana, por exemplo, se o tecido fosse do Chile. Para entrar nos Estados Unidos, teria que pagar 1 %, já o vestuário feito. ... Isso para você, o dono de marca... é um custo. Agora, se o vestuário é feito no Haiti, ele lhe permite entrar sem pagar esse imposto. **Assim, qualquer que seja o preço que pode custar para fazer um produto em qualquer parte do mundo; aqui, no Haiti, ele pode custar até 30% menos.** Essa é uma das razões. Também, tem a razão... vamos dizer por conta da falta de empregos que tem no país. Você tem uma mão-de-obra disponível, uma boa mão-de-obra, muita mão-de-obra. [...] Sim, o preço da mão-de-obra conta muito, vende muito. Influencia muito o preço. Por exemplo, na República Dominicana está muito caro. Por exemplo, nos Estados

> Unidos não há zonas francas. Porque, não poderia pagar ali uma mão-de-obra para trabalhar no vestuário". (M. TORRES, informação verbal, 2011)[227]

Destarte, o enorme exército industrial de reserva criado no Haiti tanto pelas políticas neocoloniais, como pela divisão internacional do trabalho realizada dois séculos atrás, contribuiu para fazer do Haiti, um país procurado por industriais que terceirizam a produção industrial das multinacionais do vestuário. Isso para a implantação das zonas francas onde, conforme a legislação sobre as mesmas, a produção é totalmente destinada à exportação, livre de impostos para com o governo haitiano. Um modelo, aliás, já presente no Haiti nas fábricas de subcontratação localizadas na SONAPI e que continua com a expropriação do Haiti iniciada em1492, data do desembarque dos colonos espanhóis.

Contudo, as zonas francas são apresentadas como um meio para ajudar o Haiti a sair da pobreza e se "desenvolver". O conceito "desenvolver", quando é levado em conta o seu sentido real para o Haiti e as suas consequências sobre o mesmo, nos remete a uma música de um antigo militante da esquerda haitiana que parece ilustrar perfeitamente o seu verdadeiro significado: "*Ouça-se que vão emprestar um dinheiro para desenvolver o Sul. Todo dia fala-se nisso. Passaram-se um ano, dois anos, chega-se no Sul, todo mundo está passando fome. (...) Passaram-se um ano, dois anos, O Sul vem encolhendo*[228]".

Historicamente, tem se desvendado os principais resultados do processo desenvolvimentista em vários países do Terceiro Mundo:

- o endividamento dos países antigamente colonizados para com os bancos internacionais e regionais tais como o Banco Mundial, o BID; bem como o FMI;
- a pauperização dos/das trabalhadores/trabalhadoras.

Destaca-se, então, o caráter mistificador e explorador do desenvolvimento, assim como da reconstrução e do "empresariado humanitário". Na contemporaneidade, as zonas francas, um dos principais meios do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, traduzem o que, na realidade? Conforme a lógica colonial e capitalista que a concebeu, em conformidade com lógica do capital "*cuja raison d'être é a extração máxima do trabalho*

[227] Grifos nossos
[228] Tet Kole. *Manno Charlemagne do disco*: Le pourquoi, le Comment. 1980.

excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais" (MÉSZÁROS, 2002) e materializada nas relações exploradoras de trabalho hierarquizadas segundo o sexo, a etnia-nacionalidade-raça, podemos destacar:

1- A produção da zona franca, no caso do Haiti é totalmente destinada à exportação. O artigo 28 da lei[229] sobre as zonas francas estipula: "*As mercadorias produzidas ou montadas nas zonas francas podem ser importadas no Haiti até concorrência de 30% da produção total, mediante pagamento dos direitos aduaneiros e taxas associadas*". No entanto, as leis de "esperança" – diríamos do desespero certo – (HOPE I, HOPE II, HELP), assim como a própria lei sobre as zonas francas no Haiti proíbem a cobrança de qualquer taxa sobre a produção total da mesma até o décimo quinto ano.

2- Na mesma linhagem econômico-política de intercâmbio desigual metrópole-colônia-metrópole, as zonas francas são concebidas conforme as necessidades das multinacionais servirem aos mercados internacionais. Esta característica da zona franca não é típica do Haiti, mas ao Terceiro Mundo, em geral, à exceção da zona franca de Manaus cuja produção é prioritariamente destinada ao consumo local, conforme o relatório da AZOLCA já citado neste trabalho. Decerto, o modelo haitiano de zonas francas é uma réplica de um modelo em aplicação na América Latina e, particularmente, na América Central desde pelo menos quatro décadas, sobretudo a partir dos anos 1980, ou seja, no período do fim das ditaduras na região, conforme analisado nesta tese – o que sinalizava a abertura dos mercados e retorno do liberalismo, desta vez, mais acirrado. Um liberalismo aplicado de modo diferenciado no Sul e no Norte, até o fim da última década. A livre circulação de mercadorias inerente às zonas francas cabia melhor num quadro "democratizado" e livre, e menos com o Estado forte, intervencionista, simbolizado pelas ditaduras. O retorno da democracia e do liberalismo era indispensável à aplicação do CBI.

3- A implantação das zonas francas sucede à expropriação de pequenas/os camponesas/camponeses de **terras férteis** para criar bolsões desenvolvidos mais realistas, mais realizáveis do que a generalização de serviços básicos como água e eletricidade, como sustenta Paul COLLIER, conforme citado na introdução deste

[229] Publicado no jornal oficial *Le moniteur* no dia 02 de agosto de 2002.

estudo: "*É muito mais fácil e mais rápido para configurar a infraestrutura e os serviços que a indústria precisa criando bolsões de excelência,* ***ao invés de tentar melhorar estes serviços e infraestruturas em todo o país***". (COLLIER, 2009, p. 13). Assim, ironicamente, as zonas francas são quase indispensáveis para desenvolver-reconstruir-reabilitar o país; porém, ao mesmo tempo, é preciso evitar implantar as infraestruturas no conjunto do país para facilitar o crescimento da indústria. Uma indústria cujos produtos não são consumíveis no país e cujo lucro é totalmente destinado também à "exportação livre de impostos" para as pátrias das multinacionais que empregam a "muito boa mão-de-obra" haitiana. O raciocínio de Paul Collier torna-se inteligível somente quando ele é inserido na totalidade das relações de exploração e de opressão que compõem o sistema machista-racista-neocolonial-capitalista. Com efeito, a expropriação do Haiti iniciada em 1492 (inicio da colonização espanhola do país) continua nas fábricas de subcontratação, ou seja, nas montadoras têxteis presentes na SONAPI e na zona Franca da CODEVI e no PIC desde 2013. É um processo bicentenário atualizado onde:

> A legislação liberal, a respeito do repatriamento dos lucros, não impõe nenhuma restrição à transferência dos lucros realizados nos enclaves da terceirização de montagem no Haiti pelas transnacionais. Entre 1977 e 1984, o repatriamento de capital para os Estados Unidos principalmente é de US$ 50 milhões em media por ano (W.B, 1985, p.134-5). Parece que, de acordo com uma entrevista da "Head of AID's Office of private Enterprise development" concedida a A. Williams, no dia 27 de julho de 1983, para cada dólar de lucro que vem do enclave da subcontratação, "85 centavos são repatriados para os Estados Unidos". (…) Os fatos mostram que, de 1977 a 1984, os capitalistas estrangeiros tiraram do Haiti 5 dólares de lucro para cada dólar investido, aos quais cabe acrescentar 10 a 15 % utilizados diretamente no Haiti. (DOURA, 2010, p. 134)

Isto é, para cada centavo investido numa zona franca, o industrial ganha 5 centavos. O empresariado humanitário impulsionado pela incansável busca pelo lucro do capitalista aonde este seja possível, assim como o grau de exploração e precarização do trabalho na CODEVI deve alcançar esse mesmo nível ou mais. Destarte, o "empresariado humanitário" é humanitário para qual país? O que está sendo "reconstruído" no Haiti? Fred Doura (2010), no seu excelente livro nos oferece outros elementos pertinentes de resposta. Assim, ele destaca:

> Esta imposição financeira pelas empresas multinacionais cria um impacto negativo sobre o desenvolvimento do país. Com efeito, escreve André Gunder Franck (1968:254), "os frutos desta operação sendo dedicados ao desenvolvimento da metrópole e ao consumo de sua população". Estas estatísticas mostram que, ao contrário do que veicula a teoria neoliberal bem estabelecida nas organizações internacionais não são os países industrializados que financiam o desenvolvimento dos países dominados, tais como o Haiti, trazendo os seus capitais nele, mas são justamente países como o Haiti que enriquecem as multinacionais.[230]

Ao contrário de Doura, não diríamos que a imposição financeira pelas multinacionais cria um impacto negativo sobre o desenvolvimento, pois o resultado das políticas neocoloniais designadas sob o nome de desenvolvimento é o "desenvolvimento" concebido para a periferia do sistema. Sem esse desenvolvimento neocolonial não poderia haver o desenvolvimento na América do Norte ou no Norte político e econômico da Europa. O desenvolvimento e o dito subdesenvolvimento constituem um par dialético indissociável. Um supõe a existência do outro. Existe uma relação de consubstancialidade entre os dois. O "empresariado humanitário" é uma das mediações fundamentais desse par, na contemporaneidade.

As zonas francas de produção têxtil constituem um obstáculo à proteção do meio ambiente haitiano. A primeira zona franca haitiana foi construída em uma das áreas mais férteis do Norte - Oeste do país, como nos o relatamos no primeiro capítulo deste trabalho. A segunda maior zona franca, o Parque Industrial de Caracol (o PIC), foi construída e inaugurada recentemente no Haiti, com o financiamento da USAID, do BID e do governo haitiano. Decerto, uma das primeiras e maiores realizações do governo atual é o co-financiamento com o BID e o governo dos EUA de um projeto de parque industrial "gigantesco" podendo empregar, em cinco anos, mais 65.000 pessoas no nordeste do país, ao nível de Caracol – o PIC (Parque Industrial do Caracol). Uma área, de acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente no Haiti, que deveria ser considerado como uma reserva ecológica para o país é localizada numa região considerada como um tipo de reserva ecológica.

[230] Ibid., p. 134-135.

A compreensão dessa busca sistemática por lugares férteis para a instalação de fábricas têxteis é relativamente simples e técnica: a indústria têxtil requer muita água para a sua produção. As operações de lavagem, de tintura dos vestuários são feitas à base de água. Daí a procura das terras férteis, ainda existentes no Haiti, para a implantação desse tipo de indústria.

Figura 19. Áreas do setor adminitrativos: prédio administrativo e patio interno da CODEVI





Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

No entanto, como já foi bastante exposto nas linhas acima, a indústria têxtil é considerada como o caminho do "desenvolvimento-reconstrução" desse país tão exposto às catástrofes naturais e, quase totalmente dependente de importações para a alimentação dos/das seus/suas habitantes. Além do mais, a existência da zona franca numa região durante muito tempo, decorrente da necessidade diária importante de água para o seu funcionamento expõe a mesma à seca e à poluição do ar e das águas pelo número significativo de resíduos, entre outros químicos, a serem descarregados nos rios e lagos próximo às fábricas.

Nos arredores da zona franca, conforme mostram as seguintes figuras (19,20) em contraste com as áreas internas da zona franca, o consumo indireto de produtos em plástico durante as refeições tais como pratos, talheres e copos produzidos na República

Dominicana produziu um acumulo de lixos não biodegradáveis. Estes, paradoxalmente, contribuíram para o aumento da vulnerabilização histórica do meio ambiente haitiano. A precariedade do meio ambiente haitiano ou a crise ecológica haitiana pode ser considerada como as causas das consequências desastrosas de furações ou do próprio terremoto que abalou o Haiti em janeiro de 2010. Desta maneira, considerando o aumento do fluxo migratório esperado nos locais onde são construídas as zonas francas, podemos deduzir que ao longo das próximas décadas se as zonas francas consigam ser desenvolvidas ou seja construídas e instaladas, a crise ecológica se tornará mais aguda colocando em risco a própria sobrevivência deste país. Antes de prosseguir com as nossas análises, cabe adentrar brevemente no processo histórico de produção da dita crise ecológica haitiana.

4.5.1 A crise ecológica haitiana como produto da colonização

A crise ecológica haitiana pode ser resumida na seguinte asserção: A cobertura florestal do país é avaliada em 2%. As principais manifestações desta crise no Haiti são:

- A corte de árvores para a fabricação de carvão (este constitui a principal fonte de energia para a preparação de alimentos para a maioria da população haitiana localizada nas cidades. No campo, usa-se a própria madeira seca). Daí, uma forte demanda para este nas cidades e, sobretudo, em Porto-Príncipe.
- As construções anárquicas nas colinas
- A proliferação de lixo em espaço aberto.
- Numerosos deslizamentos de terra durante os furacões: 6.000 hectares de terra são lavados anualmente no oceano, de acordo com o PNUD.

Figura 20. Área externa imediata da CODEVI: acúmulo de lixo não degradável em espaços cultiváveis



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

Figura 21. Entrada haitiana vista do interior



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

A compreensão da atual situação ambiental e, sobretudo, da relação entre a sua processualidade e a logica das zonas francas dentro do plano global de reconstrução do Haiti, pode ser encontrada nos seguintes processos:

1. A divisão da ilha (Haiti) em duas partes pelas potencias coloniais francesa e espanhola em 1967 pelo tratado de Ryswick. Pois bem o atual Haiti é a parte montanhosa da ilha
2. A colonização contribuiu para a destruição do solo haitiano pela exploração abusiva dos solos em proveito da metrópole francesa. Bem antes da conquista da independência, as terras já tinham começado a produzir menos. Benoit Joachim[231] (1979:88), já citado nesta tese, afirma a este respeito:

> Já antes da revolução, o desempenho de planícies com açúcar, indigo, etc e até mesmo alguns morros com plantação de café mais tardiamente colocados em exploração sistemática, tinha caído perigosamente. Entregues a um acultura anárquica, sobretrabalhadas sem descanso ou fertilizante por quase dois séculos para mestres com pressa para voltar a viver em abundância na metrópole, as terras da colônia atingiram o limite da exaustão.

Aqui, o autor está se referindo ao período anterior a 1791, data do início do período revolucionário independentista antiescravagista no Haiti mencionado no primeiro capitulo desta tese. Assim, o tipo de colonização (de exploração) em vigor na colônia de Saint Domingue contribuiu na exploração anárquica e selvagem dos poucas planícies existindo neste território pelos colonos como o destacou o autor. Ao contrário da república vizinha onde a maioria das terras são planícies e onde se realizava uma colonização de povoamento e de exploração.

Durante a colonização e, logo depois da independência, o comércio de madeira continuou com o desmatamento do país cujos efeitos mais radicais estão se revelando na

[231] [Tradução livre] Déjà avant la révolution, le rendement des plaines à sucre, à indigo, etc… et même des mornes à plantation de café plus tardivement mis en exploitation systématique, avait diminué dangereusement. Livrées à une culture anarchique, surtravaillées sans repos ni engrais pendant près de deux siècles pour des maîtres pressés de retourner vivre dans l'abondance en métropole, les terres de la colonie atteignirent le seuil de l'épuisement. (Joachim, 1979: 88)

contemporaneidade. Este comércio realizado pela oligarquia predominantemente mulata, depois da independência, também tem seu peso na destruição da flora do Haiti. Com efeito, para manter o seu alto padrão de vida, além da manutenção dos novos libertos numa situação de meio-servos, a oligarquia contribuiu para o desmatamento do país pela venda sistemática de madeira e a requisitada corte de árvores para este propósito. A este respeito, Benoit Joachim[232] afirma:

> O crescimento sem precedentes das explorações florestais no Haiti, no século XIX foi destacado por todas as testemunhas. As madeiras de Tingimento (*Campêche*, etc.), de marcenaria (Mogno), de construção (pinheiro...) é imposta pelo seu crescente volume na exportação. Todos os navios que saem dos portos haitianos tomaram Campeche, (madeira vermelha), mesmo só como lastro. A variedade 'bois de solução salina', cujas qualidades tintoriais foram destacadas por sua longa imersão de três semanas a dois meses antes de chegar ao porto de embarque, foi principalmente em Le Havre, enquanto a 'madeira da cidade', de segunda ordem era usado na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos[233]·.

A colonização introduziu ou provocou no Haiti a chamada questão agrária haitiana materializada, na nossa leitura, pelos conflitos entre grande e pequena propriedade. Esta tem contribuído na atual crise ecológica haitiana que pode ser resumida na atual cobertura forasteira do país avaliada a 2 %:

3) A questão agrária pós-colonial e a crise ecológica haitiana
    a) O sistema haitiano de distribuição de posses de terras e a questão agrária decorrente dele estão intimamente relacionados às condições ambientais desastrosas no Haiti. A questão agrária conforme já analisada no primeiro capítulo coloca em relação:
        - Uma categoria de *grandons*-burguês que só retiram da terra uma anuidade fornecida por agricultores/camponeses que a trabalham.

[232] Idem :87

[233] [Tradução livre] *l'essor sans précédent des exploitations forestières en Haïti au 19e siècle a été souligné par tous les témoins. Les bois de teinture (campêche, etc.,), d'ébénisterie (acajou), de construction (pin...) se sont imposés par leur volume croissant à l'exportation. Tous les navires quittant les ports haïtiens emportaient du campêche, (le bois rouge), ne fût-ce que comme lestage. La variété 'bois de saline', dont les qualités tinctoriales étaient mises en valeur par sa longue immersion de trois semaines à deux mois avant d'arriver au port d'embarquement, allait principalement au Havre, tandis que le 'bois de ville', de second ordre, était employé en Angleterre, en Allemagne, aux Etats-Unis (idem, p, 87)*

- Uma maioria de pequenos agricultores, "meeiros", gerentes ou ocupantes preocupados principalmente com as colheitas e menos, com as parcelas de terra como tal, ou pelo menos, sua 'saúde'.

b) O conflito gêneros-alimentos contribuiu também para a escolha quase exclusiva dos agricultores e camponeses para a cultura de víveres para escapar do controle de especuladores e do governo nas suas colheitas de gêneros que eles não poderiam sequer determinar o preço. Isso é com todas as suas consequências para a conservação do solo. Vale lembrar a este nível que a dita dívida da independência foi paga através da cultura de café como analisamos anteriormente neste trabalho.

De acordo com alguns especialistas no Haiti, como Yves - André Wainright, as terras afetadas pelo desmatamento podem ser regeneradas novamente, porque elas contem muita matéria orgânica . Ainda segundo Wainright, engenheiro agrônomo e ex-ministro da agricultura no Haiti, citado por Alterpresse: "nas cidades e áreas rurais, estes materiais são «tão abundantes", que «se deixarmos a terra descansar por um tempo, ela é capaz de se reflorestar por si». No entanto, obstáculos de tamanho se opõem a esta saída da crise.

Este tempo de descanso necessário para regenerar a terra é impensável para os/as /as e camponeses/as haitianos/as. Estes/as são obrigado/as a trabalhar continuamente suas terras para sobreviver com o plantio de alimentos e nunca de plantas plurianuais que só os proprietários ou os senhorios poderiam plantar tranquilamente. Com efeito, como destaca com propriedade LOUIS-JUSTE (2007:9):

> O estatuto da terra determina a escolha da cultura. Um proprietário pode cultivar qualquer planta na terra, mas o camponês agricultor ou meeiros, gerente ou ocupante precisa racionalizar as suas escolhas com base em sua percepção da duração possível da exploração. Raras são as plantas plurianuais encontradas na terra recebida em arrendamento ou ilegalmente ocupado, por exemplo. A abundância ou a diversidade das culturas são produtos da estrutura agrária[234].

[234] [Tradução livre] « *Le statut foncier conditionne le choix de culture. Un propriétaire peut cultiver n'importe quelle plante sur la terre, mais le paysan fermier ou « deux-moitiés », gérant ou occupant est tenu de rationnaliser ses choix en fonction de sa perception de la durée possible de l'exploitation. Rares sont les plantes pluri-annuelles rencontrées sur la terre reçue en bail ou illégalement occupée, par exemple. L'abondance ou la variété de cultures sont des produits de la structure agraire »* Jn Anil Louis-Juste, in La question agraire et les revendications paysannes actuelles, 2007, P. 9

Então, as árvores que poderiam manter certa cobertura florestal e apropriadas para as terras montanhosas do Haiti - o que também as protegeria durante os furacões e contra os deslizamentos de terra, por exemplo, são abatidos regularmente e não replantadas. Entretanto, os víveres plantados pelos camponeses, por conta da insegurança da posse da terra, e, aliás, a um ritmo muito frequente para permitir que a terra possa ”respirar” não protegem a terra. Com efeito, o que importa para o/a pequeno/a camponês/a O que é importante para o pequena / pequena camponesa, não proprietário/a, pequeno/a proprietário/a ou meeiro/a: é a garantia de diversas colheitas ao longo do ano. –

4- A ocupação estadunidense (1915-1934) no século XX com
    - A expropriação dos pequenos camponeses
    - O êxodo rural e migração forçada ou provocada para as plantações de cana-de-açúcar em Cuba para reabastecer as fileiras da força de trabalho barata em Porto-Príncipe e a sua diminuição das zonas rurais. O que contribuiu para a diminuição da produção agrícola e o aumento da corte de madeira para a fabricação de carvão da qual uma renda é rapidamente extraída
5- O êxodo rural para Porto-Príncipe fez com que ao longo dos anos e especialmente durante a década de 1980 com a destruição do rebanho suíno haitiano, se produziram as favelas e a proliferação de habitações precárias nas colinas à beira do mar. Uma das causas da superlotação em Porto-Príncipe e da densidade dos danos causados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010.
6- As condições precárias das explorações mineiras na história do país têm contribuído também para a destruição do meio ambiente haitiano. Franck Seguy[235] apresenta

[235] Franck Séguy.- Haïti : Cyclones: panser vaut mieux que prévenir…pubicado em 29/09/2008 in www.alencontre.org. Acesso em 22/09/2012. [Tradução Livre] *« quand des compagnies étatsuniennes, durant la Deuxième Guerre Mondiale, viendront exploiter le sisal, détruisant en conséquence toute la végétation du Nord-Est d'Haïti transformé depuis en désert. Un peu plus tard, soit entre 1956 et 1962, la Reynolds Haytian Mines viendra exploiter la bauxite de Miragoâne. Elle repartira tranquillement de sa mission de paix sans honorer ses engagements de restaurer le micro-climat de la zone. La Société d'Exploitation et Développement Economique et Naturel, connue en Haïti sur son sigle SEDREN fera de même du gisement de cuivre de Mémé (Terre Neuve, près des Gonaïves) ».*

brevemente este processo na seguinte forma ao afirmar que o processo de desertificação iniciado com a colonização se acentuou no século XX,

> Quando as empresas americanas, durante a segunda guerra mundial, virá para operar o sisal, destruindo toda a vegetação do nordeste do Haiti transformado desde então em deserto. Mais tarde, ou entre 1956 e 1962, a Haytian Reynolds Mines operará a bauxita de Miragoâne. Ela voltará da sua missão de paz sem honrar o seu compromisso de restaurar o micro-clima da região. A sociedade de Exploração e de Desenvolvimento Econômico e Natural conhecida no Haiti na sigla SEDREN fará o mesmo no deposito de cobre de Mémé (Terre Neuve perto de Gonaïves)

Destarte, a colonização pelas relações sociais que ela introduziu no país, além da manutenção da sua lógica mesmo depois do seu fim oficial, conduziu o Haiti rumo a uma catástrofe ecológica cujo terremoto do 12 de janeiro de 2010 tem mostrado os impactos. No entanto, o plano de desenvolvimento de zonas francas continua com a logica colonial de destruição do meio ambiente do Haiti. Com efeito, o meio ambiente deste país tem sido vulnerabilizado pelas políticas agrárias antipopulares e as políticas imperialistas neocoloniais, ao longo da sua história; e por suas consequências para os/as pequenas/os camponesas/es, tais como a arbitrária fixação dos preços dos *commodities* exportáveis pelos negociantes e o recurso à cultura quase exclusiva de mantimentos pelos/as camponeses/as. Isto, como apontamos acima, levou tanto ao enfraquecimento dos solos assim como sua exposição à erosão e ao declínio da fertilidade do solo anteriormente arável. Com efeito, a cultura de mantimentos faz parte da resistência dos pequenos e das pequenas camponeses e camponesas contra a grande propriedade e a estrutura agrária exploradora. Assim, a destruição histórica do meio ambiente haitiano iniciada desde a colonização e cuja reabilitação é uma das prioridades do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, vem sendo intensificada com a instalação das zonas francas que "precisam" de terras férteis atravessadas por rios. Ora, a instalação desses estabelecimentos industriais é realizada no quadro do "desenvolvimento-reconstrução" do país ou, como parte da dita obra humanitária em execução no Haiti especialmente no contexto da intervenção militar onusiana no país. Em suma, este projeto de "desenvolvimento-reconstrução" em execução no Haiti contemporâneo é um produto histórico que responde às necessidades criadas pelo capital para a sua restauração. Portanto, neste contexto do intervencionismo militar-

desenvolvimentista, a multiplicação das zonas francas ou empresas similares é apresentada, sob o nome de “empresariado humanitário”.

Figura 22. Cultivos no entorno da zona franca



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2011. Fotografias de Aristide Simbert (colaborador de campo).

4.4.2 O “empresariado humanitário” neocolonial em contexto de intervencionismo militaro-desenvolvimentista

Uma zona franca no contexto haitiano, sobretudo no que diz respeito a CODEVI, pode ser sintetizada da seguinte forma:

a) Subremuneração
b) Força de trabalho predominantemente feminina, jovem e “negra”;
c) Os melhores postos são ocupados por homens (dominicanos e poucos haitianos) e mulheres mestiças (dominicanas);
d) Uma empresa neocolonial cujo dono é por definição, um estrangeiro, “branco” ou mestiço usufruindo acordos bilaterais assinados por países capitalistas centrais nos seus interesses;

e) Uma área com um estatuto de extraterritorialidade, que lhe confere um estatuto de estado dentro do estado com legislação aduaneira própria. O que reforça a semelhança entre a zona franca e a plantação ou habitação colonial definida da seguinte maneira por LACOUTURE[236] (1790) apud SAINT-LOUIS: 1999, 45: "[...] *Uma habitação deve ser considerada como um pequeno governo cujo dono é o mestre e que ele governa sob a lei do soberano".* Portanto, a multiplicação das zonas francas pode propiciar, segundo toda aparência, a desapropriação do Haiti de si, iniciada com a primeira ocupação do mesmo entre 1492 e 1804. Isso constitui, a nosso ver, um dos traços coloniais de tal conceito.

f) A intensificação da fragilização do meio ambiente haitiano e a intensificação do desmatamento, pela necessidade de instalar as fábricas têxteis em lugares onde haja água em abundância, provocando assim, ao longo dos anos, a seca dos rios e lagos na proximidade das fábricas. Isto, além do acumulo crescente de lixo não degradável nos arredores dos parques e zonas francas ao detrimento da parte saudável do meio ambiente haitiano.

Portanto, o vasto projeto de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, iniciado desde o ano 2004, isto é, oito anos antes do terremoto, é parte de um projeto neocolonial, ao menos centenário, cujas pontas de lanças, ou vitimas, são as mulheres. O "empresariado humanitário" será posto em obra contra as mulheres "negras" haitianas pauperizadas por duzentos anos de neocolonialismo num processo de trabalho hierarquizado segundo a etnia e sexo. O que, mais uma vez, ressalta tanto a feminização do trabalho precário e subremunerado como a sua mediação bem como a sua centralidade para a "reconstrução-desenvolvimento" ou neocolonização do Haiti.

[236][Tradução livre][…] Une habitation doit être considérée comme un petit gouvernement dont le propriétaire est le maître et qu'il régit sous la loi du souverain.[…].

O termo de empresariado humanitário conforme o contexto histórico-politico no qual ele foi enunciado- o de ocupação militar do Haiti- reproduz as matrizes do processo colonial e/ou neocolonial bicentenário no país e de controle politico das classes trabalhadoras e camponesas pela mediação da oligarquia ou da *grandonarquia* burguesa local. Como qualquer produto ideo-politico, este termo tem como propósito alienar o verdadeiro processo em curso no solo no qual ele é elaborado ou emitido. O humanitário deste empreendedorismo é o mesmo do direito internacional do imperialismo neocolonial que, entre outros, propiciou as múltiplas invasões militares do Haiti em menos de vinte anos. Este imperialismo neocolonial e posto em movimento especificamente na década de 60, no período pós-colonial, foi realçado no contexto histórico da globalização neoliberal. A partir deste período, como vimos anteriormente, o imperialismo neocolonial se operacionalizou, de modo particular, na ampliação do chamado "cinto dourado" do mundo, ou seja, da expansão do conjunto de zonas francas ou empresas similares na periferia do grande capital para as necessidades da reprodução ampliada do capital das grandes multinacionais têxtis e controladas pelo centro do sistema, conforme analisamos no primeiro capitulo desta tese.

As raízes deste humanitarismo podem ser encontradas nos propósitos civilizatórios da colonização e nos de paz e de desenvolvimentismo do imperialismo neocolonial sob a égide estadunidense a partir da década de 60, e de democracia e de liberdade especialmente a partir do final da década de 70. Sob este ponto de vista, Michael Ignatieff (2003) citado por BAILLARGEON (2006: 15) no seu prefácio do livro de Jean BRICHMONT[237] intitulado: "l'impérialime Humanitaire" nas paginas 13 a 18 nos fornece os elementos para significar o humanitarismo neocolonial como produto do imperialismo neocolonial americano:

> O império americano não é como os impérios do passado construído sobre o colonialismo, a conquista e que são o fardo do homem branco. […] O imperium do século XXI é uma novidade nos anais da ciência política, um Império numa versão leve, uma hegemonia global cujas notas graciosas são os mercados livres, direitos humanos, implementados pelo poder militar mais extraordinário que o

[237] BRICHMONT, Jean.-L'impérialisme humanitaire: Droit humanitaire, droit d'ingérence, doit du plus fort? Québec : Lux editeur, 2006.

> mundo já conheceu. É o imperialismo de um povo que se lembra de que seu país ganhou sua independência revoltando-se contra um império e quem gosta de pensar que ele é um amigo da liberdade em todos os lugares. É um império que não tem realmente consciência de ser um império e que não deixa de ser atordoado que suas boas intenções sejam recebidas com ressentimento no exterior. Mas não é menos um império, um império convencido de ser, como escreveu Herman Melville, a "Arca das liberdades do mundo[238]".

Com efeito, o imperialismo neocolonial estadunidense representa a nova morfologia da neocolonialidade embasada na exploração capitalista, contudo, com os traços distintivos da colonialidade, a saber, o racismo e o gênero como relações de opressão. Neste novo contexto histórico, a democratização como dever de cada nação é supremo e pode requerer para a sua concretização tanto a ocupação militar como o bloqueio econômico do país obstinado a se rebelar contra o padrão estabelecido ou impedido de aderir ao programa democrático. Dois fenômenos vivenciados pelo Haiti na década de 90 e na contemporaneidade, desde o ano 2004, para a implantação e/ou consolidação das chamadas "notas graciosas" do imperialismo norte-americano, a saber, "as leis do mercado e os direitos humanos". Destarte, as mediações do imperialismo neocolonial conformam o quadro histórico e legal do desempenho do empresariado humanitário no Haiti contemporâneo controlado pelas tropas da ONU lideradas oficialmente pelo Brasil. De outro lado, este processo é legitimado pelas instituições internacionais notadamente o Banco mundial e a ONU atuando com o conjunto de ONGs internacionais ditas de desenvolvimento como novos ministérios de colônia na contemporaneidade. Deste modo, ao identificar na multiplicação das indústrias têxtis no Haiti uma forma humanitária de empreendedorismo, o ministro brasileiro estava contribuindo na reprodução de um discurso imperialista empenhado a fazer do Haiti, ainda mais depois do terremoto, uma neocolônia

[238] [Tradução livre] *L'empire américain n'est pas comme les empires du passé construits sur le colonialisme, la conquête et qui sont le fardeau de l'homme blanc. […] L'imperium du XXI^e siècle est une nouveauté dans les annales de la science politique, un empire version légère, une hégémonie globale dont les notes gracieuses sont les libres marchés, les droits de la personne, mis en œuvre par la plus extraordinaire puissance militaire que le monde ait jamais connue. C'est l'impérialisme d'un peuple qui se souvient que son pays a conquis son indépendance en se révoltant contre un empire et qui aime à penser qu'il est partout un ami de la liberté. C'est un empire qui n'a pas vraiment conscience d'être un empire et qui ne cesse d'être stupéfait que ses bonnes intentions soient reçues avec ressentiment à l'étranger. Mais, il n'en est pas moins un empire, un empire convaincu d'être, comme l'écrivait Herman Melville, "l'arche des libertés du monde". (in Brichmont, 2006 :15)*

onde neo*plantations* como a CODEVI exploram a força de trabalha subremunerada feminina.

Tal discurso, pelo uso do arsenal humanitário, tenta reproduzir a ideia de que não somente a exploração da força de trabalho haitiana está contribuindo a "ajudar" o Haiti, mas também que a internacional comunitária não poderia fazê-lo em outras condições. Destarte, esta exploração é proposta como humanitária no sentido de que, fora o contexto de emergência humanitária, o Haiti não preencheria as condições para a instalação das empresas brasileiras e estadunidenses. Tentando desta maneira, fazer parecer como um favor a exploração acirrada de força de trabalho realizada nas zonas francas e, como especialmente estudada nos dois capítulos anteriores, na CODEVI. O mesmo processo como o vivenciado nos tempos da colonização realizada em nome da civilização e modernização do dito novo mundo e dos seus "bárbaros" ou "selvagens". Deste modo, a lógica do "empresariado humanitário" é a mesma da colonização. No entanto, as mediações do "empresariado humanitário" diferem com o da típica colonização. Na contemporaneidade, as multinacionais do grande centro capitalista exercem para os seus países de origem o controle dos países hóspedes das suas indústrias. Entretanto, as instituições financeiras e politicas internacionais suprem as necessidades do controle político-econômico global propiciando, desta maneira, os quadros legais, mediante colaboração voluntária ou forçada dos governos locais, para a implantação das politicas neocoloniais necessárias à harmonia das "notas graciosas" do imperialismo neocolonial. Assim,

> Embora as administrações coloniais foram quase totalmente erradicadas e uma grande parte da periferia é organizada em Estados formalmente independentes, os povos não-europeus conhecem ainda uma exploração/dominação mais cru do que os europeus/norte-americanos. As velhas hierarquias coloniais globais entre europeus/euro-norte-americanos então europeus estão ainda em vigor e articulam-se com a divisão internacional do trabalho e a incessante acumulação de capital a escala mundial. (Quijano 2000, Grosfoguel 2002) (GROSFOGUEL :2006 : 61)[239]

[239] [Tradução livre] « *Bien que les administrations coloniales aient été presque totalement éradiquées et qu'une grande partie de la périphérie soit organisée en États formellement indépendants, les peuples non-européens connaissent toujours une exploitation/domination plus crue que les européens/nord-américains. Les vielles hiérarchies coloniales globales entre européens/euro-nord-américains et non-européens sont toujours de vigueur et sont articulées à la division internationale du travail et l'incessante accumulation de capital à l'échelle mondiale »*

A divisão internacional do trabalho constitui- como destacamos neste trabalho- um produto ou uma característica da colonização e é intrínseca à exploração neocolonial, racista e patriarcal do trabalho estudada na CODEVI. A divisão internacional do trabalho responde as necessidades das hierarquias coloniais entre dominantes e dominados entre o chamado Norte e o Sul. Estes, na realidade, formando pares dialéticos indissociáveis, sendo o Sul bem como o conjunto dos-as explorados-as indispensáveis a reprodução do Norte bem como dos dominantes ou dos exploradores. A reprodução do capital é impossível sem a exploração do trabalho, ou seja, sem o trabalho assalariado fundante da sociabilidade capitalista. Destarte, como continua analisando com muita propriedade o Grosfoguel, a colonialidade –fundante do empresariado humanitário capitalista em movimento no Haiti contemporâneo- não substitui a colonização, mas dá continuidade aos seus ideários e os seus propósitos exploradores e opressivos mesmo depois da erradicação das administrações coloniais formais. No dizer do autor (2006:61):

> Aqui reside a diferença entre "colonialismo" e "colonialidade". A colonialidade refere-se à continuidade das formas de dominação e exploração após o desaparecimento das administrações coloniais produzidas pelas estruturas e culturas hegemônicas do sistema-mundo capitalista/patriarcal moderno colonial. A colonialidade do poder designa o processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial/ capitalista/patriarcal que entrelaça as localizações periféricas da divisão internacional do trabalho e as hierarquias etno-raciais globais e que articula os migrantes do Terceiro mundo registrados na hierarquia etno-racial das cidades metropolitanas globais com a acumulação de capital a escala mundial. Os Estados-nações periféricos e povos não europeus vivem hoje sob um regime de colonialidade global imposto pelos Estados Unidos com a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, o Pentágono e o OTAN. As áreas periféricas são mantidas em uma situação colonial, mesmo quando eles não estão mais sob o controle das administrações coloniais[240].

---

[240] [Tradução livre] « *C'est ici que réside toute la différence entre "colonialisme" et "colonialité". La colonialité se réfère à la continuité des formes de domination et d'exploration après la disparition des administrations coloniales produites par les structures et les cultures hégémoniques du système-monde capitaliste/patriarcal moderne colonial. La colonialité du pouvoir désigne le processus crucial de structuration dans le système-monde moderne/colonial/ capitaliste/patriarcal qui entremêle les localisations périphériques de la division internationale du travail et les hiérarchies ethno-raciales globales et qui articule les migrants du Tiers-monde inscrits dans la hiérarchie ethno-raciale des villes globales métropolitaines avec l'accumulation de capital à l'échelle mondiale. Les États-nations périphériques et les peuples non-européens vivent aujourd'hui sous un régime de colonialité globale imposé par les États-Unis avec l'aide du Fonds monétaire international (FMI), de a Banque mondiale, du pentagone et de l'OTAN. Les zones périphériques*

Esta divisão internacional e neocolonial, portanto, hierárquica do trabalho, que ganhou uma nova morfologia com a grande crise do capital e o seu processo dito de restauração, fornece uma base politica e econômica para a legitimação do uso do termo "empresariado humanitário". Visto que a partir da primeira divisão internacional do mundo, os sujeitos -as classes trabalhadoras de países tais como o Haiti- tornarem-se os históricos pauperizados de países pauperizados. Estes que, em torno da década de 60, se tornaram alvos da politica desenvolvimentista, ver "humanista" da ONU e das antigas metrópoles em especial dos Estados-Unidos -hegemonia crescente na época- mediante as grandes ONGs de desenvolvimento gerenciadoras das necessidades sociais processadas como carências sociais.

Destarte, quando a partir da década de 80, a democracia se tornou a norma para se beneficiar da "ajuda pùblica ao desenvolvimento" doravante privatizada, as ajudas humanitárias mediante as ocupações militares, em nome da paz, tornarem-se os meios do humanitarismo capitalista. Neste quadro, o uso do empresariado humanitário pelo representante do capital brasileiro junto com os do capital estadunidense no Haiti investido de tropas militares brasileiras demonstram uma pertinência e congruência real para o contexto político-econômico local e ideológico internacional do Haiti contemporâneo (estado de emergência, país ocupado em nome da segurança do seu povo). O Haiti, assim como os/as trabalhadores/trabalhadoras na continuidade dessas relações coloniais e agora neocolônias são vistos como menores em necessidade de "ajuda humanitária" e de proteção militarizada- principal mediação das ajudas humanitárias na contemporaneidade-. Pois bem, como afirma o BRICHMONT (2006: 28),

> Qualquer relação de dominação é, em última instância, militar, e ele ainda precisa de uma ideologia para justificar. A ideologia do nosso tempo, em qualquer caso no que diz respeito a legitimação da guerra não é mais o cristianismo, nem a "missão civilizadora" da República, mas de preferencia um certo discurso sobre os direitos do homem e da democracia, relacionada com uma representação específica de segunda guerra mundial. Este discurso justifica as intervenções

---

sont maintenues dans une situation coloniale même lorsqu'elles ne sont plus sous le contrôle d'administrations coloniales. » (Grosfoguel, 2006 : 61)

> ocidentais no terceiro mundo em nome da defesa da democracia e dos direitos humanos[241].

Destarte, o intervencionismo americano junto com o subimperialismo brasileiro no Haiti é produto deste arsenal ideológico do humanitarismo neocolonial e que inclui tanto o direito da ingerência em caso de obstáculos objetivos ao avanço da democracia como a exploração da força de trabalho mediante acordos como o HOPE I, II e HELP apresentados como acordos humanitários. Contudo, como produto ideológico do sistema de produção de mercadorias, ao ser confrontado com o real, o "empresariado humanitário" apresenta as mesmas características de qualquer processo capitalista de acumulação de riquezas. O que foi demonstrado tanto pelas análises das relações de trabalho estudadas neste trabalho como pelas motivações do industrial dominicano ao investir no Haiti e pelo relator COLLIER. Além do mais, como qualquer processo neocolonial de exploração de trabalho, ou seja, de exploração acirrada de força de trabalho de descendentes de escravizados-escravizadas, as condições de trabalho e o processo de produção desafiam as formas clássicas de exploração do trabalho e de empreendedorismo capitalista.

Com efeito, a lógica neocolonial hierárquica perpassa todo o processo incrementando assim o grau de exploração do trabalho com as suas mediações como a múltipla intermediação do trabalho, o salário por peça além da hierarquização sexual, etno-racial e sexista do trabalho. O que contribui na produção de um sistema com cabais características coloniais apesar da erradicação das administrações coloniais formais. Destarte, o humanitarismo neocolonial conforme as suas raízes políticas e históricas responde às mesmas necessidades da colonização civilizatória: a acumulação de lucro e a reprodução das hierarquias Norte/Sul, Europeus/não europeus, (Neo) Metrópoles/ (Neo) Colônias, entre outros e da dependência neocolonial para as necessidades da reprodução do sistema do capital e das suas mediações fundamentais. A lógica patriarcal-racista-capitalista

[241] [Tradução Livre] Tout rapport de domination est, en dernière instance, militaire, et il a toujours besoin d'une idéologie pour se justifier. L'idéologie de notre temps, en tout cas en ce qui concerne la légitimation de la guerre, n'est plus le christianisme, ni la "mission civilisatrice" de la République, mais bien un certain discours sur les droits de l'homme et de la démocratie, mêlé à une représentation particulière de la Deuxième Guerre Mondiale. Ce discours justifie les interventions occidentales dans le tiers-monde au nom de la défense de la démocratie est des droits de l'homme. (BRICHMONT: 2006, 28)

deste empresariado destacou-se nas relações de trabalho hierarquizadas segundo o sexo, a etnia-nacionalidade e na precariedade das condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho na CODEVI. O que contribui na reprodução da triple alienação das trabalhadoras “negras” em especial ou racializadas de modo geral.

CONCLUSÃO

Ao iniciar esta pesquisa, procuramos fazer um duplo movimento. Um de estudo das relações de trabalho e outro de análise do significado ideopolítico geral das zonas francas. Na verdade são dois momentos de um mesmo movimento. Com efeito, um intervém na definição do outro desembocando na compreensão do significado ideopolítico e econômico para as mulheres "negras" operárias na zona franca CODEVI na contemporaneidade do "empresariado humanitário" em movimento no plano de "desenvolvimento-reconstrução", do Haiti atualizado em 2004 e, depois, em 2010 após o terremoto. Portanto, ao estudar as relações de trabalho no segundo e terceiro capitulo da presente tese, nos nós deparamos com a busca do significado ontológico do "empresariado Humanitário" para os seus beneficiários, a saber, os/as trabalhadores/trabalhadoras das zonas francasou das empresas têxteis em geral visados pela lei HOPEI, II e HELP apartir de 2010. E o estudo das zonas francas e do contexto político econômico mundial e regional da sua ampla divulgação e peculiarmente da sua singular implementação no Haiti, desvendou o solo de legitimação e de divulgação da indústria têxtil leve como estratégia de desenvolvimento para os países ditos desenvolvidos, local por excelência de trabalho de mulheres racializadas nos países periféricos. Um processo reforçado pelo contexto do terremoto, embora em forte evolução a partir de 2004, ano de inicio da última ocupação militar do Haiti, chefiada pelo Brasil.O que, aliás, na leitura dos empresários brasileiros os habilitaria a usufruir das vantagens da lei HOPE. O que deu lugar ao conceito de "empresariado humanitário" do ministro brasileiro, tal como citado neste trabalho.

Destarte, no primeiro capítulo, estudamos as zonas francas, fazendo uma revisão crítica de certa literatura a respeito, no propósito de entender a chegada tardia do Haiti no leque depaíses de terceiro-mundo hóspedes de zonas francas desde a década de 60, e mais sistematicamente na década de 80. Esse movimento crítico nos levou a captar a centralidade das mulheres neste tipo de empresas, sobretudo as mais precárias. Isso nos permitiu compreender, a partir do estudo do processo de pauperização das mulheres haitianas, porque o salário precário da CODEVI, por exemplo, é destinado primeiramente às mulheres, maior parte do enorme exército de reserva haitiana. Tal processo e sua

realização contidos na "industrialização subalternizada" do Haiti, legitimado pelas organizações internacionais, mais especificamente a ONU e o Banco mundial. A primeira, reconhecido a partir da década de 70 como aliada das mulheres, e o segundo, como promotor da erradicação da pobreza em outros termos do "desenvolvimento". Concluímos este capítulo com a formulação das nossas hipóteses de trabalho que formulamos da seguinte maneira:

- Apesar da sua centralidade na estratégia de "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti, As ZFE, pelas suas características fundamentais, incluindo as ZEI: extraterritorialidade – liberdade total de produção e de repatriamento dos lucros, enclave econômico – desempenham na contemporaneidade a função de **neoplantações** constituindo-se como obstáculos ontológicos à **soberania popular-alimentar-política-territorial do Haiti**.Ademais,
- O projeto de "desenvolvimento-reconstrução" ,do Haiti no qual se destacam as zonas francas industriais de exportação, ou as ZEI –instrumentos do "empresariado humanitário"-,é a atualização de um projeto neocolonial-moderno, explorador, patriarcal, machista e racista bi-centenário com a intermediação da Internacional Comunitária nas suas personificações institucionais tais como a ONU, "aliada das mulheres", e o Banco Mundial promotor do "desenvolvimento" no Terceiro Mundo.
- O caráter humanitário do empresariado em movimento na CODEVI traduz-se em um processo hierárquico de exploração neocolonial segundo o sexo, a "etnia" e a nacionalidade, e que é destruidor da saúde física e sexual das operárias/dos operários.

Nos três capítulos seguintes da tese nos nós empreendemos na análise das relações de trabalho e das necessidades do capital de instalar zonas francas no Haiti, com estas últimas hipóteses como guias. Assim, no segundo capítulo, adentramos verdadeiramente na análise do trabalho na zona franca CODEVI, estudada por ser a primeira zona franca haitiana, juridicamente e tecnicamente, e a única em funcionamento

no momento da nossa pesquisa de campo entre 2010 e 2012. A análise do trabalho na CODEVI, tanto no primeiro como no segundo capitulo, evidencia vários elementos de fundamental importância para captar o movimento do dito empresariado humanitário e a própria lógica do "desenvolvimento-reconstrução" do Haiti na contemporaneidade.

Assim evidenciou-se que o processo de industrialização subalternizada do Haiti através das zonas francas bem longe da média dos países perifericos, diz respeito a um processo machista, racista e neocolonial que, na CODEVI, implementa um processo produtivo taylorista-fordista onde:

A. O salário por peça, pelas diversas mediações inerentes a ele, tais como a dupla ou múltipla intermediação do trabalho no Haiti, propicia um controle extremo sobre tanto a força física de trabalho da mulher operária, como a sua sexualidade. Em outros termos, o salário por peça, como mediação da exploração absoluta de trabalho, tal como analisado por Marx, mas, sobretudo como evidenciado pelas relações de trabalho, na nossa leitura, é funcional à exploração-dominação neocolonial das mulheres "negras" haitianas contratadas na zona franca. Destarte, ele media a opressão-exploração Norte/Sul operacionalizada pela terceirização mundial da produção de multinacionais do ramo têxtil, representadas pelo grupo M, em Ouanaminthe. Deste modo, o salário por peça é uma mediação da neocolonização de antigas colônias, tais como o Haiti, através das zonas francas e, portanto, do chamado "Cinto Dourado" (Brunet, 1987), formado pelo conjunto das neocolônias da periferia capitalista, na era do imperialismo neocolonial. Imperialismo neocolonial, e não colonial, visto que os papeis dos colonizadores foram redimensionados e transferidos as empresas, tais como a CODEVI, especificamente responsáveis pelas neoplantações, e não globalmente pela neocolônia. As figuras mostrando a preocupação com o ambiente interno da zona franca enquanto as areas imediatas externas da mesma são ignoradas ilustram bem esta consideração.
B. O corpo das operárias serve como "moeda de troca" no intercâmbio desigual: permanência no trabalho versus exploração sexual por supervisores, intermediários em geral. Nesta troca, intervém a ideologia da "beleza"associada no real com a

aceitaçãoou não das regras da troca desigual entre subalternas e seus chefes. Neste processo, a "beleza" intervém como "fator meritório" para atrair o vigilente em posto na entrada da zona franca para entrar e fazer o teste de aptidão na hora da contratação ou para aceder ao chefe (supervisor, gerente ou engenheiro) uma vez dentro da fábrica para a concessão de horas extras. De modo que, reforçando o precedente ponto, o corpo das mulheres na sua integralidade (força física e sexualidade) é cedido ao capital sub-regional para a sua exploração. O tamanho do histórico exército industrial de reserva propicia, para o sistema, não somente a submissão como a procura desta troca desigual para a simples subsistência individual ou de familiares.

C. As exigências do salário por peça e, sobretudo, a dupla interposição do salário por peça com o salário por tempo, em vigor na zona franca, produz um individualismo acirrado nos/nas trabalhadores/trabalhadoras lutando para aumentar os seus salários. Este vêm sendo alimentado pelo dito plano de poupança da zona franca que, ademais, contribui na desestruturação das formas tradicionais de poupar no meio trabalhador e popular haitiano. O que, na nossa análise, contribui para apertar mais, mas de forma suavizada, os nós do controle total individual da operária confrontada durante o processo de trabalho à exigência da sobrevivência pessoal e exclusivista.

D. A parcelização das tarefas e a consequente desqualificação dos/das operárias/os inerentes ao processo fordista de produção implica a hierarquização do trabalho que, na CODEVI, é, além de sexual, étno-nacional colocando deste modo as mulheres "negras" haitianas na ultima linha da escala hierárquica das relações de trabalho. O que, obviamente propicia uma maior exploração para estas e uma consequente maior submissão à troca desigual mencionada no ponto B. Destarte, a zona franca, consoante as peculiaridades do capital periférico caribenho, apropria-se do conflito étnico-racial nacional haitiano-dominicano no intuito de extrair mais excedente de trabalho das mulheres contratadas para as tarefas mais repetitivas e com maior intensidade de trabalho. O que contribui na precarização do trabalho tanto para os operários como para as operárias ao custo da sua saúde e da própria reprodução física do força de trabalho. Esta sendo deixada aos cuidados do acaso, conforme a divisão sexual, técnica, racial internacional do trabalho, que atribui ao Haiti o papel de

neocolônia, e contrário as normas mais rudimentares do sistema do capital que faz do salário um meio de suprir as necessidades mais básicas do operário.

E. Destas análises destaca-se que o machismo, o racismo incorporam-se ao sociometabolismo do capital para produzir essa hierarquia complexa do trabalho que se expressa numa exploração acirrada do trabalho. Esta ultima aparecendo como sendo a marca de fábrica da dita ajuda humanitária em obra nas zonas francas, em especial, nas indústrias têxteis presentes no país. O empresariado humanitário parte dum pressuposto neocolonial de ingerencia militarizada apresentado como de ajuda no contexto haitianao cercado dum desenvolvimentismo com tedencia industrialisante. Um processo antigo datando da decada de 60 porém, apresentado no Haiti como novo . Neste processo como ilustra muito bem a figura 3[242] deste trabalho, as empresas como a CODEVI satisfazem todas as exigencias dos seus clientes. O que diz respeito, visto a contradição antagônica existente entre o capital e o trabalho, portanto, entre as suas respectivas personificações, podemos deduzir que estes interesses são antagonicos aos dos/das operárias/os desta empresa. Desta maneira, o estudo das contradições entre os votos "humanitários" do empreendedorismo em vigor nas zonas francas no Haiti e as relações de trabalho nos leva a afirmar que:

   a) apesar do humanitarismo ser um instrumento neocolonial de dominação na era do intervencionismo imperialista militarizado, mesmo nos termos formais do conceito, o seu uso é incompatível em associação com qualquer forma de exploração do trabalho.
   b) A associação formada pelo empresariado e o humanitário é produto do fetichismo da mercadoria inerente a sociabilidade capitalista. Este fornece as bases tanto materias como ideopoliticas para o emprego deste conceito para nomear os acordos bilaterais (HOPE I, II e HELP) servindo para a reprodução do grande capital mediante a exploração acirrada da força de trabalho feminina nas fábricas haitianas em geral e

[242] P.105 da presente tese

em especial na zona franca estudada neste trabalho. Como destacamos anteriormente no segundo capitulo deste trabalho, a nossa pesquisa de campo, em especial as entrevistas com o industrial e as trabalhadoras/ os trabalhadores da zona franca, nos permitiram resumir as condições do desempenho do "empresariado humaitário" ou da busca de qualquer local do mundo para o desenvolvimento de zonas francas ou empresas similares nos seguintes pontos:

- A disponibilidade de uma força de trabalho sobretudo, feminina abundante e sub-remunerada,
- Um Estado relativamente fraco, típico do estado neoliberal, mas historicamente debilitado com o é o do Haiti,
- Uma legislação trabalhista passiva/favorável para com os investidores e coercitiva para os trabalhadores ou
- Um ministério do trabalho prioritariamente ao serviço dos investidores
- A mediação das organizações internacionais financeirais nas pressões economicas e politicas para a adoção das medidas nacionais e bi ou multilaterais propicias ao livre comercio e abertura dos mercados internos.

Référençaș Bibliograficas

ANTROBUS, Peguy. - Le mouvement mondial des femmes. Paris: Enjeux Planète, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3a edição. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

AZOLCA. -Estudio comparativo de las zonas francas de Latinoamerica y el Caribe. S.l.e.: PNUD/OPS, Noviembre 1990. Tomo I, II.

BOST, François.-« Les zones franches, interfaces de la mondialisation » Annales de géographie 2007/6 N° : 658 p. 563-585

_____ (org.).- Atlas mondial des zones franches. CNRS GDRE S4. La Documentation française, 2010

BRICHMONT, Jean.- L'impérialisme humanitaire: Droit humanitaire, droit d'ingérence, doit du plus fort? Québec : Lux editeur, 2006.

BRUNET, Roger.- Atlas mondial des zones franches et des paradis fiscaux. Paris, Fayard-RECLUS, 1986. Col. Atlas RECLUS.

BUZENOT, Laurence.- « Les zones franches industrielles d'exportation dans la Caraïbe. Les causes économiques de leur émergence », Études Caraïbéennes, [en ligne] 13-14/ Décembre 2009. Postado em 17 de setembro de 2010. Acesso em 18 de fevereiro de 2013.

CHOMSKY, Noam.- La tragédie d'Haïti "L'an 501, la conquête continue". Editions: de l'Herne, 2006 -version électronique.
Disponivel emhttp://www.chomsky.fr/livres/www.lherne.com acesso em 27/05/2012

CARBY, Hazel. Femme blanche écoute! Le féminisme noir et les frontières de la sororité. Pp 86-111 in Black feminism: Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000. Paris: L'Harmattan, 2008.

CARIBBEAN BASIN ECONOMIC RECOVERY EXPANSION ACT OF 1990.- Disponivel em http://www.mac.doc.gov/CBI/Legislation/cbileg-90.htm 8/. Acesso em 18/10/2010

CASIMIR, Jean.- La culture oprimée**.** 2 · ed. Port-au-Prince : media-Texte. 2006.

CASTOR, Suzy. - Les origines de la structure agraire en Haïti. Port-au-Prince: CRESFED, 1989

_____.- Le massacre des haitiens en Republique Dominicaine 75 ans après spécial. Publicado pelo GARR (Grupe d'Appui aux rapatriés et aux réfugiés) em 15/10/2012. Acesso em 03/03/2014 http://www.garr-haiti.org/index.php/nouvelles/actualite/haiti-rd-relations-fr/item/1068-le-massacre-des-haitiens-en-republique-dominicaine-75-ans-apr%C3%A8s

CEPR.- Bill Clinton Apologizes for Past Rice Policies. Postado em 22/03/2010.Disponível em: <http://www.cepr.net/index.php/blogs/relief-and-reconstruction-watch/bill-clinton-apologizes-for-past-rice-policies>. Acesso em: 2 de março de 2014.

CISL. L'entreprise vestimentaire Grupo M poursuit ses pratiques antisyndicales au mépris des investisseurs. Acesso em 04/10/2010 em www.cisl.org

CLING, J-P, Letilly, G. -Export Processsing Zones: A threatened instrument for global economy insertion? Document de travail DIAL 2001/17

COLLIER, Paul.- Haïti: Des catastrophes naturelles à la sécurité économique. Rapport au secrétaire général de l`Organisation des Nations Unies-Janvier 2009-MINUSTAH-confidentiel- Doc Mimeo

COLLINS, Patricia Hill. - Black feminist thought: knowledge, Consciousness, and the Politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

COSTA, Edmilson. - A globalização e o capitalismo contemporâneo. Sao Paulo: Expressao Popular, 2008.

_____. A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores. Disponível em: http://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html. Acesso em 09 de fevereiro de 2009

DAVIS, Angela. - Femmes, race et classe. Paris: Des femmes-Antoinette Fouque, 2007.

DESROSIERS, Michaëlle. -Restauração do capital, lutas feministas ditas progressistas e projeto de emancipação humana**.** Crítica a advocacia enquanto instrumento da "política do possível" assumida pela "sociedade civil organizada" no Haïti. 2009. 218 f. Dissertação (pós-graduação em serviço social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

_____(2012). Estado democratico de direito, globalização e neoliberalismo na América Latina. in Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Lisboa: APS. ISBN: 978-989-97981-0-6. Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&lg=pt. Acesso em: 16/10/2012.

DOUBOUT, Jean-Jacques. - Haïti: Féodalisme ou capitalisme? Port-au-Prince: ABÉCÉ, 1973

DOURA, Fred. - Haïti: Histoire et analyse d'une extraversion dépendante organisée. Montréal: DAMI, 2010.

FALQUET, Jules. - Femmes féminismes et développement. Une analyse critique des politiques des institutions internationales. In Brasiliat, Jeanne (org.). Regards de femmes sur la globalisation. Approches critiques. Paris: karthala. Pp .75-112 Disponible sur : http://iheal.univ-paris3.fr, consulté le 11/06/2011.

FOUCHARD, Jean.- Regards sur le temps passé : les marrons de la liberté. Port-au-Prince: ed. Henri Deschamps, 1988.

GAILLARD, Gusti Klara.-L'expérience haitienne de la dette exterieure.Port-auPrince; Imprimeire henry Deschamps, 1990

GILBERT, Myrtha. - Luttes des femmes et luttes sociales en Haïti. Port-au-Prince: Areytos, 2001.

GOUNET, Thomas.-Fordismo e taylorismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GROSFOGUEL R., Les imbrications des altérités épistémiques dans la redéfinition du capitalisme global. Transmodernité, pensée frontalière et colonialité globale, Multitudes 2006/3, 26, p. 51-74

Haiti. Decreto sem n°, de 8 de outubro de 1869, instituant dans le pays et à proximité des Ports et aéroports des zones de travail clôturées dotées de facilitées propres à leur fonctionnement dans les meilleures conditions, dénommées PARCS INDUSTRIELS. Journal Officiel de la Répblique d'Haïti le Moniteur s/d. Disponível em www.sonapi.ht. Acesso em 25/02/2013

Haiti. Decreto do dia 22 de outubro de 1981 créant un Organisme Autonome de droit public, à caractère industriel et commercial dénommé "Société Nationale des Parcs Industriels (SONAPI)".Journal Officiel de la République d'Haïti Le Moniteur #82 em quinta-feira 22 de outubro de 1981. Disponível em www.sonapi.ht acesso em 25/02/2013

Haïti/ Economie: Installation probable d'industries d'assemblages américaines et brésiliennes publicado em www.alterpresse.org em 18/09/2009. Accesivel a atraves do link : http://www.alterpresse.org/spip.php?article8773

HEGEL, Georg W. F. La raison dans l'Histoire. Paris: Éditions 10/18, 1965

HIRATA, Helena, LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (org.). Dictionnaire critique du féminisme. 2a edição. Paris: PUF, 2000.

_____.-« Rapports Sociaux de Sexe et Division du Travail » in BIDET, Jacques e TEXIER jacques. La Crise du Travail. Actuel Marx Confrontation. Presses Universitaires de France, Paris.

QUIJANO, Annibal.-« Race » et colonialité du pouvoir. Mouvements, 2007/3 N°51, p. 111-118. DOI : 10.3917/mouv.051.0111. Disponível em http://www.cairn.info/revue-mouvements-2007-3-page-111.htm.Acesso em 08 de agosto de 2012

JOACHIM, Benoit. - La formation sociale d'Haïti des conquistadores aux marines : les racines du sous-développement. Port-au-Prince: prix Deschamps, 1979

LEMOINE, Maurice.- Sucre amer : esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes. Paris : Nouvelle Société des Éditions Encre, 1981.

LESSA,Sergio.- Para além de Marx?Crítica da teoria do trabalho imaterial**.** São Paulo: XAMÁ, 2005.

Loi portant sur les Zones Franches- 09 de julho de 2002. Journal Le Moniteur du Vendredi 2 Aout 2002, pp 1-16. Disponível em MEF- SDN. Acesso 25/02/2013

LORDE, Audre. Age, race, sexe, classe sociale et sexe les femmes repensent la notion de différence. Abril 1980. 15 p. Palestra (colloquio Copeland: Amherst College).

LOUIS-JUSTE. Jn Anil. -Internacional Comunitàaria: ONGs chamadas alternativas e projeto de livre individualidade. Critica àparceria enquanto forma de solidariedade de espectaculo no Desenvolvimento de comunidade no Haïti. Tese de doutorado em servico social, 353 p. Universidade federal de Pernambouco, Recife, 2007.

_____.- Famille patriarcale « indépendante » et Société capitaliste dépendante en Haïti : quelles médiations sociales ? Disponível em www.alterpresse.org . Acesso em 10/08/09

LWIJIS, Janil. Entè OPD: Kalfou pwojè**.**Port-au-Prince: Imprimeur II, 1993.

Mac Arttur, John R..-The selling of « Free Trade » NAFTA, Washington, and the subversion of american Democracy.Bekerly: University of California Press, 2001.

MADANI, Dorsati. -A Review of the Role and Impact of Export Processing Zones. World Bank, 1999

MADIOU, Thomas. Histoire d'Haïti- Tome III **:** 1803-1807. Port-au-Prince : Ed. Henri Deschamps, 1989.

MARX, K. Le capital. Livre I. Sections V à VIII. Paris : Flammarion, 1985

_____.-O capital: Critica da economia politica. O processo de produção do capital. Livro I. Vol.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____.-Trabalho assalariado e capital&Salário, Preço e Lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEF/IHSI.-Enquête sur les Conditions de Vie en Haïti –ECVH-2001. Vol 1.Port-au-Prince:Juillet 2003.Disponível emhttp://www.ihsi.ht/pdf/ecvh/ecvh_volume_I_(juillet2003).pdf

MESZÁROS, Istvan. Para além do capital. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

_____.- O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MIGNOLO, Walter D. La idéia de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editoral Gredisa, 2007.

MINEFI-DREE, DIAL.-Les zones franches d'exportation. In DREE dossiers: Les enjeux Économiques Internationaux. Octobre 2002.

NEPTUNE-ANGLADE, Mireille. - L'autre moitié du développement. Montréal: CIDHICA, 1986

NETTO, José P.e BRAZ, M. *Economia Política***:** uma introdução crítica**.** São Paulo: Ed.:Cortez: 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei.-O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão popular, 2006.

Organe de supervision des textiles: « L'Accord sur les textiles et les vêtements » acessivel através do link : http://www.wto.org/french/tratop_f/texti_f/texintro_f.htm. Acesso em 11/03/2013.

PANIAGO, M[ia] Cristina S. Meszáros e a incontrolabilidade do capital. Maceió-AL: Edufal, 2007.

PÉAN, Leslie. *Haïti, le silence officiel sur le bilan des entreprises de sous-traitance*. Disponível em www.alterpress.org . Acesso em 7 de julho de 2009.

PIRONET, Olivier. Les sources hégéliennes du discours de Nicolas Sarkozy à Dakar. Le philosophe et le président : une certaine vision de l'Afrique. Disponivel em : www.monde-diplomatique.fr. Acesso em 05 jul. 2009.

PETRAS, James. -A grande dádiva de terras: Neocolonialismo por convite. Publicado no site www.resistir.info em 1/12/2008. Acesso em outubro de 2009. Reacesso em 09/12/2012.

RENÉ, Jean-Alix. Hommage à Jean Jacques Dessalines, Fondateur d'Haiti à l'occasion du 200ème anniverssaire de son assassinat. Dessalinyen: pòtvwa Desalinyen ak Desalinyèn Pwogresis yo.Port-au-Prince, n. 4, PP. 64-83, set./out. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Publicado in Critica marxista. N^0 11, p.71-75. São Paulo: Ed. Boi Tempo, 2000.

SAINT-LOUIS, Vertus.- Système colonial et problèmes d'alimentation : Saint-Domingue au XVIIIe siècle. Montréal :Les Éditions du CIDHICA, 1999.

SALÈS, Jean Frédéric.- Code du Travail de la République d`Haïti. Port-au-Prince : Presses de l`Université Quisqueya, 1992.

Société Financière Internationale.-Les zones Economiques Intégrées en Haïti. Résumé éxécutif. Washington, 2011

SOUZA-LOBO, Elizabeth.- A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação, resistência. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

ST-ONGE, Jean-Claude.- L'imposture néolibérale: marché, liberté et justice sociale. Montréal: écosociété, 2000.

SYLVAIN BOUCHEREAU, Madeleine. Haïti et ses femmes : Une Étude d'évolution Culturelle. Port-au-Prince: Ed. Les Presses Libres 1957

TARDIF, Francine. La situation des femmes haitiennes. CIFD. Port-au-Prince: le Natal, 1991.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008.

UMAH.- Scandale autour « des campagnes de vaccination » entreprises pendant les mois de mars et d'avril par le groupe codevi dans la zone franche de Ouanaminthe : Prise de position de l'UMAH, Ouanaminthe : septembre 2004.

VERHOOGEN, Eric. - How to Get Rich on 11 Cents an Hour, A Report for the National Labor Committee Education Fund in Support of Worker and Human Rights in Central America, 1996. p. 1

VORBES, Charles. - Séisme, Humanitarisme et Interventionnisme en Haïti Em **Revista Cahiers du CEPODE.** Port-au-Prince, n. 2, 2º ano, PP. 71-86, Mai 2011.

APÊNDICE-I

Roteiro de entrevista com operárias

Gid pou antrevi ak ouvriyèz

I- Pwofil ouvriyèz la/Perfil da operária

1. Laj : _____
2. Relasyon :

   a- vivavèk____ b- gen yon zanmi ____c- plase ____d- marye ____

   e- separe_____ f- divòse _____ g- vèv_____
3. Nivo etid :

   a- primè b- segondè c- inivèsitè d- pwofesyonèl e- okenn etid

   f- espesifye ki klas si ou pa fini g- ki etid :
4. Kantite timoun biyolojik :

   a- _____ b- Ansent : ___ c- pa genyen : _____
5. Si ou gen timoun, eske ou ap viv ak papa pitit la yo?_____
6. Si non, kote l/yo ?
7. Eske patnè ou la ap travay nan faktori a tou ? Kantite timoun ki sou kont Ou : 1- _____2- okenn_____
8. Moun ki kote ou ye ?
9. Depi kilè ou rete isit ?
10. Sak te mennnen ou isit ?
11. Ki sa ou te konn fè pou ou viv anvan ou vin travay nan faktori oswa zòn franch la ? pouki ou pa fè l ankò?
12. Eske ou gen pwojè rete nan zòn franch lan jouk ou granmoun ? pouki ?
13. Eske ou viv ak sa ou touche a ? Sinon kijan ou fè pou viv?
14. Lè ou sot travay ki kalte aktivite ou fè (aktivite menajè, relijyez, repo) ?

II- Travay ouvriye/ O processo de trabalho

A- <u>Lè ak orè travay/ A Jornada de trabalho</u>

1. A kilè ou koumanse travay ?
2. A kilè ou fini chak jou ? Chak ki ki lè n pran poz manje ? Konbyen tan poz la dire ?
3. Eske sa konn rive pou ou rete travay apre lè ou lage a ? Si se wi, chak kilè sa konn rive ? Eske yo peye ou kantite lè siplemantè yo ?
4. Kijan ou negosye pèman siplemantè yo ? A ki moun ou fè sa ?

5- Eske ou konn sètoblije rantre nan relasyon zanmitay ak sipèvizè pou ou ka jwenn lajan siplemantè yo ?

B- <u>Kondisyon travay yo</u> : <u>pwodiksyon ak salè</u> /Remuneração e produção

1. Ki sa ou fè kòm travay nan faktori /zòn franch la ? Eske se sa ou te toujou fè depi ou koumanse travay nan faktori/zòn franch
2. Kijan yo peye ou ? Eske se sou kantite pyès ou koud/monte oswa sou kantite èd tan ou fè ap travay yo peye ou ?

3- Konbyen kantite pyès ou dwe koud chak jou ? chak kilè yo fè sipèvizyon pwodiksyon an ? Kilè yon lo pwodwi bon epi apwouve nan sipèvizyon an ? Kijan kesyon kota a ye pou kounya ? Konbyen ou touche pa kantite pwodwi oswa pa èd tan travay ?

C- <u>Vyolans espesifik sou ouvriyèz nan izin/ Divisão sexual do trabalho/ Asssedio sexual contra as operárias</u>

1. Ki kalte travay fanm yo fè nan izin nan?
2. Eske pa gen gason ki fè travay sa yo? Poukisa?

3. Ki kalte relasyon ouvriyèz mare ak ouvriyèz parèy yo (sòl, sendika, asosiyasyon fanm, legliz, elatriye/zanmi, rivalite pou siplemantè)?
4. Ki kalte relasyon ouvriyèz yo tabli ak ouvriye yo? (miwo/miba, egalitè, respè, kanmaradri nan sendika)

5-Ki kalte relasyon ou gen ak sipèvizè yo ? Kijan yo trete ou ? Kilès ki patwon faktori sa a ? Eske ou konn wè l ? Ki jan l trete fanm ki ap travay pou li ?

C- Kondisyon travay yo : kondisyon espas travay la/Condições de trabalho/ do local de trabalho

1- Kijan espas kote ou travay la ye ? Eske l sal oswa pwòp anpil ?

2- Eske gen twalèt ijyenik oswa latrin pou ouvriye ak ouvriyèz? Eske gen twalèt ouvriye apa, ouvriyèz apa ?

3- Eske gen papye, dlo ak savon pou n lave men n lè n fin fè bezwen n?

4- Kilès nan dezagreman fizik sa yo, nou pral site la, ou konn genyen pandan jounen travay ou? Eske se chak jou, yon lè konsa oswa tanzantan ou santi yonna espaas travay la ?

Dezagreman fizik	Chak jou	Yon lè konsa	Preske chak jou	Pandan yon ti tan	janmen
Doulè nan senti oswa nan do					
Doulè nan ponyèt oswa nan pye oswa tou de					
Doulè nan kou					
Pousyè					
Move lodè					
Chalè					
Imidite					
Mank dè nan lokal					
Anpil bri					
Lòt					

D- Kondisyon travay yo : Dwa konje ak dwa repwodiktif ouvriyèz yo/Direitos trabalhistas e reprdutivos

1- Konbyen jou konje ou gen pou ane a ?

2- Konbyen jou konje maladi ou genyen ?

3- Eske sa rive ou pou ou pran konje paske ou malad deja ? Eske yo te peye ou jou sa yo ?

4- Lò yon fanm fè pitit nan izin nan konbyenm nwa konje yo ba li ? Eske yo peye l konje yo ? Konbyen fwa ou gen dwa al nan twalèt nan jounen an? Eske l plis si ou ansent? Konbyen fwa ou deplase kite pòs travay la pou al fè bezwen ou nan jounen an ?

5- Eske sipèvizè a plenyen oswa pran sanksyon kont ou lò ou leve plizyè fwa ?

6- Eske yo gen pwoblèm ak fanm ansent nan faktori a ? Eske ou konn fanm yo te revoke akoz yo ansent nan izin nan ? Eske sa konn rive ou pa vin travay ? Kisa k konn lakòz absans sa ? Sa rive souvan ?

7- Eske yo retire sou kòb ou lè ou pa vin travay ? Lè sa rive sa ou fè ?

E- <u>Patisipasyon nan òganizasyon ouvriye Libète sendikal/dwa travayè/ rapò ak MAST / Participação sindical/ relações com o sindicato, MAST, organizações feministas</u>

1- Eske ou nan sendika?Poukisa? Ki pi bon mwayen ou 1-o u t ak aitilize pou amelyore kondisyon travay ou nan izin nan(sendika, asosiyasyon lapriyè)?

2- Eske sa rive deja pou ou te sibi move tretman akoz sendika nan izin nan?

3- Ki plas fanm yo nan sendika CODEVI a? Ki rapò ouvriyèz yo gen ak MAST?

4- Eske ou pran pa nan SOKOWA a? Si se wi pouki? Si se non pouki?

1) Li pè revokasyon _____
2) Mari l pa vle_____
3) Yo pa envite l nan sendika____
4) Li pa enterese_____
5) Yo pa ba fanm enpòtans nan sendika_____

5- Eske travayè-travayèz yo konn abitye reyini ansanm pou diskite kondisyon travay yo nan izizn nan? Si non poukisa?

6- Si se wi, nan ki okazyon osnon chak kilè?

Apendice II-

Guide d'entrevue avec les patrons de la CODEVI

1- Pourquoi avoir choisi d'investir en Haïti ?
2- Est-ce que vous projetez d'ouvrir de nouvelles usines à la CODEVI ? Pourquoi ?
3- Quels sont les avantages de la présence de la CODEVI en Haïti pour Haiti, spécialement pour Ouanaminthe ?
4- Apparemment, la CODEVI emploi beaucoup plus de femmes que d'hommes, pourquoi ? Combien de femmes travaillent actuellement à la CODEVI, approximativement ?
5- Comment fonctionne la CODEVI ? Quel type de salaire prévaut à la CODEVI ?
6- En quoi consiste le travail des ouvrières à la CODEVI ?
7- Dans quel secteur de production travaillent les femmes ?
8- Est-ce qu'il existe des taches spécifiques pour les ouvrières ou pour les ouvriers ?
9- Est-ce le salaire varie en fonction du sexe du travailleur ? Pourquoi ?
10- Existe-t-il des mesures spéciales pour les femmes enceintes qui travaillent à la CODEVI ?
    - Congé maternité/
    - pauses flexibles au cours de la journée/
    - continuité dans le poste/
    - crèches sur le lieu de travail/
    - soins prénataux
11- Est-ce que vous emploieriez une femme enceinte pour travailler à la zone franche ? Pourquoi ?
12- Quels sont les conditions d'emploi d'une femme à la CODEVI ?
13- Si vous deviez donner une estimation, en général, vous révoquez plus d'hommes ou plus de femmes que d'hommes, pourquoi ?
14- Etes-vous satisfait du travail des femmes à la CODEVI ? Si oui pourquoi ? Si non pourquoi ?

15- Préférez-vous travailler avec les femmes célibataires ou les femmes en union ? Pourquoi ?

16- De façon générale, Préférez-vous avoir des travailleurs femmes ou des travailleurs hommes ? Pourquoi ?

17- Quel est le plus haut poste occupé par une femme haïtienne à la CODEVI

18- Vous est-il déjà arrivé d'avoir des conflits avec des ouvrières ici à la CODEVI ? Quelles en ont été les causes ?

- Absences répétées
- Grossesse avant la fin de la période d'entrainement
- Grossesse
- Maladie

APENDICE III

Roteiro entrevista diretor adjunto DZF

Guide d'entrevue avec directeur-adjoint de la DZF

1. En quoi consiste la production de la CODEVI zones franches ? Comment se fait-elle (rite, cotas) ?
2. Avez-vous une idée des conditions de travail à la CODEVI (salaire, conditions d'admission comme ouvrière/ouvrier?)
3. Pourquoi les zones franches sont-elles considérées comme des outils de développement plus efficaces que l'industrie locale ?
4. Qu'est ce qui fait la spécificité des industries textiles des zones franches par rapport à celles du parc industriel national?
5. Lors des conflits entre le patronat et les ouvriers/ouvrières, quelle est la position de la DZF ? Pourquoi ?
6. Pourquoi d'après vous seul le code du travail haitien est valable en zone franche ? Qui en a décidé ainsi ? (relation DZF et MAST)
7. Pourquoi, les propriétaires des zones franches sont tenus de fournir des soins de santé aux ouviers/ouvrières ?
8. Est-ce que la DZF a des informations sur ce qui s'est réellement passé à la CODEVI en 2004 lors de la campagne de vaccination des ouvriers et des ouvrières ?
9. Pourquoi emploie t-on plus de femmes que d'hommes à la CODEVI ?
10. Il me parait que les zones fraches sont, en un sens, destiné à des investisseurs étrangers ? Existe-t-il des raisons particulières à cela ?

11. -En quoi consiste la relation de la DZF avec les travailleurs/ses des zones franches ? Ques types de rapports existent-ils entre la DZF et les ouvriers/ouvrières ? Pourquoi ?

12. En quoi consiste la relation entre la DZF et les patrons de la CODEVI ? Qu'est ce qui fait la différence entre celleci et celle avec les ouvriers et ouvrières ?

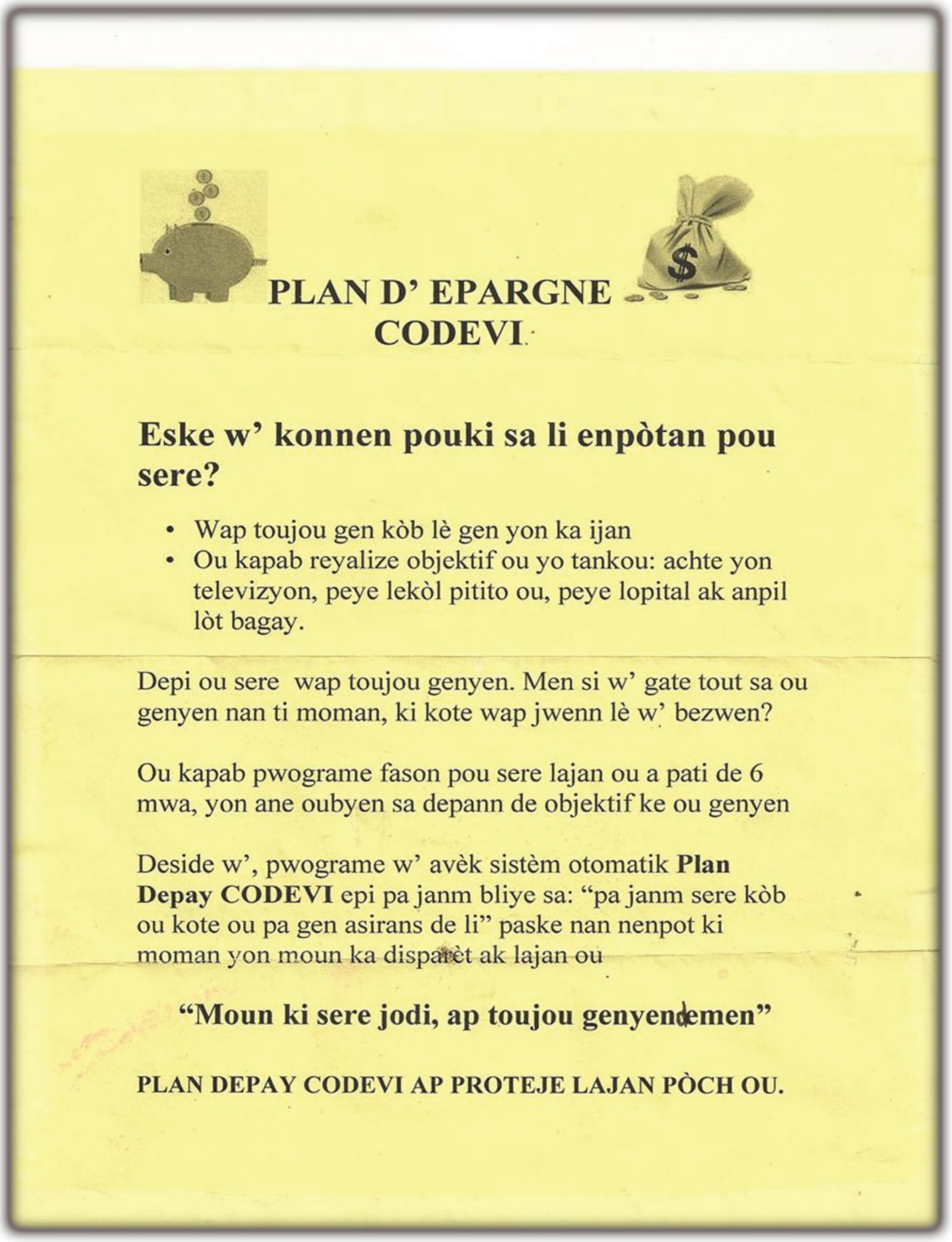
ANEXOS

A-MAPA DO HAITI COM VISTA DO OUANAMINTHE COMO CIDADE FRONTEIRIÇA



Fonte:http://www.club-des-voyages.com/haiti/carte.html

B -CHAMADA PLANO DE POUPANÇA DA CODEVI



PLAN D' EPARGNE CODEVI

Eske w' konnen pouki sa li enpòtan pou sere?

- Wap toujou gen kòb lè gen yon ka ijan
- Ou kapab reyalize objektif ou yo tankou: achte yon televizyon, peye lekòl pitito ou, peye lopital ak anpil lòt bagay.

Depi ou sere wap toujou genyen. Men si w' gate tout sa ou genyen nan ti moman, ki kote wap jwenn lè w' bezwen?

Ou kapab pwograme fason pou sere lajan ou a pati de 6 mwa, yon ane oubyen sa depann de objektif ke ou genyen

Deside w', pwograme w' avèk sistèm otomatik **Plan Depay CODEVI** epi pa janm bliye sa: "pa janm sere kòb ou kote ou pa gen asirans de li" paske nan nenpot ki moman yon moun ka disparèt ak lajan ou

"Moun ki sere jodi, ap toujou genyen demen"

PLAN DEPAY CODEVI AP PROTEJE LAJAN PÒCH OU.

Fonte:- CODEVI, pesquisa de campo, dezembro de 2011

C- CODE DU TRAVAIL HAITIEN-TRECHO I

d) les exploitations de produits laitiers, d'élevage d'animaux destinés aux transports ou à l'alimentation;
e) les exploitations d'élevage des abeilles pour la production du miel et de la cire.

Article 93. Les établissements industriels comprennent notamment:

a) les mines, les carrières et industries extratives de toute nature;
b) les entreprises dans lesquelles les produits sont manufacturés, modifiés, nettoyés, réparés, décorés, achevés, préparés pour la vente et dans lesquelles les matières subissent une transformation y compris les entreprises se livrant à la production de force motrice en général et l'électricité;
c) les établissements s'adonnant à la construction, la reconstruction, l'entretien, la réparation, la modification ou la démolition de tous batiments et édifices, ports, docks, jetées, canaux, routes, aéroports, tunnels, ponts, égouts, puits, installations télégraphiques et téléphoniques, installations électriques, distribution d'eau ou à d'autres travaux de construction ainsi qu'aux travaux de préparation et de fondation précédant les travaux sus-mentionnés;
d) les établissements s'occupant de la manutention des marchandises dans les docks, aéroports, quais, wharfs ou entrepôts;
e) les établissements agro-industriels s'occupant de la transformation des produits agricoles.

Article 94. Les établissements commerciaux sont ceux qui embrassent notamment les activités et services énumérés ci-après:

a) tout achat de marchandises ou de denrées pour les revendre; tout achat de biens mobiliers pour en louer simplement l'usage;
b) toute agence de manufactures, tout commissionnaire;
c) toutes entreprises de transport par terre, par eau et par la voie de l'air;
d) les agences, les bureaux d'affaires;
e) toute entreprise effectuant des opérations de change, de banque et de courtage;
f) toute maison des jeux de hasard;
g) toute entreprise effectuant des achats, ventes de bâtiments ou aéronefs;
h) toute entreprise effectuant des expéditions maritimes ou aériennes;
i) toute entreprise effectuant des achats ou ventes d'agrès et apparaux;
j) toute entreprise effectuant des affrètements, emprunts ou prêts à la grosse aventure;
k) toutes agences d'assurances et autres contrats concernant le commerce maritime ou aérien et toutes entreprises d'assurances terrestres;
l) toutes écoles et tous établissements d'enseignement à but lucratif.

Chapitre II

De la durée du travail

Article 95. La durée du travail est le temps pendant lequel le travailleur est à la disposition de l'employeur. Seront exclus les repos pendant lesquels le travailleur n'est pas à la disposition de l'employeur.

D-CODE DU RAVAIL HAITIEN-TRECHO II

Jurisprudence

Arrêt du 9 février 1984, 2ème section, M & S CONSTRUCTION, S.A. c. Lovais PIERRE.

'Attendu que de la mesure d'instruction, il résulte que les travailleurs préposés à la surveillance de l'établissement, la nuit, s'acquittent de leur tâche, selon un roulement de deux équipes, dont l'une fait la ronde de 6 heures du soir à minuit, et l'autre, de minuit à six heures du matin; qu'en outre, une fois la barrière fermée à six heures du soir, ils ne laissent l'usine qu'à six heures du matin;

Attendu, dès lors, que même si le service actif ne dure, effectivement, que six heures pour chacun d'eux, il résulte toutefois qu'ils sont forcés de passer le début ou le reste de la nuit sur leur lieu de travail, sans pouvoir disposer de leur temps à leur gré; qu'ainsi, Lovais PIERRE, veilleur de nuit, qui ne touchait que trois cent cinquante gourdes par mois, n'a pas bénéficié de la majoration de 50% prévue par la loi pour tout travail effectué la nuit; qu'il a donc droit au réajustement qu'il réclame, selon le prescrit des articles 120 et 122 du Code du Travail.'

Article 96. Dans tous les établissements agricoles, industriels et commerciaux, la durée normale du travail est de huit (8) heures par jour et quarante huit (48) heures par semaine. Sans excéder neuf (9) heures par jour pour les établissements industriels et dix (10) heures par jour pour les établissements commerciaux et les bureaux, les parties peuvent se mettre d'accord entre elles pour répartir la durée hebdomadaire du travail autrement que par huit (8) heures par jour, uniquement lorsque l'horaire de travail est de 48 heures par semaine ou lorsque l'établissement de travail utilise les services de son personnel six jours par semaine.

Jurisprudence

Arrêt du 15 juillet 1965, 2ème section, Roederer MORISSET c. André STEPHENSON.

'Attendu que le défendeur conteste au demandeur le droit de prétendre à de pareilles prestations au motif qu'il n'a jamais fourni huit heures de travail par jour et quarante huit heures par semaine; ...

Attendu que l'article 98 du Code du Travail [de 1961] invoqué par le défendeur comme pour justifier son refus de payer des prestations auxquelles a droit le demandeur, s'il pouvait se prêter à une telle interprétation, ruinerait toute l'économie de la loi sur la matière, car le patron n'aurait qu'à réduire le nombre d'heures de travail de ses ouvriers dans la pensée de se soustraire aux impérieuses obligations que lui imposent les dispositions des articles 111 et 112 du Code du Travail.'

Article 97. La limite des heures de travail prévue à l'article précédent pourra être dépassée en cas d'accident survenu ou imminent, ou en cas de travaux d'urgence à effectuer aux machines ou à l'outillage, ou en cas de force majeure, mais uniquement dans la mesure nécessaire pour éviter qu'une gêne sérieuse ne soit apportée à la marche normale de l'établissement; pour prévenir la perte de matière périssable ou éviter de compromettre le résultat technique du travail, pour permettre aux établissements de faire face à des surcroits de travail extraordinaires provenant de circonstances particulières pour autant que l'on ne puisse normalement attendre de l'employeur d'autres mesures.

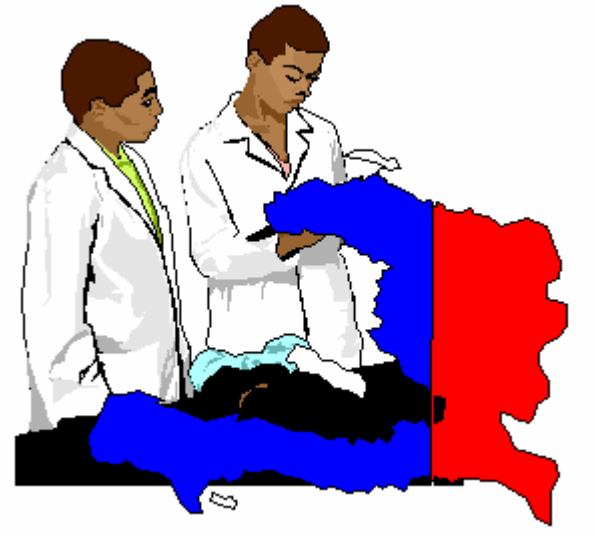
Les heures supplémentaires fournies ainsi en excédant de la durée normale du travail seront payées avec une majoration de cinquante pour cent (50%) et inscrites aux fins de contrôle de l'autorité, sur le registre du personnel, de même que le salaire payé au personnel qui a effectué ces heures supplémentaires et le motif pour lequel elles ont été demandées, ce, sans préjudice de la majoration prévue pour le travail de nuit.

Les heures supplémentaires de travail sont interdites pour les travaux à caractères dangereux ou insalubre, sauf autorisation expresse de la Direction du Travail.

Article 98. Le nombre des heures supplémentaires de travail pouvant être effectuées sera fixé dans chaque cas sans dépasser la limite de quatre vingt (80) heures par trimestre pour les établissements industriels et deux (2) heures par jour sans dépasser trois cent vingt (320) heures par année pour les établissements commerciaux. Elles peuvent être utilisées sur autorisation de la Direction du Travail, après avis des organisations syndicales ouvrières là où il en existe. Celle-ci pourra interdire l'utilisation d'heures supplémentaires en cas de chômage, en vue de permettre l'embauche des travailleurs sans emploi.

Article 99. A moins que les parties en conviennent autrement et sur autorisation écrite de la Direction du Travail, il sera accordé au travailleur un repos intercalaire minimum d'une heure et demie quand il aura été employé pendant environ la moitié de son horaire de travail

E- RELATÓRIO DA UMHA- TRECHOS



SCANDALE AUTOUR « DES CAMPAGNES DE VACCINATION » ENTREPRISES PENDANT LES MOIS DE MARS ET D'AVRIL PAR LE GROUPE CODEVI DANS LA ZONE FRANCHE DE OUANAMINTHE

PRISE DE POSITION DE L'UMHA

OUANAMINTHE, JUILLET 2004

PLAN

A- INTRODUCTION
B- MISE EN CONTEXTE
C- COMMENT AVONS-NOUS PROCEDE ?

D- ETAT DES LIEUX
1-De la Zone Franche
2-Les Faits
F- RECOMMANDATIONS
G-CONCLUSION
H-ANNEXE

A- But de l'enquête

Alertée par l'organisation Batay Ouvriye et d'autres secteurs de la population, l'UNION DES MEDECINS HAITIENS avait décidé de conduire une enquête sur l'état de santé des travailleurs de la zone franche à la frontière Haïtiano-dominicaine à Ouanaminthe suite aux campagnes de vaccination menées par la clinique de la zone franche : « Clinica CODEVI ». A la suite de ces campagnes plusieurs ouvriers disent avoir présenté des troubles de la menstruation, perturbations sexuelles et des menaces d'avortements et même des avortements. Selon nombre d'entre eux la vaccination contre le tétanos toxoïde serait un prétexte pour les contraindre à la stérilisation.
Pour faire la lumière sur cette situation singulière l'UMHA a mis sur pied une commission de trois membres constituée de :
Dr Iresmick SAMPEUR Obstétricien / Gynécologue
Dr Cherro GERMEIL Interniste
Dr Armel DEMORCY Chirurgien / Médecin légiste

B- Mise en contexte

La commission arrive à Ouanaminthe commune du département du nord-est dans un contexte de crise née de la création de la zone franche CODEVI suite à un accord entre les gouvernements haïtien et dominicain.

La zone franche CODEVI est une industrie textile d'assemblage créée par le groupe M, un consortium dominicain dans le cadre de l'établissement de fonds de financement de projets à partir de la reconversion de la dette de ces deux pays envers les bailleurs de fonds bilatéraux, notamment les Etats -Unis.
Selon cet accord cette entreprise devrait constituer le premier maillon d'une chaîne de zones franches qui devraient s'étendre le long de la frontière. La pose de la première pierre réalisée le 8 avril 2002 va susciter et suscite encore une série de contestations au sein de la classe politique et de certaines organisations de la société civile. Ces prises de position visaient à dénoncer l'initiative du gouvernement Lavalas qui finalement engage l'intégrité d'une partie du territoire sans la moindre consultation au préalable.
La question d'installation de la zone franche dans une zone fertile constituait un élément de plus de ce contentieux.

Sur ce fond de crise motivée par des sensibilités d'ordre patriotique et politique vont se greffer les premières manifestations du dysfonctionnement de ce système : conflit d'intérêt entre patron et syndicat ouvrier.
En effet depuis la formation du syndicat des ouvriers de la zone franche CODEVI au mois de février 2004, les revendications d'abord individuelles et isolées prennent une allure plus organisée.
Les rapports entre administration de Codevi et ouvriers se détériorent rapidement surtout après les vagues de licenciements des ouvriers particulièrement les syndiqués soldées par d'abord l'intervention brutale et humiliante des militaires dominicains sur le territoire Haïtien puis de l' « Armée Rebelle ».

C'est au cours de cette période l'administration décida de mettre sur pied la première campagne de vaccination.
Ainsi la commission dut travailler dans une ambiance de méfiance :
D'une part des ouvriers sur qui pèsent la menace de licenciement s'ils sont syndiqués et d'autre part des responsables de CODEVI soucieux d'offrir une image clémente et juste de l'entreprise au premier visiteur.

C- COMMENT AVONS-NOUS PROCEDE ?

Les informations ont été recueillies à partir :

- de différentes entrevues tenues avec : des ouvriers (syndiqués ou non), un responsable sanitaire de l'institution, des médecins de la clinique de la Zone Franche , des témoins privilégiés: des médecins du département du Nord-est (Institutions publiques ou privées), une religieuse dont la congrégation assiste les travailleurs, le curé de la paroisse.
- Des dossiers des ouvriers présentant un malaise ou une maladie motivant une consultation soit dans une institution publique, soit privée, ou à la clinique de la zone franche
- Visite de la zone franche et des institutions sanitaires de la région

La sélection des intervenants a été réalisée sur la base de leur disponibilité et leur intérêt à participer à l'enquête, le séjour des membres de la commission ne se limitant qu'à seulement deux jours.
Des questionnaires ont été préparés de façon à soumettre aux mêmes questions les individus d'une même catégorie socioprofessionnelle

Avec les ouvriers l'entretien s'est porté sur les points suivants :

Identité
Origine
Date des campagnes de vaccination
Forme de présentation des substances injectées
Antécédents médicaux chirurgicaux, obstétrico-gynécologique et/ou urologiques
Symptômes après les injections
Date d'apparition de ces symptômes
Evolution et/ou complications

Avec le Personnel Soignant l'entrevue s'est limitée aux points suivants :

Identité
Origine
Date des campagnes de vaccination
Objectif des campagnes de vaccination
Forme de présentation des substances injectées
Nombre de patient consulté après ces campagnes et pour quels motifs
Certificat médical
Ces informations recueillies ont été comparées aux opinions enregistrées auprès des témoins privilégiés de la région

[...]

ANNEXE

- Témoignage des travailleurs

De l'entretien avec les travailleurs victimes de ces campagnes de « vaccination », ils sont tous unanimes à reconnaître les points suivants :

1º) Les Campagnes de « vaccination » à la clinique zone Franche ont eu lieu au mois de Mars et le 19 Avril 2004.

2º) Ils ont été contraints à la« vaccination » le jour même de la campagne sous peine d'être révoqués**.**

3°) Ils ont reçu à l'épaule un mélange de deux substances prélevées dans deux flacons différents.

4°) Ils ont commencé par présenter des troubles médicaux majeurs une semaine après la deuxième campagne de« vaccination ».

5°) Ils n'avaient jamais présenté ces troubles avant la réception de cette espèce de vaccin ; Qu'il s'agisse de Femmes enceintes ou non ; Qu'il s'agisse des Hommes.

Nous avions répertorié une trentaine de cas qu'on a regroupé en :

I - Troubles sévères

II - Troubles modérés

III- Troubles mineurs.

I- Les Cas sévères ou Troubles sévères.

Nous avions regroupé sous ce label : les morts foetales in utero, les avortements, les menaces d'avortements et les impuissances sexuelles chez les hommes.

Nous avions répertorié :

7 cas graves suite à ces campagnes de« vaccination »

2 cas de Morts in utero,

2 avortements,

2 Menaces d'avortement et 1 cas d'impuissance sexuelle.

1er Cas sévère :

Il s'agît de Madame JEAN-BAPTISTE Evelyne, âgée de 32 ans, G3P3A0Ev2 (3 Grossesses antérieures, 3 Accouchements, 2 Enfants vivants). Elle n'avait jamais présenté de problèmes médicaux au cours des deux grossesses antérieures. La date de ses dernières règles, avant sa dernière grossesse remontait au mois de septembre 2003. Elle avait une grossesse évolutive de 6 mois quand elle avait reçu la première dose de la dite campagne de vaccination entreprise par la clinique CODEVI. Elle avait reçu la deuxième dose le 19 Avril 2004. Quelques jours plus tard, elle devenait dyspnéique ou essoufflée, elle présentait une augmentation de volume des membres inférieurs. Le 9 mai, elle nota des douleurs abdominales; inquiète, elle se présenta au Centre de Santé de Ouanaminthe où l'on avait mis en évidence une élévation de la pression artérielle systolique à 240 mm Hg pour une normale à 120 mm Hg. Le 10 Mai, elle expulsa un foetus mort-né, de sexe féminin, et présenta une hémorragie importante du post-partum. Elle n'a pas succombé, elle est sortie vivante de l'hôpital. Elle est belle et bien enregistrée aux cahiers d'enregistrement du centre de santé de Ouanaminthe mais son dossier numéroté au 2-01-04 n'a pas été retrouvé au cours de notre passage en vue de consultation.

La question qu'on devrait se poser : est-ce que Madame Jean-Baptiste Evelyne aurait présenté ce tableau classique de Pré-Eclampsie sévère si elle n'avait pas reçu ce prétendu Vaccin ?

2ème Cas sévère :
Madame Deshomme Azilia, âgée de33ans, G4P3A1Ev3 (4 grossesses antérieures, 3 Accouchements, 1 Avortement, 3 Enfants vivants). Elle n'avait jamais présenté de problèmes médicaux au cours de ses trois grossesses antérieures. La date de ses dernières règles, avant sa dernière grossesse, remontait au 22 Janvier 2004. Elle a eu une visite prénatale, chez le Dr Claude Joazard, à 1 mois de grossesse. Elle était en parfaite santé. Elle a participé aux deux campagnes de vaccination. Elle a reçu la deuxième dose de cette hypothétique immunisation le 19 Avril 2004. Elle avait eu une grossesse évolutive de 3 mois quand elle a reçu cette deuxième dose de ce hypothétique vaccin. Elle commença par présenter des symptômes majeurs au début du mois de Mai 2004, environ 2 semaines après la deuxième campagne. Elle avait présenté des douleurs abdominales hypogastriques et était devenue dyspnéique. Elle a été en consultation à la « clinica CODEVI » de la zone Franche, où elle a un dossier muni du résultat de la sonographie pelvienne qui a été demandé par un médecin de la clinique. La sonographie, réalisée le 11 mai 2004, a mis en évidence une mort foetale. Par la suite, elle a été hospitalisée au centre de santé de Ouanaminthe. Le 14 Mai 2004, elle a expulsé un foetus mort-né. Elle est sortie de l'hôpital le 15 mai 2004. Elle est encore affectée du point de vue psychologique par cet événement tragique qui lui est arrivé.
3ème Cas Sévère :
Il s'agît de Madame Michel Bertele, âgée de 27ans Ġ4P3A1(3 grossesses antérieures,3 Accouchements,1 Avortement). Sa date des dernières règles remonterait au mois de Décembre 2003. Elle était enceinte de 4 mois quand elle avait reçu la deuxième dose de cette dite campagne de vaccination, le 19 Avril 2004. Elle a eu une chute à bicyclette à cause des vertiges et un état asthénique liés, selon elle, aux effets secondaires du produit qu'elle avait reçu à la suite de la deuxième campagne de vaccination. Après la chute, elle s'est rendue en consultation à la clinique de la zone Franche, le Médecin était absent. Le 28 Avril 2004, elle présenta des douleurs abdominales hypogastriques et au niveau de la région lombaire et constata le passage de sang noir par le vagin. Par manque d'argent, elle ne s'est pas rendue en consultation chez un Médecin. Elle a choisi de se faire soigner à domicile de façon empirique. Elle continue à présenter des troubles du cycle menstruels à titre de polyménorrhées : des règles qui surviennent 2 fois le mois.

4ème Cas sévère :

Il s'agît de Madame Auréus Claudette qui aurait avorté à la suite de ces campagnes de « vaccination ». Notre délégation n'avait pas eu l'opportunité de la consulter. Son cas était si grave qu'elle est rentrée à Port-au-Prince pour se faire soigner. Personne ne pouvait nous donner ses références à Port-au-Prince afin d'être consultée.

5ème cas sévère :

Il s'agît de madame Ephraüs Louna, âgée de 22ans, G2P1A0Ev1(2 Grossesses, 1 accouchement, pas d'Avortement, 1 Enfant vivant). Elle n'avait pas présenté de problèmes majeurs au cours de sa grossesse antérieure. Sa date des dernières règles remonte au 5 Janvier 2004. Elle avait pris part aux

deux campagnes de “vaccination”. Après avoir reçu la première dose au mois de Mars 2004, elle présenta des troubles mineurs à type de douleurs à l’épaule gauche et de sensation de chaleurs au niveau du bras gauche où elle avait été piquée. A cause de ses troubles, elle n’avait pas voulu participer à la deuxième campagne de “vaccination”, tenue à la clinique CODEVI le 19 Avril 2004. Ce jour, elle alla se plaindre auprès du directeur des ressources humaines, Monsieur Moise Joanis, pour lui souligner qu’elle avait présenté des problèmes après la réception de la première dose de ce “vaccin” et qu’elle n’avait pas l’intention de se faire vacciner à nouveau car elle ne savait pas la nature du vaccin qu’on voulait lui injecter. Le directeur lui déclara : « Je ne sais pas moi-même la nature du vaccin qu’on administre, mais tous les ouvriers doivent se faire vacciner sinon ils seront révoqués ». Pas peur d’être révoquée, elle avait finalement décidée de se faire vacciner. En se faisant injecter la piqûre, elle demanda à l’infirmière la nature de l’injection qu’elle lui administra, elle lui fit savoir qu’il s’agit d’un vaccin antitétanique pour protéger les ouvriers contre le tétanos.

3 jours après avoir reçu la deuxième dose de cette hypothétique immunisation, elle présenta des douleurs abdominales au niveau de la région hypogastrique. Elle avait peur de déclarer son malaise à la direction par peur d’être révoquée. Ensuite apparurent d’autres troubles à type de dysurie, de pollakiurie. Trois semaines plus tard, les douleurs abdominales intermittentes devenaient de plus en plus importantes, elle était bien obligée de déclarer son malaise au superviseur, Monsieur Raynal Olivar, en vue d’une consultation à la clinique de la zone franche mais la direction refusa de lui accorder ce permis de consultation, soulignant qu’elle n’était pas vraiment malade et qu’elle simulait de fausses douleurs pour ne pas travailler. Après avoir présenté un épisode de perte de connaissances au bureau du directeur, et après maintes tergiversations, on se rendit compte de la sévérité de son malaise, on décida alors de lui accorder le permis de consultation médicale. Après avoir été examinée par le médecin de la clinique de la zone franche, une sonographie abdominale lui a été demandée pour menace d’avortement. La patiente a été placée sous substance Tocolytique: Salbutamol ; buscopan et antibiotique: Erythromycine.

La sonographie abdomino-pelvienne réalisée 48 heures plus tard avait mis en évidence un foetus normal. Avec le résultat de cette sonographie, et les résultats des autres examens biologiques réalisés en une clinique privée de Ouanaminthe, on lui déclara qu’elle présenta une faible infection urinaire, une anémie à l’hématologie. En plus de la médication antérieure, on lui accorda une semaine de repos. Malgré la présentation du certificat médical émanant d’un médecin diplômé et licencié du Ministère de la Santé Publique et de la Population, la direction des ressources humaines de la compagnie décida d’accorder une semaine de congé sans solde à la femme enceinte. Après cette période de repos, les troubles majeurs disparurent mais au cours de notre entrevue persistèrent encore des céphalées et des troubles oculaires.

Effectivement toutes les données médicales soulignées par Madame Ephraüs ont pu être vérifiées au cours de nos entrevues avec des Médecins de Ouanaminthe : à la clinique Ricardo et des médecins de la clinique Zone Franche.

Elle a un dossier gardé aux archives de la clinique Zone franche, dont le numéro de référence est le 52811MD. De ce dossier, nous avons pu extraire les informations suivantes : Elle avait au moment de la consultation au mois de Mai 2004, un poids de 107 Lbs, une hauteur de 163cm, une pression

artérielle de 80/50 mmhg. Elle avait une aménorrhée de 4 mois. Le résultat de la sonographie abdomino-pelvienne réalisée le 21 Mai 2004 avait mis en évidence une grossesse évolutive de17,1semaines et un bien-être foetal conservé. La date probable de l'accouchement a été calculée au 24 Octobre 2004.
Au cours de notre entrevue, Louna reste persuadée que tous ses problèmes médicaux ont un certain rapport avec ces campagnes de"vaccination"et qu'il ne s'agît pas d'une simple infection urinaire ou d'une simple anémie. Son histoire de grossesse aurait tourné en tragédie, et elle aurait connu le même sort que les autres femmes enceintes qui ont perdu leurs foetus ou leurs embryons : Madame Jean-Baptiste Evelyne, Madame Deshommes Azilia, Madame Auréus Claudette et Madame Bertele Michel, si elle n'avait pas eu le support psychologique et financier de Soeur Lydia, une soeur colombienne de la congrégation Saint-Jean qui travaille à Ouanaminthe, pour payer les examens, les médicaments et les honoraires des Médecins. Avec son salaire de pitance de femme ouvrière, elle n'aurait pas pu payer tant d'argent et sauver son foetus.

6ème cas sévère :

Il s'agît de Madame Joaza Roseline, âgée, de 27ans,G1P0A0Ev0 (1 Grossesse, pas d'Accouchement, pas d'Avortement, pas d'Enfant). Sa date des dernières règles remonte au mois de Février 2004. Elle venait d'être enceinte quand elle recevait la première dose de ce "vaccin antitétanique". Après réception de ce produit, elle présenta des épisodes de vomissements, de céphalées, associés à des douleurs abdominales hypogastriques. A cause de ses troubles, elle avait refusé de se faire vacciner lors de deuxième campagne. Ses troubles persistèrent plus d'un mois. Pensant à une menace d'avortement, elle se présenta en consultation au cabinet du Dr Claude Joazard à Ouanaminthe. Une sonographie abdominale lui a été demandé. L'examen, réalisé le 22 Mai 2004 à la Fundacion S.S.M hospital Damon Matias Frontera Dajabon, avait mis en évidence une grossesse gémellaire de 11,6 semaines et états embryonnaires normaux. La date probable de l'accouchement est prévu au 5 Décembre 2004. Les troubles ont régressé après quelques jours de repos.

7ème cas sévère :

Il s'agît de Monsieur Henry Claude Boisvil, âgé de 34 ans. Après avoir reçu la deuxième dose de cette dite campagne de vaccination, il présenta des douleurs scapulaires, des épisodes de fièvre à type de troubles mineurs, mais son problème majeur est la présentation d'une impuissance sexuelle, apparue deux semaines après la réception de la deuxième dose de cette hypothétique immunisation. Il est en constante discussion avec sa femme qui l'accuse d'infidélité conjugale. Sa vie a complètement basculé avec cette histoire de vaccination. Il pense qu'il est trop jeune pour présenter un tel problème. Il ne sait pas à quel saint se vouer pour résoudre ce problème.

II -Les Cas Modérés ou Troubles Modérés :

Nous avions regroupé sur ce label les troubles du cycle menstruel, les troubles de la menstruation chez les femmes, les troubles en rapport avec les dérégulation hormonale chez les hommes :

Nous avons répertorié 20 cas modérés à la suite de ces campagnes de vaccination : 8 cas en rapport avec un trouble du cycle associé à un trouble de la menstruation, 3 cas en rapport avec un
trouble cycle seul et 8 cas en rapport avec un trouble de la menstruation seule chez les femmes, et un cas de galactorrhée chez les hommes.

1ier Cas Modéré :

Il s'agît de Madame Irélia Saint-Vil, d'âge non déterminé, nulligeste. Elle a insisté sur l'absence de campagne de sensibilisation, de motivation et la pression exercée par la direction de l'usine pour porter les ouvriers à se faire vacciner. Elle avait participé à la première campagne de vaccination au mois de Mars 2004. Après la première dose, elle aurait constaté une irrégularité du cycle menstruel, à type d'absence de règles au mois d'avril. A l'époque, elle n'établissait pas encore le rapport entre son trouble du cycle menstruel et la campagne de vaccination. Elle se faisait immuniser lors de la deuxième campagne. Le 19 Avril 2004. Le 4 Mai, elle aurait constaté la réapparition des règles avec passage de sang visqueux par le vagin, non fluide. Elle aurait fait le même constat avec raccourcissement de la durée des règles le premier juin 2004, qui normalement durent 4 jours. Elle ne fut pas en consultation médicale. Elle préféra se faire soigner de façon empirique à domicile. Face à la persistance des symptômes et à la survenue de douleurs abdominales hypogastriques, et d'une pollakiurie à la fin du mois de juin 2004, elle décida de se rendre en consultation médicale. Le médecin, se basant sur le résultat des examens des urines, aurait porté le diagnostic d'infection urinaire.

2ième Cas Modéré :

Il s'agît de Madame Phistin Lucienne, âgée de 22 ans, nulligeste. 8 jours après la première dose de cette dite campagne de vaccination, elle aurait présenté un prurit généralisé accompagné de fièvre de douleurs au bras gauche et des crampes au membres inférieurs associés à des troubles visuels, et des épisodes de Dyspnée et une hyperménorrhée (règles abondantes et émission de sang coagulé). Après la deuxième dose, elle aurait constaté une polyménorrhée (augmentation de la fréquence des règles) associée à des troubles visuels et des céphalées. Elle n'a pas été en consultation médicale, elle a préféré se faire soigner de façon empirique à domicile.

3ième Cas Modéré :

Il s'agît de Madame Linda Béliard, âgée de 26 ans, G1P0A0Ev1(1 Grossesse antérieure, pas d'Accouchement, pas d'Avortement, Enfant vivant 1), une section césarienne il y a 2 ans. Elle n'avait jamais eu des troubles du cycle, ni de la menstruation. La durée de ses menstrues avant cette histoire de vaccination était de 4 jours. Après la deuxième dose vaccinale, elle aurait un raccourcissement du cycle menstruel et un allongement de la durée des règles à 6 jours associés à des douleurs hypogastriques et des vertiges. Elle n'a pas eu de visites médicales.

4ième Cas Modérés :

Il s'agît de Madame Florvil Clotilde d'âge non déterminé, nulligeste ; elle aurait présenté un épisode de fièvre après la première dose "vaccinale" en Mars 2004. Après la réception de la deuxième dose, elle aurait présenté des épisodes de vertiges et constaté l'apparition d'une polyménorrhée (augmentation de la fréquence des règles) associée à des douleurs hypogastriques à type de dysménorrhées, et un état d'asthénie. Madame Florvil n'avait pas été en consultation médicale. Selon elle, elle n'avait jamais présenté ces espèces de troubles.

5ième Cas Modéré :

Il s’agît de Madame Joazard Funise, d’âge indéterminée, nulligeste; elle aurait présenté, après réception de la première dose “vaccinale”, un raccourcissement du cycle menstruel et une hypoménorrhée (diminution du flux des règles). Après la deuxième dose, elle constaterait une aggravation de ces troubles. Elle souligne qu’elle n’avait jamais présenté de tels troubles avant la réception de ces “vaccins”.

F- Setting Up a Plant Offshore: Low Wages and No Culture

How do companies choose where to set up their next factory?

It is not a pretty process, and it is one that companies certainly do not want to air or discuss in public. Sometimes, however, the facts slip out, as they did when Mr. Michael Rothbaum, a leader of the U.S. apparel industry, appeared before the United States International Trade Commission (ITC) and found himself forced to walk the commissioners step by step through the process a company undertakes in deciding where to locate a new plant. Mr. Rothbaum's testimony before the ITC in March 1992 provides a rare and fascinating glimpse of what goes on behind closed corporate doors.

Mr. Rothbaum was testifying as Chairman of the Board of the American Apparel Manufacturers Association (AAMA)--which, as he put it, "*is the major trade association representing the apparel industry in the United States* ." Mr. Rothbaum is also President and Chief Executive Officer of Harwood Companies, a manufacturer of men's and children's clothing.

For Mr. Rothbaum, setting up a new apparel plant in the U.S. is out of the question. He explained to the ITC commissioners, that "*using U.S. wage rates"* he could not "*expect to make a profit at the same time."* Any new factories must be built offshore, which is exactly what Harwood was doing. At the time of the hearings, Harwood--which already had plants in Costa Rica and Honduras --was attempting to build a second factory in Honduras , using a special low-interest loan subsidized with U.S. tax dollars.

In deciding where to locate, companies like Harwood undertake a "*competitive analysis*," a "*very in-depth study of all the countries that we would have considered*." How a country scores on this test dictates where the plant will be built.

According to the corporate analysis, the single most important factor in deciding where to locate a plant is low wages. "*Wage rates would be at the top*," Mr. Rothbaum instructed the commissioners. And, of course, it follows that "*you will find your lowest wage rates naturally where the greatest pool of available labor is*." In other words, you look for third world countries where high unemployment, poverty, malnutrition, misery and desperate need "*naturally*" generate low wages. A good example of such favorable conditions would be Haiti , where the legal minimum wage is 30 cents an hour, or Honduras where the wage is 37 cents an hour.

Beyond wages, "*Certainly, governmental attitudes toward businesses*" are a key corporate concern, Mr. Rothbaum continued. "*The attitudes of the people within the hierarchies of government*" are closely studied. Good attitudes translate into financial incentives provided by third world governments to corporations who consider setting up plants in their country. For example, Haiti , the poorest country in the Western Hemisphere , with a per capita income of $240 a year and over $820 million in debt, is forced to exempt all maquila export factories from paying any taxes. This is not enough for the companies, which are not shy about demanding a better deal. So the Haitian government has announced it will soon offer to subsidize 50 percent of all telephone, electrical and port charges for the new maquila plants. Haiti will be subsidizing J.C. Penney, Walt Disney Corporation, Wal-Mart, Sears, and others.

The corporations' "*competitive analysis*" becomes even more subtle when it studies the attitudes and performance of the Ministry of Labor in target countries. Mr. Rothbaum explains, *"...the Ministry of Labor plays an important part in terms of the labor code that exists within the country..*." Of course, the Ministry of Labor is charged with overseeing--and implementing--a country's labor laws. Will minimum wage and overtime rates be enforced? Will forced overtime be prohibited? Will social security medical insurance and other benefits be mandatory? Will the use of child labor be strictly proscribed? Will workers have the right to organize and bargain collectively? To a company, *"...all these become factors of cost*," Mr. Rothbaum stated. So it is fundamental to differentiate laws on paper from actual reality. The *"attitudes"* of Ministry of Labor officials can very much impact on a corporation's bottom line.

It is no secret that U.S. maquila companies favor weak labor ministries. Take Honduras , where Mr. Rothbaum and Harwood are very knowledgeable and pleased with the government's attitudes toward business.

A 1993 internal investigation performed for the U.S. Agency for International Development (USAID), found that: "*In Honduras, where the maquila plants work in industrial park settings, guards in the private sector parks routinely prohibit entry to union organizers and even to labor inspectors."* That is, armed private security guards routinely prohibit Labor Ministry officials from even entering the free trade zones. On one hand, on paper, the USAID study notes that "*labor inspectors are supposed to protect workers' rights by periodic inspections of work sites and citations (or, in some cases immediate imposition of fines) for violations of the labor code by employers.*" However, back in real life, the USAID study found that "In Honduras there are 99 labor inspectors for the entire country." Also, "*labor inspectors are poorly paid and seldom have money for traveling to programmed inspection sites." (*And when they do, *"they are most often banned [quite illegally] from entering the industrial parks in which the maquila industries operate.")*

Just as the Ministry of Labor and the system of labor inspectors is not functioning, neither are the Honduran labor courts. The USAID study notes: "*Complaints about the slowness, inefficiency, bias...and, not infrequently corruption of the labor courts were ubiquitous in Honduras ."*

Honduras is passing the corporations' "*competitive analysis*" with flying colors. "*In any event*," the USAID investigation of Honduras concludes, "***with high rates of unemployment, labor inspection all but absent and without unions to protest in-plant infractions, other workers' rights dealing with maximum hours, health and safety and women--and child--labor, etc.--have little or no chance of effective enforcement, and, the team was repeatedly told, are in fact being widely violated***" (emphasis added). Harwood did its homework well in choosing Honduras for the site of its newest offshore plant.

Haiti has to play this game as well, if it is to pass its corporate "*competitive analysis*." In Haiti , over half the maquila assembly plants producing goods for the U.S. market are openly violating the country's legal minimum wage.

Other key factors analyzed by the corporations include transportation costs (round trip container freight charges) and how much a host third world government is willing to spend to meet the infrastructure needs of the maquila companies (such as highways to move your goods to port).

2 *Source :* Eric Verhoogen, *How to Get Rich on 11 Cents an Hour*, A Report for the National Labor Committee Education Fund in Support of Worker and Human Rights in Central America, 1996.